



CATOLICA

CEPCEP · CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS
E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA



LISBOA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

ANEXOS

V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação
V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género
III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina
III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos

2014 - 2017

Conteúdo

Anexo I - Despacho.....	3
Anexo II - Enquadramento legal - nacional, europeu e internacional	6
Anexo III - Principais indicadores da igualdade de género, não-violência e não-discriminação	15
Anexo IV - Guião das Entrevistas.....	49
Anexo V – Guião base para <i>Focus Groups</i>	50
Anexo VI – Questionário V PNI.....	52
Anexo VII – Análise do inquérito VPNI	60
Anexo VIII – Análise de Execução de Medidas do VPNI por Área Estratégica	71
Anexo IX - Quantificação das intervenções VPNI	155
Anexo X– Questionário V PNPCVDG	165
Anexo XI – Análise do inquérito ao V PNPCVDG	175
Anexo XII – Análise de Execução das Medida VPNPCVDG por Área Estratégica	186
Anexo XIII – Quantificação das intervenções VPNPCVDG.....	214
Anexo XIV – Questionário III PAPEMGF	220
Anexo XV –Análise inquérito III PAPEMGF.....	228
Anexo XVI – Análise de execução das medidas III PAPEMGF por Área Estratégica.....	235
Anexo XVII – Quantificação das intervenções do III PAPEMGF.....	256
Anexo XVIII – Questionário PNPCTSH	261
Anexo XIX – Análise do inquérito PNPCTSH	267
Anexo XX– Análise de Execução das Medidas PNPCTSH por Área Estratégica.....	275
Anexo XXI – Quantificação das intervenções PNPCTSH.....	319

Anexo I - Despacho



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

DESPACHO

O Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.º 44/2011, de 24 de março, e n.º 106/2011, de 21 de outubro, regula a forma de distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e, na sequência das alterações ao referido diploma, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro, foram atribuídos, à Presidência do Conselho de Ministros (PCM), 13,35% do valor dos resultados líquidos de exploração de jogos sociais, destinados à promoção, desenvolvimento e fomento de atividades, programas, ações ou infraestruturas no âmbito da juventude e do desporto, da cultura e da igualdade de género.

Deste modo, e em execução do previsto no artigo 6.º do mencionado Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.º 44/2011, de 24 de março, e n.º 106/2011, de 21 de outubro, nos termos da al. c) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 113/2017, de 17 de março, foi afeto ao Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, para o ano de 2017, 4,75% do valor global atribuído à PCM, para a promoção, desenvolvimento e fomento de atividades, programas, medidas, ações, projetos, equipamentos ou outras no âmbito da violência doméstica, igualdade de género e cidadania, tráfico de seres humanos, assim como para a cobertura de despesas efetuadas por serviços, estruturas, instituições ou organizações que desenvolvam atividades nesse mesmo âmbito.

A **Universidade Católica Portuguesa (UCP)** é uma instituição da Conferência Episcopal Portuguesa, reconhecida pelo Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de julho, revisto pelo Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de abril. A **UCP** é uma pessoa coletiva de utilidade pública, com personalidade e capacidade jurídica, nos termos do artigo n.º 1 do Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de abril. A **UCP** pode receber apoios do Estado, no âmbito de apoios à investigação ou outros apoios inseridos em regimes contratuais, nos termos das alíneas d) e f) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de janeiro, aplicável por remissão do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de abril. A **UCP** constitui uma comunidade académica que, de modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e o desenvolvimento da pessoa humana, bem como do seu património cultural, mediante a investigação, o ensino e os serviços prestados à comunidade, quer local, quer nacional ou internacional.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Nos termos do previsto nas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 101/2013, 102/2013 e 103/2013, todas de 31 de dezembro, estabelecem, respetivamente, o III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (PNPCTSH), o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (PNPCVDG), incluindo o III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (PAPEMGF) e o V Plano Nacional para Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação (PNI), 2014-2017, onde ficou previsto que estes planos seriam objeto de uma avaliação externa e independente no final do seu ciclo.

Considerando o caráter pertinente, bem como a relevância da matéria, a **UCP** constituirá uma equipa multidisciplinar de avaliação com o intuito de realizar a avaliação externa e independente dos supra identificados Planos e Programa. Para este efeito incumbe a esta equipa de avaliação levar a cabo um estudo de avaliação formativa e sumativa dos instrumentos de política pública acima identificada, incluindo, designadamente:

- Avaliar o grau de execução dos instrumentos;
- Considerar os principais instrumentos e orientações nacionais, europeus e internacionais sobre a matéria;
- Identificar e analisar os constrangimentos e dificuldades na implementação das medidas, nomeadamente, ao nível da tomada de decisão e das relações interinstitucionais;
- Usar variáveis consideradas adequadas como instrumento de diagnóstico na análise sumativa dos instrumentos mencionados;
- Elaborar recomendações de processo e apresentar os resultados da avaliação efetuada.

A **Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)**, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro, é o organismo responsável pela execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, designadamente nos domínios transversais da educação para a cidadania, tráfico de seres humanos, mutilação genital feminina, violência doméstica e de género, discriminação em função do sexo, género ou de orientação e expressão sexual e do apoio às vítimas. Assim, a **CIG** terá como incumbência neste processo de avaliação:

- Identificar um ponto focal na CIG para assegurar a articulação com a equipa de avaliação da UCP;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

- Identificar as principais linhas políticas subjacentes à execução dos Planos e Programa;
- Identificar as fontes de informação e disponibilizar toda a documentação para efeitos da avaliação;
- Identificar e assegurar a articulação que seja necessária com os pontos focais/agentes dos vários setores, durante todo o processo de avaliação;
- Estar disponível para reunir sempre que necessário e para prestar todo o apoio à equipa de avaliação da UCP;

A avaliação deverá estar concluída até 31 de maio de 2018, devendo a **CIG** e a equipa de avaliação da **UCP** envidarem os melhores esforços para garantir o cumprimento deste prazo.

Determino, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 e no n.º 2, ambos do artigo 2º da Portaria n.º 113/2017, de 17 março, e considerando o n.º 12 do Despacho Normativo n.º 3 /2017, de 19 de maio:

1. Atribuir, a título de subvenção, a quantia de 70 600,00€ (setenta mil e seiscentos euros) acrescidos de IVA, à taxa em vigor, totalizando 86 838,00€ (oitenta e seis mil, oitocentos e trinta e oito euros), à **Universidade Católica Portuguesa (UCP)**, a qual se destina, exclusivamente, para a aquisição de serviço para uma avaliação externa e independente dos citados Planos Nacionais;
2. A subvenção mencionada no número anterior será liquidada de forma faseada, em três parcelas;
3. O envio do presente despacho à SGPCM para cumprimento imediato nos termos estabelecidos do número anterior.

Lisboa, 05 de março de 2018

A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

**Rosa Filomena
Brás Lopes
Monteiro**

Assinado de forma digital por Rosa
Filomena Brás Lopes Monteiro
DN: c=PT, o=XXI Governo Constitucional,
ou=Gabinete da Secretária de Estado
para a Cidadania e a Igualdade, cn=Rosa
Filomena Brás Lopes Monteiro
Dados: 2018.03.05 18:50:07 Z

Rosa Monteiro

Anexo II - Enquadramento legal - nacional, europeu e internacional

Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação

Apresentam-se seguidamente os principais diplomas legais internacionais, europeus e nacionais de enquadramento, incluindo legislação nacional e europeia publicada durante o período de vigência dos planos.

[Constituição da República Portuguesa de 1976 \(artigo 13.º\).](#)

[Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres \(CEDAW\).](#)

[Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica \(Convenção de Istambul\).](#)

[Declaração e Plataforma de Ação de Pequim \(1995\).](#)

[Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.](#)

[Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2011-2020 \(Conselho da UE\).](#)

[Compromisso Estratégico para a Igualdade de Género 2016-2019 \(Comissão Europeia\).](#)

[Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2010-2015 \(Comissão Europeia\).](#)

[Estratégia Europa 2020.](#)

[Pilar Europeu dos Direitos Sociais.](#)

[Plano de ação UE 2017-2019 para colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres.](#)

[Recomendação CM/Rec \(2010\)5 do Comité de Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa sobre medidas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género.](#)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 07 de março](#) - D.R., IS, n.º 47, 07/03/2014
Adota medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2015, de 27 de abril](#) - D.R., IS, n.º 81, 27/04/2015
Aprova a Estrutura de Missão para a Igualdade de Género para apoiar a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género no exercício das competências de gestão no âmbito do Portugal 2020, sucedendo ao Secretariado Técnico para a Igualdade criado no Quadro de Referência Estratégica Nacional

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2015, de 6 de março](#) - D.R., IS, n.º 46, 1.º Suplemento, 06/03/2015

Promove um maior equilíbrio na representação de mulheres e homens nos órgãos de decisão das empresas e institui mecanismos de promoção da igualdade salarial

[Portaria n.º 84/2015, de 20 de março](#) - D.R., IS, n.º 56, 20/03/2015
Cria e regulamenta a medida de Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho

[Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março](#) - D.R., IS, n.º 62, 1.º Suplemento, 30/03/2015
Adota o regulamento específico do domínio da Inclusão Social e Emprego

[Resolução da Assembleia da República n.º 107/2015, de 5 de agosto](#) - D.R., IS, n.º 151, 05/08/2015
Recomenda ao Governo medidas de reforço ao apoio à criança e à família

[Resolução da Assembleia da República n.º 111/2015, de 7 de agosto](#) - D.R., IS, n.º 153, 07/08/2015
Recomenda um conjunto transversal de medidas destinadas a aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade

[Resolução da Assembleia da República n.º 115/2015, de 10 de agosto](#) - D.R., IS, n.º 154, 10/08/2015
Reforça os meios da Autoridade para as Condições do Trabalho e cria um Plano Nacional de Combate às Discriminações em função da Maternidade e Paternidade

[Lei n.º 107/2015, de 25 de agosto](#) - D.R., IS, n.º 165, 25/08/2015
Consolidação da legislação em matéria de direitos das associações de mulheres (revoga as Leis n.os 95/88, de 17 de agosto, 33/91, de 27 de julho, e 10/97, de 12 de maio)

[Lei n.º 120/2015, de 1 de setembro](#) - D.R., IS, n.º 170, 1/09/2015
Procede à nona alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, reforçando os direitos de maternidade e paternidade, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril

[Lei n.º 133/2015, de 7 de setembro](#) - D.R., IS, n.º 174, 7/09/2015
Cria um mecanismo para proteção das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes

[Lei n.º 137/2015, de 7 de setembro](#) - D.R., IS, n.º 174, 7/09/2015
Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, modificando o regime de exercício das responsabilidades parentais

[Decreto-Lei n.º 58/2016, de 29 de agosto](#) - D.R., IS, n.º 165/2016, 29/08/2016
Institui a obrigatoriedade de prestar atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas idosas, grávidas e pessoas acompanhadas de crianças de colo, para todas as entidades públicas e privadas que prestem atendimento presencial ao público

[Portaria n.º 265/2016, de 13 de outubro](#) - D.R., IS, n.º 197, 13/10/2016
Segunda alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março

[Portaria n.º 105/2017, de 10 de março](#) - D.R., IS, n.º 50/2017
Terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março

[Resolução da Assembleia da República n.º 100/2017, de 5 junho](#) - D.R., IS, n.º 108/2017
Recomenda ao Governo a apresentação de um novo Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação e a avaliação da eficácia da pulseira eletrónica no âmbito do crime de violência doméstica

[Resolução da Assembleia da República n.º 124/2017, de 20 de junho](#) - D.R., IS, n.º 117/2017
Recomenda ao Governo que tome medidas com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres

[Resolução da Assembleia da República n.º 132/2017, de 23 de junho](#) - D.R., IS, n.º 120/2017
Recomenda ao Governo que tome medidas para valorizar a participação das mulheres nas forças e serviços de segurança

[Resolução da Assembleia da República n.º 136/2017, 29 de junho](#) - D.R., IS, n.º 124/2017
Recomenda ao Governo que remeta anualmente à Assembleia da República a avaliação da execução dos planos nacionais no âmbito da igualdade

[Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto](#) - D.R., IS, n.º 147/2017
Regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa

[Resolução da Assembleia da República n.º 175/2017, de 2 de agosto](#) - D.R., IS, n.º 148/2017
Recomenda ao Governo medidas para melhorar a qualidade dos cuidados de saúde materna e assegurar os direitos das mulheres na gravidez e no parto

[Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto](#) - D.R., n.º 157/2017

[Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho.](#)

[Resolução da Assembleia da República n.º 260/2017, de 30 de novembro](#) - D.R., IS, n.º 231/2017
Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar.

Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2018) **Artigo 17.º**

Até ao final de 2018, o Governo apresenta à Assembleia da República uma proposta de lei que institui um relatório anual sobre a implementação de orçamentos com impacto de género.

Legislação europeia recente

[Resolução do Parlamento Europeu, de 27-02-2014](#), sobre as ações específicas da Política Comum das Pescas para a evolução do papel das mulheres J.O. n.º C 285 de 29-08-2017

[Recomendação da Comissão, de 7 de março de 2014](#), relativa ao reforço, pela transparência, do princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres J.O. n.º L 69 de 08-03-2014

[Resolução do Parlamento Europeu, de 09-06-2015](#), sobre a estratégia da UE para a igualdade entre homens e mulheres pós-2015 J.O. n.º C 407 de 04-11-2016

[Resolução do Parlamento Europeu, de 09-09-2015](#), sobre as carreiras das mulheres na ciência e na universidade e as barreiras invisíveis existentes J.O. n.º C 316 de 22-09-2017

[Resolução do Parlamento Europeu, de 08-10-2015](#), sobre a renovação do Plano de Ação da UE sobre a Igualdade de Género e a Emancipação das Mulheres no Âmbito do Desenvolvimento J.O. n.º C 349 de 17-10-2017

[Resolução do Parlamento Europeu, de 08-10-2015](#), sobre a aplicação da Diretiva 2006/54/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2006, relativa à aplicação do princípio da igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento entre homens e mulheres em domínios ligados ao emprego e à atividade profissional J.O. n.º C 349 de 17-10-2017

[Resolução do Parlamento Europeu, de 24-11-2015](#), sobre a redução das desigualdades, com especial atenção à pobreza infantil J.O. n.º C 366 de 27-10-2017

[Resolução do Parlamento Europeu, de 19-01-2016](#), sobre fatores externos que obstaculizam o empreendedorismo feminino europeu J.O. n.º C 11 de 12-01-2018

[Resolução do Parlamento Europeu, de 03-02-2016](#), sobre a nova Estratégia para a Igualdade de Género e os Direitos das Mulheres pós-2015 J.O. n.º C 35 de 31-01-2018

[Resolução do Parlamento Europeu, de 28-04-2016](#), sobre a igualdade de género e a autonomia das mulheres na era digital J.O. n.º C 66 de 21-02-2018

Violência Doméstica e de Género

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), ratificada em Portugal em 1980.

Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995)

Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro – diploma que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas

Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, adotada em Istambul, a 11 de maio de 2011 (ratificada 2013)

Artigo 152.º Código Penal - Crime de Violência Doméstica

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, de 31 de dezembro – diploma que aprova V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 - Declaração de Retificação n.º 12/2014, de 28 de fevereiro

Portaria n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro – diploma que abrange as vítimas de VDG nas medidas de comparticipação financeira do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P., nas despesas com a bolsa de estágio, subsídio de alimentação e despesas ou subsídio de transporte.

Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro – estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas - Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016) – estabelece que cada ministério deve inscrever no respetivo orçamento as verbas referentes à política de prevenção da violência doméstica, proteção e assistência das suas vítimas, dando conhecimento das mesmas, bem como da sua execução, ao membro do Governo responsável pela área da igualdade; e estabelece a isenção de custas processuais para pessoas a quem tenha sido atribuído o estatuto de vítimas de crime de violência doméstica.

Despacho Normativo n.º 3/2017, de 5 de maio - regula a forma de distribuição dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de forma a garantir a transparência e equidade na atribuição do financiamento concedido a cada uma das respostas no âmbito da violência doméstica e tráfico de seres humanos.

Decreto Regulamentar 2/2018 de 24 de janeiro - condições de organização e funcionamento da rede: regula as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, prevista na lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, na sua redação atual - Declaração de Retificação n. 11/2018, de 16 de março

Mutilação Genital Feminina

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, de 31 de dezembro – diploma que aprova V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 – III Programa de Ação para a prevenção e eliminação da MGF (Anexo DR).

Resolução da Assembleia da República n.º 4/2013, de 21 de janeiro, aprovação da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, adotada em Istambul, a 11 de maio de 2011, com referência à MGF (artigo 38.º).

Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica (artigo 38º), adotada em 11 de maio de 2011: referência específica à MGF/C e a medidas que deverão ser produzidas pelos estados membros: medidas preventivas, medidas de proteção das vítimas e esforços concertados de coordenação e compreensão do fenómeno para aplicação de políticas públicas.

Resolução do Parlamento Europeu sobre a Luta contra as Mutilações Genitais Femininas praticadas na EU (2009).

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, adotados por 189 Estados Membros da Assembleia-geral das Nações Unidas (2000).

Resolução 2003/28 da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas que proclama o dia 6 de fevereiro Dia Mundial da Tolerância Zero contra as Mutilações Genitais Femininas (2003).

Afro-Arab Expert Consultation "Normas Legislativas para a prevenção das Mutilações Genitais Femininas" Declaração Conjunta do Cairo para a Eliminação da MGF (2003).

144.º do Código Penal - crime de ofensa à integridade física.

Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto, autonomiza o crime de mutilação genital feminina, engloba os crimes de perseguição e casamento forçado e faz alterações sobre os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul que Portugal ratificou.

Aditamento Artigo 144.º-A com epígrafe “Mutilação genital feminina”, punição para quem mutilar genitalmente, total ou parcialmente, bem como para os atos preparatórios do respetivo crime.

Artigo 145.º do Código Penal, agravamento do crime de MGF, designadamente nas circunstâncias previstas no n.º 2 do art.º 132.º.

Lei n.º 26/2014, de 05 de maio, altera à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, sobre as condições e os procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária.

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo nº147/99, de 1 de setembro: necessidade de intervenção direta em casos de deteção de situações efetivadas de MGF ou crianças que estejam em risco de sofrer esta prática

Tráfico de Seres Humanos

Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto

Origina a 30.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, à quarta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, e à primeira alteração às Leis n.º 101/2001, de 25 de agosto, e 45/2011, de 24 de junho, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, referente à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão Quadro 2002/629/JAI, do Conselho.

Lei n.º 26/2014, de 05 de maio, D.R., IS, n.º 85, 05/05/2014

Procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas n.os 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho

Lei n.º 36/2015, de 04 de maio – D.R., IS, nº 85, 04/05/2015

Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009

Lei n.º 158/2015, de 14 de setembro – D.R., IS, nº 182, 17/09/2015

Aprova o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças em matéria penal que imponham penas de prisão ou outras medidas privativas da liberdade, para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, bem como o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças e de decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, transpondo as Decisões-Quadro 2008/909/JAI, do Conselho, e 2008/947/JAI, do Conselho, ambas de 27 de novembro de 2008.

Resolução da Assembleia da República n.º 24/2017, de 16 de fevereiro – D.R., IS, nº34, 16/02/2017

Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Transplantação de Órgãos e Tecidos de Origem Humana, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 24 de janeiro de 2002

Despacho Normativo n.º 3/2017, de 19 de maio – D.R., IIS, nº97, 19/05/2017

O presente Despacho Normativo, por razões de transparência e equidade, define as condições de utilização e os limites de atribuição do financiamento concedido a cada uma das respostas no âmbito da violência doméstica e tráfico de seres humanos, bem como em ações e projetos neste mesmo âmbito ou outros que sejam relevantes para a implementação dos Planos Nacionais aprovados, ou que concorram para o cumprimento do Programa do Governo

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2017, de 17 de julho – D.R. IS, nº 136, 17/07/2017

Aprova a Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras

Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto – D.R., IS, nº162, 23/08/2017

Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019

Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto – D.R., IS, nº165, 28/08/2017

Procede à quinta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional e transpõe as Diretivas 2014/36/UE, de 26 de fevereiro, e 2014/66/UE, de 15 de maio de 2014, e 2016/801, de 11 de maio de 2016

Resolução da Assembleia da República n.º 249/2017, de 10 de novembro – D.R., IS, nº 217, 10/11/2017

Aprova o Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os Seus Estados-Membros, por um lado, e o Canadá, por outro, assinado em 30 de outubro de 2016

Resolução da Assembleia da República n.º 2/2018, de 08 de janeiro – D.R., IS, nº 5, 08/01/2018

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos em matéria de Segurança Interna, assinado em Lisboa a 20 de abril de 2015

Resolução da Assembleia da República n.º 60/2018, de 28 de fevereiro – D.R., IS, nº 42, 28/02/2018

Recomenda ao Governo que reforce o combate ao tráfico de seres humanos para fins laborais

Resolução da Assembleia da República n.º 77/2018, de 22 de março – D.R., IS, nº 58, 22/03/2018

Recomenda ao Governo a elaboração e implementação urgente de um novo Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos

Despacho n.º 4818/2018, de 16 de maio – D.R., IIS, nº94, 16/05/2018

Determina a constituição de um grupo de trabalho interministerial com vista à preparação de medidas legislativas e outras que se revelem necessárias para a implementação das disposições da Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Órgãos Humanos

Documentos Internacionais de Referência sobre Tráfico de Seres Humanos

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças.

Anexo III - Principais indicadores da igualdade de género, não-violência e não-discriminação

Este capítulo apresenta evidências das mudanças sociais registadas no passado recente e nos diversos campos dos resultados que constituem Objetivos Estratégicos dos Planos em avaliação. Estas mudanças são interpretadas como resultantes das medidas implementadas ao longo dos vários Planos, implementados no passado, bem como da mudança na educação e sensibilização das populações, *mass media*, etc. A informação constante nos dados estatísticos e nos resultados de inquéritos mobilizados para este capítulo assume-se como um complemento à informação dos dados dos relatórios de execução dos diversos planos, dos inquéritos efetuados pela equipa de avaliação, das entrevistas e FG, bem como da informação de estudos e relatórios sobre as temáticas em avaliação, mas também como elementos ilustrativos e justificativos da realidade.

Neste momento importa destacar a importância dos progressos registados no que respeita aos vários indicadores analisados, sendo que ainda é longo o caminho a percorrer para uma sociedade sem discriminação de qualquer espécie nos domínios estudados abaixo.

V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação

Relativamente ao V PNI, os indicadores elencados abaixo estão associados às suas AE. Assim, relativamente à **AE 1 – Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local** - a evolução da representação das mulheres nas diversas áreas de decisão ilustra os progressos feitos e os passos necessários para o objetivo de paridade.

Os planos setoriais de igualdade, bem como os planos de igualdade das empresas, foram analisados e os resultados encontram-se no capítulo 4 - Avaliação – destinado ao V PNI.

Representação no Parlamento

Entre 2014 e 2017, a proporção de mulheres na Assembleia da República (Parlamento) aumentou de 32 para 35%, situando-se cinco pontos percentuais acima da média UE28.

Quadro 1 - Nº de membros nos Parlamentos, 2014 - 2017

%	2014		2017	
	H	M	H	M
UE28	72,6	27,4	70,7	29,3
PT	68,3	31,7	64,8	35,2

Fonte: EIGE

Quadro 2 - N.º de membros do Governo da República, 2014 - 2017

%	2014		2017	
	H	M	H	M
UE28	72,5	27,5	72,3	27,7
PT	80	20	83,3	16,7

Fonte: EIGE

Estes dados da EIGE mostram uma redução da presença de mulheres no Governo, passando de 20% em 2014 para 17% em 2017, 10 pontos percentuais abaixo da média da UE28.

Relativamente à proporção de mulheres nas Presidências de Município, o quadro seguinte, revela a existência de um aumento desde o 25 de abril até 2013, mantendo-se, no entanto, num nível baixo.

Quadro 3 - N.º de mulheres nas Presidências de Município

	N.º de Homens	N.º de Mulheres	% do Total
2013	285	23	7,5%
2009	285	23	7,5%
2005	289	19	6,2%
2001	292	16	5,2%
1997	293	12	3,9%
1993	300	5	1,6%

Fonte: INE, Presidência do Conselho de Ministros

Nas eleições de 2017, 32 mulheres foram eleitas Presidente de Câmara, representando 10,4% do total (308 Municípios)¹.

Quadro 4 - Proporção e n.º de mulheres e homens a exercer o cargo de presidentes e vice-presidentes das confederações sindicais

%	2014		2016	
	H	M	H	M
UE28	72,2	27,8	71,8	28,2
PT	69,2	30,8	67,6	32,4

Fonte: EIGE

De acordo com os dados dos Relatórios de Progresso da CITE, os membros de direção eleitos para associação sindical do sexo feminino representavam 36% do total dos efetivos e suplentes.

¹ Ver notícia <https://www.dinheirovivo.pt/economia/em-308-presidentes-de-camara-32-sao-mulheres/>

Quadro 5 - Membros de direção eleitos para associação sindical, publicados em 2016, por sexo

			Sindicato	Federação Sindical	União Sindical	Confederação Sindical	Total
Efetivos	H	Nº	1 705	164	142	103	2 114
		%	66	72	66	66	66
	M	Nº	882	64	74	53	1073
		%	34	28	34	34	34
Total	Nº	2 587	228	216	156	3187	
Suplentes	H	Nº	142	7	0	0	149
		%	44	100	0	0	45
	M	Nº	184	0	0	1	185
		%	56	0	0	100	55
Total	Nº	326	7	0	1	334	
Efetivos + Suplentes	H	Nº	1847	171	142	103	2263
		%	63	73	66	66	64
	M	Nº	1066	64	74	54	1258
		%	37	27	34	34	36
Total	Nº	2913	235	216	157	3521	

Fonte: DGERT – 2016, constante no CITE, 2017, Relatório de Progresso 2016, Pg. 50

Interesse na Política nacional

A evolução da taxa de abstenção² nas eleições para a Assembleia da República mostra alguma preocupação sobre a participação cívica.

Tabela 1 - Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (%)

	Portugal	Continente
	%	%
2015	44,1	42,4
2011	41,9	40,5
2009	40,3	38,9
2005	35	34,5

Fonte: INE, MAI

No entanto, a taxa de abstenção nas eleições locais registou melhoria no passado recente, mantendo-se num nível elevado.

Tabela 2 - Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais (%)

	Portugal	Continente
	%	%
2017	45	45
2013	47,4	47,4
2009	41	40,8
2005	39	39

Fonte: INE, MAI

Por outro lado, os dados dos EB 437 (2015) e 465 (2017) mostram um aumento dos/as respondentes do “Nada” interessado na política nacional passando dos 33% registados em 2015 para 37% no ano de 2017.

² Os dados não estão desdobrados por sexo.

Quadro 6 - Interesse na política nacional em 2017

2017	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
<i>TOTAL</i>	28093	13543	14550	1075	504	571	132	250	277	415
<i>Forte</i>	4600	2635	1965	94	61	33	5	21	29	38
%	16,4%	19,5%	13,5%	8,7%	12,1%	5,8%	3,8%	8,4%	10,5%	9,2%
<i>Médio</i>	12718	6436	6282	452	245	207	44	103	145	160
%	45,3%	47,5%	43,2%	42,0%	48,6%	36,3%	33,3%	41,2%	52,3%	38,6%
<i>Fraco</i>	5014	2316	2698	133	60	73	16	31	35	50
%	17,8%	17,1%	18,5%	12,4%	11,9%	12,8%	12,1%	12,4%	12,6%	12,0%
<i>Nada</i>	5761	2155	3606	396	138	258	66	95	68	167
%	20,5%	15,9%	24,8%	36,8%	27,4%	45,2%	50,0%	38,0%	24,5%	40,2%

Fonte: Eurobarómetro 465

Já no que diz respeito à faixa etária dos 15-24 anos verificou-se uma redução das respostas “nada” de 55% em 2015 para 50% em 2017.

Quadro 7 - Interesse na política nacional em 2015

2015	UE28			PT				
	Total	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
<i>TOTAL</i>	27718	1005	472	533	125	240	258	382
<i>Forte</i>	4605	86	54	32	6	27	24	30
%	16,6%	8,6%	11,4%	6,0%	4,8%	11,3%	9,3%	7,9%
<i>Médio</i>	12707	401	221	181	33	97	125	146
%	45,8%	39,9%	46,8%	34,0%	26,4%	40,4%	48,4%	38,2%
<i>Fraco</i>	5104	186	86	100	17	56	45	68
%	18,4%	18,5%	18,2%	18,8%	13,6%	23,3%	17,4%	17,8%
<i>Nada</i>	5302	332	112	220	69	60	65	138
%	19,1%	33,0%	23,7%	41,3%	55,2%	25,0%	25,2%	36,1%

Fonte: Eurobarómetro 437

No contexto da **AE2 - Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas** – somos reportados para o facto de em Portugal no ano de 2015, as mulheres apresentarem um gap de anos de vida saudável face aos homens, tanto à nascença como aos 65 anos de idade, de 3 e 2 anos, respetivamente. Múltiplos fatores, nomeadamente ambientais, culturais, sociais e económicos, têm contribuído para a persistência destes resultados.³

Quadro 8 - Anos de vida saudável

Ano	Nº nascimento			Aos 65 anos		
	Mulher	Homem	Diferença	Mulher	Homem	Diferença
UE-28	63,3	62,6	0,7	9,4	9,4	0,0
Portugal	55,0	58,2	-3,2	5,4	7,0	-1,6

Fonte: Eurostat (código: hlth_hlye)

Risco de Pobreza

A percentagem da população ativa em risco de pobreza ou de exclusão social diminuiu de 28% em 2013/14 para os 23% em 2017; a proporção mais elevada das mulheres com risco de pobreza é a do grupo etário de 65+ anos (mais de uma em cinco mulheres) bem como das crianças/jovens (0-17 anos).

Quadro 9 - População residente em risco de pobreza ou exclusão social (%) por Sexo e Grupo etário; anual

	%		Total	0 - 17 anos	18 - 64 anos	65 +
2017		HM	23,3	24,2	23,9	20,7
		H	22,5	23,9	23,4	18,1
		M	24	24,5	24,3	22,6
2015		HM	26,6	29,6	27,4	21,7
		H	25,9	29,1	27,1	18,2
		M	27,3	30	27,7	24,3
2013		HM	27,5	31,7	28,5	20,3
		H	27,5	32,3	28,4	18,3
		M	27,4	31	28,5	21,6

Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

Relativamente à taxa de risco de pobreza, os dados do Eurostat mostram uma taxa mais elevada para as mulheres, indicando os dados mais recentes do INE a continuação deste “gap”.

Quadro 10 - Taxa de risco de pobreza por sexo (%)

	2013		2016	
	H	M	H	M
UE28	16,2	17,2	16,6 (e)	18 (e)
Portugal	18,8	18,7	18,2	19,6

³ Ribeiro, Ana Isabel, Elias Teixeira Krainski, Marília Sá Carvalho, Guy Launoy, Carole Pernet e Maria de Fátima de Pina, 2018, *Does community deprivation determine longevity after the age of 75? A cross-national analysis*, *International Journal of Public Health*, disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00038-018-1081-y>

Fonte: Eurostat, In-work at-risk-of-poverty rate by age and sex - EU-SILC survey [ilc_iw01]

A taxa de risco de pobreza das famílias monoparentais é bastante significativa⁴.

Quadro 11 - Taxa de risco de pobreza das famílias monoparentais

%	2013	2014	2015	2016
UE28	31,8	32,4	33,9	34,0
Portugal	33,1	38,4	34,6	31,6

Fonte: Eurostat, In-work at-risk-of-poverty rate EU-SILC survey [ilc_li03]

Relativamente às famílias numerosas⁵, a taxa de risco de pobreza em Portugal é muito acima da média europeia. A taxa de risco de pobreza é mais elevada para as mulheres, por exemplo, em 2017 mais de 88% dos responsáveis das famílias monoparentais são do sexo feminino.

Quadro 12 - Taxa de risco de pobreza das famílias numerosas

%	2013	2014	2015	2016
UE28	27,1	26,6	27,4	26,9
Portugal	40,4	38,4	37,7	42,7

Fonte: Eurostat, In-work at-risk-of-poverty rate EU-SILC survey [ilc_li03]

A AE3 - *Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal* - reporta-nos para o ano de 2015 em que 56% dos respondentes do Eurobarómetro em Portugal consideravam que existia discriminação entre homens e mulheres no local de trabalho (48% para o conjunto da UE).

Quadro 13 - Opiniões relativamente à questão da discriminação em razão do sexo no local de trabalho

2015	UE28	PT						
		Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	28093	1075	504	571	132	250	277	415
<i>Sim</i>	13580	606	296	310	73	162	168	204
%	48%	56%	58%	54%	55%	65%	60%	49%
<i>Não</i>	13486	418	185	233	48	87	101	182
%	48%	39%	37%	41%	36%	34%	37%	44%

Fonte: EB 437, QC2.1 Pensez-vous que l'égalité entre les femmes et les hommes est acquise en (NOTRE PAYS) ...? Au travail

Diferencial Salarial não ajustado e pensões

Relativamente ao diferencial salarial (não ajustado) entre os sexos – “gap salarial” -, observou-se um aumento significativo entre 2013 e 2015, mantendo-se nos 18% em 2016.

⁴ At risk of poverty rate (cut-off point: 60% of median equivalised income after social transfers) - Single person with dependent children.

⁵ Two adults with three or more dependent children.

Quadro 14 - Gap salarial não ajustado (%)

%	2013	2014	2015	2016
UE28	16,7	16,6	16,2	16,2
Portugal	13,3	14,9	17,8	17,5
PT_Sal Alto	27,9	27,8	28,5	28,4

Fonte: Eurostat e OECD (2018), Wage levels (indicator). doi: 10.1787/0a1c27bc-en (Accessed on 13 March 2018)

Para os profissionais com salários altos⁶, os salários das mulheres situavam-se entre os 28 e os 29% abaixo dos salários dos homens. Este gap salarial encontra-se retratado no quadro seguinte:

Quadro 15 - Gap salarial, por grupos etários (%)

Portugal	2013	2014	2015	2016
<25 anos	8,6	7,2	9,1	8,0
25-34	4,5	5,3	8,5	8,3
35-44	11,4	12,0	15,1	14,9
45-54	18,3	21,6	23,9	23,5
55-64	15,4	17,2	23,3	23,2
65+	36,7	42,8	43,4	43,0

Fonte: Eurostat, structure of earnings survey methodology, retirado em 14/03/2018.

De acordo com os dados do Eurostat, o diferencial salarial aumentou significativamente entre 2013 e 2016, nomeadamente nos grupos etários mais elevados, dos 45-54 e dos 55-64. Este diferencial pode estar associado à menor presença das mulheres nos cargos de responsabilidade.

Quadro 16 - % de Emprego feminino e de gestoras mulheres

Grupo etário		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
55 a 64 anos	Emprego	46,8%	46,4%	47,5%	46,1%	46,5%	47,2%	47,2%	47,4%
	Gestores	22,9%	29,3%	35,4%	27,4%	28,1%	26,1%	28,1%	29,5%
40 a 59 anos	Emprego	47,6%	48,1%	48,8%	49,1%	48,9%	49,2%	49,7%	49,6%
	Gestores	30,3%	32,6%	33,8%	31,5%	32,3%	30,6%	33,3%	32,9%

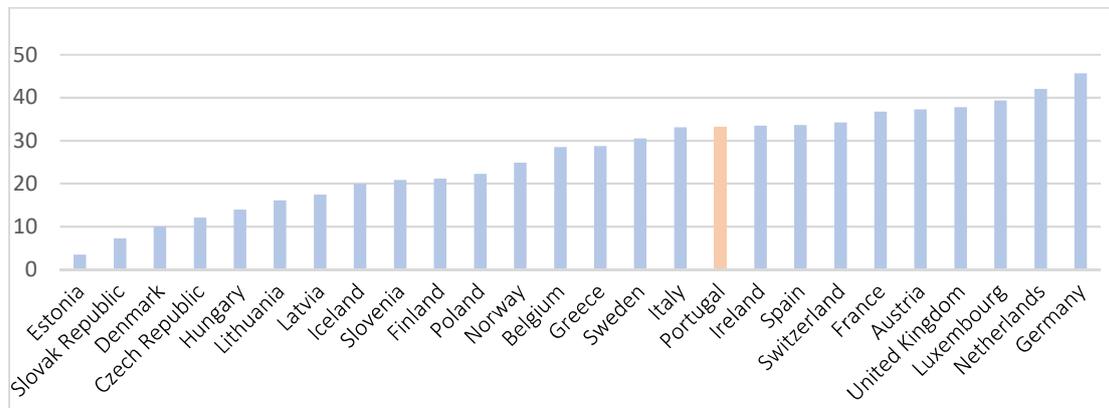
Fonte: Eurostat, base de dados, variável - lfsa_egais; tqoe1c2] - Employed women being in managerial positions by age - %: Short Description: Percentage of women in the occupational group of managerial positions as a share of all employed persons in that group. The occupational group of managerial positions is defined as the ISCO major group 1.

Os dados do quadro acima indicam que, apesar de haver quase 50% de mulheres no emprego somente um terço são gestoras, sendo esta realidade idêntica para os grupos etários 40 - 59 anos e 55 a 64 anos. Em suma, a persistência deste diferencial (relação emprego - gestão) sugere menores oportunidades para as mulheres em ascender aos lugares de chefia.

⁶ Wage levels are divided by low pay and high pay. The incidence of low pay refers to the share of workers earning less than two-thirds of median earnings. The incidence of high pay refers to the share of workers earning more than one-and-a-half time median earnings. Data refer to full-time employees. This indicator is measured in percentages.

Já, no que concerne ao gap nas pensões⁷ (em 2014) entre homens e mulheres nos países da UE podemos encontrá-lo espelhado no gráfico seguinte.

Gráfico 1 - Gender gap in pensions, 65+ year-olds, 2014

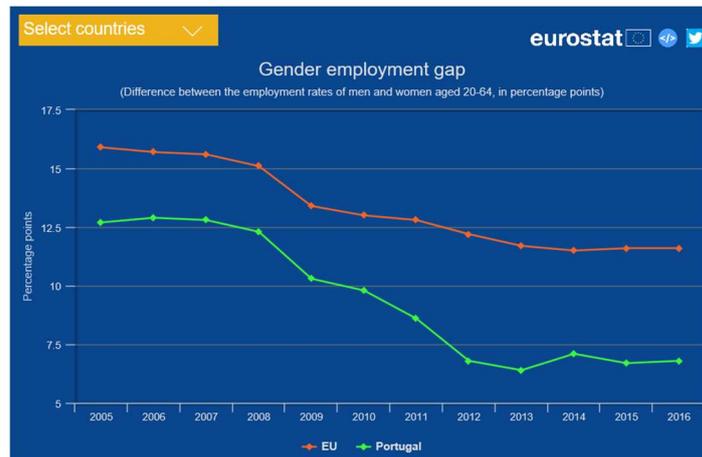


Fonte: OCDE, 2017, *The Pursuit of Gender Equality: An Uphill Battle*, Paris, pg 173, Figure 13.4. Most countries have a large pension gap

No caso português, o diferencial estimado pela OCDE é de 33% a favor dos homens. Este diferencial é influenciado pelo gap salarial ao longo de toda a vida profissional das mulheres, ou seja, mesmo que, hipoteticamente, o gap salarial se tornar zero a partir de hoje, somente na próxima geração se deverá observar um diferencial nas pensões próximo de zero.

Quanto ao emprego, o diferencial da taxa de emprego entre homens e mulheres em Portugal é inferior ao da média da UE28, sendo este diferencial de 7 pontos percentuais.

Gráfico 2 - Gender employment gap



⁷ Note: The gender gap in pensions is defined as: $(1 - (\text{women's average pension} / \text{men's average pension})) * 100$. "Pensions" include public pensions, private pensions, survivor's benefits and disability benefits. The gender gap in pensions is calculated for people aged 65 and older only. a) Data for Austria, Denmark, Greece, Finland, Hungary, Iceland, Latvia, the Netherlands, Norway, Slovenia and Spain refer to 2013

Source: OECD Secretariat calculations based on the European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC) survey for all countries except Germany; European Commission calculations based on EU-SILC for Germany.

Fonte: Eurostat, gender employment gap

Quadro 17 - Proporção e número de mulheres e homens nos Conselhos de Administração dos Bancos Centrais, 2014 - 2017

%	2014		2017	
	H	M	H	M
UE28	82,6	17,4	79,9	20,1
PT	100	0	80	20

Fonte: EIGE

No que diz respeito à presença das mulheres na Administração do Banco de Portugal assistiu-se a uma evolução significativa de 0 em 2014, para 20% em 2017.

Quadro 18 - Conselho de Administração das empresas listadas na Bolsa

%	2014		2017	
	H	M	H	M
UE28	87,7	12,3	84,2	15,8
PT	91,9	8,1	91	9

Fonte: EIGE

De acordo com os dados da EIGE, as mulheres representavam 8% dos membros dos Conselhos de Administração das empresas cotadas em bolsa em 2014 e 9% em 2017. Esta proporção é ainda distante do objetivo dos 20% fixados na legislação a partir de 2018 e de 33,3% a partir de 2020 (Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto).

Quadro 19 - Dirigentes da Administração Pública

%	2014		2017	
	H	M	H	M
UE28	61,9	38,1	58,3	41,7
PT	60	40	57,8	42,2

Fonte: EIGE

No que diz respeito à presença de mulheres dirigentes na Administração Pública os dados revelam que representavam 42% do total em 2017, tendo-se assistido a um aumento de 2% comparativamente ao ano de 2014, uma percentagem acima da média da UE28.

Conciliação entre a vida profissional, família e pessoal

As estimativas da proporção de tempo gasto em trabalho doméstico e em prestação de cuidados não pagos, por sexo, estão no Relatório de Progresso de 2016 publicado pela CITE. De acordo com os resultados do Inquérito Nacional aos Usos do Tempo (INUT), o tempo médio diário de trabalho de cuidado e de tarefas domésticas, em 2015, das mulheres era significativamente superior ao do tempo dos homens em trabalho não pago.

Quadro 20 - Tempo médio diário de trabalho não pago (população total), por sexo (horas e minutos)

Trabalho não pago		
	Trabalho de cuidado	Tarefas domésticas
H	02h19	01h54
M	03h14	03h06

Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015, CITE

Os motivos destes gaps no trabalho não pago são os seguintes:

Quadro 21 -Principal razão para não ter trabalhado no período em que esteve ausente durante a última semana, por sexo (%)

	Prestação de cuidados às crianças	Licença parental inicial	Outra licença parental	Prestação de cuidados a pessoas adultas doentes ou com deficiência
H	1,8	0,6	0,6	0
M	2,5	6,1	0,7	1,5

Fonte: Inquérito Nacional aos Usos do Tempo, 2015, CITE, (pg.45, Tabela 10.)

A dificuldade em conciliar a vida familiar, pessoal e profissional encontra-se refletida na perceção dos/as respondentes do INUT 2015. 38,5% das mulheres inquiridas e 36,9% dos homens consideram que o seu horário de trabalho não está adaptado às necessidades familiares (CITE, 2017, pg. 46). Os resultados do Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho (2010 e 2015) da Eurofound sobre esta questão mostram um número significativo de respondentes com dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida familiar (81% das mulheres em 2015). Porém, em 2010, observa-se um aumento das respostas de melhoria no equilíbrio entre vida profissional, familiar e pessoal.

Emerge, assim, a questão: Até que ponto o seu horário de trabalho se adapta aos compromissos familiares ou sociais que tem fora do trabalho⁸?

Quadro 22 -Taxa de adaptação aos compromissos familiares ou sociais fora do trabalho (%)

%	2010		2015	
	M	H	M	H
<i>UE28</i>	33,5	26,9	30,3	26,3
<i>PT</i>	15,4	15,7	18,4	20,5

Fonte: Eurofound, Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho (IECT), 2015 e 2010, Cálculos da EIGE

Os dados constantes nos Relatórios da CITE revelam que os principais assuntos que levaram os/as trabalhadores/as aos contactos com a CITE foram: horário flexível e a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal, representando 42% dos contactos em 2017. Isto é, as dificuldades de conciliação continuam presentes, tendo sido mais de 80% destes

⁸ In general, how do your working hours fit in with your family or social commitments outside work? (% of respondents, 15+ workers). EIGE, ver http://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs/indicator/pa_emplsoc_empl_bal_self_ewcs_familybalance/bar/metadata/year:2010/geo:EU28,BE,BG,CZ,DK,DE,EE,IE,EL,ES,FR,HR,IT,CY,LV,LT,LU,HU,MT,NL,AT,PL,PT,RO,SI,SK,FI,SE,UK,NO,CH,M,E,MK,AL,RS,TR,XK/sex:M,W/ANSWER:PCT_VERY_WELL.

contactos feitos por mulheres, o que espelha bem os estereótipos existentes, sendo consistentes com os resultados obtidos no Inquérito aos Usos do Tempo de 2015.

Quadro 23 - Principais assuntos que deram origem ao contacto com a CITE

Assunto que motivou contacto com a CITE	Mulheres		Homens		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aleitação/amamentação	220	12,5%	13	0,7%	233	13,2%
Licença parental e licença parental complementar	208	11,8%	68	3,8%	276	15,6%
Conciliação da atividade profissional, com a vida familiar e pessoal	189	10,7%	37	2%	226	12,7%
Horário Flexível	440	25%	83	4,7%	523	29,7%
Despedimento/proteção no despedimento	145	8,2%	16	0,9%	161	9,1%
Assédio e assédio moral	9	0,5%	1	0,1%	10	0,6%
....						
Total	1519	86%	247	14%	1766	100%

Fonte: CITE, 2017, Tabela 41, pg. 84

Pode ler-se nesse relatório que

A Comissão Técnica 179 desenvolveu o novo modelo de Sistema de Gestão da Conciliação Trabalho, Família e Vida Pessoal para diversas organizações (NP 4552:2016). Este referencial é compatível com outros sistemas de gestão, em particular com a nova versão da ISO 9001.

O objetivo principal da referida Norma é fornecer requisitos às organizações, no sentido de estabelecerem e avaliarem a eficácia dos procedimentos centrados na introdução de políticas, objetivos e práticas de conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal, com vista à obtenção de certificação (CITE, 2017, pg. 98).

De acordo com o estudo de Torres, *et al* (2016)⁹, 13,2% da população empregada, no 2.º trimestre de 2015 em Portugal, indicava ter flexibilidade no tempo de trabalho e autonomia nas tarefas nos termos definidos anteriormente para o indicador 1. (pg. 8)

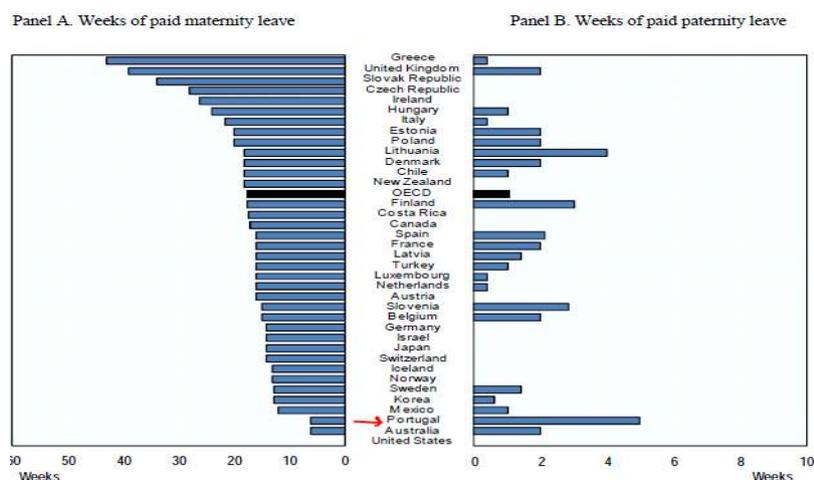
Os resultados do módulo ad hoc de 2015 do Inquérito ao Emprego permitem concluir que dois terços da população empregada não tem possibilidade de determinar o seu horário de trabalho diário (sendo este determinado pela empresa, clientes ou disposições legais). Por outro lado, enquanto também para dois terços dos/as empregados/as parece ser fácil ou muito fácil ausentar-se do seu local de trabalho por um curto período de tempo, aquela proporção desce para 40% para a possibilidade de usufruir de um ou dois dias de férias planeados com pouca antecedência. (*ibidem*, pg. 11)

Licenças parentais

No conjunto dos países da OCDE, observa-se uma grande disparidade nos regimes de licença de maternidade e paternidade. Em Portugal, a licença de maternidade situa-se muito abaixo da média da OCDE, contrariamente à licença de paternidade que em Portugal é a maior da OCDE.

⁹ Sónia Torres, Daniela Ramos e Ana Luísa Neves, 2016, Organização do trabalho e do tempo de trabalho – Módulo *ad hoc* de 2015 do Inquérito ao Emprego, INE, Estatística do Emprego, pp.1-25.

Gráfico 3 - Duration of paid maternity leave, paid paternity leave and paid parental leave, 2016¹⁰



Fonte: OCDE, 2017, The Pursuit of Gender Equality: An Uphill Battle, Paris, pg. 201, Figure 16.1

De acordo com o Relatório de Progresso da CITE para 2016,

verifica-se que a percentagem de homens que receberam subsídio por licença parental obrigatória de uso exclusivo do pai face à percentagem de licença obrigatória gozada por mulheres obteve um aumento bastante significativo entre 2005 (56,5%) e 2016 (75,9%). A mesma tendência ocorreu em relação ao número de homens que receberam subsídio por licença parental facultativa de uso exclusivo do pai, que em 2005 era de 43,3% e em 2016 chegou aos 66,7%. É também de salientar a contínua adesão dos pais trabalhadores à partilha de licença parental que passou de 0,5% em 2005 para 34,1% em 2016. (pgs 47-8)

Apesar dos progressos recentes, a percentagem de homens que usa a licença parental permanece ainda inferior à das mulheres:

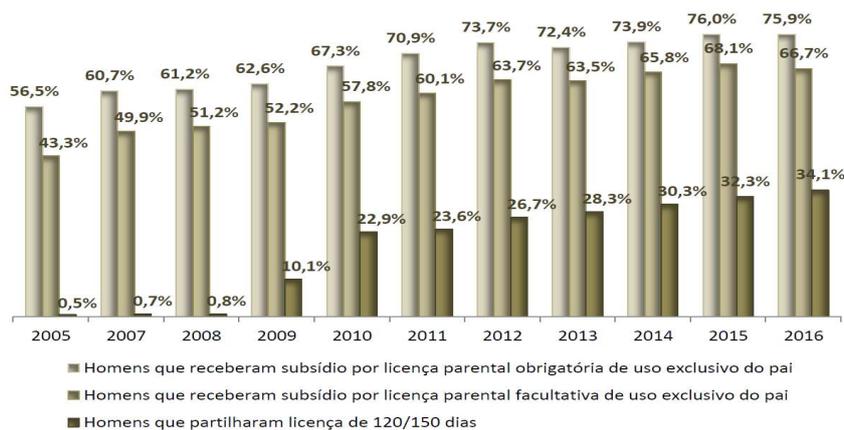
¹⁰ Note: Data refer to paid leave entitlements in place as of April 2016 and do not reflect entitlements introduced or amended after April 2016, such as, for example, the recently introduced paid paternity leaves in the Czech Republic and Ireland, or the recent extensions to paid paternity leave in Spain and Slovenia. Data reflect statutory entitlements provided at the national or federal level only. They do not include regional variations or additional/alternative entitlements provided by states/provinces or local governments (e.g. Quebec in Canada, or California in the United States), or any employer-provided benefits that are paid beyond the statutory minimum duration. Payment rates during paid leave differ across countries. Data refer to statutory entitlements only and do not reflect the actual use of these entitlements, which may be influenced by cultural and societal norms and the preferences of parents.

Note for Panels A and B: Countries are sorted in descending order according to weeks of paid maternity leave. Information refers to weeks of paid maternity leave, defined as an employment-protected leave of absence for employed women at or around the time of childbirth, or adoption in some countries, and weeks of paid paternity leave, defined as employment-protected leaves of absence for employed fathers (or other relevant partners) at or in the first few months after childbirth. For Iceland, Norway, Portugal and Sweden, “weeks of paid maternity leave” includes weeks of paid parental leave that are reserved for the exclusive use of the mother. For Finland, “weeks of paid paternity leave” includes only the three weeks of paid paternity leave that can be used while the mother is on maternity or parental leave; the remaining six weeks of paid paternity that can be used only when the mother is not on maternity or parental leave (and, as a result, are unlikely to be used “at or in the first few months after childbirth”) are classified in Panel C under “Father or ‘other parent’ only” paid parental leave.

a) Data for France refer to the entitlement for a family with only one child. Families with two or more children can receive paid parental leave for a longer period.

Source: OECD Family Database, Indicator PF2.1: <http://www.oecd.org/social/family/database.htm>.

Gráfico 4 - Evolução no uso das licenças de parentalidade, 2005-2016 – (% no total das licenças das mulheres)



Fonte: CITE, 2017, Relatório de Progresso 2016, pg. 48, gráfico 28

Quanto à questão da licença parental, as respostas ao questionário do Eurobarómetro 465 de 2017¹¹, indicam que, em Portugal, 92% de homens e 94% das mulheres aprovam o uso da licença por parte dos homens.

Relativamente às infraestruturas de apoio às famílias, os resultados do Eurobarómetro 371 de 2013 confirmam a importância dos serviços de acolhimento para crianças ou para pessoas dependentes adequados às necessidades e possibilidades das famílias, com níveis de qualidade desejados.

Quadro 24- às infraestruturas de apoio às famílias

	UE28			PT						
	Total	M	H	Total	M	H	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	25556	12347	13209	1000	477	523	168	269	237	325
<i>Efícaz</i>	20440	9680	10760	860	395	465	154	236	203	267
	80%	78%	81%	86%	83%	89%	91%	88%	85%	82%
<i>Inefícaz</i>	4333	2300	2033	125	72	52	15	32	33	45
	17%	19%	16%	12%	15%	10%	9%	12%	14%	14%
<i>NS</i>	783	367	416	15	9	6	0	1	1	13
	3%	3%	3%	2%	2%	1%	-	-	1%	4%

Fonte: Flash Eurobarometer 371, 2013, Women in the European Union, Q5.2 Rendre le coût des structures de garde pour enfants plus abordables.

Aludindo à **AE4 - Orientação Sexual e Identidade de Género** – emerge a referência ao Índice de Igualdade de Género da EIGE, sendo um índice compósito que reflete a evolução de um conjunto de indicadores da temática da Igualdade, que registou um aumento entre 2012 e 2015.

¹¹ EB 465, QC5.1 Approuvez-vous ou désapprouvez-vous les situations suivantes? Un homme qui prend un congé parental pour s'occuper de ses enfants.

Quadro 25 - Índice de Igualdade de Género da EIGE

%	2012	2015
UE28	65	66,2
PT	54,4	56

Fonte: EIGE

Dados do EB 465 de 2017 indicam um índice de estereótipo de género em Portugal semelhante ao da média da UE28 (7,3). As respostas “fraco” em Portugal (20% comparado com 29% da UE28) estão muito influenciadas pelas do grupo etário 55+. De facto, as respostas “fraco” na faixa etária dos 15-24 anos era de 24 pontos acima das do grupo 55+ e o índice de estereótipo era, respetivamente 5,7 que compara com 8,4.

Quadro 26 - índice de estereótipo de género em Portugal

2017	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	28093	13543	14550	1075	504	571	132	250	277	415
<i>Elevado</i>	1062	617	445	10	9	2	0	0	2	8
%	3,8%	4,6%	3,1%	0,9%	1,8%	0,4%	0,0%	0,0%	0,7%	1,9%
<i>Fraco</i>	8191	4047	4145	216	105	111	48	60	59	48
%	29,2%	29,9%	28,5%	20,1%	20,8%	19,4%	36,4%	24,0%	21,3%	11,6%
<i>Média</i>	7,3	7,4	7,2	7,2	7,3	7,1	5,7	6,2	7,0	8,4

Fonte: Eurobarómetro 465, 2017, QC1r - Índice Stéréotype de Genre

Quanto à perceção de desigualdade entre homem e mulher em Portugal, como é perceptível no quadro abaixo, não registou alteração entre 2009 e 2014 nos resultados do EB de 317 e 428.

Quadro 27 - Perceção de desigualdade entre homem e mulher em Portugal

PT	EB 82.4 - 2014							EB 72.2 - 2009		
	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +	Total	H	M
TOTAL	1002	471	531	124	239	258	381	1009	481	528
<i>Mais comum</i>	628	279	348	44	156	164	264	626	279	348
%	62,7%	59,2%	65,5%	35,5%	65,3%	63,6%	69,3%	62,0%	58,0%	65,9%
<i>Menos comum</i>	334	173	161	76	76	88	94	323	179	145
%	33,3%	36,7%	30,3%	61,3%	31,8%	34,1%	24,7%	32,0%	37,2%	27,5%

Fonte: EB 428 e 317, QB2 In your opinion, are inequalities between women and men nowadays very widespread, fairly widespread, fairly rare or very rare in (OUR COUNTRY)?

Os dois quadros que se seguem reportam as opiniões relativamente à questão da discriminação em razão do sexo: as opiniões “widespread” – muito comum – aumentaram tanto na UE28 (31 para 37%) como em Portugal (25 para 29%). O aumento em Portugal deve-se às respostas das mulheres (de 25% em 2012 para 33% em 2015) e, em termos de grupos etários, dos de 55+ anos (27 para 33%).

Quadro 28 - Opiniões relativamente à questão da discriminação em razão do sexo

30/05 - 08/06/2015	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	2771 8	1341 2	14306	1005	472	533	125	240	258	382
Muito Comum	1011 8	4406	5712	295	121	174	26	67	76	126
%	36,5%	32,9%	39,9%	29,4%	25,6%	32,6%	20,8%	27,9%	29,5%	33,0%
Raro	1393 0	7237	6693	541	273	267	76	139	143	183
%	50,3%	54,0%	46,8%	53,8%	57,8%	50,1%	60,8%	57,9%	55,4%	47,9%

Fonte: EB 437, QC1.8 For each of the following types of discrimination, could you please tell me whether, in your opinion, it is very widespread, fairly widespread, fairly rare or very rare in (OUR COUNTRY)? Discrimination on the basis of Gender

O aumento das opiniões “muito comum” é observado nos grupos etários acima dos 24 anos de idade.

Quadro 29 - Opiniões relativamente à questão da discriminação em razão do sexo

2-17/06/2012	UE27			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	26622	12868	13754	1001	477	524	169	269	238	325
Comum	8276	3706	4570	253	121	132	39	64	62	88
%	31,1%	28,8%	33,2%	25,3%	25,4%	25,2%	23,1%	23,8%	26,1%	27,1%
Raro	15509	7777	7732	609	277	333	97	177	148	187
%	58,3%	60,4%	56,2%	60,8%	58,1%	63,5%	57,4%	65,8%	62,2%	57,5%

Fonte: EB 393, QC1.8 For each of the following types of discrimination, could you please tell me whether, in your opinion, it is very widespread, fairly widespread, fairly rare or very rare in (OUR COUNTRY)? Discrimination on the basis of Gender

Assédio sexual e moral

No estudo de Torres *et al* (2016) sobre assédio sexual e moral no local de trabalho, conclui-se que

A frequência de situações de assédio sexual (12,6%) e moral (16,5%) no local de trabalho, agora conhecida para Portugal, é mais elevada do que os valores apresentados em relatórios supranacionais, cujo foco analítico é a comparação entre países. Entre os relatórios supranacionais destacam-se um estudo promovido pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, Eurofound, dedicado ao tema da violência e do assédio nos locais de trabalho na Europa (Eurofound, 2015) por ser recente e apresentar com algum detalhe os limites das análises comparadas, e o da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA, 2014) (Cap. 6, pg. 158).

Relativamente ao contacto físico indesejado, o estudo estima uma redução destas práticas entre 2009 e 2015.

Gráfico 5 - Práticas de assédio sexual sobre mulheres (contacto físico indesejado), 1989 e 2015 (%)

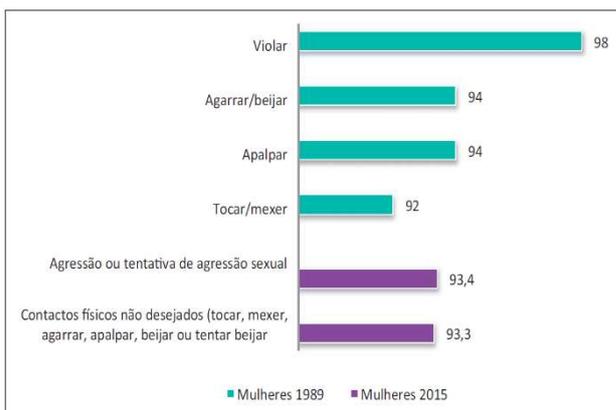


Gráfico 6 - Frequência de assédio sexual sobre mulheres, 1989 e 2015 (%)

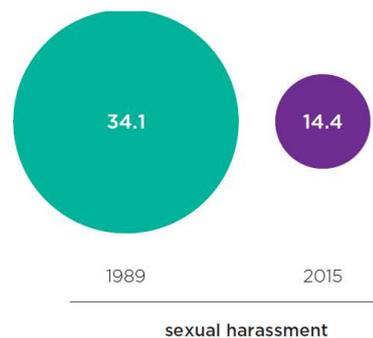


Figure 9 - Sexual harassment of women in Portugal, in 1989 and in 2015 (%)

Fonte: Torres, A, D. Costa, H. Sant’Ana, B. Coelho e I. Sousa (2016), Sexual Harassment and Bullying in the Workplace in Portugal”, Policy Brief, Figura 3-9, pg 87 e Figure 9, pg. 8

Quanto à autoria das práticas de assédios, o estudo estima o/a superior/a hierárquico/a como o/a autor/a mais relevante.

Gráfico 7 - Autoria do assédio sexual sobre mulheres, 1989 e 2015 (%)

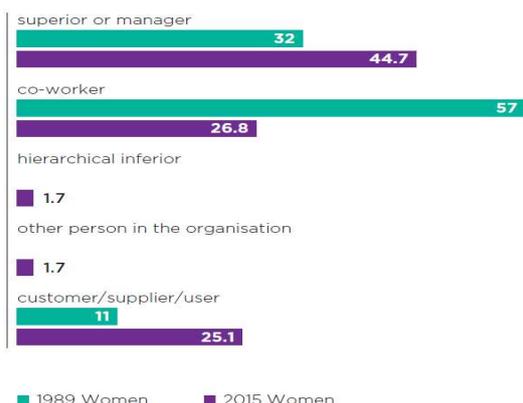
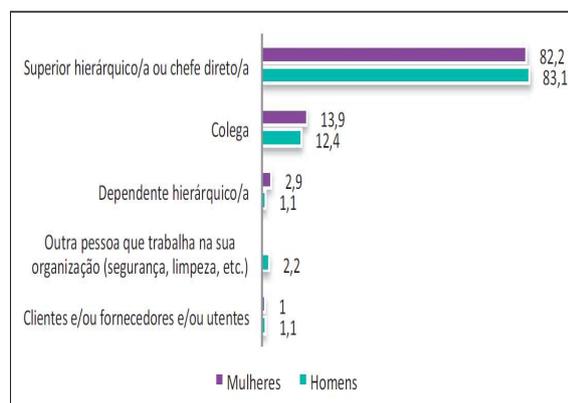


Gráfico 8 - Autoria do assédio moral, por sexo da pessoa alvo (%)

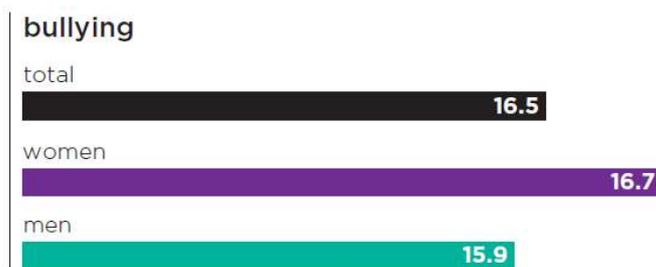


Fonte: Torres, A, D. Costa, H. Sant’Ana, B. Coelho e I. Sousa (2016), Sexual Harassment and Bullying – in the Workplace in Portugal”, Policy Brief, Figure 10, pg 9 e Figura 5-21, pg 150

Quanto ao *bullying* no local de trabalho, as estimativas obtidas no estudo de Torres (2016) são muito superiores às dos inquéritos do Eurofound.¹²

¹² Torres, et all (2016), “The figures for *Bullying and Harassment* recorded by the *European Working Conditions Survey* pointed to an average of 4.1% (Eurofound 2015: 16).” Pg. 19.

Gráfico 9 - Bullying no local de trabalho (% , por sexo)



Fonte: Torres, A, D. Costa, H. Sant’Ana, B. Coelho e I. Sousa (2016), *Sexual Harassment and Bullying – in the Workplace in Portugal*”, Policy Brief, Figure 26, pg 19

Face à questão da perceção sobre o assédio sexual em Portugal, as respostas no Eurobarómetro 449 de 2016 indicam que 4 em 5 mulheres indicaram ser comum.

Quadro 30 - Perceção sobre o assédio sexual

2016	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	27818	13409	14409	1000	469	531	123	233	258	386
Comum	19613	8725	10887	776	343	433	101	196	195	285
%	70,5%	65,1%	75,6%	77,6%	73,1%	81,5%	82,1%	84,1%	75,6%	73,8%
Pouco Comum	6588	3850	2738	175	98	77	17	32	56	71
%	23,7%	28,7%	19,0%	17,5%	20,9%	14,5%	13,8%	13,7%	21,7%	18,4%

Fonte: Eurobarómetro 449, 2016 - In general, how common do you think sexual harassment against women is in your country? (% of respondents)

A atividade inspetiva da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) relativamente à igualdade e não-discriminação aumentou significativamente em 2015 e 2016 face aos anos anteriores.

Quadro 31 - Procedimentos inspetivos (coercivos e não coercivos) no âmbito da igualdade e não-discriminação, 2013-2016

		Igualdade e não discriminação	Igualdade no acesso ao emprego e ao trabalho	Afixação de direitos e deveres em matéria de igualdade e não discriminação	Proibição de discriminação	Assédio moral	Parentalidade
2016	Advertências	140	4	130	1	0	14
	Infrações autuadas	30	2	4	5	18	24
	Moldura sancionatória mínima	151 706 €	5 304 €	816 €	24 480 €	116 822 €	53 754 €
2015	Advertências	267	7	255	1	3	8
	Infrações autuadas	18	2	1	3	12	12
	Moldura sancionatória mínima	92 887 €	6 391 €	204 €	30 804 €	55 488 €	15 810 €
2014	Advertências	80	3	75	0	1	2
	Infrações autuadas	27	3	8	2	14	9

	Moldura sancionatória mínima	166 464 €	3 264 €	3 672 €	42 840 €	116 688 €	27 724 €
2013	Advertências	67	0	62	1	0	3
	Infrações atuadas	81	7	3	7	23	23
	Moldura sancionatória mínima	306 577 €	46 614 €	612 €	38 215 €	193 596 €	23 358 €

Fonte: CITE, 2017, Tabela 34, pg. 73

Discriminação relativa à orientação sexual¹³ e identidade de género

Relativamente à discriminação devido à orientação sexual¹⁴, os resultados do Eurobarómetro de 2015 revelam o seguinte:

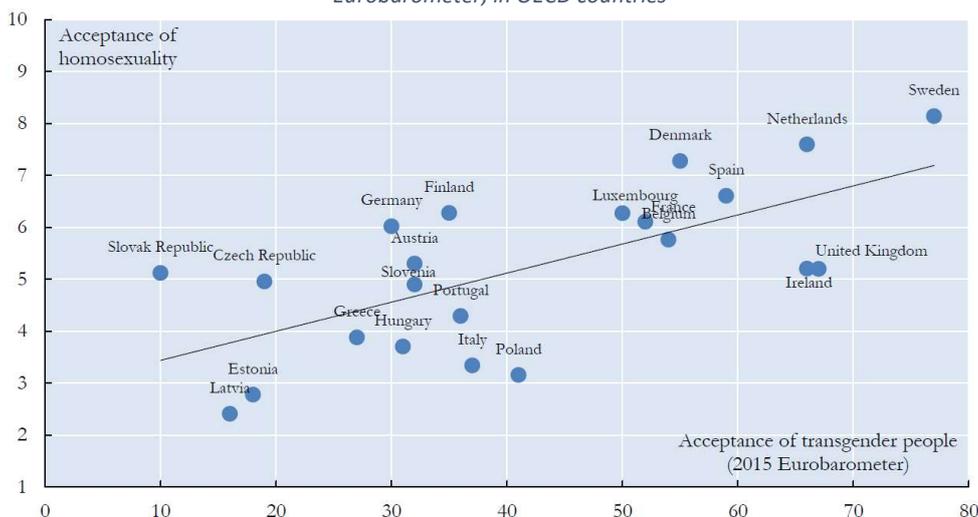
Quadro 32 - Resultados do Eurobarómetro de 2015 quanto à orientação sexual

	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	27718	13412	14306	1005	472	533	125	240	258	382
Acordo	19688	9205	10483	716	319	397	111	196	200	208
%	71,0%	68,6%	73,3%	71,2%	67,6%	74,5%	88,8%	81,7%	77,5%	54,5%
Desacordo	6422	3428	2994	224	116	107	14	34	45	131
%	23,2%	25,6%	20,9%	22,3%	24,6%	20,1%	11,2%	14,2%	17,4%	34,3%

Fonte: EB 437, 2015

Mais de 71% estão de acordo com que as pessoas LGB tenham os mesmos direitos das pessoas heterossexuais e 89% dos/as jovens concordam com isto. Em termos internacionais, Portugal ocupa um lugar na média dos países europeus de acordo com o gráfico seguinte (Valfort, 2017, Figure 3.10).

Gráfico 10 - Acceptance of homosexuality (2001-2014) and acceptance of transgender people based on the 2015 Eurobarometer, in OECD countries



¹³ Ver Valfort, M. (2017), "LGBTI in OECD Countries: A Review", pg. 46

¹⁴ QC16.1 To what extent do you agree or disagree with each of the following statements?
Gay, lesbian and bisexual people should have the many rights as heterosexual people.

Fonte: 2015 Eurobarometer, AsiaBarometer, European Values Survey, Latinobarometro and World Values Survey.

Relativamente ao posicionamento de Portugal no conjunto dos países analisados pelo estudo de Valfort (2017), apuram-se os seguintes dados:

Quadro 33 - Augmented Global Index on Legal Recognition of Homosexual Orientation in OECD countries, as of 2016¹⁵

	AUGMENTED GILRHO INDEX	DECRIMINALISATION		ANTI-DISCRIMINATION				PARTNERSHIP AND FAMILY RECOGNITION			
		Are homosexual acts between adults legal in criminal law?	After decriminalisation, are age limits equal for homosexual and heterosexual acts?	Is discrimination in employment based on sexual orientation explicitly forbidden in legislation?	Is discrimination in the provision of goods and/or services based on sexual orientation explicitly forbidden in legislation?	Is discrimination based on sexual orientation constitutionally prohibited?	Are hate crimes based on sexual orientation considered an aggravating circumstance?	Is there any recognition in law of non-registered cohabitation by same-sex partners?	Can same-sex couples enter into a registered partnership or civil union?	Is second-parent and/or joint adoption by same-sex partners legally possible?	Can same-sex couples get legally married?
Finland	10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Portugal	10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sweden	10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Belgium	9	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1
Canada	9	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1

Note: A score of 0.5 for a given item means that legal recognition of homosexual orientation applies to only part of a country or group of countries (e.g. same-sex marriage is not legal in Northern Ireland, thereby leading to a 0.5 score for the United Kingdom concerning the possibility for same-sex couples to get legally married).

Source: Badgett et al. (2014), ILGA (2016c), the Laws and Families database and author's calculation.

Já relativamente aos direitos das pessoas transgénero, a situação em Portugal é a seguinte:

¹⁵ Ver Valfort (2017), pg 52

Quadro 34 - Transgender Rights Index in OECD countries, as of 2016¹⁶

	TRANSGENDER RIGHTS INDEX	ANTI-DISCRIMINATION		CHANGE OF THE GENDER MARKER AND ITS DEPATHOLOGIZATION		
		Is gender identity discrimination forbidden in legislation?	Are hate crimes based on gender identity considered an aggravating circumstance?	Is changing the gender marker legal?	If a change of the gender marker is legal, does it require sterilization, sex reassignment surgery or gender reassignment surgery?	If a change of the gender marker is legal, does it require a psychiatric diagnosis?
France	5	1	1	1	1	1
Canada	4	1	1	0.5	1	0.5
Denmark	4	1	0	1	1	1
Mexico	4	1	0.5	0.5	1	1
New Zealand	4	1	1	1	1	0
Sweden	4	1	0	1	1	1
US	4	1	1	1	0.5	0.5
UK	3.5	1	0.5	1	1	0
Austria	3	1	0	1	1	0
Estonia	3	1	0	1	1	0
Germany	3	1	0	1	1	0
Greece	3	1	1	1	0	0
Iceland	3	1	1	1	0	0
Ireland	3	0	0	1	1	1
Netherlands	3	1	0	1	1	0
Portugal	3	0	1	1	1	0

Note: Information updated for France, based on the recent depathologisation law passed in October 2016.

Source: Transrepect.org and ILGA (2016d).

No que se refere à perceção da eficácia das políticas públicas na redução da discriminação em Portugal, as respostas indicam um decréscimo de 50% (moderadamente eficaz e eficaz) em 2012 para 47% em 2015.

Quadro 35 - Eficácia das políticas na redução da discriminação - 2015

2015	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
<i>TOTAL</i>	27718	13412	14306	1005	472	533	125	240	258	382
<i>Ineficaz</i>	7116	3417	3699	278	136	142	28	71	80	99
%	25,7%	25,5%	25,9%	27,7%	28,8%	26,6%	22,4%	29,6%	31,0%	25,9%
<i>Moderadamente eficaz</i>	9900	4568	5332	289	141	148	35	74	75	105
%	35,7%	34,1%	37,3%	28,8%	29,9%	27,8%	28,0%	30,8%	29,1%	27,5%
<i>Eficaz</i>	7511	3956	3554	185	87	98	33	43	46	63
%	27,1%	29,5%	24,8%	18,4%	18,4%	18,4%	26,4%	17,9%	17,8%	16,5%
<i>Média</i>	5,4	5,5	5,3	5,1	5,1	5,2	5,5	5,1	4,9	5,1

Fonte: EB 437, QC6 Using a scale from 1 to 10, please tell me if you think that the efforts made in (OUR COUNTRY) to fight all forms of discrimination are effective. '1' means you consider that these efforts are "not at all effective", and '10' that these efforts are "very effective".

As respostas “eficaz” das mulheres registaram um aumento de 16% em 2012 para 18% em 2015, enquanto as “moderadamente eficaz” diminuíram de 35% para 28%. Para os homens, a variação mais notória é o aumento das respostas “ineficaz”, passando de 24% registados em 2012 para 29% em 2015.

¹⁶ Ver Valfort (2017), pg. 57.

Quadro 36 - Eficácia das políticas na redução da discriminação - 2012

2012	UE27			PT		
	Total	H	M	Total	H	M
TOTAL	26622	12868	13754	1001	477	524
Ineficaz	8224	4097	4127	268	114	154
%	30,9%	31,8%	30,0%	26,8%	23,9%	29,4%
Moderadamente eficaz	9883	4748	5134	333	152	181
%	37,1%	36,9%	37,3%	33,3%	31,9%	34,5%
Eficaz	5978	2982	2995	171	89	82
%	22,5%	23,2%	21,8%	17,1%	18,7%	15,6%
Média	5,1	5,1	5,1	5,0	5,1	4,9

Fonte: EB 393, QC6 Using a scale from 1 to 10, please tell me if you think that the efforts made in (OUR COUNTRY) to fight all forms of discrimination are effective. '1' means you consider that these efforts are "not at all effective", and '10' that these efforts are "very effective".

Discriminação relativa à origem étnica

Os resultados do Eurobarómetro 437 de 2015 indicam que 64% dos/as respondentes (igual percentagem para homens e para mulheres) consideravam ser comum a discriminação relativa à etnia¹⁷ (média UE28 64%). Relativamente à discriminação relativa à orientação sexual¹⁸ 69% das opiniões recolhidas considerava-a comum (69% para homens e 68% para mulheres) que compara com 58% da média UE28.

Relativamente às pessoas ciganas, 19% dos/as respondentes indicava, em 2015, desconforto face a um/a colega de trabalho desta etnia. Esta média é influenciada pelo grupo etário 55+, com 26% de respostas de desconforto.

Quadro 37 - Discriminação face aos ciganos

2015	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	27718	13412	14306	1005	472	533	125	240	258	382
Desconfortável	5439	2731	2707	191	96	95	16	30	45	99
%	19,6%	20,4%	18,9%	19,0%	20,3%	17,8%	12,8%	12,5%	17,4%	25,9%
Confortável	3335	1714	1622	106	40	66	16	18	22	50
%	12,0%	12,8%	11,3%	10,5%	8,5%	12,4%	12,8%	7,5%	8,5%	13,1%
Sem problemas	14906	7027	7879	479	227	252	70	134	134	141
%	53,8%	52,4%	55,1%	47,7%	48,1%	47,3%	56,0%	55,8%	51,9%	36,9%
Média	7,1	7,0	7,3	7,1	7,1	7,1	7,4	7,9	7,6	6,2

Fonte: EB 437, QC13.1 Regardless of whether you are actually working or not, please tell me, using a scale from 1 to 10, how comfortable you would feel if one of your colleagues at work belonged to each of the following groups? '1'

¹⁷ QC1.1 Pour chacun des types de discrimination suivants, dites-moi si, selon vous, il s'agit de quelque chose de très répandu, plutôt répandu, plutôt rare ou très rare en (NOTRE PAYS). Des discriminations sur base De l'origine ethnique.

¹⁸ QC1.2 Pour chacun des types de discrimination suivants, dites-moi si, selon vous, il s'agit de quelque chose de très répandu, plutôt répandu, plutôt rare ou très rare en (NOTRE PAYS). Des discriminations sur base De l'orientation sexuelle (être homosexuel, lesbienne ou bisexuel).

means that you would feel, "not at all comfortable" and '10' that you would feel "totally comfortable". A Roma person

Cerca de 2/3 dos/as respondentes em Portugal considera que a discriminação dos/as imigrantes constitui um grande obstáculo ao sucesso da sua integração na sociedade.

Quadro 38 – A discriminação como obstáculo à integração dos/as imigrantes

2018	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	28080	13537	14543	1099	515	584	135	256	284	425
Grande obstáculo	17522	8362	9160	710	357	352	99	161	187	262
%	62%	62%	63%	65%	69%	60%	73%	63%	66%	62%
Pequeno obstáculo	6952	3473	3479	241	99	142	24	67	57	93
%	25%	25%	24%	22%	19%	24%	18%	26%	20%	22%
Não é obstáculo	2358	1191	1167	112	44	68	4	27	34	47
%	8%	9%	8%	10%	9%	12%	3%	11%	12%	11%

Fonte: EB 469, 2018, QA11.1 Veuillez me dire pour chacun des problèmes suivants s'ils peuvent constituer un obstacle majeur, un obstacle mineur ou ne sont pas du tout un obstacle à l'intégration réussie des immigrés en (NOTRE PAYS)? La discrimination à l'égard des immigrés

Remontando à **AE5 - Organizações não -governamentais** - cabe-nos referenciar o estudo do Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) de 2017¹⁹ que, em Portugal, “there are no contextual restrictions to the establishment and operation of NGOs.” (Baptista e Leitão, 2017, pg 17). Por outro lado, o estudo de Franco (2015)²⁰ mostra que o financiamento das ONGs é, fundamentalmente, do sector público – o que constitui uma potencial ameaça de certas ONGs em termos de sustentabilidade.

O financiamento público das ONGs é dado pelo quadro seguinte²¹:

Quadro 39 - Financiamento público das IPSS

Un: Milhares de euros	2012	2013	2014	2015	2016	
Protocolos com as IPSS	30 316	28 642	28 640	28 254	28 830	\$
Acordos de cooperação	1 258 986	1 277 359	1 326 350	1 351 511	1 380 800	#
Subsídios às IPSS	15 779	14 664	9 297	11 578	7 258	&
Total	1 305 080	1 320 666	1 364 287	1 391 343	1 416 888	
(em % do PIB)	0,77%	0,79%	0,81%	0,81%	0,81%	

Fonte: IGFSS, INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P., CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL 2016, \$ - Quadro 102, pg 373; # - Quadro 116, pg 398; & - Quadro 114, pg 395

Importa ainda compreender que o financiamento público das IPSS aumentou de 0,77% do PIB em 2012 para 0,81% em 2016.

¹⁹ Isabel Baptista e Josefina Leitão, 2017, Standing and operational space of non-governmental organisations (NGOs) in contributing to respecting and promoting fundamental rights in EU MS – Portugal 2017.

²⁰ Raquel Campos Franco, et al, 2015, Diagnóstico das ONG em Portugal, Estudo sobre Organizações Não Governamentais realizado pela Universidade Católica Portuguesa, sob orientação de Raquel Campos Franco, F. Gulbenkian

²¹ Ver Table 1 de Baptista e Leitão, 2017, pg 13.

Por fim, a **AE 6 do V PNI - Comunicação Social** – transporta-nos precisamente para os dados que se seguem neste âmbito:

Comunicação Social

A perceção dos/as respondentes do Eurobarómetro 437 (2015) apontava para a falta de diversidade, em termos de sexo, na Comunicação Social (21% média UE28).

Quadro 40 - Diversidade de género na comunicação social

	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	27718	13412	14306	1005	472	533	125	240	258	382
<i>Total Sim</i>	20010	9902	10108	602	278	324	76	164	158	204
%	72,2%	73,8%	70,7%	59,9%	58,9%	60,8%	60,8%	68,3%	61,2%	53,4%
<i>Total Não</i>	5792	2710	3082	332	163	170	42	71	86	133
%	20,9%	20,2%	21,5%	33,0%	34,5%	31,9%	33,6%	29,6%	33,3%	34,8%

Fonte: EB 437, 2015, QC12.7 Do you think that diversity is sufficiently reflected in the media, in terms of...? Gender (male or female)

A importância da Comunicação Social na mudança dos estereótipos é confirmada pelos resultados do EB 465 de 2017, onde 31% dos/as respondentes indicavam ser um problema a forma como a mulher é retratada nos *media* e na publicidade (54% a média UE28).²²

Os anúncios analisados pela CITE indicam uma proporção de anúncios discriminatórios em torno dos 15% nos últimos anos.

Quadro 41 - Evolução do número de anúncios discriminatórios em função do sexo, 2013 a 2016

	Anúncios analisados (n.º)	Anúncios discriminatórios (%)
2016	5.213	15%
2015	6.074	15%
2014	4.621	14%
2013	5.702	14%

Fonte: CITE, 2017, Relatório de Progresso – 2016, Tabela 32, pg. 70

V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género

Área Estratégica 1 — Prevenir, Sensibilizar e Educar

A informação, a sensibilização e a educação são fundamentais para prevenir a violência de género e a violência doméstica. Atuar na prevenção significa combater a violência na sua raiz e em toda a dimensão das suas causas, procurando desenvolver estratégias conducentes a uma sociedade assente na igualdade e livre de discriminação e violência.

²² QC6 Pensez-vous qu'il y a un problème avec la façon dont les femmes sont présentées dans les médias et la publicité en (NOTRE PAYS)?

Violência de género

De acordo com os principais resultados do Eurobarómetro 428, de 2014, as prioridades na luta da violência contra as mulheres²³ indicadas pelos/as respondentes constam do quadro abaixo:

Quadro 42 - Prioridades nos vários tipos de violência contra a mulher (%)

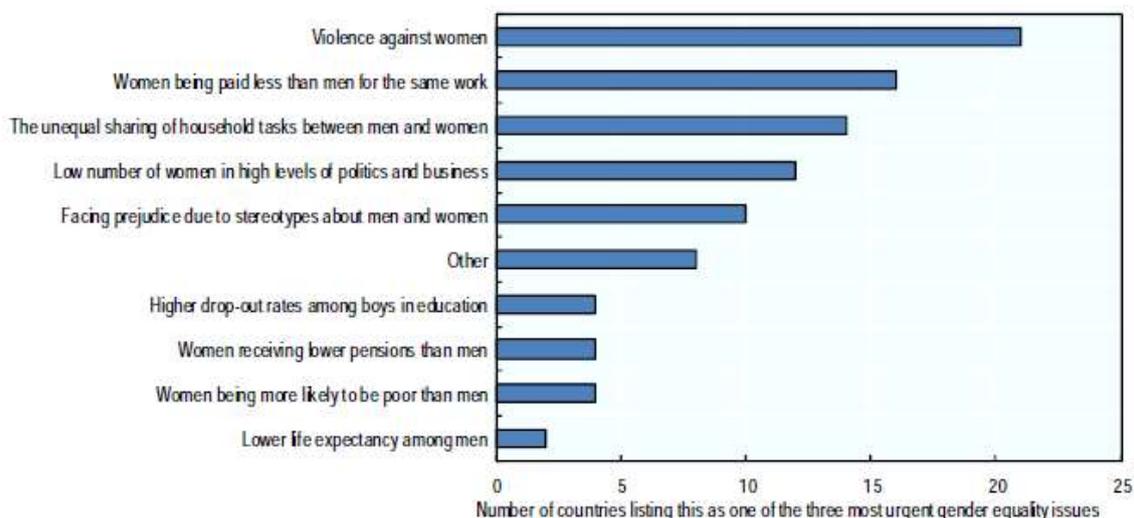
	UE28	PT		
	Total	Total	H	M
Lutar contra a violência sexual	72,5	65,5%	68,6%	62,7%
Violência na intimidade	56,6	67,3%	67,1%	67,4%
Tráfico de Seres Humanos	56,3	54,3%	56,7%	52,2%
Hábitos, práticas negativas	48,6	38,6%	40,6%	36,7%
Danos emocionais e psicológicos	44,5	34,1%	32,3%	36,0%
Assédio, perseguição	36,4	23,2%	23,4%	23,0%
Violência a grupos específicos de mulheres	30,3	22,3%	21,2%	23,2%

Fonte: Eurobarómetro 428, 2014

A violência doméstica e sexual e o TSH constituem as principais prioridades dos/as respondentes em Portugal na luta contra a violência – as mesmas dos/as respondentes da UE28. Logo a seguir, os hábitos e práticas nefastas (casamento forçado e mutilação genital feminina) constituem a quarta prioridade no combate à violência.

Por sua vez, as três áreas prioritárias indicadas pelos membros da OCDE em 2016²⁴ eram a violência contra as mulheres, o gap salarial e a diferenças no trabalho não pago.

Gráfico 11 - Number of countries listing this as one of the three most urgent gender equality issues



Note: 35 countries responded. Each country could select up to three priority issues.

Fonte: OCDE, 2017, The Pursuit of Gender Equality: An Uphill Battle, Paris, pg. 32, figure 1.6

²³ QB8b Which of the following forms of violence against women do you think should be a priority for the EU to combat? (MULTIPLE ANSWERS POSSIBLE)

²⁴ Resultados do OECD Employment, Labour and Social Affairs Committee (ELSAC), Questionnaire on Progress in Implementing the 2013 Gender Recommendation.

Quanto à perceção da violência doméstica em Portugal, as respostas ao EB 449 de 2016 são bem expressivas²⁵ da forma como percecionamos, através da leitura do quadro que se segue.

Quadro 43 - Perceção da violência doméstica em Portugal

	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
<i>TOTAL</i>	27818	13409	14409	1000	469	531	123	233	258	386
<i>Comum</i>	20702	9068	11634	926	427	499	116	215	238	357
<i>%</i>	74,4%	67,6%	80,7%	92,6%	91,0%	94,0%	94,3%	92,3%	92,2%	92,5%
<i>Pouco comum</i>	5889	3668	2220	62	32	30	7	14	17	24
<i>%</i>	21,2%	27,4%	15,4%	6,2%	6,8%	5,6%	5,7%	6,0%	6,6%	6,2%

Fonte: Eurobarómetro 449, 2016

Estas respostas são bastante superiores às do Eurobarómetro 344 de 2010 sobre a mesma questão (86% comum em Portugal, 85% para os homens e 88% para as mulheres).

Área Estratégica 2 — Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração

Esta área vai ao encontro das medidas de proteção e de apoio plasmadas na Convenção de Istambul, visando a capacitação e a autonomização das vítimas e procurando melhorar o seu acesso aos serviços, em resposta às inúmeras necessidades que estas vítimas apresentam, contribuindo, assim, para a prevenção da revitimização e da vitimação secundária.

Mais de 84% dos/as respondentes tinham conhecimento de um serviço de apoio em caso de violência doméstica²⁶.

Quadro 44 – Conhecimento dos serviços de apoio para vítimas de violência doméstica

	PT						
	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
<i>TOTAL</i>	1000	469	531	123	233	258	386
<i>Serviço de informação a vítimas de violência doméstica (800 202 148)</i>	260	114	147	31	58	72	99
<i>(em %)</i>	26,0%	24,3%	27,7%	25,2%	24,9%	27,9%	25,6%
<i>Associação de mulheres contra a violência (213 802 160)</i>	212	89	124	30	53	60	69
<i>(em %)</i>	21,2%	19,0%	23,4%	24,4%	22,7%	23,3%	17,9%
<i>Associação portuguesa de apoio à vítima (707 20 00 77)</i>	741	337	404	96	188	198	259
<i>(em %)</i>	74,1%	71,9%	76,1%	78,0%	80,7%	76,7%	67,1%
<i>Conhece serviço de apoio</i>	842	383	460	105	207	230	301
<i>(em %)</i>	84,2%	81,7%	86,6%	85,4%	88,8%	89,1%	78,0%

²⁵ QB1 In general, how common do you think that domestic violence against women is in (OUR COUNTRY)?

²⁶ QB5 Have you heard of any of the following support services for women who are victims of domestic violence?

Fonte: Eurobarómetro 449, 2016

Torna-se relevante compreender que as potenciais vítimas de violência²⁷ em Portugal indicaram que a Polícia seria a instituição onde apresentariam queixa - 45% para o total (50% mulheres).

Quadro 45 - Instituições onde as vítimas apresentariam queixa

	UE28			PT						
	Total	H	M	Total	H	M	15-24	25-39	40-54	55 +
TOTAL	27718	13412	14306	1005	472	533	125	240	258	382
<i>Sindicatos</i>	2535	1238	1297	33	18	15	2	8	8	15
%	9,1%	9,2%	9,1%	3,3%	3,8%	2,8%	1,6%	3,3%	3,1%	3,9%
<i>ONG</i>	1283	633	649	25	11	14	9	6	5	4
%	4,6%	4,7%	4,5%	2,5%	2,3%	2,6%	7,2%	2,5%	1,9%	1,0%
<i>Tribunais</i>	1784	991	793	102	57	46	6	21	29	46
%	6,4%	7,4%	5,5%	10,1%	12,1%	8,6%	4,8%	8,8%	11,2%	12,0%
<i>Instituto para Igualdade</i>	4730	2174	2556	126	57	69	18	41	38	28
%	17,1%	16,2%	17,9%	12,5%	12,1%	12,9%	14,4%	17,1%	14,7%	7,3%
<i>Advogado</i>	4607	2403	2204	97	49	48	7	24	33	33
%	16,6%	17,9%	15,4%	9,7%	10,4%	9,0%	5,6%	10,0%	12,8%	8,6%
<i>Polícia</i>	9709	4412	5297	456	191	266	58	100	109	190
%	35,0%	32,9%	37,0%	45,4%	40,5%	49,9%	46,4%	41,7%	42,2%	49,7%
<i>Não sabe</i>	2177	1082	1095	137	70	66	16	30	30	61
%	7,9%	8,1%	7,7%	13,6%	14,8%	12,4%	12,8%	12,5%	11,6%	16,0%

Fonte: Eurobarómetro 449, 2016

De notar que 12% das mulheres não sabem onde apresentar queixa, uma proporção acima da média da UE28.

Área Estratégica 5 — Investigar e Monitorizar

O conhecimento sobre o fenómeno da violência doméstica e de género é fundamental para uma tomada de decisão informada.

Os dados publicados pelo INE relativos aos crimes de violência doméstica estão espelhados nos seguintes quadros:

Quadro 46 – Agentes suspeitas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR (N.º) e em % do total

	HM	H	M	H	M
	N.º	N.º	N.º	%	%
2016	23896	20388	3508	85,3	14,7
2015	23543	20268	3275	86,1	13,9
2014	23986	20687	3299	86,2	13,8
2013	23855	20797	3058	87,2	12,8

²⁷ QC9 If you were the victim of discrimination or harassment, to whom would you prefer to report your case?

Fonte, INE, Base de dados, Quadro extraído em 14 de fevereiro de 2018; última atualização destes dados: 31 de outubro de 2017

A maioria dos suspeitos é homem. O número de suspeitos(as) mantém-se sensivelmente na casa dos 24 mil por ano ao longo dos últimos 4 anos. A maioria das vítimas é mulher (ver quadro seguinte). O número de lesados/as situa-se nos 28 mil por ano.

Quadro 47 - Lesadas/os/ ofendidas/os identificadas/os em crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou análogo registados pela PSP e GNR (N.º) por Sexo

	HM	H	M	H	M
	N.º	N.º	N.º	%	%
2016	28192	5594	22598	19,8	80,2
2015	27585	5210	22375	18,9	81,1
2014	27909	5261	22648	18,9	81,1
2013	27612	4937	22675	17,9	82,1

Fonte: INE, Base de dados, Quadro extraído em 14 de fevereiro de 2018; última atualização destes dados: 31 de outubro de 2017

As ocorrências de violência doméstica, bem como a respetiva taxa de incidência²⁸ por distrito, constam do quadro seguinte.

Quadro 48 - N.º de ocorrências de casos de violência doméstica

	2013	Taxa de incidência (%)	2014	Taxa de incidência (%)	2015	2016	Taxa de incidência (%)	2017	Taxa de incidência (%)
Aveiro	1668	2,3	1860	2,6	1766	1708	2,6	1698	2,4
Beja	316	2,1	272	1,8	246	267	1,8	279	1,9
Braga	1877	2,2	1709	2,0	1729	1796	2,2	1838	2,2
Bragança	358	2,6	365	2,8	347	341	2,6	303	2,4
Castelo Branco	437	2,2	474	2,5	443	466	2,5	457	2,5
Coimbra	1130	2,6	1130	2,7	1048	1056	2,6	936	2,3
Évora	376	2,3	363	2,2	378	390	2,5	381	2,4
Faro	1271	2,8	1313	3,0	1323	1372	3,1	1459	3,3
Guarda	313	1,9	357	2,3	394	332	2,3	366	2,5
Leiria	898	1,9	943	2,0	915	859	1,9	898	2,0
Lisboa	5885	2,6	5851	2,6	5907	6249	2,8	6303	2,8
Portalegre	285	2,4	250	2,2	313	345	3,2	300	2,8
Porto	5142	2,8	5151	2,9	4782	4780	2,8	4629	2,6
Santarém	998	2,2	921	2,1	991	908	2,1	808	1,9
Setúbal	2380	2,8	2310	2,7	2285	2265	2,7	2327	2,7
Viana do Castelo	508	2,1	511	2,1	504	516	2,2	498	2,1
Vila Real	587	2,8	585	2,9	564	511	2,7	453	2,3
Viseu	759	2,0	862	2,3	836	799	2,2	778	2,2
RA Madeira	1018	3,8	1011	3,9	1049	1035	4	983	3,9
RA Açores	1112	4,5	1079	4,4	963	1016	4,1	1052	4,3
PT	27 318	2,6	27 317	2,6	26 783	27 011	2,6	2674 6	2,5

²⁸ Taxa de incidência (%) – Número de ocorrências/ Mil habitantes estimados pelo INE.

Fonte: Relatório de Segurança Interna, 2014, pg 51, 2016 pg 34 e 2017 pg 33. O número de ocorrências em 2016 foram obtidos do relatório de 2017.

A taxa de incidência nacional é de 2,5 por mil habitantes. As regiões autónomas apresentam taxas de incidência de 4 por mil habitantes. No Continente, o distrito de Faro registou uma taxa de incidência de 3,3 por mil (2017), muito acima da taxa de outros distritos. Os distritos de Lisboa e Porto são responsáveis por 41% do total das ocorrências.

Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual

Os dados constantes nos Relatório Anual de Segurança Interna sobre estes crimes encontram-se no quadro seguinte:

Gráfico 12 - Número de detidos

	Abuso sexual de crianças	Violação	Pornografia de menores
2014	154	44	25
2016	122	45	32
2017	101	53	37

Fonte: Relatório da Segurança Interna, 2014, pg 47, 2016, pg 28 e 2017, pg 28

Reportando aos dados de 2016 relativamente às vítimas do abuso sexual de crianças, adolescentes ou menores dependentes, 81,3% eram do sexo feminino (81,8% em 2014). Enquanto cerca de 95,7% (em ambos os anos) das pessoas arguidas nestes casos eram do sexo masculino (pg. 48 e 29, respetivamente).

III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina

Área Estratégica 4 — Conhecer

O conhecimento e a investigação assumem -se como instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento de políticas de intervenção nesta área.

A MGF continua a ser uma realidade oculta, quer no que respeita à sua dimensão, quer quanto às circunstâncias em que é praticada no contexto nacional. O conhecimento da prevalência do fenómeno, inclusivamente no que concerne à sua georreferenciação, é, pois, uma condição essencial à adoção de intervenções gerais e específicas ajustadas.

Mutilação Genital Feminina

De acordo com informação divulgada pela DGS²⁹, que analisa o período entre abril de 2014 e dezembro de 2015, foram registados 99 casos de MGF, cuja média de idades das mulheres envolvidas era de 30,4, variando dos 16 aos 62 anos de idade. Todos estes casos de MGF foram registados por unidades de saúde da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (pg. 3).

Neste âmbito, Martingo (2018, pg. 137), afirma que

²⁹ DGS, 2015, Mutilação Genital Feminina. Análise dos casos registados em 2014 e 2015, disponível em: <https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/informacoes/informacao-n-0022016-de-18032016.aspx>

Segundo o EIGE, em 2011 residiam em Portugal 5.835 meninas e raparigas provenientes de países com MGF (nascidas no país de origem ou em Portugal) entre as quais se estabeleciam dois cenários de risco: risco elevado e risco baixo, 1.365 no cenário de risco elevado (23%) e 269 de baixo risco (5%).

Um outro estudo sobre a prevalência de MGF em Portugal - CESNOVA (2015³⁰) - e na base dos microdados do Censos 2011, a estimativa era de “cerca de 5.246 mulheres em idade fértil submetidas à prática, estimando-se ainda a existência de 1.330 mulheres com 50 e mais anos.” (Martingo, 2018, pg 137). O estudo referenciado apurou que o total do número de casos de MGF em Portugal poderia ascender a 6576 (70% dos quais no distrito de Lisboa - cerca de 90% desta população residiam nos municípios de Sintra, Loures, Odivelas, Amadora, Lisboa e Cascais).³¹

Área Estratégica 5 — Cooperação

O presente Programa de Ação continua a privilegiar o trabalho de cooperação com os países onde a MGF se pratica, com particular incidência nos países de língua portuguesa e, em especial, na Guiné -Bissau.

³⁰ CESNOVA/CICS.NOVA (2015): *Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação*. FCSH-UNL, Lisboa

³¹ Ver Martingo, 2018, pg 138.

III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos

No que diz respeito ao III PNPCTSH e em particularmente no que se refere à **AE1 - Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar** - somos inevitavelmente remetidos para a conceptualização de TSH que pode ser ilustrada com base da tabela seguinte:

Tabela 3 - Conceito de Tráfico de Seres Humanos

AÇÃO	MEIO	OBJETIVO	=
Oferecer	Violência	Exploração Sexual	TRÁFICO DE PESSOAS
Entregar	Rapto	Exploração do Trabalho	
Recrutar	Ameaça grave	Mendicidade forçada	
Aliciar	Ardil ou manobra fraudulenta	Escravidão	
Aceitar	Abuso de autoridade	Extração de Órgãos	
Transportar	Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade	Atividades criminosas	
Alojar			
Acolher			

Fonte: Site Oficial do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (<http://www.otsh.mai.gov.pt/>)

Somos desta forma reportados para uma prática que pode ter subjacente inúmeras ações como o aliciar ou o transportar pessoas através, por exemplo, da violência ou do rapto visando, entre outras finalidades, a exploração sexual ou do trabalho e a escravidão. Posto este cenário estamos, então, perante situações de TSH.

A clarificação da definição deste quadro concetual encontra-se, ainda que implicitamente, nos objetivos da primeira área estratégica do III PNPCTSH, podendo ler-se:

As componentes da prevenção e sensibilização são fundamentais a uma eficaz abordagem da temática do tráfico de seres humanos. A consciencialização social nesta área é desenhada, em termos de intervenção, numa perspetiva não só da população em geral, mas também de grupos específicos.

Constituem objetivos estratégicos desta área:

- Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis;
- Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos;
- Investir numa maior especialização no campo académico, que aprofunde o conhecimento das diversas formas de tráfico.

Neste seguimento, e focando esta análise nos grupos mais vulneráveis, reportando a dados de 2017, compreendemos, como revela a tabela seguinte, que no que se refere aos menores não há uma diferença significativa no número de raparigas e rapazes vítimas de exploração sendo que na maioria dos casos Portugal é o país de trânsito e a Roménia o país de destino. Estes menores têm em média 14 anos de idade, cujo tipo de exploração no país de trânsito é desconhecido, mas apurou-se que em oito casos no país de destino tratou-se de mendicidade forçada.

Já, no que diz respeito aos adultos, verificou-se que a grande maioria dos casos de presumível exploração aconteceu em Portugal enquanto país de destino, sendo o maior número de vítimas homens de nacionalidade romena com idades compreendidas entre os 30 e os 45 anos visando a exploração laboral.

Tabela 4 - Caracterização dos menores e adultos sinalizados em 2017 em Portugal por tipologia de país, por sexo, nacionalidade, média de idade e tipo de presumível exploração

	Menores		Adultos	
	Prevalência		Prevalência	
Tipologia de Portugal	País de Trânsito (24)	País de Destino (13)	País de Destino (49)	País de Origem (9)
Sexo	Feminino (14)	Feminino (13)	Masculino (28)	Feminino (6)
Nacionalidade	R.D. Congo (6)	Romena (11)	Romena (18)	Portuguesa (8)
Média de Idades	14 anos	13 anos	31 anos	45 anos
Tipo de (presumível) exploração	Outro/Desconhecido (23)	Mendicidade forçada (8)	Exploração Laboral (31)	Exploração sexual (3)

Fonte: Adaptado de *Tráfico de Seres Humanos – Relatório de 2017*. Ministério da Administração Interna. Observatório do Tráfico de Seres Humanos.

Ainda no campo definido pela AE1 importa ressaltar que tem sido feito um esforço, nos últimos anos, ao nível da investigação sobre a temática (eg. Rodrigues, 2015; Clemente, 2016; Melo, 2016) o que indica uma possibilidade crescente de trabalhar em profundidade o conhecimento das diferentes formas de TSH, a sua conceptualização e dinâmicas prevaletentes.

No âmbito da **AE2 - Educar, Formar e Qualificar** - são de destacar algumas iniciativas de sensibilização e formação realizadas no ano de 2017 com o intuito efetivamente de educar, formar e qualificar:

- Coordenação da Ação de Formação de Formadores sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal em Angola - cooperação entre o OTSH, o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos angolano. A ação contou com o apoio do Oficial de Ligação do MAI e o Oficial de Ligação de Imigração em Luanda via a Direção de Relações Internacionais e Gestão de Fundos Comunitários da SGMAI, e com formadores nacionais e angolanos (Luanda, Angola).
- "Training of Educators on the Prevention of Human Trafficking" promovido pela Juventude Cruz Vermelha Portuguesa em articulação com Centro para a Cooperação no Mediterrâneo da Cruz Vermelha Espanhola – com a presença formadores de 8 Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho (Braga).
- Webinar "Geo-intelligence to counter Human Trafficking" com a participação de 150 elementos das Forças e Serviços de Segurança a nível europeu (European Union Agency for Law Enforcement Training - CEPOL).
- Curso "Prevenção, Identificação e Combate ao Tráfico de Seres Humanos", promovido pelo Jurisnova/Associação da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa).
- Palestra no Curso de Promoção a Oficial Superior da GNR 2016/2017, no âmbito da Unidade Curricular de Ciências Criminais, no Instituto Universitário Militar (IUM)/Área de Ensino Específico da Guarda Nacional Republicana (GNR) (Lisboa).
- Seminário "Assisting Victims of Human Trafficking for Sexual Exploitation", promovido pela Academy of European Law (ERA) no Centro de Estudos Judiciários

(CEJ). O Seminário foi organizado em cooperação com o Centro de Estudos Judiciários, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a LEFÕ, a Agência Nacional contra o TSH da Roménia (ANITP), a Comissão para o Combate ao TSH da Bulgária, e a Associação Weisser Ring (Lisboa).

- Iº Seminário da Rede Norte de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (Porto).

(Tráfico de Seres Humanos – Relatório de 2017. Ministério da Administração Interna. Observatório do Tráfico de Seres Humanos, 2018, p. 8)

Atendendo neste momento aos objetivos presentes na **AE3 - Proteger, Intervir e Capacitar** - compreendemos que um dos indicadores de sucesso da concretização dos mesmos poderá ser a redução de número de crimes de TSH registados pelas autoridades policiais de 2016 para 2017 passando de 51 sinalizações para 40.

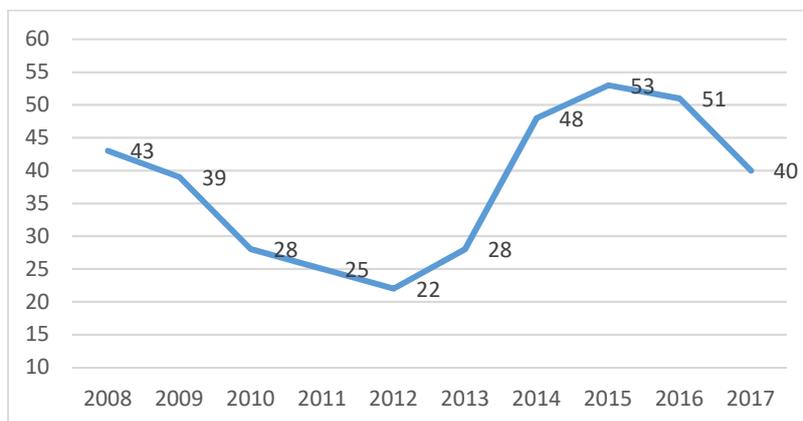
Tabela 5 - Total de crimes de TSH registados pelas autoridades policiais (2016-2017)

Ano	2016	2017
Total ³²	51	40

Fonte: DGPJ in Tráfico de Seres Humanos – Relatório de 2017. Ministério da Administração Interna. Observatório do Tráfico de Seres Humanos.

Atendendo à **AE 4 – Investigar Criminalmente** - são de salientar as oscilações do número de crimes de TSH registadas pelas autoridades policiais ao longo dos anos, sendo que o ano de 2012 foi o que assinalou menos crimes, seguindo-se anos de crescimento, tendo sido registado o de 2015 como aquele que teve mais casos de tráfico de pessoas, entrando-se de seguida num período de declínio dos números deste crime, pelo que em 2017 foram 40 os casos registados.

Gráfico 13 - Distribuição dos crimes de tráfico de pessoas registados pelas autoridades policiais (nº)



Fonte: MAI, OTSH, Relatório de 2017 (Tabela 12)

Os dados presentes no Relatório da Segurança Interna (2016) revelam que o ano de 2013 foi, nos últimos anos, o que registou o número mais baixo de inquéritos distribuídos por TSH e o ano seguinte o que registou o maior número. Seguiu-se um decréscimo, porém em 2017 assinalou-se, como demonstra o quadro seguinte, um aumento do número de inquéritos distribuídos.

³² Atualização de dados: 26.02.2018

Quadro 49 - Evolução do nº de inquéritos distribuídos por Tráfico de pessoas

2013	2014	2015	2016	2017
11	22	18	15	20

Fonte: Relatório da Segurança Interna, 2016, pg. 46, 2017, pg. 43

Foram, no entanto, segundo o mesmo Relatório, em 2017 investigados 37 inquéritos tendo a sua maioria origem em Lisboa como revela o quadro que se segue.

Quadro 50- Nº de inquéritos investigados, por distritos, em 2017

Tipo	Número	Distritos	Número
Laboral	15	Lisboa	14
Mendicidade	3	Porto	6
Sexual	8	Aveiro	3
Menores	8	Faro	3
Outro	2		
Total	37		

Fonte: Relatório de Segurança Interna, 2017, pg 43

Em termos de número de vítimas de TSH, observa-se uma flutuação no número total destacando-se o ano 2013 como aquele que registou o maior número de vítimas em Portugal, registo este que sofreu ao longo dos últimos anos algumas oscilações, pelo que em 2017 assistiu-se um novo decréscimo.

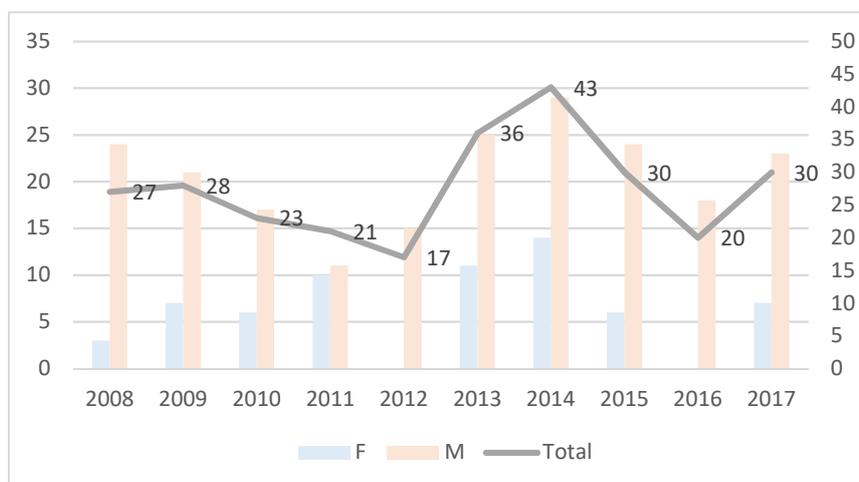
Quadro 51 - Nº de vítimas de TSH sinalizadas entre 2013 - 2017

	2013	2014	2015	2016	2017
Em Portugal	299	182	135	228	150
No estrangeiro	9	15	58	33	25
	308	197	193	261	175

Fonte: Relatório de Segurança Interna, 2016, pg. 48, 2017 pg. 45

Importa também compreender a distribuição dos agentes/suspeitos (pessoas singulares) registada em crimes de TSH por sexo que é retratada pelo gráfico seguinte:

Gráfico 14 - Agentes/Suspeitos identificados em crimes registados por tráfico de pessoas, segundo o sexo



Fonte: MAI, OTSH, Relatório de 2017 (Tabela 14)

Por fim, tendo a **AE5 do III PNPCTSH – Cooperar** – cabe-nos aludir, pelo seu sentido de oportunidade, ao Relatório do OTSH (2015) defendendo também a necessidade de monitorizar ainda os seguintes cenários:

- a) Indícios de atuação a nível europeu das redes criminosas envolvidas no auxílio à imigração ilegal e no TSH;
- b) No aumento dos fluxos migratórios com diversificação de rotas – possível aumento do TSH como crime conexo (especialmente entre mulheres e crianças) para fins de exploração sexual e laboral (Europol, 2016a);
- c) Na utilização criminosa do sistema de pedido de asilo, como método de entrada na UE e já utilizado por traficantes em anos transatos (RASI, 2014);
- d) Na especial vulnerabilidade dos menores, especificamente os menores não acompanhados, quer em “trânsito” (Comissão Europeia, 2016a; 2016b; EASO, 2016), quer em sede de acolhimento nos países de destino – desaparecimentos ou fugas que podem estar associados a planos migratórios individuais (para outros países com comunidades de origem/família) ou, no pior cenário, associados a situações de tráfico com focus na exploração para mendicidade forçada, laboral e sexual (Missing Children Europe, 2016; Conselho da Europa, 2016).

(OTSH,2016, pp. 36-37):

Anexo IV - Guião das Entrevistas

Aspectos gerais

- Perante os objetivos estratégicos definidos acha coerentes as áreas estratégicas indicadas como enquadramento das medidas/ações a desenvolver?
- Destacaria alguma dessas áreas estratégicas?
- Considera que os objetivos e as linhas estratégicas definidas para Portugal se enquadram nos referenciais de âmbito Europeu e Internacional?

Execução dos Planos

- Existiram dificuldades na implementação das medidas? Quais? Como foram superadas?
- Quais as principais dificuldades e elementos facilitadores encontrados ao longo deste processo?

Dinâmicas processuais

- Considera pertinente a articulação entre planos ou só entre alguns?
- Verificam-se sobreposições e duplicações de medidas dentro do mesmo plano e entre os vários planos?
- Com avalia o grau de conhecimento dos diferentes atores estratégicos nomeadamente das organizações da sociedade civil relativamente aos planos?
- Deveria existir uma abordagem de maior aproximação com os públicos alvo numa perspectiva de facilitar a implementação das medidas?

Análise SWOT

- Quais os principais pontos fortes e fracos que se reconhecem em relação a cada um dos planos?
 - Pontos fortes
 - Pontos fracos – operacionalização das medidas e respetivo impacto
- Quais os principais impactes que decorrerão diretamente na implementação de cada um dos planos?

Perspectivas futuras

- Considera adequada a estrutura de funcionamento dos diversos planos?
- Como desenharia uma estrutura única para dar uma resposta homogénea às problemáticas que atualmente estão inseridas em cada um dos planos
- Que recomendações destacaria com vista a uma melhoria da abordagem dos presentes temas

Anexo V – Guião base para *Focus Groups*

(adaptado para cada FG em função das aprendizagens que vão sendo feitas à medida que se progride na Investigação, por um lado, e à dinâmica da discussão na sessão, privilegiando a espontaneidade do discurso, por outro).

I

Exposição da metodologia Focus Group no quadro mais vasto da Investigação – a sessão junta-se à pesquisa documental, inquérito online e entrevistas individuais (ou duais) aprofundadas.

Indicação do Focus Group como um tempo de reflexão baseado no olhar cruzado de um pequeno grupo selecionado de especialistas, sendo valorizados os aspetos emocionais ligados à experiência dos presentes.

Apresentação dos participantes, explicando-se o critério seguido para os convites feitos. Agradecimento e indicação do valor, simultâneo, do papel pessoal e da representação institucional, que torna a discussão muito rica.

II

Primeira volta à mesa, convidando cada participante a sintetizar em poucos minutos o modo como vê o atual estado da problemática correspondente ao Plano em análise.

Intervenção do moderador procurando:

- Compreender o fundamento da opinião expressa, dando particular atenção à componente emocional de cada intervenção
- Localizar no tempo o que é dito e procurando captar dinâmicas, evoluções, involuções, marcos significativos de percurso
- Ligação do que é expresso com outras componentes da síntese que está a ser feita, visando captar o nível de consistência das apreciações feitas

III

Focalização no Plano. Disponibilidade de exemplar individual para consulta em função dos temas discutidos ao longo da sessão. Exploração do assunto, considerando:

- Tipo de participação, envolvimento com a conceção e desenvolvimento do documento, incluindo intervenções em planos anteriores
- Práticas associadas à implementação do Plano, descrição e resultados obtidos, tentando compreender o impacto pessoal e institucional de eventuais resultados negativos
- Inventário de pontos fortes e fracos do Plano, ponderando a sua importância relativa e procurando causas das forças e fraquezas enunciadas

IV

Levantamento do tema do acesso e qualidade da Teoria subjacente à elaboração do Plano. Elenco de trabalhos de fundo, levando a discussão para tópicos como:

- Grau de conhecimento, familiaridade com textos teóricos relevantes internacionais e portugueses, avaliando da sua suficiência ou não
- Clareza dos conceitos utilizados para a execução do Plano, adequação das categorias criadas na literatura à revelação constante de acontecimentos e de atores, por quem está no terreno
- Apreciação da performance do sistema de produção científico português, modo de funcionamento e de articulação das Universidades entre si

V

Olhar mais atento sobre o número e a diversidade de atores sociais – do setor público, social e privado – que materializam a estratégia do Plano, focando:

- Experiências do quotidiano dentro e fora dos gabinetes, valorização dos espaços de intervenção e da importância do tempo útil para a intervenção
- Mecanismos de relação formal e informal entre instituições e dentro de cada uma, procurando perceber níveis de motivação e de desmotivação associados
- Formas de descobrir e integrar novos atores relevantes para a consecução do Plano, bem como novos argumentos e perspetivas que o texto ainda não contemplará.

VI

Encerramento da sessão. Reafirmação da especificidade da metodologia Focus Group num quadro metodológico mais vasto, em que se procurou uma visão mais emocional do tema:

- Perceção do ânimo de cada um para continuar como ator relevante na concretização de estratégias exigentes em Direitos Humanos.
- Recomendações para melhorias dos próximos Planos, das políticas públicas na área em discussão
- Agradecimentos pela qualidade e intensidade das participações no Focus Group, que simbolizam, para além dos conteúdos, um reconhecimento do valor do trabalho em equipa.

Anexo VI – Questionário V PNI

Questionário Referente ao Plano Nacional para Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação - V PNI (2014-2017)

1. Nome da entidade:

2. Natureza jurídica:

3. Caracterização da entidade:

Questionário Referente ao Plano Nacional para Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação - V PNI (2014-2017)

4. Se aplicável indique se durante o período do V PNI foi elaborado e/ou implementado um Plano Municipal ou Sectorial para a Igualdade, ou já existia:

Sim Não Já existia

5. Se aplicável indique se durante o período de vigência do V PNI foi nomeado(a) um Conselheiro(a) para a Igualdade?

Sim Não Já existia

6. Dentro do período de vigência do V PNI a sua entidade realizou ações no âmbito da Igualdade de Género?

Sim Não

7. Tipo de públicos alvo das ações realizadas:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Funcionários da Administração Central | <input type="checkbox"/> Comunidades locais |
| <input type="checkbox"/> Funcionários da Administração Local | <input type="checkbox"/> Comunidades escolares |
| <input type="checkbox"/> Técnicos de outras entidades | <input type="checkbox"/> Grupos vulneráveis da população |
| <input type="checkbox"/> Pessoal de empresas | <input type="checkbox"/> Outros |

Questionário Referente ao Plano Nacional para Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação - V PNI (2014-2017)

8. Tendo em conta o conhecimento sobre igualdade de género em Portugal, classifique cada um dos objetivos estratégicos no quadro das áreas estratégicas em função da sua relevância na resposta a problemas que considere prioritários (assinale a célula correspondente à escala de prioridade: 1- nada relevante; 2- pouco relevante; 3- relevante ; 4- muito relevante)

Área Estratégica 1 Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local

	1	2	3	4
Garantir a centralidade das políticas para a igualdade de género na estrutura da governação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a transversalidade das políticas para a igualdade de género em todas as outras políticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacitar os(as) agentes da Administração Pública central e local, através de formação inicial e contínua	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recolher e tratar dados estatísticos, desagregados por sexo, e assegurar a sua disseminação regular	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reforçar a cooperação com as autarquia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas

	1	2	3	4
Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover e difundir a investigação científica realizada nesta área	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estruturar o planeamento e a formulação das políticas públicas e avaliar o seu impacto na perspetiva da igualdade de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuir para a compreensão da exclusão social e da desigualdade de género enquanto fenómenos intercomunicantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sensibilizar os diferentes profissionais que trabalham no domínio da inclusão social e junto de populações vulneráveis, para a integração da dimensão de género nas suas práticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover competências de base necessárias à construção e desenvolvimento de projetos de vida inclusivos junto de grupos específicos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, designadamente mulheres rurais, mulheres imigrantes e mulheres idosas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuir para a prevenção dos múltiplos fatores que estão na origem da condição de maior vulnerabilidade da população idosa em vários domínios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Integrar a dimensão da igualdade de género nas políticas do ambiente, ordenamento do território e energia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 3 — Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal

	1	2	3	4
Reduzir as desigualdades que persistem entre mulheres e homens no mercado de trabalho, designadamente ao nível salarial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, e divulgar boas práticas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentivar a implementação de planos para a igualdade nas empresas privadas e monitorizar o cumprimento das normas relativas à implementação desses planos no sector empresarial do Estado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reforçar os mecanismos de acesso das mulheres a lugares de decisão económica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 4 — Orientação Sexual e Identidade de Género

	1	2	3	4
Prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a sensibilização de toda a sociedade portuguesa para esta problemática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Garantir a implementação e monitorização dos compromissos internacionais, aos quais Portugal está vinculado, em matéria de não-discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 5 – Organizações não-governamentais

	1	2	3	4
Reforçar a cooperação com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 6 — Comunicação Social

	1	2	3	4
Capacitar os(as) profissionais de comunicação, em particular jornalistas, para a introdução da dimensão de género nos conteúdos por si produzidos e ou editados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criar mecanismos de sinalização de conteúdos jornalísticos e publicitários sexistas e estereotipados do ponto de vista do género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a sensibilização do público em geral sobre as questões da igualdade de género e não-discriminação, com recurso ao meio de comunicação privilegiado, que é a televisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 7 – Cooperação

	1	2	3	4
Participar ativamente nos principais fora internacionais em matéria de igualdade de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disseminar, implementar e monitorizar as orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado, em matéria de igualdade de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Promover a transversalização da igualdade de género em todas as políticas de cooperação internacional

Multiplicar as medidas de promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas

Questionário Referente ao Plano Nacional para Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação - V PNI (2014-2017)

9. Tendo em conta as atividades desenvolvidas pela sua entidade no âmbito do V PNI, em que medidas das respetivas áreas estratégicas prevê resultar maior impacto.

Área Estratégica 1 Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
1) Promover a implementação, em cada ministério, de um plano para a igualdade, tendo em vista integrar a dimensão da igualdade de género e da não-discriminação na estrutura interna e na ação externa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2) Formação de dirigentes, agentes da Administração Pública, conselheiros(as) ministeriais para a igualdade e equipas interdepartamentais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3) Promover ações de formação em igualdade, impacto de género das iniciativas legislativas e orçamentos sensíveis ao género para os(as) juristas responsáveis pelo processo legislativo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4) Promover iniciativas de orçamentos sensíveis ao género.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5) Assegurar a recolha, o tratamento e a divulgação de informação estatística relativa aos recursos humanos da Administração Pública, desagregada por sexo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6) Assegurar a recolha, tratamento e divulgação de informação estatística, desagregada por sexo, relativa à execução de todas as políticas públicas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7) Assegurar, a nível institucional, a adoção de uma política comunicacional não-discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género, em todos os organismos públicos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 2 – Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
23) Realizar ações de sensibilização e de formação sobre igualdade de género em saúde.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 3 — Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
42) Monitorizar a aplicação do regime jurídico do sector empresarial do Estado, no que se refere à implementação de planos para a igualdade e à representação de mulheres nos conselhos de administração.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 4 — Orientação Sexual e Identidade de Género

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
52) Sensibilizar profissionais e especialistas de áreas estratégicas para as questões da orientação sexual e identidade de género.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

54) Implementar e monitorizar a aplicação das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
---	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Área Estratégica 7 – Cooperação

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
62) Contribuir para a consolidação das políticas de igualdade da União Europeia e das adotadas noutras organizações internacionais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
63) Dar a conhecer os compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, bem como as orientações produzidas pelos organismos internacionais em matéria de igualdade de género.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
65) Estabelecer Protocolos bilaterais de cooperação e programas de intercâmbio profissional no âmbito das políticas de igualdade de género, com países terceiros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
66) Assegurar uma efetiva implementação das orientações constantes da Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
67) Consolidar a cooperação com os Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
68) Realizar a transversalização da dimensão da igualdade de género em todas as políticas sectoriais de cooperação para o desenvolvimento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questionário Referente ao Plano Nacional para Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação - V PNI (2014-2017)

10. Com a realização das ações efetuadas no âmbito do V PNI foram alcançados os resultados esperados?

- Sim Não

11. Durante o período do V PNI com que entidades estabeleceu parcerias para colaboração

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> CIG | <input type="checkbox"/> ONG |
| <input type="checkbox"/> Serviços da administração Pública Central | <input type="checkbox"/> Empresas |
| <input type="checkbox"/> Serviços da Administração Local | <input type="checkbox"/> Escolas |
| <input type="checkbox"/> Outras entidades locais | <input type="checkbox"/> Outras Entidades |

12. Em termos dos resultados, que benefícios retira das parcerias formadas no âmbito do V PNI?

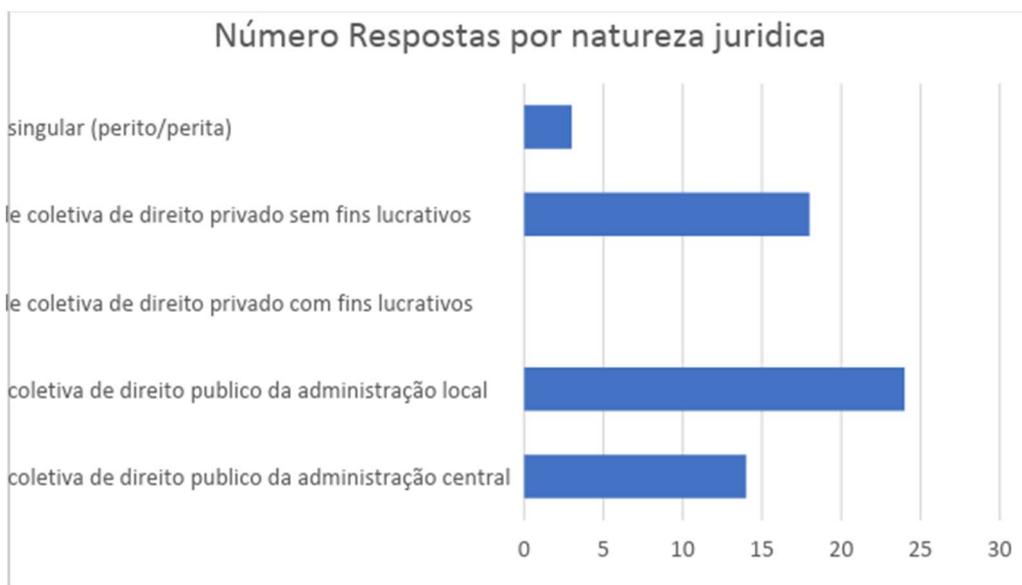
- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Apoio à elaboração e/ou implementação das ações/projetos | <input type="checkbox"/> Investigação e conhecimento |
| <input type="checkbox"/> Promoção do trabalho em rede | <input type="checkbox"/> Melhoria nas ações de sensibilização |
| <input type="checkbox"/> Informação técnica | <input type="checkbox"/> Melhoria das ações de formação |

13. Tendo em conta a sua experiência e/ou da sua entidade na implementação do V PNI que recomendações gostaria de sugerir com vista à melhoria da problemática da igualdade de género

Anexo VII – Análise do inquérito VPNI

Reportando-nos aos questionários lançados junto das principais entidades ligadas ao tema da igualdade de género (questionário em anexo) com uma taxa de resposta de 21,6 % apresentam-se seguidamente algumas conclusões emergentes.

Gráfico 1



Em termos da natureza jurídica das entidades e de acordo com o número de respostas, total de 59, destacam-se as entidades da Administração Local com cerca de 40% seguidas pelas entidades particulares de solidariedade social com 30%. A mesma conclusão se retira da análise do gráfico 2 em que se salienta a Administração Local como a área mais representativa

Gráfico 2

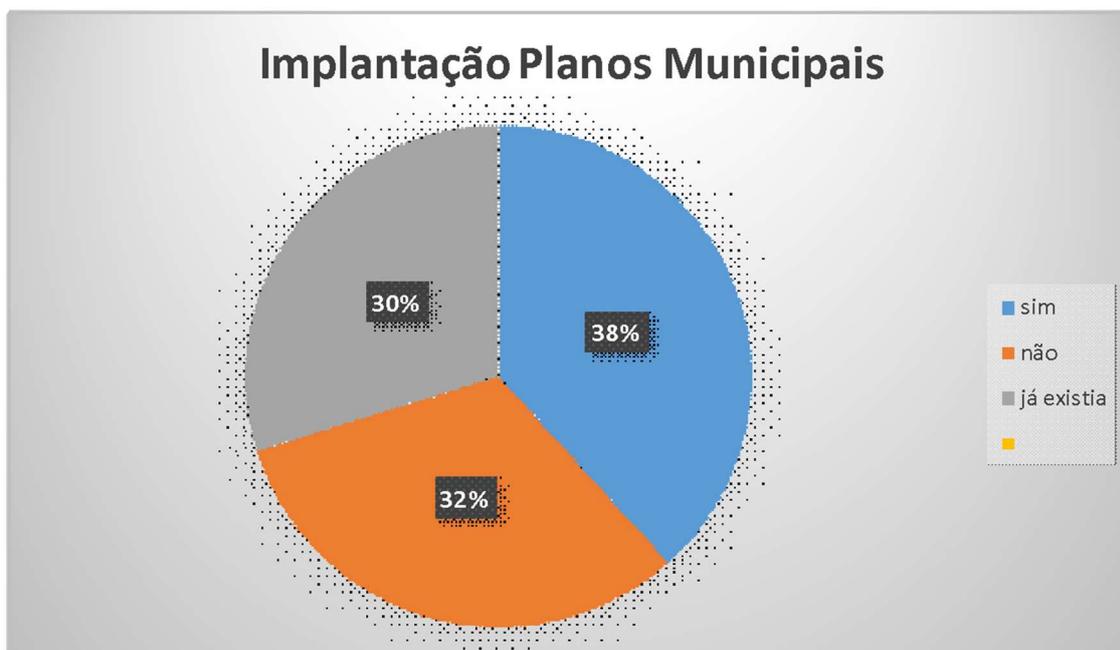


2. Dos 24 municípios que responderam à questão da existência ou não de Planos Municipais de Igualdade de Género destacam-se 9 que estão a implementar Planos nacionais de Igualdade e outros tantos que já possuíam estes planos o que significa que os municípios são entidades com um peso relevante na execução dos PNI uma vez que representam 56% das entidades com PNI

No que respeita aos ministérios encontram-se 7 a implementar planos e 2 que já possuíam perfazendo assim 9 ministérios com PNI.

Assim das 47 entidades que responderam sobre a existência de planos de igualdade as que apresentam valores mais positivos são os municípios e os ministérios com 56% e 28% respetivamente

Gráfico 3



Em relação à implantação dos Planos municipais durante os anos de 2014 a 2017, 38% criaram novos Planos Municipais.

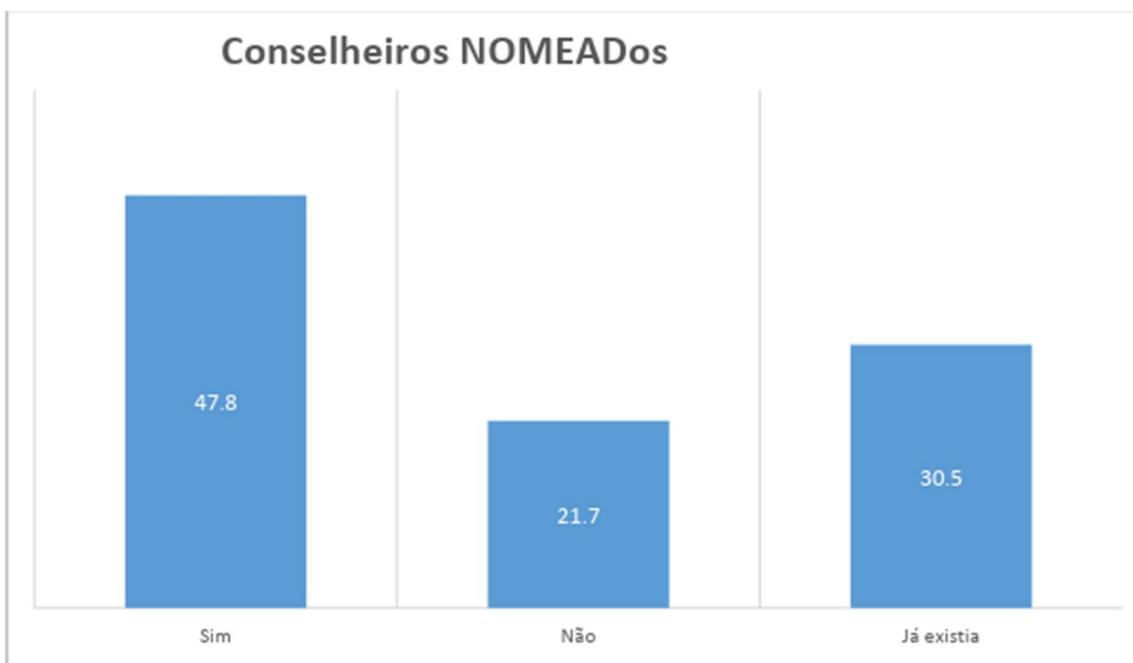
3. Relativamente à nomeação de conselheiros e, em termos globais, verifica-se que a situação é confortável na medida em que as entidades que não nomearam conselheiros representam apenas cerca de 20% (gráfico 4).

Numa análise mais detalhada e das entidades que possuem conselheiros municipais destacam-se os municípios com 58% e os ministérios com 27%; as entidades que estão numa situação menos favorável são as ONG com menos conselheiros nomeados.

Conselheiros Nomeados, por Entidades

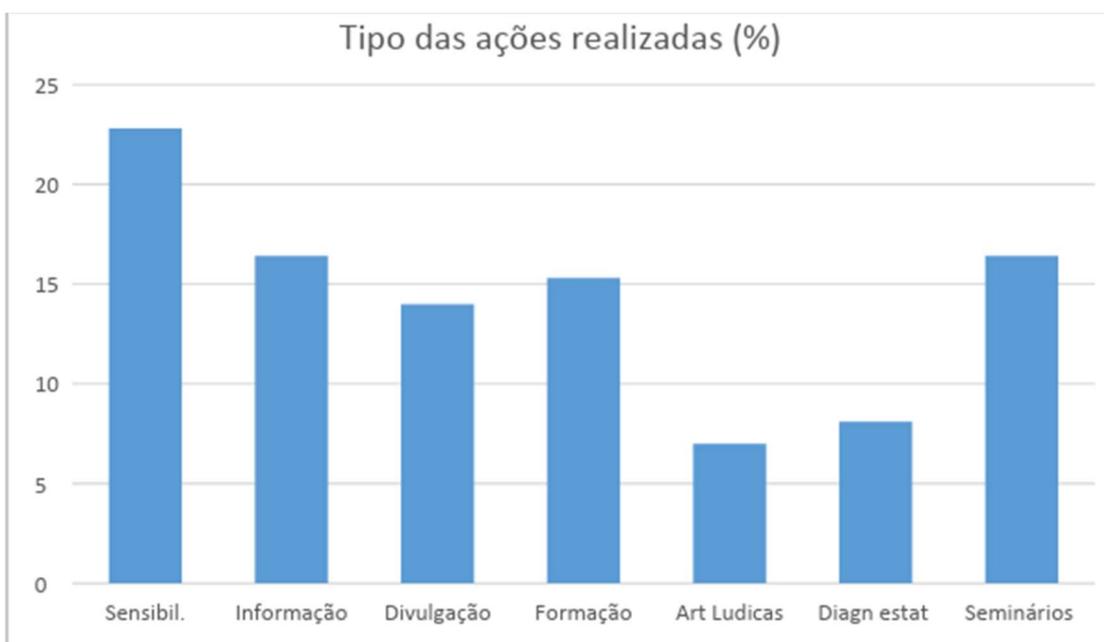
	SIM	Já existia	Náo
Municípios	13	8	1
Ministérios	8	2	0
ONG		3	6
TOTAL	22	14	10

Gráfico 4



4. Número de ações realizadas segundo o tipo por área da entidade

Gráfico 5



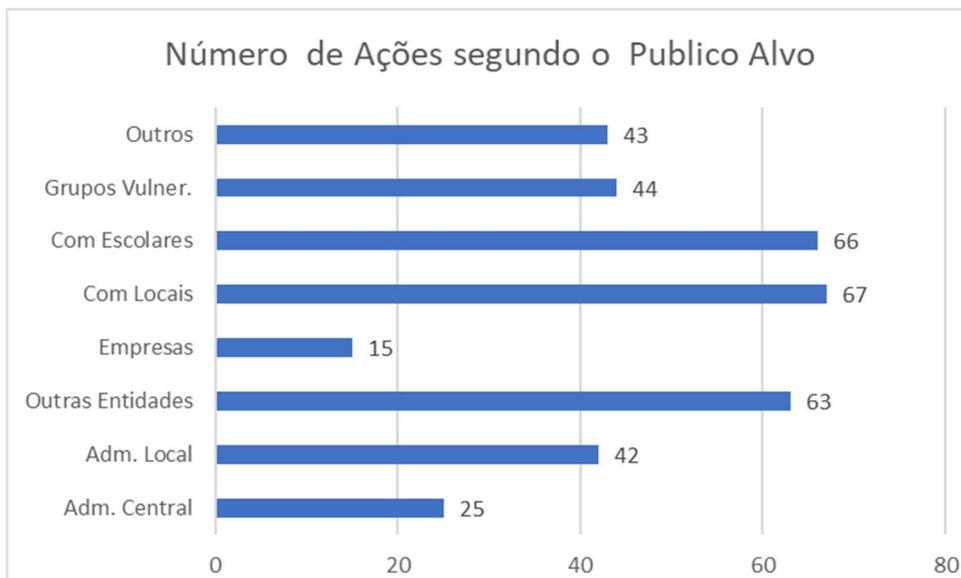
Pelo Gráfico 5 destacam-se as ações de sensibilização com mais de 20% bem como as ações de informação e seminários com mais de 15% cada uma delas.

Quanto às entidades que realizaram estas ações de igualdade de género há que destacar as entidades ligadas à Administração Local com 65 ações o que representa 38% do total (177) e representando as ações de sensibilização e informação 29 ações, 45%

Uma área tão importante como a da Cidadania e Igualdade abrange apenas 22 acções ou seja 13% sendo a maioria preenchida por acções de sensibilização e seminários e não por formação como se constata também pelo gráfico 5

5.Quanto à questão relativa ao “Publico alvo das acções realizadas segundo a área da entidade “ destacam-se fundamentalmente o numero de acções levadas a cabo pelas comunidades escolares e comunidades locais.

Gráfico 6



6.Da relevância dos objetivos estratégicos por áreas estratégicas salientam-se os seguintes aspectos:

Área estratégica 1

Na área estratégica 1 de um modo geral são considerados relevantes a maioria dos objectivos tal como se constata pelo gráfico 7 . Porém o que aparece em primeiro lugar é o relativo ao “Promover a transversalidade das políticas para a igualdade de género em todas as outras políticas” seguido pelo da “Garantir a centralidade das políticas para a igualdade de género na estrutura da governação”

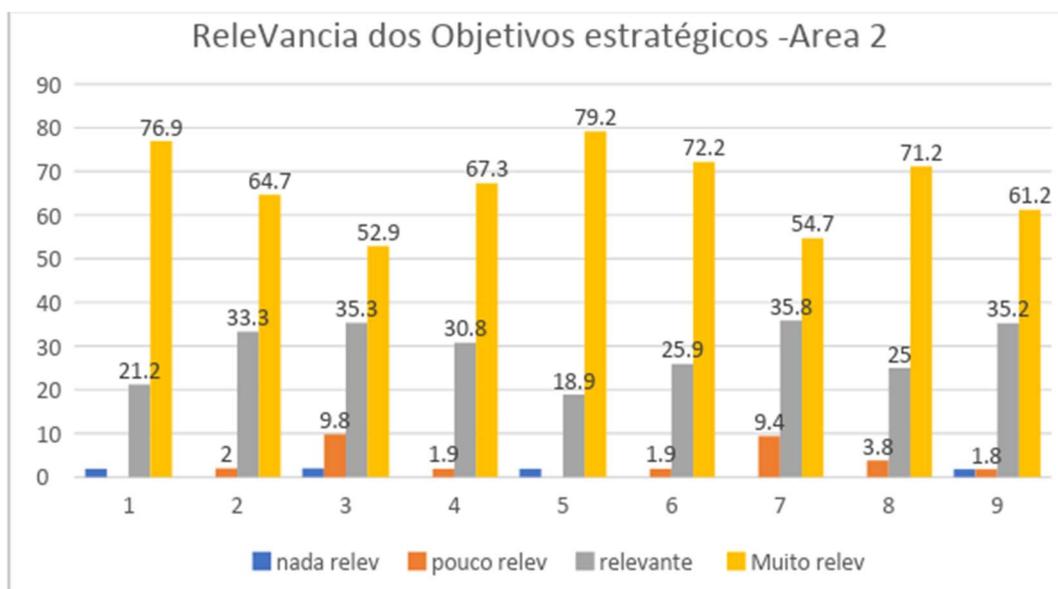
Gráfico 7



Área estratégica 2

Na área estratégica 2 são considerados relevantes a maioria dos objetivos tal como se constata pelo gráfico 8 destacando-se o relativo ao “Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género”, o “Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas” e “Sensibilizar os diferentes profissionais que trabalham no domínio da inclusão social e junto de populações vulneráveis, para a integração da dimensão de género nas suas práticas”

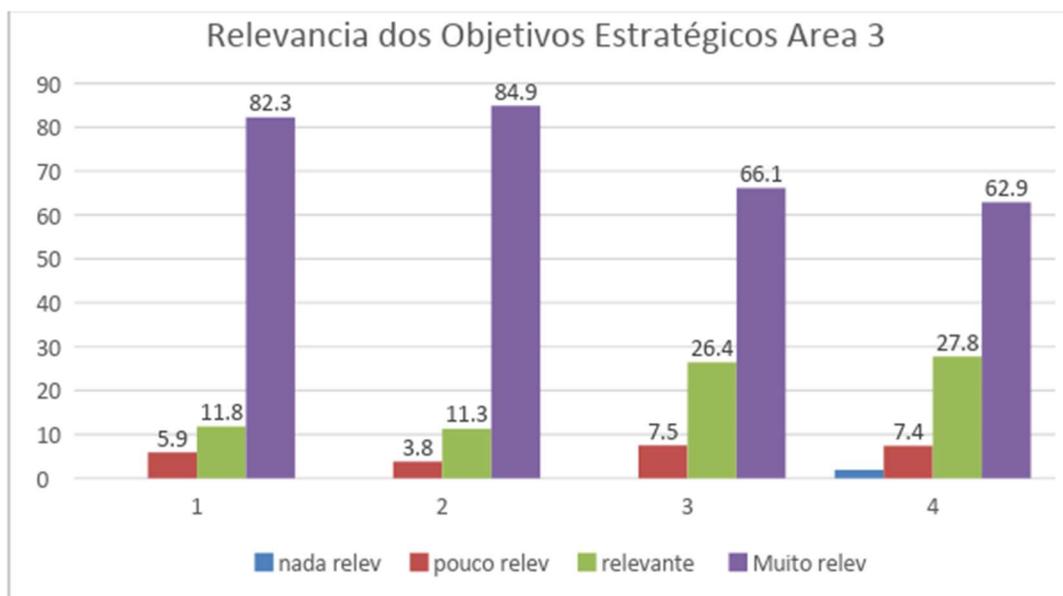
Gráfico 8



Área estratégica 3

Nesta área estratégica destacam-se essencialmente 2 objectivos estratégicos dos 4 definidos, “Reduzir as desigualdades que persistem entre mulheres e homens no mercado de trabalho, designadamente ao nível salarial e “Reforçar os mecanismos de acesso das mulheres a lugares de decisão económica” de acordo com o gráfico 9

Gráfico 9



Área estratégica 4

Dos 3 objectivos estratégicos definidos destacam-se dois como mais relevantes, “Prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género” e “Promover a sensibilização de toda a sociedade portuguesa para esta problemática”, Gráfico 10

Gráfico 10

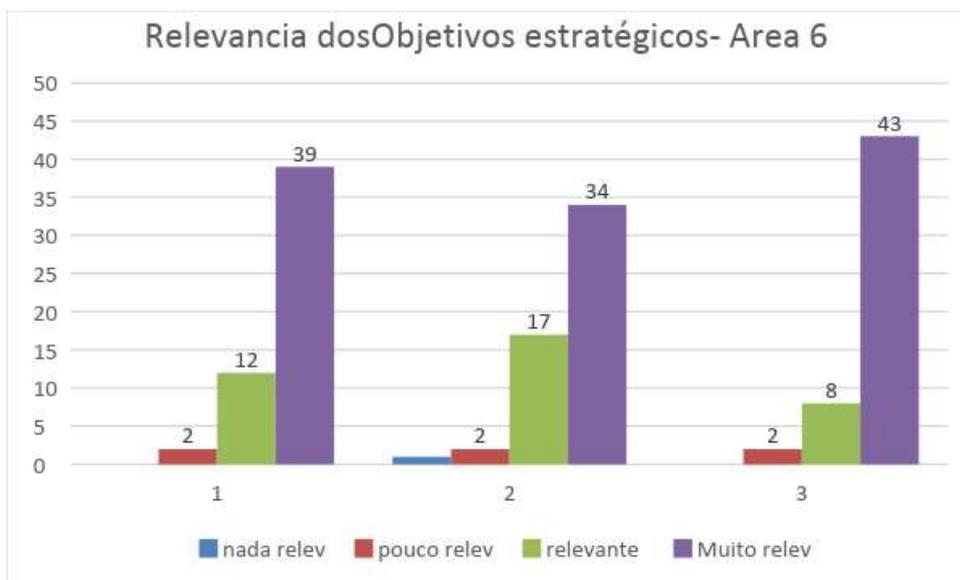


Apesar da área estratégica 5 ter apenas definido um objectivo estratégico, este objectivo foi considerado relevante

Área estratégica 6

Nesta área com 3 objectivos estratégicos o relativo a “Promover a sensibilização do público em geral sobre as questões da igualdade de género e não discriminação, com recurso ao meio de comunicação privilegiado, que é a televisão” aparece como o mais relevante.

Gráfico 11



Área estratégica 7

Nesta área com 4 objectivos estratégicos e todos considerados relevantes, tal como em todas as áreas estratégicas anteriores, destacando no entanto o relativo a “Multiplicar as medidas de promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas” bem como o de “Disseminar, implementar e monitorizar as orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado, em matéria de igualdade de género”.

Gráfico 12



7. Relativamente ao êxito dos resultados esperados por área da entidade pode-se concluir por um resultado positivo tal como se constata pelo gráfico 13

Gráfico 13



8 Quanto aos resultados alcançados com a realização das acções efectuadas no âmbito do VPNI obtiveram-se resultados positivos em todas as áreas mas sobretudo na maior sensibilização

obtida em relação ao tema da igualdade de género e não discriminação e na melhor articulação entre os vários actores intervenientes nesta temática.

Gráfico 14

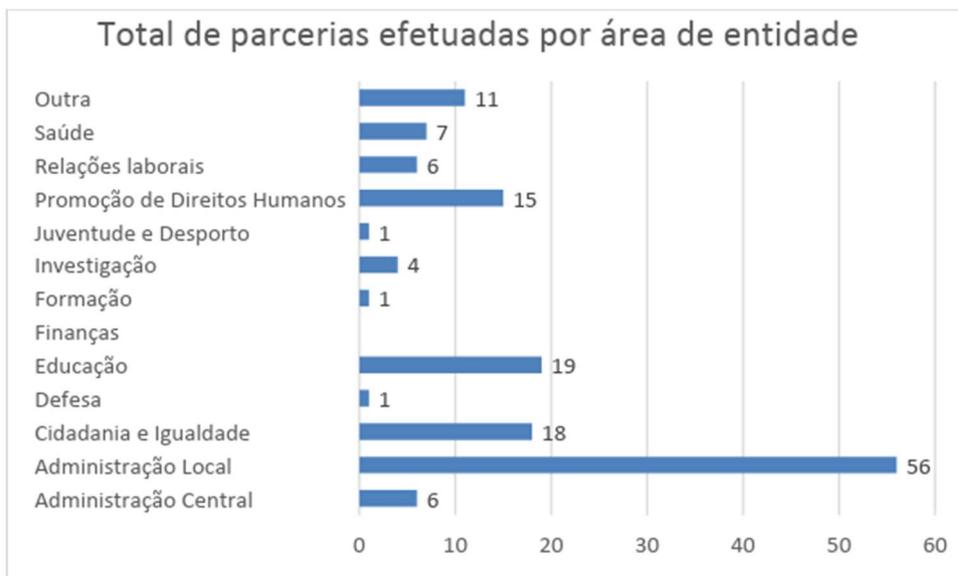


9.Quanto às parcerias levadas a cabo com cada uma das entidades destacam-se a CIG, as escolas e outras entidades locais (Gráfico 15). Por outro lado salienta-se a Administração Local como entidade que realizou maior numero de parcerias (Gráfico 16)

Gráfico 15

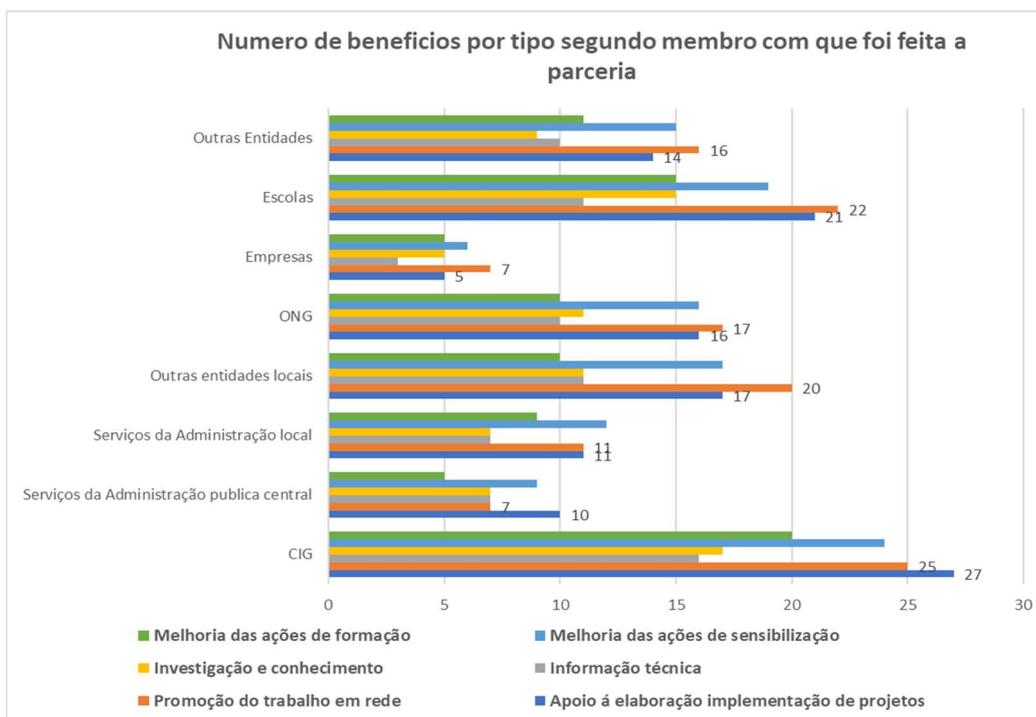


Gráfico 16



10. Quanto ao número de benefícios por tipo segundo o membro com quem foi feita a parceria regista-se que as parcerias com a CIG e os serviços da Administração Central tiveram como benefícios maiores o apoio a elaboração e implementação de projectos seguida da promoção de trabalho em rede no caso da CIG e melhoria das acções de sensibilização no caso da Administração Central; a promoção do trabalho em rede destaca-se nas escolas, nas empresas, ONG e outra entidades locais

Gráfico 17



Anexo VIII – Análise de Execução de Medidas do VPNI por Área Estratégica

AE1	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivos	Entidades participantes	Indicadores	Execução
1	1) Promover a implementação, em cada ministério, de um plano para a igualdade, tendo em vista integrar a dimensão da igualdade de género e da não -discriminação na estrutura interna e na ação externa.	Garantir a centralidade das políticas para a igualdade de género na estrutura da governação; Promover a transversalidade das políticas para a igualdade de género em todas as outras políticas;	Planos de Ação Sectorial para a Igualdade aprovados em todos os Ministérios. 1 Relatório anual a apresentar até 31 de janeiro. 1 Relatório final de execução do plano.	PCM/CIG Todos os Ministérios MSESS MAI MEC ME MA	Número de Ministérios com Planos de Ação Sectorial para a Igualdade aprovados. Número de Ministérios que apresentaram à tutela da Igualdade um relatório intercalar e um relatório final de execução do Plano. Atualização dos conteúdos do Portal para a Igualdade	2014 Foram aprovados PSI's de Presidência e conselho de Ministros, Min Finanças, MNE, Min Defesa, MAI, Min Economia, Min Agricultura , Min Saúde, MEC, Sect estado Cultura, MSESS Em 31 de janeiro de 2016, apresentaram relatórios anuais de execução, dos respetivos Planos Sectoriais, os seguintes ministérios: - Ministério da Agricultura e do Mar; - Ministério da Defesa Nacional; - Ministério das Finanças; - Ministério da Justiça; - Ministério dos Negócios Estrangeiros; - Ministério da Saúde - Secretaria de Estado da Cultura Até 31 de janeiro de 2017, apresentaram relatórios anuais de execução, dos respetivos Planos Sectoriais, os seguintes ministérios: Ministério Negócios Estrangeiros; Ministério das Finanças; Ministério da Defesa Nacional; Ministério da Administração Interna; Ministério da Justiça; Ministério da Educação; Ministério da Saúde.
2	2) Formação de dirigentes, agentes da Administração Pública, conselheiros(as) ministeriais para a igualdade e equipas interdepartamentais	Capacitar os(as) agentes da Administração Pública central e local, através de formação inicial e contínua;	1 ação de formação inicial. 3 ações de formação contínua em matéria de igualdade de género,	PCM/CIG Todos os Ministérios M Economia, Min Agricultura ,	Número de ações de formação realizadas.	2014- Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército Ação de formação par inspetores gerais 3 acções de formação abrangendo 75 (10H e 65M)

			<p>cidadania e não-discriminação</p>	<p>Min Saúde, MEC, Sect estado Cultura, MSESS</p>	<p>Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo e categoria profissional.</p>	<p>2015- Curso de Formação em Igualdade de Género, promovido pelo Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros (CEJUR) e pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), intitulado “Melhorar a Eficiência e a Qualidade do Orçamento Público O Ministério da Defesa Nacional (MDN)- módulo na formação de ética profissional e atitude comportamental, vocacionada para o combate ao assédio sexual. Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército sobre Igualdade de Género 3 acções de formação abrangendo 4459 (4360 H e 99M) 2016- Ações de formação sobre igualdade de género e Políticas Publicas Ações de sensibilização, -23 abrangendo 1849 (1064 H e 785 M sendo cerca de 90% técnicos superiores ou equiparados</p>
3	<p>3) Promover ações de formação em igualdade, impacto de género das iniciativas legislativas e orçamentos sensíveis ao género para os(as) juristas responsáveis pelo processo legislativo</p>	<p>Capacitar os(as) agentes da Administração Pública central e local, através de formação inicial e contínua</p>	<p>Introdução da dimensão de género, avaliação do impacto de género nas iniciativas legislativas e orçamentos sensíveis ao género. 1 ação por ano</p>	<p>PCM/CEJUR Todos os Ministérios. M Economia, Min Agricultura , Min Saúde, MEC, Sect estado Cultura, MSESS</p>	<p>Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo.</p>	<p>2014- O CEJUR em colaboração com a CIG realizou uma ação de formação intitulada “Igualdade entre mulheres e homens e políticas publicas” abrangendo 75 pessoas 2015-integradas na medida 2 2016- No âmbito desta medida, a CIG em colaboração com o CEJUR realizou, no dia 6 de dezembro, uma ação de formação sobre “Políticas Públicas para a Igualdade entre Mulheres e Homens: os Planos Nacionais para a Igualdade”, abrangendo 46 pessoas (6H e 40M) 100% chefias e técnicos superiores ou equiparados</p>

4	4) Promover iniciativas de orçamentos sensíveis ao género.	Promover a transversalidade das políticas para a igualdade de género em todas as outras políticas;	1 iniciativa de orçamento sensível ao género.	MF Todos os Ministérios À excepção do das Finanças e Ambiente	Número de iniciativas de orçamento sensíveis ao género.	2014- Ver medida 2 2015- O Ministério da Finanças reportou que, atendendo às restrições orçamentais, a execução desta medida está prevista para 2017. 2016- foi aprovada a introdução de uma rubrica a incluir nos orçamentos de todos os ministérios sobre as verbas alocadas à prevenção e combate da violência de género e violência doméstica. Também o Ministério do Ambiente, divulgou junto de todas as suas Agências e serviços e por todos os pontos focais o manual "Orçamento sensível ao género",
5	5) Assegurar a recolha, o tratamento e a divulgação de informação estatística relativa aos recursos humanos da Administração Pública, desagregada por sexo.	Recolher e tratar dados estatísticos, desagregados por sexo, e assegurar a sua disseminação regular;	Atualização periódica de dados Disponibilização de indicadores relativos ao número de dirigentes no sector das administrações públicas por sexo, cargo e subsector de administração.	MF/DGAEP PCM/INE, I. P Todos os Ministérios .	Relatórios elaborados pela DGAEP. Disponibilização da informação no Dossiê de Género do INE, I.P.	2014- Relatórios trimestrais (INE) e boletins semestrais do BOEP -4 relatórios do INE e 2 relatórios BOEP; 2015- Relatórios trimestrais (INE) e boletins semestrais do BOEP -4 relatórios do INE e 2 relatórios BOEP; 2016- Relatórios trimestrais (INE) e boletins semestrais do BOEP--4 relatórios do INE e 2 relatórios BOEP; 69 quadros no portal estatísticas oficiais
6	6) Assegurar a recolha, tratamento e divulgação de informação estatística, desagregada por sexo, relativa à execução de todas as políticas públicas	Recolher e tratar dados estatísticos, desagregados por sexo, e assegurar a sua disseminação regular;	Atualização periódica de dados	PCM/INE, I.P Todos os Ministérios	Número de serviços da Administração Pública que asseguraram a recolha, o tratamento e a divulgação da informação estatística desagregada por sexo.	2014- foi recolhida informação relativa a 2013 e divulgada no dossier do género no tema "decisão". O INE estabeleceu contacto com todas as entidades da AP para obtenção de dados 2015- O INE estabeleceu contacto com todas as entidades da AP para obtenção de dados 2016-Esta medida foi executada no âmbito do protocolo CIG/INE através do envio de dados e indicadores estatísticos

						para o índice de género do INE. Esta informação foi recolhida com a colaboração de todos os ministérios. Resposta mais saliente do MJ através da DGPI que assegura o tratamento e divulgação de dados. Saliência para os relatórios elaborados pela PSP sobre violência domestica
7	7) Assegurar, a nível institucional, a adoção de uma política comunicacional não - discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género, em todos os organismos públicos.	Garantir a centralidade das políticas para a igualdade de género na estrutura da governação;	Utilização de formas de comunicação não - discriminatórias. 1 Estudo de Avaliação . .	PCM/CIG Todos os Ministérios	Número de modelos de documentos da Administração Pública que introduziram linguagem respeitadora da igualdade de género. Estudo de avaliação da utilização da linguagem inclusiva pela Administração Pública.	2014-A CIG realizou uma ação de formação intitulada "Igualdade entre mulheres e homens e políticas públicas" 5 Ministérios informaram que a documentação institucional adota uma política de comunicação não discriminatória Realização de uma ação pelo INR 2015- Vários ministérios e municípios reportaram que adotaram uma política comunicacional não discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género. Muitas destas entidades receberam formação nesta área, durante 2015. 2016- A CIG realizou ações de sensibilização em todos os ministérios e nos cursos do CEJUR, com recurso ao guia para a linguagem inclusiva na administração pública, que também foi distribuído a todos os ministérios e autarquias municipais. O IHRU disponibiliza sistematicamente informação na respetiva intranet sobre a importância da temática da Igualdade de Género e Não discriminação;

8	8) Promover a implementação de Planos Municipais para a Igualdade.	Reforçar a cooperação com as autarquias.	25 Planos por ano. .	PCM/CIG PCM . . . Municípios ONG	Número de autarquias que implementaram Planos Municipais para a Igualdade 51 autarquias	2014- Foram aprovados planos municipais para a igualdade em alguns concelhos de acordo com a Lei nº 75/2013 Realização de reuniões para apoio à elaboração dos planos municipais 31 2015- Foram aprovados (ou renovados), durante o ano de 2015, 14 Planos Municipais para a Igualdade. APEM realizou o Colóquio Internacional intitulado “Políticas Municipais de Igualdade de Género – Planos, Metodologias e Agentes”, 2016- CIG articulou com as Autarquias que já detêm Plano Municipal para a Igualdade, no sentido do apoio técnico para a sua implementação, ou então junto das autarquias que detêm protocolo com a CIG, mas que ainda não possuem Plano Municipal para a Igualdade, para dar apoio técnico necessário para a sua elaboração Mais 6
9	9) Promover a nomeação de conselheiros(as) locais para a igualdade.	Reforçar a cooperação com as autarquias.	25 conselheiros(as) locais por ano	PCM/CIG PCM Municípios	Número de autarquias que nomearam conselheiros(as) locais no final de cada ano de vigência do plano. 76 autarquias	2014- Envio às Camaras de ofício com a Resolução do CM nº39/2010 e foram nomeados 37 novos conselheiros ao nível local 2015- foram nomeados 22 novos conselheiros 2016- foram nomeados 17 novos conselheiros

10	10) Promover a formação em igualdade de género, cidadania e não-discriminação para os(as) conselheiros(as) locais para a igualdade, bem como para dirigentes e restante pessoal autárquico.	Capacitar os(as) agentes da Administração Pública central e local, através de formação inicial e contínua;	3 ações por ano	PCM/CIG PCM Municípios ONG	Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo e categoria profissional. Número de municípios participantes.	2014-A CIG promoveu quatro ações de formação sobre igualdade de género em Vila Real, Funchal, Campo Maior, Ovar com um referencial de 18h sobre igualdade de género, violência doméstica, tráfico de seres humanos, etc 2015- A CIG promoveu 15 ações de formação abrangendo 170 M e 79 H 2016- CIG ministrou 13 ações de formação sobre "Igualdade de género, cidadania e não-discriminação" para conselheiras e conselheiros e equipas das autarquias locais abrangendo .221pessoas sendo 173 M e 48H
11	11) Promover ações de sensibilização destinadas à integração da perspetiva de género nas organizações e nas políticas locais.	Promover a transversalidade das políticas para a igualdade de género em todas as outras políticas;	4 ações por ano.	PCM/CIG PCM MAOTE Municípios ANMP ONG	Número de ações de sensibilização realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo. Número e identificação dos municípios participantes	2014- A CIG promoveu ações de sensibilização em 8 concelhos (Ourém, Oliveira de Azemeis, Figueira da Foz, Madalena do Pico, Alfandega da Fé, Monção, Mirandela e Terras do Bouro Realizou-se um encontro de boas praticas, organizado por Vila Verde Desenvolveram-se workshops de informação e sensibilização No âmbito das tipologias de intervenção realizaram-se 87 ações de sensibilização abrangendo 8757 pessoas 2015- Realizou-se uma ação de formação, promovida pela CIG, intitulada "Igualdade de Género e Violência de Género", dirigida a coordenadores/as de zona e responsáveis de gabinete da GEBALIS Teve lugar uma ação de formação em Igualdade de Género, realizada no âmbito do Projeto EQUO, destinada aos/as

						<p>dirigentes das organizações da economia social e solidária, promovida em parceria com a Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social e a ACEESA</p> <p>Realizou-se o Fórum “Igualdade é Qualidade: O Papel das Autarquias”, promovido pela Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso,</p> <p>A Câmara Municipal de Arganil, através da Rede Social de Arganil e dos parceiros com assento no</p> <p>CLAS, nomeadamente através duma Instituição Particular de Solidariedade Social – Associação</p> <p>Passo a Passo, desenvolveu 5 sessões, nas temáticas de igualdade de Género</p> <p>Realizou-se uma ação de formação, promovida pela CIG, intitulada “Igualdade de Género e Violência de Género”, dirigida a coordenadores\as de zona e responsáveis de gabinete da GEBALIS</p> <p>Teve lugar uma ação de formação em Igualdade de Género, realizada no âmbito do Projeto EQUO, destinada aos/às</p> <p>dirigentes das organizações da economia social e solidária, promovida em parceria com a Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social e a ACEESA</p> <p>Realizou-se o Fórum “Igualdade é Qualidade: O Papel das Autarquias”, promovido pela Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso,</p> <p>A Câmara Municipal de Arganil, através da Rede Social de Arganil e dos parceiros com assento no</p>
--	--	--	--	--	--	--

						<p>CLAS, nomeadamente através duma Instituição Particular de Solidariedade Social – Associação Passo a Passo, desenvolveu 5 sessões, nas temáticas de igualdade de Género 7 acções abrangendo 256 pessoas 2016-Também a Associação Espaços – Projetos Alternativos de Mulher e Homens, em parceria com o Graal, Fundação Cuidar O Futuro e a Câmara Municipal de Lisboa, realizou o Workshop "Promover a Qualidade de Vida pela Igualdade de Género", Ainda esta associação em parceria com a Fundação Cuidar O Futuro, a Junta de Freguesia do Bonfim e o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, realizou o Workshop "Partilhar Lideranças nos Espaços Público e Privado 10 acções e 325 pessoas</p>
12	12) Atribuir o prémio bienal para Municípios «Viver em igualdade».	Reforçar a cooperação com as autarquias.	Divulgação de boas práticas municipais em igualdade de género. 2 Prémios atribuídos durante a vigência do Plano.	PCM/CIG PCM Municípios	Número de municípios que apresentam candidatura ao prémio. (28) Número de prémios atribuídos. (10)	<p>2014- Prémios atribuídos: Abrantes, Cascais, Odivelas, Santamaria da Feira, Seixal e Valongo Menção Honrosas: Águeda , Angra do Heroísmo, Funchal, Lousã 2015-não foi atribuído 2016-“Prémio Viver em Igualdade” (por ordem alfabética): Município de Abrantes, Município de Alfândega da Fé, Município de Cascais, Município de Lagoa (Algarve), Município de Lisboa, Município de Odivelas, Município de Oliveira de Azeméis, Município da Povoia de Lanhoso; Menção Honrosa</p>

						Menção Honrosa aos seguintes municípios (por ordem alfabética): Município de Amadora, Município de Fafe, Município da Figueira da Foz, Município da Horta (Açores), Município de Mirandela, Município da Madalena (Açores), Município de Câmara de Lobos (Madeira), Município de Santarém, Município de Sever do Vouga, Município de Vila fanca de Xira, Município de Vila do Conde, Município de Vila do Porto (Açores), Município de Vila Verde, Município de Vila do Conde, Município de Vila do Porto (Açores), Município de Vila Verde.
13	13) Assinalar o «Dia Municipal para a Igualdade».	Reforçar a cooperação com as autarquias.	Promoção da igualdade de género a nível local.	Municípios PCM/CIG	Número de municípios que comemoram o Dia Municipal para a Igualdade(159)	2014- De acordo com a informação reportada à CIG pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), 30municípios assinalaram o “Dia Municipal para a igualdade”, com a realização de uma série de iniciativas diversificadas, dirigidas e abertas à comunidade em geral e também a públicos mais específicos, 2015- De acordo com a informação reportada à CIG pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses(ANMP), 26 municípios assinalaram o “Dia Municipal para a igualdade”, com a realização de uma série de iniciativas diversificadas, dirigidas e abertas à comunidade em

						geral e também a públicos mais específicos, 2016- ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, que é a entidade coordenadora do grupo de trabalho para as comemorações nacionais do “Dia Municipal para a Igualdade”, reportou que 103 municípios assinalaram o “Dia Municipal para a Igualdade”
AE2	Medida	Objectivo estratégico	Objectivos	Entidades participantes	Indicadores	Execução
14	2.1 – Educação, Ciência e Cultura 14) Produzir materiais pedagógicos, em todos os suportes, promotores da igualdade de género e da cidadania: a) Elaborar o Guião de Educação, Género e Cidadania para o ensino secundário; b) Elaborar um Referencial de Educação para a Igualdade de Género.	Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género;	Produção do Guião. Produção do Referencial	a) PCM/CIG b) MEC/DGE	Publicação do Guião . Publicação do Referencial. Número de materiais pedagógicos produzidos e distribuídos pelos estabelecimentos de ensino que integram a perspectiva da igualdade de género	2014-Início dos trabalhos do guião e do referencial de educação e construção de materiais para a igualdade por parte da OIKOS 2015-O Guião de Educação, Género e Cidadania para o ensino secundário foi concluído pela equipa da APEM. Constituição de um grupo de trabalho para o Referencial de Educação para a Igualdade de Género 2016- O Guião de Educação, Género e Cidadania, da responsabilidade da CIG, foi concebido pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres em junho de 2015, mediante contratação efetuada pela CIG. APEM cooperou em estreita ligação com a CIG, durante o ano de 2016, na preparação da versão final do Guião de Educação Género e Cidadania para apoio a docentes do ensino secundário Depois da 1ª fase de trabalho do GT criado pela DGE em 2014 para a produção do Referencial de Educação

						<p>para a Igualdade de Género (integrando para além da DGE, a CIG e a PpDM), foi apresentada pela CIG e pela PpDM em 2015 uma proposta dos conteúdos relativos à temática da Igualdade de Género. A dimensão pedagógica e a adaptação dos conteúdos a cada ciclo continuaram a ser trabalhados internamente pela DGE durante o início de 2016, realizando reuniões de trabalho até maio;</p> <p>Novo referencial, especificamente dirigido a profissionais de educação e cobrindo os ensinos básico, secundário e superior.</p> <p>Os objetivos do novo referencial bem como da oficina cedida pela DGE continuam a ser a divulgação e aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania, já publicados pela CIG e validados pela DGE, e a promoção do mainstreaming de género no sistema educativo.</p>
15	15) Promover a divulgação e a aplicação dos materiais pedagógicos produzidos.	Promover e difundir a investigação científica realizada nesta área;	Incremento da utilização de materiais pedagógicos em cidadania e igualdade de género em todos os níveis de ensino. 10 iniciativas por ano. 15 agrupamentos por ano.	MEC/DGE/DGES PCM/CIG Escolas do pré-escolar, ensino básico e secundário. Instituições de ensino superior Municípios	Número de iniciativas de divulgação e acompanhamento realizadas. Número de agrupamentos escolares que adotam e utilizam os materiais pedagógicos.	2014-20 ações de formação para docentes para cidadania e educação envolvendo 438 formandos/as de 90 agrupamentos de escolas. Várias ações da OIKOS 2015- vinte e oito ações de formação acreditadas para profissionais de educação, do pré-escolar ao ensino secundário; ações promovidas pela DGE/ME, realizaram-se duas edições da oficina de formação "Educação, Género e

						<p>Cidadania”, cujos objetivos eram: a) divulgação dos 4 Guiões de Educação Género e Cidadania, já publicados pela CIG e validados pela DGE; b) promover a sua utilização nas práticas educativas envolvendo 10 turmas/15 agrupamentos de escolas a nível nacional.</p> <p>A CIG publicou, em Setembro de 2015, dois manuais dirigidos à comunidade educativa que visam, essencialmente, definir linhas de orientação para a intervenção em contexto escolar, junto das crianças e jovens expostos à violência doméstica.</p> <p>2016- CIG promoveu 6 iniciativas de divulgação e de acompanhamento (5 nacionais e 1 internacional), realizadas, respetivamente, em: Almada (1), Odemira (2), Palmela (1), Torres Vedras (1) e em Praga, no Seminário Gender Equality in Education, da Rede EQUINET European Network of Equality Bodies.</p>
16	<p>16) Integrar a temática da igualdade de género como um dos eixos estruturantes das orientações para a educação pré -escolar, ensino básico e secundário.</p>	<p>Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género;</p> <p>Estruturar o planeamento e a formulação das políticas públicas e avaliar o seu impacto na perspetiva da igualdade de género;</p>	<p>Inserção da temática da igualdade de género nas orientações curriculares.</p>	<p>MEC/DGE</p> <p>Universidades</p> <p>Escolas Superiores de Educação.</p> <p>Escolas do ensino básico e secundário.</p>	<p>Número de orientações que integram a temática da igualdade de género por nível de educação e ensino.</p> <p>Número de instituições que integram as orientações por nível de educação e ensino.</p>	<p>2015- A UMAR promoveu formação contínua para docentes, contando com cerca de 20 participantes em cada uma das formações (Projeto Artways)</p> <p>2016- Produção de um Webinar subordinado ao tema “Padrões simbólicos e discriminação”, no dia internacional da mulher</p> <p>A organização e dinamização de um Workshop para alunos/as do 9º ano, subordinado ao tema “Segregação das Profissões”;</p>

						<p>Organização e dinamização de um módulo de formação, destinado a monitores/as de crianças que não frequentam jardins-de-infância, subordinado ao tema “Segregação de profissões e o envolvimento das famílias”.</p> <p>Divulgação do Projeto “CCC vai à Escola” junto de escolas públicas na área de Lisboa, destinado a alunos do 9º ano de escolaridade; uma peça de teatro abordando temáticas como violência no namoro, a gravidez na adolescência, a contraceção, o bullying e o cyberbullying.</p> <p>No âmbito da ação de formação Jornadas de Educação para a Cidadania, para docentes da Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, promovida pelo CFAE do Seixal, a DGE apresentou um módulo sobre a Educação para a Igualdade de Género (novembro de 2016).</p> <p>A DGE iniciou uma parceria com a Associação Capazes Associação Feminista, para o desenvolvimento de um projeto piloto em escolas do Alto Alentejo, por parte desta associação, que visa a constituição de clubes de alunos do ensino secundário para reflexão sobre temáticas relacionadas com as questões de género.</p>
17	17) Incentivar a introdução da temática da igualdade de género na formação pedagógica inicial e	Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a	Presença da temática nos planos de formação.	MEC Instituições de ensino superior	Número e percentagem de cursos que satisfazem o requisito.	2014- 2 ações de formação para docentes para cidadania e educação envolvendo 438 formandos/as de 90 agrupamentos de escolas.

	contínua de profissionais de educação	dimensão da igualdade de género; Sensibilizar os diferentes profissionais que trabalham no domínio da inclusão social e junto de populações vulneráveis, para a integração da dimensão de género nas suas práticas;				UMAR e FPCEUP promoveram 2 cursos para a introdução de igualdade de género nos currícula educativos dos/as docentes 2015- A UMAR, no âmbito do Projeto Artways, promoveu ações de sensibilização dirigidas à comunidade escolar - discentes, docentes, encarregados/as de educação - em escolas da área da grande Lisboa 2016- foram realizados 9 cursos de formação contínua de docentes, acreditados, sobre o tema Igualdade de Género, Educação e Cidadania, visando a aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania do pré-escolar ao ensino secundário tendo participado 158 docentes (78,5% do sexo feminino e 21,5% do sexo masculino).
18	18) Integrar a dimensão da igualdade entre mulheres e homens na organização e funcionamento escolar.	Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género; Contribuir para a compreensão da exclusão social e da desigualdade de género enquanto fenómenos intercomunicantes; •	Produção de instrumentos orientadores de organização e de funcionamento escolar, sobre a integração da igualdade de género.	MEC PCM/CIG	Número de instrumentos produzidos pelo MEC	2014-UMAR realizou sessões de sensibilização e 14 workshops sobre igualdade de género, sexualidade e DSR, Género e ambiente, orientações sexuais história dos direitos das mulheres, prevenção da violência no namoro, MGF, 105 sessões em escolas no Porto 2015- A UMAR realizou 2 Ações de sensibilização para assistentes operacionais sobre igualdade de género (Agrupamento de Escolas Cego do Maio e Agrupamento de Escolas de Pedrouços) 2016- Medida prevista exclusivamente para o ano de 2014 e já executada.
19	19) Introduzir a categoria de Estudos de Género nas linhas de	Promover e difundir a investigação científica realizada nesta área;	Integração da categoria de Estudos de Género nas linhas de	MEC/FCT, I.P. Centros de Investigação e	Relatório de atividade	2014-FCT passou a utilizar a classificação FOS que inclui a categoria estudos de género nos seus concursos.

	financiamento da FCT, I. P., de apoio à investigação em Portugal.		financiamento da FCT, I.P., de apoio à investigação em Portugal	Instituições de Ensino Superior.		<p>2015- Não foi disponibilizada informação pelos Ministérios envolvidos na implementação da medida</p> <p>2016- Protocolo de Colaboração com a Universidade de Warwick para estabelecer formas de cooperação na área académica, e dinamização de atividades de promoção da cidadania, Conferência Planes de igualdad y buenas prácticas para la igualdad de género en las universidades de Espanha, que teve lugar no CES, Lisboa, n.ºs 33 (Dossiê Temático – Género, Profissões e Carreiras: Oportunidades e Desafios) e 34 (Dossiê Temático: Perspetivas Interdisciplinares sobre o Femicídio) da Revista ex æquo, que tem como missão divulgar o conhecimento científico que se vai produzindo na área dos estudos de género, sobre as mulheres e feministas, como forma de capacitar profissionais de educação para a introdução destas temáticas nas suas práticas e para o uso informado cientificamente de possíveis ‘lentes de género</p> <p>Projeto “Ensino Superior e Políticas Públicas: contributos dos Estudos sobre as Mulheres, Feministas e de Género para a Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens” que terminou em Agosto de 2016</p>
20	20) Elaborar um estudo sobre a participação das mulheres nos cursos na área das TIC.	Promover e difundir a investigação científica realizada nesta área;	1 Estudo .	PCM/CIG MEC	Realização e disseminação de um estudo sobre as mulheres e as TIC.	Esta medida não teve execução

21	21) Atribuir a distinção «Mulheres criadoras de cultura».	Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género; Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas; •	Atribuição da distinção durante a vigência do plano.	PCM/GEPAC PCM/CIG	Número de mulheres criadoras selecionadas e distinções atribuídas.	2014- foram distinguidas 5 mulheres como criadoras de cultura
22	22) Divulgar informação relativa à promoção da igualdade de género na cultura.	Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género; Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas; •	Partilha de informação e reflexão no espaço público em torno da igualdade de género. Atualização do Blogue Em Cada Rosto Igualdade 1 Relatório anual	PCM/ DGArtes	Número de atualizações	2014- desenvolvimento do Programa igualdade nas artes e degartes articulado em 9 projectos Desenvolvimento do projecto Blogue em cada rosto igualdade o qual sofreu 479 actualizações 2015- Procedeu-se à dinamização do «Blogue em Cada Rosto Igualdade», no qual foram efetuadas, durante o ano de 2015, 505 atualizações. 2016- Dinamização do «Blogue em Cada Rosto Igualdade», sendo este atualizado numa base diária. exposição sobre o movimento feminista na Europa: Caravana Feminista – IV Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres; distribuição de folhetos informativos sobre a história do 8 de março e o trabalho da UMAR na área da IG e direitos das Mulheres, para a sensibilização e consciencialização da comunidade para o combate a todas as formas de violência contras as mulheres

						Ação de rua, com performance, instalações artísticas, marcha pela cidade distribuição de folhetos informativos de consciencialização para a temática e com estratégias e contactos para a prevenção das violências contra as mulheres; Mostra de cinema composto por 3 filmes feministas transmitidos na Livraria da Confraria Vermelha, a única livraria feminista e de mulheres do Porto:
23	2.2 – Saúde 23) Realizar ações de sensibilização e de formação sobre igualdade de género em saúde.	Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género; Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas;	Reforço do conhecimento da igualdade de género na área da saúde.	MS/DGS MS/ARS, I.P./Equipas de Saúde. MEC PCM/CIG ONG	Número de ações de formação/sensibilização. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo.	2014-6 ações de formação inicial sobre ação da saúde sobre genero, violência e ciclo de vida 2 cursos de pos graduação sobre MGF nos quais se introduziram módulos dedicados á violência doméstica. 7 Cursos promovidos pela APF para qualificação de profissionais de saúde II seminário sexualidade, género e educação: olhares múltiplos 2015-2 cursos de pos graduação sobre MGF incluindo módulos dedicados à temática da Igualdade de Género e da Violência de Género, no qual foram exploradas as várias formas de violência contra as mulheres, de entre as quais a violência doméstica. No total frequentaram estes cursos 64 profissionais de saúde, médicos/as e enfermeiros/as (60 mulheres e 4 homens) Ministério da saúde tem promovido a realização de ações que contribuem, simultaneamente, para a prossecução dos objetivos do V PNI, V PNCPVDG e,

					<p>também, III PNCPTSH No total foram realizadas 23 ações, que abrangeram centenas de pessoas, em públicos maioritariamente do sexo feminino APF Alentejo e a APF Centro ministraram cursos dirigidos a profissionais de saúde, em que participaram, respetivamente, 14 mulheres e 1 homem, e 33 mulheres e 1 homem. A APF Algarve promoveu a realização do Encontro de Profissionais de Saúde sobre o tema “Controvérsias na saúde da mulher, do casal e da criança com um total de 100 participantes (30 homens e 70 mulheres), e 6 cursos de preparação para o parto, nascimento e parentalidade positiva, com 48 participantes (24 homens e 24 mulheres Seminário do Projeto ECOS - Educação, Conhecimento, Orientação, Saúde, dirigido à população masculina que se prostitui</p> <p>2016- Durante o ano de 2016 o Ministério da Saúde implementou 7 Ações de sensibilização e formação junto dos profissionais dos ACES, Hospitais e Unidades Locais de Saúde, em conjugação com o V PNPCVD.</p> <p>O GRAAL reportou que deu continuidade à manutenção e atualização do SauDar-Saúde, Género e Migrações (projeto finalizado) e de ações pontuais a pedido de algumas entidades públicas e privadas.</p>
--	--	--	--	--	--

24	24) Produzir referenciais técnicos sobre igualdade de género em saúde, em matéria de perfis de saúde das mulheres e de saúde dos homens, e de acesso não - discriminatório aos cuidados de saúde.	Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género; Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas;	Produção de referenciais técnicos	MS/DGS MS/ARS, I.P./Equipas de Saúde.	Número de referenciais aprovados e difundidos	2015- O Ministério da Saúde aprovou e difundiu 2 referenciais. 2016- Não obstante não ter sido reportada nenhuma ação específica, o Ministério da Saúde informou que integrou a dimensão de sexo e género na análise dos determinantes em saúde e da situação epidemiológica referente a diversos problemas de saúde.
25	25) Promover a integração da perspectiva de género no desenvolvimento dos principais programas de saúde no domínio das Doenças Transmissíveis, Doenças não Transmissíveis, Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência ao Longo do Ciclo de Vida	Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género; Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas;	Integração da perspectiva de género nos programas de saúde.	MS/DGS MS/ARS, I.P./Equipas de Saúde. PCM/CIG	Número de programas que incluem a perspectiva de género.	2014-o ministério da saúde integrou a perspectiva de género em 3 programas A CIG participou nos seguintes grupos de trabalho: Fórum nacional do álcool e saúde, Conselho Consultivo do programa Nacional para a infeção VIH/SIDA No exercito foi criado a aprovado o modulo de formação Saúde e Género Na Força Area foram realizadas 5 ações de sensibilização a alunos/as 2015- O Ministério da Saúde integrou a perspectiva de género nos seguintes programas: Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida 2016- Não obstante não ter sido reportada nenhuma ação específica, o Ministério da Saúde reportou que tem vindo a promover a integração da perspectiva de género no desenvolvimento dos principais

						programas de saúde no domínio das Doenças Transmissíveis, Doenças não Transmissíveis, Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência ao Longo do Ciclo de Vida.
26	26) Assegurar a desagregação por sexo e a análise, sob a perspetiva de género, da informação estatística sobre saúde e dos dados epidemiológicos acerca da população residente em Portugal.	Conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género; Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas; •	Produção de relatórios de informação estatística sobre saúde, com dados desagregados por sexo	MS/DGS MS/ACSS, I.P./ SPMS, E.P.E./ ARS, I.P./Equipas de Saúde. PCM/CIG INE, I.P.	Número de relatórios publicados com os dados desagregados por sexo e análise dos mesmos.	2014- o INE publicou estatísticas da saúde e risco de morrer mas nem todas com desagregação por sexo 2015- Foram aprovados 2 diplomas, no Ministério da Saúde, a saber: Despacho n.º 9/2015, de 23 de março, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, sobre desagregação de dados por sexo e emprego de linguagem inclusiva. Despacho Interno n.º 04/2015, de 12 de Junho, do Diretor-Geral da Saúde sobre a aplicação do Despacho n.º 9/2015, de 23 de março, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde 2016- Na multiplicidade de documentos de informação estatística e epidemiológica publicadas anualmente no âmbito do Ministério da Saúde, constata-se a utilização crescente da desagregação e análise de dados por sexo.
27	2.3 – Juventude e Desporto 27) Promover ações de sensibilização/formação para a igualdade de género e não-discriminação, destinadas a jovens.	Estruturar o planeamento e a formulação das políticas públicas e avaliar o seu impacto na perspetiva da igualdade de género; Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do	Reforço do conhecimento da igualdade de género na juventude.	PCM/IPDJ, I.P PCM/CIG ONG	Número de ações de formação. Número de jovens abrangidos(as), desagregado por sexo e por região.	2014- ações de sensibilização /formação para a igualdade de género e não discriminação abrangendo 17393 jovens -8626 do sexo masculino e 8767 do sexo feminino Formação de 40 divulgadores do Ministério da Defesa (30 sexo masculino e 10 sexo feminino)

	<p>aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas;</p>			<p>No dia da Defesa nacional participaram 97230 jovens (50560 sexo masculino e 46670 sexo feminino) e foram realizadas 6 palestras abrangendo 214 formandos (197 militares do sexo masculino e 17 militares do sexo feminino)</p> <p>No âmbito do programa CUIDA-TE do IPJD a APF desenvolveu 59 acções abrangendo 338 jovens do sexo masculino e 343 do sexo feminino</p> <p>APF Alentejo desenvolveu 39 acções abrangendo 635 jovens do sexo masculino e 620 do sexo feminino</p> <p>A APF nacional promoveu a formação de jovens voluntários sobre práticas tradicionais nefastas, MGF, abrangendo 15 jovens, 12 do sexo feminino e 3 do sexo masculino</p> <p>2015- UMAR realizou uma acção de sensibilização sobre “Direitos Humanos e Igualdade de Género”, dirigida a alunos/as da Escola Básica e Secundária Francisco Simões. Estiveram envolvidos/as 18 jovens (14 raparigas e 4 rapazes), entre os 11 e os 13 anos</p> <p>A UMAR promoveu sessões formativas com turmas de 30 agrupamentos escolares sobre igualdade de género, junto dos/as jovens, 2 acções de sensibilização para a igualdade e não discriminação, e a realização de duas live painting performances em escolas Foram abrangidos/as, em Braga, 66 jovens (24 rapazes e 42 raparigas) e, em Coimbra, 62 (23 rapazes e 39 raparigas).</p>
--	--	--	--	---

						<p>Foram desenvolvidas 110 ações de sensibilização, com 2.382 jovens abrangidos/as; ações desenvolvidas em escolas, associações e coletividades da região da Grande Lisboa e 20 ações de sensibilização na região de Leiria (505 alunos e 656 alunas). 490 jovens participaram em ações de sensibilização em sala, dos quais 231 rapazes e 259 raparigas. Foram distribuídas, nas escolas, 500 folhas para tabuleiros de refeições com a campanha contra a violência no namoro</p> <p>Promoveu-se o projeto "ON_SEX", com 2 encontros regionais em Lisboa e Porto, 7 ações de formação com cerca de 90 formandos e um seminário internacional sobre "Jovens e Direitos Sexuais", com 60 participantes. A APF Alentejo desenvolveu ações para jovens, incluindo as sessões do Dia da Defesa Nacional - 39 ações no total, com 974 jovens abrangidos/as</p> <p>2016- Realização de várias acções de sensibilização em centros escolares e escolas do ensino secundário</p> <p>Reforço da dinamização da Rede de Investigadoras/es emergentes na área dos Estudos de Género, Estudos sobre as Mulheres e Estudos Feministas e à realização das iniciativas da e-apem sobre a problemática dos Estudos de Género no Ensino Superior.</p>
--	--	--	--	--	--	--

						Portugal Rede Europeia Anti Pobreza realizou 22 sessões de formação para jovens e crianças, Várias actividades no âmbito do projecto ESCOLHAS 22 acções de formação e 14 acções de sensibilização 278 jovens abrangidos por acções de sensibilização sendo 74% do sexo feminino e 352 jovens e crianças abrangidas por acções de formação
28	28) Fomentar nos programas de voluntariado jovem o desempenho de atividades que contrariem os papéis tradicionalmente atribuídos a raparigas e rapazes.	Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas;	Eliminação da segregação de género nas atividades de voluntariado.	PCM/IPDJ, I.P ONG	Número de jovens abrangidos(as) pelos programas/projetos, desagregado por sexo. Número de programas/ projetos de voluntariado.	2014-O IPDJ desenvolveu 22 acções de voluntariado abrangendo 1897 jovens (980 sexo masculino e 917 sexo feminino) A APF Lisboa desenvolveu encontros e acções num total de 45 abrangendo 57 jovens (18 sexo masculino e 39 sexo feminino) 2015 e 2016- Medida executada em parceria com o IPDJ, no entanto a informação detalhada não foi disponibilizada pelo organismo responsável.
29	29) Atribuir o Prémio «Jovens pela Igualdade»	Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas;	Distinção e divulgação de boas práticas de igualdade de género no associativismo juvenil. Distinção bienal	PCM/IPDJ, I.P PCM/CIG	Número de associações/ organizações candidatas ao prémio e distinguidas. Divulgação das melhores práticas.	2014- Concorreram 14 associações e distinguida uma Sê mais Sê Melhor- Associação para o Desenvolvimento do Potencial Humano 2016-Do processo de seleção das candidaturas, o júri apurou como vencedora a Associação SÊ Mais SÊ Melhor que tem como objetivo primeiro e primário promover o desenvolvimento pessoal, considerando a sua natureza multifacetada

30	30) Promover a participação equilibrada e não-discriminatória de mulheres e homens nas modalidades desportivas tradicionalmente praticadas por um dos sexos	Reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas;	Eliminação da segregação de género na prática das modalidades desportivas.	PCM/IPDJ, I.P. PCM ONG	Número de participantes em modalidades desportivas, desagregado por sexo	2016-Não foi reportada qualquer informação referente a esta medida pelo organismo responsável. A CIG, em colaboração com o INE, disponibilizou estatísticas desagregadas por sexo com dados sobre a participação desportiva, nas várias modalidades federadas
31	2.4 – Inclusão Social e Envelhecimento 31) Monitorizar as prestações sociais do subsistema da solidariedade na perspetiva de género.	Contribuir para a compreensão da exclusão social e da desigualdade de género enquanto fenómenos intercomunicantes; •	Avaliação do impacto de género nas prestações sociais do subsistema de solidariedade. 2 Relatórios de avaliação	MSESS/ISS, I.P.	Relatório de execução	2014- foi definida pelo MSESS a estrutura de base de indicadores a acompanhar e as prestações sociais a incluir no relatório 2016- Na execução desta medida, foi definida, pelo atual MTSSS, a estrutura base de indicadores a acompanhar e as prestações sociais a incluir no relatório, a saber: - Rendimento Social de Inserção (RSI); - Prestações de Desemprego; - Apoio Judiciário; - Prestações Familiares; - Parentalidade; - Complemento Solidário para Idosos (CSI); - Pensões.
32	32) Monitorizar a situação das famílias monoparentais que beneficiem de abono de família, em especial as constituídas por mulheres.	Promover competências de base necessárias à construção e desenvolvimento de projetos de vida inclusivos junto de grupos específicos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, designadamente mulheres rurais, mulheres imigrantes e mulheres idosas;	Avaliação da situação das famílias monoparentais que beneficiam de abono de família. 2 Relatórios de avaliação.	MSESS/ISS, I.P	Número de Relatórios de execução de medidas dirigidas às famílias monoparentais.	Não foi reportada qualquer informação referente a esta medida por parte do organismo responsável.
33	33) Promover ações de prevenção do fenómeno da discriminação de raparigas e mulheres com deficiência.	Contribuir para a compreensão da exclusão social e da desigualdade de género enquanto	4 ações por ano.	MSESS/ISS, I.P./ INR, I.P. MSESS/IEFP, I.P MS/DGS MEC/DGE	Número de ações realizadas	2014- 3 ações de formação dinamizadas pela CIG, 4 ações de sensibilização 1 programa televisivo sobre a temática

		fenómenos intercomunicantes;				2015 e 2016- Não foi reportada qualquer informação referente a esta medida por parte do organismo responsável.
34	34) Desenvolver ações de sensibilização e formação que integrem a dimensão de género dirigidas a profissionais que trabalham com populações vulneráveis	Sensibilizar os diferentes profissionais que trabalham no domínio da inclusão social e junto de populações vulneráveis, para a integração da dimensão de género nas suas práticas;	Melhoria dos níveis de sensibilização e formação em igualdade de género das pessoas que trabalham com populações vulneráveis. 4 ações por ano.	PCM/CIG PCM/ACIDI, I.P. MJ/DGRSP . MS/DGS. . MESS/ISS, IP Municípios	Número de ações de sensibilização/formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo	2014-A CIG levou a cabo um acção de formação para técnicos do ACM e uma acção de sensibilização para mediadores do ACM que trabalham com população cigana O CEJ organizou uma acção de formação continua dirigida a juizes e outro pessoal do Ministério publico sobre violência domestica e MGF 3 acções de sensibilização sobre assedio sexual com profissionais que intervem com população imigrante participara 28 pessoas (21 sexo feminino e 7 sexo masculino) APF realizou uma acção de sensibilização para as redes sociais para igualdade de género das comunidades ciganas 2015- uma ação de formação, intitulada “Igualdade de Género e Violência de Género”, dirigida a coordenadores/as de zona e responsáveis de gabinete da GEBALIS Esta ação contou com a participação de 25 pessoas (23 mulheres e 2 homens) Uma outra acção de formação uma ação de formação sobre igualdade de género/estereótipos de género, dirigida a técnicos/as do CNAI-Lisboa. Participaram 20 pessoas (14 mulheres e 6 homens). Uma ação de sensibilização “Discriminação e Violência contra as Pessoas LGBT”, promovida pela

						<p>Associação ILGA, dirigida a profissionais da área da justiça. Esta ação contou com a participação de 23 pessoas (20 mulheres e 3 homens), funcionários/as da DGRSP e da DGPJ.</p> <p>A CIG participou num Encontro promovido pela Câmara Municipal do Seixal, tendo dinamizado um painel dedicado à problemática da Mutilação Genital Feminina- Estiveram presentes cerca de 50 pessoas.</p> <p>2016-43 acções de formação e 3 acções de sensibilização nomeadamente na área</p> <ul style="list-style-type: none"> • Género, Envelhecimento e Violência • Violência no quadro familiar e para-familiar • Violência doméstica e de género e mutilação genital feminina, <p>185 pessoas abrangidas</p>
35	35) Promover a alfabetização e a capacitação das mulheres imigrantes e das mulheres das comunidades ciganas.	Promover competências de base necessárias à construção e desenvolvimento de projetos de vida inclusivos junto de grupos específicos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, designadamente mulheres rurais, mulheres imigrantes e mulheres idosas;	Aumento da alfabetização e da capacitação das mulheres imigrantes e de comunidades ciganas	PCM/CIG MEC PCM/ACIDI, I.P. ONG.	Número de mulheres imigrantes e de comunidades ciganas abrangidas por ações de alfabetização	<p>2014-Programa de empreendedorismo imigrante promovido pelo ACM (25 mulheres)</p> <p>1 acção de sensibilização sobre igualdade de género e violência doméstica promovida pela CIG junto de mediadores interculturais ciganos com a presença de 15 pessoas entre as quais uma mulher mediadora cigana</p> <p>A SCML promoveu 3 acções de formação para mulheres ciganas envolvendo 21 mulheres ciganas</p>

					<p>Formação de 3 mediadoras ciganas no quadro da estratégia de empoderamento das mulheres ciganas</p> <p>O IEFP formou 882 mulheres imigrantes no curso Português para todos/as e 401 mulheres imigrantes e 48 mulheres de etnia cigana no curso Formação para a inclusão competências básicas</p> <p>2015-Programa Empoderar: do sonho á realidade gerido pela F Gulbenkian estão em formação 12 mulheres ciganas com vista à sua empregabilidade</p> <p>No âmbito do projecto ROMI foi realizada uma acção de formação para mulheres ciganas abrangendo 8 mas terminaram só 5</p> <p>O ACM no âmbito do FAFE apoiou 6 acções de formação dirigidas a mulheres ciganas abrangendo 96 mulheres.</p> <p>2016- Realização pela Rede Europeia Anti Pobreza de 24 sessões de formação abrangendo 158 jovens e crianças em 5 distritos: Castelo Branco, Évora, Portalegre, Braga e Faro, a descrever:</p>	
36	36) Promover o acesso à informação e ao conhecimento por parte das mulheres idosas.	Promover competências de base necessárias à construção e desenvolvimento de projetos de vida inclusivos junto de grupos específicos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, designadamente mulheres rurais, mulheres imigrantes e mulheres idosas;	Melhoria dos níveis de escolaridade e de literacia funcional da população idosa. Desenvolvimento de um programa de alfabetização de mulheres, nas zonas identificadas como apresentando maiores carências neste domínio.	MEC MSESS/IEFP, I.P. PCM . Estabelecimentos de ensino Municípios ONG	Programa de alfabetização de mulheres criado. Número de iniciativas de alfabetização promovidas. Número de iniciativas de alfabetização digital promovidas. Número de mulheres idosas que frequentaram o programa	<p>2014-Programa de Formação em Competências Básicas do IEFP abrangeu 1719 pessoas com mais de 55 anos, sendo 1055 do sexo masculino e 664 do sexo feminino</p> <p>2015-O município da Lousã realizou duas ações de formação para idosos/as, no âmbito das TIC -“ Internet sem idade”, tendo abrangido 15 pessoas. Este projeto visa aproximar os/as idosos/as das novas tecnologias.</p>

		Contribuir para a prevenção dos múltiplos fatores que estão na origem da condição de maior vulnerabilidade da população idosa em vários domínios;				2016-Rede Europeia Anti Pobreza reportou que, no distrito da Guarda, implementou 7 Fóruns Participativos “O que eu quero para o meu envelhecimento ativo”, com 180 participantes (com mais de 50 anos) com o objetivo de dar voz aos atuais seniores, às suas expectativas e perspetivas de futuro e com eles/elas iniciar a construção de uma realidade que lhes seja favorável, através de uma metodologia participativa (world café) onde os participantes respondem a 4 questões acerca do envelhecimento activo
37	37) Promover ações de formação de profissionais das forças de segurança e de serviços de ação social para as questões de género e envelhecimento.	<p>Sensibilizar os diferentes profissionais que trabalham no domínio da inclusão social e junto de populações vulneráveis, para a integração da dimensão de género nas suas práticas;</p> <p>Contribuir para a prevenção dos múltiplos fatores que estão na origem da condição de maior vulnerabilidade da população idosa em vários domínios;</p>	Melhoria do nível de conhecimento de profissionais em matéria de género e envelhecimento. 5 ações de formação por ano	PCM/CIG MAI MSESS IPSS Municípios	Número de ações de formação realizadas. Número de profissionais abrangidos(as), desagregado por sexo	<p>2014- 5 ações de formação promovidas pela CIG destinadas às forças de segurança (PSP e GNR), profissionais da segurança social e profissionais das redes sociais da Câmara de Palmela e de Odivelas-97 participantes ,49 sexo masculino e 48 sexo feminino</p> <p>2015-A CIG realizou 7 ações de formação sobre “Género e Envelhecimento”, destinadas a técnicas/os de serviço social da Câmara Municipal de Palmela/Rede Social e a profissionais das forças de segurança – PSP e GNR</p> <p>2016- Acções de formação, que decorreram na área da Grande Lisboa e Porto, destinadas às Forças de Segurança (PSP + GNR) e a profissionais da Segurança Social, subordinadas ao tema “Género, Envelhecimento e Violência.</p>

						Foram distribuídos os “Guia para Forças de Segurança” e “Mulheres, Homens e Envelhecimento – Um guia para Serviços de Ação Social”, editadas pela CIG no âmbito do projeto “Género e Envelhecimento: planear o futuro começa agora!”.
38	2.5 – Ambiente, ordenamento do território e energia 38) Criar condições de financiamento orientadas para as mulheres nos programas de apoio na área do ambiente, ordenamento do território, urbanismo e energia, e promover uma maior utilização dos incentivos por parte das mulheres	Integrar a dimensão da igualdade de género nas políticas do ambiente, ordenamento do território e energia.	Aumento em 20% da taxa de utilização dos apoios pelas mulheres	MAOTE Todos os serviços do MAOTE.	Número de programas de apoio com a dimensão de género na conceção do apoio. Número de ações destinadas a promover a utilização de incentivos por parte das mulheres. Balanço da utilização de incentivos por sexo.	2014-Previsto apoios ao empreendedorismo feminino no âmbito do PO /Inclusão Social e Emprego 2016- Na Nova Agenda Urbana, aprovada na recente Habitat III consta uma secção específica para abordar as questões de género nas políticas de ambiente, e em particular a mobilidade. Projeto “GENMOB – Mobilidade de género: desigualdade espaço-temporal” concebido para responder ao PT07 (2º Open Call), sob o Mecanismo Financeiro do European Economic Area (EEA) para apoiar as políticas portuguesas de igualdade de género a promover a conciliação entre o trabalho e a vida privada e aumentar a taxa de emprego como definido na Estratégia Europa.
39	39) Promover estudos sobre a relação género -energia e género - ambiente, em particular nas temáticas das alterações climáticas e gestão eficiente dos recursos.	Integrar a dimensão da igualdade de género nas políticas do ambiente, ordenamento do território e energia.	2 Estudos	MAOTE MAOTE/DGEG e ERSE MAOTE/APA, I.P.	Número de Estudos elaborados.	2016- O Projeto Barómetro da Economia Verde visa o acompanhamento e atualização permanente de um conjunto de indicadores, concebido como contributo para aferir o desenvolvimento da Economia Verde em Portugal, As “Notas SG” (publicadas no site da SG MAMB8) visam sinalizar acontecimentos, estudos, documentos e estatísticas

						relevantes para a Sustentabilidade e Globalização, Projeto “GENMOB – Mobilidade de género: desigualdade espaço-temporal”,
40	40) Promover o mainstreaming da igualdade de género nas políticas, planos e programas de ambiente, ordenamento do território e energia promovidos pelo MAOTE, identificando oportunidades e as medidas win-win que promovam a igualdade de género e de oportunidades, a proteção do ambiente e o crescimento económico.	Integrar a dimensão da igualdade de género nas políticas do ambiente, ordenamento do território e energia.	Na totalidade dos planos em que seja aplicável.	MAOTE Todos os serviços do MAOTE.	Número de medidas que integram a igualdade de género.	2016-Instruções pelo Gabinete do Ministério do Ambiente à SG para que nos seminários organizados no âmbito do MAMB em que sejam necessários hospedeiros/as se contratem pelo menos em paridade homens e mulheres, tendo em conta que é uma função em que estão sobre representadas mulheres em clara associação a estereótipos de género.; A Conselheira traduziu num documento único a informação disponível no portal Mainstreaming de Género, no âmbito das políticas de ambiente (transporte e alterações climáticas) e disponibilizou a mesma para todos os pontos focais. A mesma também está acessível na página da Igualdade do site da secretária-geral O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP assume (entre outros) os compromissos de “Garantir a igualdade de oportunidades” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal” que contemplam 4 medidas, a aplicar em todas as empresas do grupo: o Garantir o cumprimento do Plano para a Igualdade do Género; o Promover a diversidade; o Obter a certificação segundo a norma SA8000; o Promover a mobilidade interna

AE3	Medida	Objetivos	Objetivo Estratégico	Entidades participantes	Indicadores	Execução
41	41) Reforçar junto das empresas do sector privado a implementação de planos de igualdade.	Aumento do número de empresas do sector privado que adotaram planos para a igualdade. Realização de inquérito às empresas do sector privado destinado ao apuramento do número de planos empresariais para a igualdade implementados.	Reduzir as desigualdades que persistem entre mulheres e homens no mercado de trabalho, designadamente ao nível salarial; Incentivar a implementação de planos para a igualdade nas empresas privadas e monitorizar o cumprimento das normas relativas à implementação desses planos no sector empresarial do Estado	PCM/CIG ME Associações empresariais Empresas do sector privado.	Número de empresas com planos para a igualdade implementados.	2014 – Elaboração de um inquérito pela CIG com a equipa Interministerial do ME a preencher pelas empresas associadas à AEP e AIP. No âmbito da monitorização da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/ 2012, de 8 de março, foi feita uma consulta a estas empresas, sendo que das 44 que responderam, 7 declararam ter planos para a igualdade. 2015 – Elaboração de um inquérito pela CIG destinado às empresas do sector privado, visando o apuramento do número de planos empresariais para a igualdade implementados, tendo sido selecionadas pelo ME a AEP e AIP. 2016 – A CIG, enquanto operadora do programa PT07 Integração da Igualdade de Género e Promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada, aprovou uma candidatura específica para o desenvolvimento de instrumentos e métodos promotores de igualdade de género nas empresas - Projeto “Break Even”.
42	42) Monitorizar a aplicação do regime jurídico do sector empresarial do Estado, no que se refere à implementação de planos para a igualdade e à representação de	Avaliação do cumprimento do regime jurídico no que toca à implementação de planos para a igualdade e à representação de mulheres nos conselhos de administração. Elaboração de um relatório anual sobre o cumprimento do regime	Incentivar a implementação de planos para a igualdade nas empresas privadas e monitorizar o cumprimento das normas relativas à implementação desses planos no sector empresarial do Estado.	MF Todos os Ministérios que tutelam empresas do sector empresarial do Estado. Empresas do	Número de empresas do sector empresarial do Estado com planos para a igualdade. Representação de mulheres nos conselhos de administração das empresas do sector empresarial do Estado.	2014 – Consulta às empresas do sector empresarial do Estado em que das 87 respostas obtidas, 24 empresas declararam ter planos para a igualdade. As mulheres representam 23,1% dos membros dos conselhos de administração e 9,4% dos respetivos presidentes, e nos órgãos de fiscalização, as mulheres são 29,6% dos

mulheres nos conselhos de administração.	jurídico do sector empresarial do Estado.		sector empresarial do Estado.	Número de relatórios produzidos.	<p>seus membros e 24,7% dos presidentes. 2 ações de formação realizadas pela CIG na Empresa Estradas de Portugal.</p> <p>2015 – O MF elaborou o relatório anual “Cumprimento do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado”. Promoção de formação pela CIG para a implementação de planos para a igualdade nas empresas do sector empresarial do Estado.</p> <p>2016 – Promoção de formação pela CIG para a implementação de planos para a igualdade nas empresas do sector empresarial do Estado. 4 ações de formação realizadas pela CIG, envolvendo 65 pessoas (6H/51M)</p> <p>2017-O Ministério da Economia reportou: -Na Administração da Agencia Nacional da Inovação existe um Administrador e uma Administradora. -Na Autoridade da Concorrência encontra-se devidamente cumprida com a alternância de género entre o anterior presidente António Ferreira Gomes e a atual Presidente Margarida Matos Rosa. -Na Portugal Ventures a representação de mulheres no Conselho de Administração da empresa será tida em conta na eleição do próximo mandato dos Órgãos Sociais da empresa, ou seja, para o triénio 2018-2020.</p>
--	---	--	-------------------------------	----------------------------------	---

43	43) Considerar como critério de desempate na seleção de projetos de empresas concorrentes a fundos da política de coesão a representatividade de mulheres nos conselhos de administração dessas empresas.	Valorização das empresas que incorporam mulheres nos seus conselhos de administração.	Promover o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, e divulgar boas práticas.	MADR ME APDC, I.P. Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais e Temáticos. Organismos Intermédios	Consagração deste critério nos regulamentos nacionais específicos.	2014, 2015, 2016,2017– Este critério foi consagrado no nº3 do artigo 17º do DL nº159/2014, de 27 de outubro, o qual estabelece as regras gerais dos FEEI.
44	44) Promover o empreendedorismo feminino, incluindo o qualificado, nomeadamente através dos incentivos à criação de empresas, de outros instrumentos financeiros e de ações coletivas.	Reforço do empreendedorismo feminino.	Promover o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, e divulgar boas práticas.	MADR ME MAOTE APDC, I.P. ONG Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais e Temáticos. Organismos Intermédios PCM/CIG. CASES Outras entidades responsáveis pela concessão de incentivos.	Linhas especialmente dedicadas ao fomento do empreendedorismo feminino. Número de projetos de empreendedorismo feminino apoiados e financiados.	2014 – Ação de sensibilização realizada nas instalações do ISS/ MSESS sobre Empreendedorismo Feminino. Divulgação da 2ª edição do Programa de Empreendedorismo Social tendo sido 50 projetos apresentados e validados 21 liderados por mulheres. A Plataforma BIS foi divulgada na 9ª Semana da Responsabilidade Social. Na 8ª reunião do Conselho Operacional foi anunciada a nova edição do BIS. Relativamente ao Programa Nacional de Microcrédito foram validados, pela CASES, 167 projetos e submetidos a entidades bancárias, permitindo criar 374 novos postos de trabalho. Foram criadas 80 empresas por mulheres no âmbito do protocolo entre a CIG e a CASES, implicando um investimento médio por posto de trabalho no valor de 8.599€. A CIG participou e apresentou boas práticas de empreendedorismo feminino, no 1º painel do Seminário sobre Empreendedorismo e a Inovação. A CIG ministrou uma ação de formação sobre as boas práticas do

						<p>empreendedorismo feminino dirigido ao pessoal técnico da autarquia de Odivelas.</p> <p>A CIG realizou 8 reuniões de trabalho com 25 parceiros, enquanto entidade coordenadora do Grupo de Trabalho de Empreendedorismo Responsável da REDE RSO PT e promoveu uma sessão pública de apresentação do curso em regime b-learning.</p> <p>Nos termos do Acordo de Parceria celebrado entre Portugal e a Comissão Europeia, as matérias da igualdade de género aparecem refletidas transversalmente em todos os programas operacionais. Existem financiamentos disponíveis no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização para o apoio a projetos de empreendedorismo feminino qualificado e criativo.</p> <p>2015 – A CIG foi um dos parceiros do projeto UAW. Dos projetos na área da intergeracionalidade dos 50 projetos apresentados foram selecionados e validados 21 liderados por mulheres.</p> <p>2ª Edição do Programa de Empreendedorismo Social.</p> <p>Com o Programa Nacional de Microcrédito foram validados, pela CASES, 196 projetos criando 333 postos de trabalho abrangendo 68 mulheres.</p> <p>A CIG elaborou, com 25 parceiros, o “Guião do Curso de Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsável”,</p>
--	--	--	--	--	--	--

						<p>apresentando-o numa sessão pública na Universidade Aberta.</p> <p>A CIG estabeleceu um protocolo com a Universidade Aberta, o CECOA, a Tree-Institute e a Fundação AIP, visando a implementação do Curso de “Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsáveis”. Foram feitas 2 edições com 50 participantes cada.</p> <p>2016 – A CIG foi uma das parceiras estratégicas do projeto UAW – United at Work.</p> <p>Da linha de financiamento da Comissão Europeia, foram contemplados 17 projetos de mulheres empreendedoras.</p> <p>No âmbito do acompanhamento do Programa Nacional de Microcrédito, foram aprovados 269 projetos, abrangendo 108 mulheres, no âmbito do protocolo entre a CIG e a CASES.</p> <p>A CIG em parceria com a Universidade Aberta, a Fundação AIP, o CECOA, o Tree-Institute e o WIF-Partners dinamizaram a 2ª edição do Curso de “Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsáveis” em regime b-learning envolvendo 50 pessoas (8H/42 M).</p> <p>Em parceria com o IAPMEI, a CIG participou na iniciativa da Rede de Mulheres PME Lider.</p> <p>A CIG participou na iniciativa da Woman WinWin.</p> <p>No âmbito da iniciativa Portugal Economia Social, a CIG promoveu um</p>
--	--	--	--	--	--	---

						<p>Seminário “Mulheres, Inovação e Competitividade, contando com 295 participantes (180M/ 115H). A CIG fez uma comunicação sobre empreendedorismo feminino no evento do Dia da Europa – 4ª Bolsa de Empreendedorismo; participou no projeto promovido pela Comissão Europeia sobre Empreendedorismo Feminino, tendo sido lançada a plataforma europeia WEGATE. A UMAR organizou a 2ª edição do curso b-learning Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsáveis “Combater as Desigualdades em prol do Desenvolvimento” como parte integrante do II Curso “Empreendedorismo e Organização Empresarial Responsáveis” O Ministério do Ambiente através do ADP esteve envolvido em 2 projectos de empreendedorismo feminino e em 2017 acompanhou uma estagiária (Girl Move)</p>
45	45) Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres agricultoras.	Melhoria da situação das mulheres agricultoras.	Promover o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, e divulgar boas práticas.	MAM ONG	Número de mulheres agricultoras associadas. Número de mulheres agricultoras empresárias.	<p>2014 - O MAM realizou uma reunião com as quatro Confederações que representam o sector agrícola. O compromisso com estas entidades visa o desenvolvimento de ações por parte das associações pertencentes a cada confederação. Com a informação comunicada pelas confederações, o GPP elaborou um relatório relativo a 2014 com a descrição do apuramento do número de agricultoras associadas e das ações de divulgação e de sensibilização realizadas.</p>

						<p>Realizaram-se vários conselhos consultivos das confederações, regionais e sectoriais, sessões de esclarecimento sobre ajudas comunitárias, colóquios a nível distrital para explicar as novas regras da PAC, enviadas informações sectoriais para todas as suas organizações, com informação jurídica, económica, respeitante a questões europeias.</p> <p>2015 – Através dos Protocolos celebrados com o ex-MAM, a CAP coordena, forma e apoia as 293 organizações que assinaram protocolos para a elaboração das candidaturas ao Regime de Pagamento Único e também ao Sistema Nacional de Informação e Registo Animal. Foram realizadas 227 ações de formação individualizada, abrangendo 155 homens e 72 mulheres. 160 ações de informação e empreendedorismo sobre vários temas realizadas pela CONFAGRI, sendo 25% da assistência constituída por mulheres. A AJAP promoveu e esteve presente em diversos Seminários e Workshops.</p> <p>2016 – As ONG representativas do sector agrícola (CAP, CNA, CONFAGRI e AJAP) promovem o levantamento do número de agricultoras associadas e ações de divulgação/ sensibilização.</p> <p>2017- Esta medida foi cumprida integralmente. O associativismo e o empreendedorismo das mulheres</p>
--	--	--	--	--	--	--

						<p>agricultoras foram promovidos pelas organizações não-governamentais representativas do sector agrícola, envolvidas na execução desta medida, são elas:</p> <p>A Confederação de Agricultores de Portugal (CAP); a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), a Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas de Portugal (CONFAGRI) e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP).</p>
46	46) Avaliar a evolução das diferenciações salariais entre mulheres e homens em Portugal, por ramos de atividade.	1 Relatório de avaliação por ano.	Reduzir as desigualdades que persistem entre mulheres e homens no mercado de trabalho, designadamente ao nível salarial.	MSESS PCM/CIG MSESS/CITE GEP	Número de Relatórios produzidos.	<p>2014 - A CITE e a CIG procederam à elaboração do Relatório sobre diferenciações salariais por ramos de atividade.</p> <p>A CIG acompanhou o Projeto Gentur I, da Universidade de Aveiro, sobre as disparidades salariais.</p> <p>2015 – Não executada</p> <p>2016 – A CIG acompanhou o Projeto Gentur II, da Universidade de Aveiro.</p> <p>2017- O MTSSS todos os anos através do GEP/ MTSSS tem trabalhado e disponibilizado à CITE, os elementos relativos às questões salariais que constam dos relatórios previstos na Lei n.º 10/2001, de 21 de maio - “Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional”. Ainda e de acordo com a informação que foi possível apurar foi produzido 1 relatório em 2014 – “I relatório sobre diferenciações salariais por ramos de atividade”. Entretanto, foi também dado apoio técnico ao desenho da legislação sobre as matérias</p>

						<p>relacionadas com as disparidades salariais (ex. barómetro).</p> <p>A CITE participou na Sessão Pública de apresentação do Relatório Global sobre os Salários Desigualdade Salarial no Local de Trabalho (2016/2017)", promovida pelo Conselho Económico Social e o Escritório de Lisboa da OIT, que teve lugar no Auditório do ISEG, no dia 30 de março de 2017, com a participação de 100 pessoas(32H + 68M)</p> <p>No âmbito da Cerimónia do "Dia Nacional da Igualdade Salarial", a CITE realizou um Seminário sobre a "Igualdade de Género no Mercado de Trabalho" e apresentou o Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional. Esta iniciativa teve lugar no Auditório das Águas de Portugal.</p> <p>Nº total de participantes:102- 11H + 91M</p> <p>Também no dia 3 de novembro, a CITE assinalou no website o "Dia Europeu de Igualdade Salarial 2017".</p>
47	47) Promover ações de sensibilização e divulgação da dimensão da igualdade de género, no sentido da sua integração nos instrumentos de	Elaboração de documento técnico de apoio à preparação dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e sua atualização. 10 ações de sensibilização por ano.	Incentivar a implementação de planos para a igualdade nas empresas privadas e monitorizar o cumprimento das normas relativas à implementação	MSESS MSESS/CITE	Edição do documento técnico. Número de ações de sensibilização. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo.	2014 - Ações de formação promovidas pela CITE: 7 ações para negociadores/as, dirigentes sindicais e juristas, abrangendo 131 profissionais (42 H e 89 M); 8 ações para inspetores/as da ACT envolvendo 108 profissionais (11 H e 97 M).

<p>regulamentação coletiva de trabalho.</p>		<p>desses planos no sector empresarial do Estado.</p>			<p>30 ações de sensibilização, fóruns e workshops, dirigidas a entidades patronais, magistrados/as, sindicalistas, inspetores/as ACT, juristas, estudantes de Direito e outros públicos-alvo, envolvendo 876 pessoas (556 M e 310 H); formação em igualdade de género no trabalho e no emprego, proteção da parentalidade e conciliação trabalho-família-vida pessoal para negociadores/as coletivos e parceiros sociais em geral. O documento técnico de apoio à preparação dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho negociais por forma a integrarem a dimensão da igualdade de género e prevenir eventuais discriminações foi atualizado pela CITE no 1º semestre de 2014.</p> <p>2015 – A CITE assegurou a sessão “Igualdade de Género e Conciliação no Trabalho, Vida Familiar e Pessoal” dirigida a 22 formandos (5 H e 17 M). A CITE laborou um Guia informativo/ Documento técnico sobre a redação de cláusulas de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho numa perspetiva de igualdade e não discriminação de género. A CIG promoveu a realização de 3 ações de formação/ sensibilização em igualdade de género no trabalho e no emprego, proteção da parentalidade e conciliação trabalho-família-vida pessoal para negociadores/as coletivos</p>
---	--	---	--	--	--

						<p>e parceiros sociais em geral envolvendo 126 pessoas.</p> <p>2016 – A CITE realizou ações de formação/sensibilização em igualdade de género no trabalho e no emprego, proteção da parentalidade e conciliação trabalho-família- vida pessoal para negociadores/as coletivos e parceiros sociais em geral.</p> <p>2017- o MTSSS informou ainda que o ACT promoveu ações de informação e aproximação do serviço às pessoas A CITE participou em várias sessões sobre questões de igualdade e mercado de trabalho, durante o ano de 2017 bem como em acções de sensibilização abrangendo 479 pessoas(143H e 336M).</p>
48	48) Divulgar os instrumentos de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.	<p>Melhoria das condições de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar. Promoção de uma partilha equilibrada das tarefas familiares entre mulheres e homens.</p> <p>Promoção de campanhas de âmbito nacional, junto das empresas e do público em geral, com divulgação nos meios de comunicação social, espaços públicos e outros meios adequados.</p>	Promover o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, e divulgar boas práticas.	MSESS PCM/CIG MSESS/CITE	2 campanhas sobre a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar. Número de ações de sensibilização. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo.	<p>2014 – A CIG realizou ações de sensibilização/ informação, reuniões e ações de disseminação da CT179 sobre Norma Guia de Organizações Familiarmente Responsáveis</p> <p>A CITE realizou, no âmbito da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, 21 ações de formação dirigidas a negociadores/as, dirigentes sindicais e juristas, inspetores/as da ACT, professores/as/ educadores/as, dirigentes, técnicos de RH e juristas e para outros públicos estratégicos abrangendo 324 pessoas.</p> <p>A CITE realizou 43 ações de sensibilização, fóruns e workshops destinados a: entidades patronais: 2; para magistrados/as: 2; para</p>

						<p>trabalhadores/as MESS: 1; Para agentes políticos: 1; para profissionais de saúde: 3; para empresas: 2; para estudantes: 2; para técnicos/as RH: 3; para trabalhadores Municípios: 1; Outro público-alvo: 26. Foram abrangidas 1795 pessoas (1297 M e 498 do H).</p> <p>O Exército, em 2013, criou Normas Internas de Proteção da Parentalidade, tendo sido gozadas em 2014 1884 licenças por 1765 militares do sexo masculino e 119 do sexo feminino. Foram celebrados 34 protocolos entre a Força Aérea e entidades externas para promover a conciliação entre a vida familiar e profissional.</p> <p>Com a atualização do despacho CEMFA “Medidas de Proteção na Parentalidade de forma a permitir a conciliação entre a vida familiar e profissional”, em 2014 foram gozadas 1080 licenças das quais 366 por militares do sexo feminino e 714 por militares do sexo masculino.</p> <p>2015 – A CIG ministrou 4 ações em matéria de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No Departamento de Mulheres Socialistas, da FAUL (participaram mais de 25 pessoas de ambos os sexos); - No âmbito da unidade curricular de Ética e Responsabilidade Social da Licenciatura em Gestão (estiveram presentes mais de 50 alunos/as);
--	--	--	--	--	--	---

						<p>- No Fórum promovido pela Câmara Municipal da Horta (estiveram presentes mais de 100 pessoas). A CIG participou na Comissão Técnica 179: Organizações Familiarmente Responsáveis – CT 179 e contribuiu com conteúdos para o novo sistema de gestão sobre a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal que possibilite a certificação das empresas e entidades empregadoras. A CITE realizou 29 ações de formação, sensibilização, workshops e de informação para a promoção da conciliação trabalho-família e uso de licenças parentais envolvendo cerca de 300 pessoas.</p> <p>2016 – A CIG ministrou 4 ações em matéria de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal: - Ação para técnicos/as ACM, envolvendo 15 participantes (1H/14M); - No âmbito da unidade curricular de Ética e Responsabilidade Social da Licenciatura em Gestão, do ISCAL, estiveram presentes 50 alunos/as; Na Rede Social da Câmara Municipal de Oeiras estiveram presentes mais de 100 participantes; - No Departamento de Mulheres Socialistas, da FAUL, participaram mais de 25 pessoas. A CIG participou na Comissão Técnica 179: Organizações Familiarmente Responsáveis – CT 179 e contribuiu com conteúdos para o sistema de</p>
--	--	--	--	--	--	---

						gestão sobre a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal que possibilite a certificação das empresas e entidades empregadoras. 2017- acções de formação levadas a cabo pela CITE sobre a igualdade e conciliação, Discriminação e Parentalidade, Direito à Igualdade no Trabalho”
49	49) Distinguir boas práticas no âmbito da responsabilidade social das empresas.	Incentivo à adoção de boas práticas no âmbito da responsabilidade social das empresas. Elaboração e divulgação de Relatório anual de boas práticas no âmbito da responsabilidade social das empresas. Atribuição do Prémio Igualdade é Qualidade.	Promover o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, e divulgar boas práticas; Reforçar os mecanismos de acesso das mulheres a lugares de decisão económica.	MSESS PCM/CIG MSESS/CITE	Número de Relatórios anuais publicados. Número de entidades que se candidatam ao Prémio Igualdade é Qualidade.	2014 – A CIG, na qualidade de membro da REDE RSO PT, participou no Grupo de Trabalho de Igualdade, tendo sido finalizado o autodiagnóstico sobre igualdade de género nos 298 membros da Rede. A CIG participou na 9ª Semana da Responsabilidade Social. 2015 – Foram atribuídos 19 prémios no âmbito da 11ª Edição/ 2014 do Prémio Igualdade é Qualidade. Foi concluído o Guião de boas práticas para a prevenção e combate à violência doméstica e de género, destinado a empresas. 2016 – A CIG, a CITE, o INR, o Grace, a Fundação Aga Khan, o ISCTE e o ACM promoveram uma Sessão Pública para apresentação da Carta Portuguesa para a Diversidade. Foram promovidas reuniões para implementação da atribuição do Selo da Diversidade, estiveram presentes mais de 200 participantes. A CIG participou no toque da Bolsa de Lisboa, no âmbito da celebração do Dia Internacional das Mulheres pelo

						<p>Network Global Compact – Woman’s Empowerment.</p> <p>A CIG, a CITE e a APEE promoveram a Semana da Responsabilidade Social, dedicada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>A CIG e a CITE realizaram um evento sobre o tema do ODS5 e procederam à revisão do regulamento e das grelhas de avaliação, bem como a criação da metodologia de avaliação do Prémio “Igualdade É Qualidade” (PIQ). Foram submetidas 7 candidaturas.</p> <p>A DGAE e a CIG promoveram uma iniciativa de divulgação do Guião de boas práticas para a prevenção e combate à violência doméstica e de género.</p> <p>2017- No âmbito da 12ª Edição do Prémio “Igualdade é Qualidade”(PIQ), realizou-se a 1ª reunião da Comissão de Avaliação para apresentação das candidaturas (Dianova; CHS; SIMAS; SIMAR; REN, Renault e a Câmara da Lousã), bem como apreciação das candidaturas e a sua auditoria de género, realizada pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. Participação da CITE em vários eventos ligados à SER.</p>
AE4	Medida	Objetivos	Objetivo Estratégico	Entidades participantes	Indicadores	Execução
50	50) Sensibilizar a população para a não-discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.	Aumento da sensibilidade da população para o imperativo da não -discriminação. Realização de ações de sensibilização.	Prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género;	PCM/CIG PCM/IPDJ, I.P. ONG	Número de ações realizadas Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo e idade.	2014 - A CIG, em colaboração com a DGE/ MEC, realizou numa Escola em Odivelas um Seminário sobre “Luta contra a homofobia e transfobia na escola”. Foi apresentada, pela CIG, a

			<p>Promover a sensibilização de toda a sociedade portuguesa para esta problemática.</p>			<p>Campanha “Dislike bullying homofóbico”.</p> <p>A OIKOS no âmbito do projeto “MediArte” promoveu as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - disponibilização e divulgação no sítio informativo de suporte ao projeto; - construção e divulgação do Percorso Informativo “Roteiro para a Igualdade de Género”; - Organização do “Concurso Muda o Filme” com o objetivo de distinguir os melhores microfilmes produzidos por jovens; - Construção e divulgação da “Videoteca de Educação para a Igualdade de Género”; - Construção e divulgação de DVD de recursos de Educação para a Igualdade de Género; - Construção e divulgação de cartazes informativos; - Dinamização de ações de sensibilização sobre Igualdade de Género, destinadas a jovens; - Organização da “Festa das Curtas”, para apresentação à comunidade dos vídeos concorrentes ao “Muda o Filme”; - Organização de uma Campanha de Sensibilização para a Igualdade de Género em contexto escolar. <p>A Associação ILGA Portugal promoveu um conjunto de atividades de sensibilização da população:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de tertúlias (participaram cerca de 40 pessoas);
--	--	--	---	--	--	---

						<ul style="list-style-type: none"> - Debate (participaram cerca de 30 pessoas); - Coorganização com o CNJ e a rede Ex Aequo e com o apoio do IPDJ de uma Conferência (participaram cerca de 40 pessoas); - Participaram em várias edições da Biblioteca Humana em diversas escolas; - Dinamização de sessões de sensibilização em escolas; - Participação numa aula de mestrado da ESEIPP (participaram 20 estudantes); - Apresentação e leitura do livro infantil “Primeiro Cresci no Coração”, em várias escolas; - Organização da 3ª Feira do Livro LGBT do Porto (participaram 200 participantes); - Organização da 2ª edição do ciclo de cinema “We are family” (envolveram 250 pessoas); - Promoção de várias iniciativas de rua para o público em geral. <p>2015 – A CIG organizou um evento para assinalar o Dia Internacional de Luta contra a Homofobia e a Transfobia sob o tema “Crimes de Ódio contra pessoas LGBT”.</p> <p>A UMAR e a ILGA Portugal realizaram 3 ações de sensibilização no âmbito do projeto Artways, envolvendo 80 participantes (35 H e 45 M).</p> <p>2016 – Todas as ações de sensibilização realizadas pela CIG</p>
--	--	--	--	--	--	---

						<p>tiveram um módulo sobre as questões LGBTI.</p> <p>2 ações de sensibilização realizadas pela UMA, uma Marcha contra a Bifobia, Intersexofobia, Homofobia, Lesbofobia, Polifobia e Transfobia.</p> <p>Organização mensal de festas LGBTQI+; Ações realizadas no âmbito do projeto “Encontros em Igualdade de Género”.</p> <p>2017- MTSSS através da ACT realizou ações de sensibilização com as temáticas específicas de assédio sexual e discriminação em função do sexo para trabalhadores/as e empregadores/as.</p> <p>Também a CITE reportou: que no dia 09/05/2017, realizou-se o “Encontro Internacional sobre Visibilidade e Inclusão LGBTI no Local de Trabalho”, promovido pelo GRACE e ILGA, a CITE participou na Mesa Redonda sobre Políticas Públicas no mercado de trabalho.</p>
51	51) Realizar campanhas de sensibilização contra a discriminação em função da orientação sexual e identidade de género.	Realização de 2 campanhas	Prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género; Promover a sensibilização de toda a sociedade portuguesa para esta problemática.	PCM/CIG ONG	Número de campanhas	<p>2015 – Foi lançada pela CIG a 2ª campanha nacional contra a homofobia e transfobia, sob o lema “Não lhes feches a porta”, visando a sensibilização da população em geral e, particularmente, as famílias, para a violência em virtude da sua orientação sexual ou identidade de género.</p> <p>2016 – A CIG continuou a divulgar a campanha “não lhes feches a porta” dirigida aos jovens LGBTI.</p>

52	52) Sensibilizar profissionais e especialistas de áreas estratégicas para as questões da orientação sexual e identidade de género.	5 ações por ano	Prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género; Promover a sensibilização de toda a sociedade portuguesa para esta problemática.	PCM/CIG MS PCM MF MDN MAI MJ MEC MSESS ONG	Número de ações realizadas, por áreas de intervenção: centros de saúde, hospitais, escolas, forças de segurança, Forças Armadas, tribunais, segurança social, finanças e comunicação social. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo.	<p>2014 –2 ações de formação promovidas pela CIG e pela ILGA Portugal sobre “Discriminação e Violência contra pessoas LGBT”, envolvendo 50 profissionais (24 M e 26 H):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ação dirigida a Forças de Segurança em Lisboa, envolveu 5 profissionais do sexo feminino e 25 do sexo masculino, - Ação dirigida aos/ às profissionais da Segurança Social, envolveu 1 profissional do sexo masculino e 19 do sexo feminino. <p>2 sessões de formação em Direito Penal, com 21 horas cada, visando as alterações introduzidas ao Código Penal em 2013 e 2014,</p> <p>4 cursos em b-learning sobre “Educação Sexual no contexto da Formação Profissional” promovidas pela APF. Participaram 11 profissionais.</p> <p>2015 –3 ações de sensibilização sobre “Discriminação e Violência contra as Pessoas LGBT” realizadas pela CIG em parceria com a ILGA Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Forças de Segurança, envolvendo 29 participantes (22 H e 7 M); - Profissionais de Saúde em Lisboa, envolvendo 18 participantes (3 H e 15 M); - Profissionais da área da justiça, da DGRSP e da DGPJ envolveu 23 participantes (20 M e 3 H). <p>Foi concluído o Guia de Boas Práticas no Apoio a Vitimas LGBT, para Profissionais de Estruturas de Apoio a Vitimas, e o Referencial de Formação</p>
----	--	-----------------	---	--	--	---

						<p>sobre Violência Doméstica entre pessoas do mesmo sexo destinada a profissionais que intervêm junto desta população.</p> <p>4 ações de formação sobre Violência Doméstica entre pessoas do mesmo sexo (104 profissionais envolvidos/as);</p> <p>1 Seminário Jurídico sobre Livre Circulação de Famílias Arco-Íris</p> <p>1 ações de sensibilização para estudantes de serviço social na Bélgica participaram 26 pessoas;</p> <p>1 ação de sensibilização internacional com profissionais de educação em Lisboa, participaram 25 pessoas;</p> <p>1 ação de formação online para membros das Forças de Segurança da União Europeia;</p> <p>1 ação de sensibilização para profissionais de saúde da ARS Alentejo, participaram 10 pessoas (3 H e 7 M);</p> <p>1 ação de sensibilização internacional para profissionais de educação, participaram 15 pessoas</p> <p>Participação no evento internacional sobre educação organizado pela ILGA.</p> <p>2016 – A CIG integrou um módulo específico na formação das Conselheiras e Conselheiros e membros das Equipas Interdepartamentais para a Igualdade Todas as atividades que dão cumprimento a esta medida estão vertidas na Medida 34.</p> <p>No âmbito do Curso de Investigação e Apoio a Vitimas Específicas realizado pela GNR foi efetuada a sensibilização</p>
--	--	--	--	--	--	---

						<p>em matéria de orientação sexual e identidade de género, contou com 78 formandos/as (64H/ 14M).</p> <p>2017- Todas as ações de sensibilização realizadas pela CIG, tiveram nos seus planos de formação um módulo sobre a temática LGBTI na formação das Conselheiras e Conselheiros e membros das Equipas Interdepartamentais para a Igualdade. De evidenciar novamente que foi concluído o Guia de Boas Práticas no Apoio a Vítimas LGBT, para Profissionais de Estruturas de Apoio a Vítimas, e o Referencial de Formação sobre Violência Doméstica entre pessoas do mesmo sexo, destinada aos profissionais que intervêm junto desta população.</p> <p>Também e recorrendo a dados preliminares no âmbito do projeto INTIMATE (www.ces.uc.pt/intimate), a APEM realizou em parceria com este projeto, no CES, em Coimbra, no dia 27 de setembro, o Seminário sobre “Gestão de Substituição na Europa do Sul”</p>
53	53) Promover a elaboração de um estudo sobre crimes de ódio motivados por questões de orientação sexual e identidade de género.	Conhecimento sobre o fenómeno dos crimes de ódio motivados por questões de orientação sexual e identidade de género.	Prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género; Garantir a implementação e monitorização dos compromissos internacionais, aos quais Portugal está vinculado, em matéria de não -	PCM/CIG MJ MAI Centros de investigação ONG	Divulgação do estudo	<p>2015 – Criação pela FRA de um grupo de trabalho destinado ao combate aos crimes de ódio onde Portugal esteve representado.</p> <p>Workshop promovido pelo Reino Unido para a partilha de boas práticas contando com a participação da DGPJ. Criação de um grupo de trabalho interno para preparar as reuniões do GT “Hate Crime” e as respostas a questionários e outros contributos no</p>

			discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género.			<p>âmbito da formação policial e do fornecimento de dados estatísticos sobre este tipo de crime. Este grupo é composto por um representante da PJ, da GNR e da PSP, um elemento do ACM, dois representantes da DGPJ, um representante da PGR, além do ponto de contacto da FRA em Portugal.</p> <p>2016 – Continuação dos trabalhos desenvolvidos no contexto da participação no grupo de trabalho destinado ao combate aos crimes de ódio, criado pela FRA. O Ministério da Justiça informou que em 2016 foi dada continuidade aos trabalhos desenvolvidos no contexto da participação no grupo de trabalho destinado exclusivamente ao combate aos crimes de ódio, criado pela Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) (GT “Hate Crimes”);</p>
54	54) Implementar e monitorizar a aplicação das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género.	Garantia da aplicação das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género. 1 Relatório anual	Garantir a implementação e monitorização dos compromissos internacionais, aos quais Portugal está vinculado, em matéria de não - discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género.	PCM/CIG MNE Todos os Ministérios	Número de relatórios de monitorização de documentos internacionais.	<p>2014 - O MNE, em articulação com a CIG, copatrocinou, à semelhança dos restantes EM da EU, uma Resolução sobre combate à violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de género, no decorrer da 27ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Em articulação com as Embaixadas Portuguesas em países fora da UE, o MNE acompanhou a aplicação das Diretrizes de Ação Externa da UE em defesa dos Direitos das Pessoas LGBTI. 1 Relatório nacional produzido pela CIG, em colaboração com o MNE, a partir dos elementos pedidos aos EM</p>

						<p>pelo Alto-comissário dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, relativo a boas práticas.</p> <p>2015 – Portugal acompanhou e participou na aplicação das Diretrizes de Ação Externa da EU em defesa dos Direitos das Pessoas LGBTI. Portugal enviou vários contributos/relatórios para organizações internacionais, dando conta do cumprimento das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e igualdade de género. Relatório sobre a aplicação da resolução do Conselho de Direitos Humanos 27/ 32 “Human rights, sexual orientation and gender identity”. Relatório relativo à aplicação da Resolução 69/ 158 da Assembleia Geral das NU. Portugal respondeu a dois questionários neste domínio levados a cabo pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE.</p> <p>2016 – Através das nossas Embaixadas em países fora da UE, Portugal acompanhou e participou na aplicação das Diretrizes de Ação Externa da UE em defesa dos Direitos das Pessoas LGBTI; Contribuiu para a elaboração do documento “LGBTI Master Messages” Remeteu elementos para o relatório da UE sobre a implementação das</p>
--	--	--	--	--	--	---

						<p>Resoluções do Conselho de Segurança 1325 e 1820 sobre Mulheres, Paz e Segurança.</p> <p>Portugal enviou contributos/ relatórios para organizações internacionais dando conta do cumprimento das orientações internacionais no que respeita ao combate à discriminação em razão da orientação sexual e identidade de género.</p> <p>Enviados ao Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos elementos de resposta ao Questionário do Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada com mulheres e raparigas.</p> <p>Enviado ao Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos um contributo no quadro da resolução A/HRS/RES/30/15 sobre Direito ao Trabalho designadamente de mulheres.</p> <p>Acompanhamento dos trabalhos do Grupo das Questões Sociais no quadro da vertente da EPSCO do Conselho da UE.</p> <p>Entre 2014 e 2017, foram remetidos, por diversas vezes, elementos sobre a implementação das Resoluções do Conselho de Segurança 1325 e 1820 sobre Mulheres, Paz e Segurança para o relatório da UE sobre a implementação destas resoluções.</p> <p>Neste contexto, colaborámos no processo de revisão dos indicadores</p>
--	--	--	--	--	--	--

AE5	Medida	Objetivos	Objetivo Estratégico	Entidades participantes	Indicadores	Execução
55	55) Apoiar as ONG na realização de projetos e de ações de formação específicas que promovam a igualdade de género, a cidadania e a não-discriminação.	Contribuição para a ação das ONG na promoção da igualdade de género	Reforçar a cooperação com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação	PCM/CIG Entidades públicas de diversas áreas ONG	Número de ações de formação e projetos desenvolvidos pelas ONG apoiados por entidades públicas.	<p>que visam medir a implementação destas resoluções na UE. Durante o decorrer de toda a estratégia e através das nossas Embaixadas em países fora da UE, Portugal acompanhou e participou na aplicação das Diretrizes de Ação Externa da UE em defesa dos Direitos das PessoasLGBTI;</p> <p>2014 - Foi atribuído à CIG, pelo Estado, 70.000,00€ para financiamento do apoio técnico e financeiro às ONGM. A este valor acresceu 20.000,00€ do orçamento da CIG para o ano 2014, beneficiando as seguintes entidades: ADDIM, APEM, AMONET, APMJ, GRAAL, MDM, Plataforma Portuguesa para os direitos das Mulheres, Rede de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres, UMAR. Um elemento da CIG participou no Curso de Formação de Voluntariado para sobre cidadania, igualdade e não discriminação.</p> <p>2015 – A CIG atribuiu o valor de 92685,91€ a treze ONGM no âmbito do DL nº246/98, de 11 de agosto com as alterações introduzidas pela Lei nº 37/99, de 26 de maio.</p> <p>A CIG e outras entidades públicas participaram em ações promovidas por ONG em matérias de igualdade de género, cidadania e não-discriminação, envolvendo cerca de 150 profissionais.</p>

						2016 – Foram atribuídos 90000€ a ONGM nos termos do despacho da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade.
56	56) Cooperar com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação.	Constituição das parcerias com as ONG	Reforçar a cooperação com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação	PCM/CIG Entidades públicas de diversas áreas. ONG.	Número de projetos promovidos por ONG em parceria com entidades públicas.	<p>2014 – Subvenção atribuída às ONG para o desenvolvimento de projetos específicos na área da promoção da igualdade de género, a cidadania e a não-discriminação, no total de 105575,24€.</p> <p>2015 – A CIG, com recurso às verbas dos Jogos Sociais, contratualizou com ONG 10 ações de formação para a capacitação de Técnicos/as de Apoio à Vítima envolvendo 150 profissionais.</p> <p>2016 – A APEM continua a representar as ONGM com assento no Conselho Consultivo da CIG no Conselho Nacional de Educação e no Grupo de Trabalho de Acompanhamento do V PNI participando nas reuniões.</p> <p>A Associação Espaços – projetos Alternativos de Mulheres e Homens, com parceria com o Instituto Paulo Freire Portugal, com o Centro de Investigação e Intervenção Educativas da FPCEUP e com o Centro de Recursos Paulo Freire, organizou a II, III e a IV Tertúlia Dialógica e a sessão “Intervenção Artística na Comunidade” no âmbito do Ciclo “Educação, Resistência e Ação”.</p> <p>A Associação Espaços – Projetos Alternativos de Mulher e Homens, em parceria com a Fundação Cuidar O</p>

						<p>Futuro organizou uma sessão com 19 profissionais (18M/ 1H) das entidades pertencentes ao Conselho Municipal para a Igualdade de Lisboa; realizou, em parceria com o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, a Oficina “Maria de Lourdes Pintassilgo” com 27 jovens (14 raparigas/ 13 rapazes); Com a Junta de Freguesia do Bonfim e com o Agrupamento d Escolas Alexandre Herculano realizou o Workshop “Partilhar Lideranças nos Espaços Público e Privado”, contou com 17 profissionais (14M/ 3H); em parceria com o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano realizou a Oficina “Maria de Lourdes Pintassilgo: um percurso singular”, envolvendo 30 jovens (19 raparigas/ 11 rapazes). Em parceria com o Projeto Empresários Pela Inclusão Social e a Escola Básica de Custóias assinalou o Dia Internacional para a eliminação da Violência Contra as Mulheres com a criação de um mural que permitiu que jovens estudantes se manifestassem contra a violência, envolveu cerca de 50 estudantes.</p> <p>2017- A APEM continua a representar as Organizações não-governamentais de Mulheres (ONGM) com assento no Conselho Consultivo (CC) da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) – do qual é membro efetivo – no Conselho Nacional de Educação (CNE) e no Grupo de Trabalho (GT) de Acompanhamento do V Plano Nacional para a Igualdade,</p>
--	--	--	--	--	--	--

						Género Cidadania e não-Discriminação (V PNI) (2014-2017), participando assiduamente nas respetivas reuniões.
57	57) Promover a utilização de materiais produzidos no âmbito de projetos desenvolvidos pelas ONG, promotores de igualdade de género.	Rentabilização de recursos criados por ONG no âmbito de projetos desenvolvidos	Reforçar a cooperação com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação	PCM/CIG Entidades públicas de diversas áreas ONG	Número de materiais utilizados.	<p>2014 – Preparação pela CIG, com o Secretariado Técnico da Igualdade, uma base de dados com a compilação de uma seleção de materiais produzidos no âmbito dos projetos apoiados pelos fundos estruturais, na área da Igualdade de género, violência doméstica e de género e tráfico de seres humanos.</p> <p>2015 – Criação, pelo Centro de Informação e Documentação da CIG, de uma coleção especial que reúne, preserva e disponibiliza recursos de informação promotores da igualdade produzidos por ONG portuguesas, tendo sido utilizados e disponibilizados 168 materiais.</p> <p>2016 – O Centro de Informação e Documentação da CIG criou uma coleção especial que reúne, preserva e disponibiliza recursos de informação promotores da igualdade produzidos por ONG portuguesas. Todos os materiais produzidos pelas ONG no âmbito da Igualdade de Género são usados e divulgados pela CIG através dos canais de comunicação institucionais.</p> <p>2017- A CIG em todas as suas atividades tem vindo a ter um papel na divulgação de matérias produzidos pelas ONG ou em parceria com as mesmas. Assim e para dar</p>

						<p>cumprimento a esta medida o Centro de Informação e Documentação da CIG criou uma coleção especial que reúne, preserva e disponibiliza recursos de informação promotores da igualdade produzidos por ONG portuguesas. Também a APEM e o CES, no dia 20 de junho de 2017, e como parte da preparação de um e-book, foram transcritas as comunicações apresentadas no Colóquio Internacional sobre “Media e Violência Sexual – da Investigação à Comunicação”. Também a preparação de 2 Dossiês Temáticos: Um sobre “Perspetivas Interdisciplinares sobre o Feticídio” e um outro sobre “Interseccionalidade, Comunicação e Cultura: (Entre)Cruzamentos de Matrizes de Opressão e Privilégio”; o que implicou a elaboração e difusão dos convites à submissão de artigos em 4 linguas.</p> <p>Ainda o website da APEM foi atualizado e procede-se diariamente à sua manutenção em Português e Inglês; difunde-se, através do website, notícias, relatórios e outras publicações na área dos EMGF e das políticas públicas com relevância para as problemáticas relevantes para a promoção da igualdade de género em todos os domínios.</p>
AE6	Medida	Objetivos	Objetivo Estratégico	Entidades participantes	Indicadores	Execução
58	58) Sensibilizar os(as) profissionais e estudantes de ciências da	Aumento do grau de sensibilização de profissionais e estudantes de ciências da	Promover a sensibilização do público em geral sobre as questões da igualdade	PCM/CIG CENJOR	Número de ações de sensibilização realizadas junto de profissionais e	2014 – 1 sessão formativa promovida pela CIG para estudantes do 3º ano da licenciatura de Comunicação Social da

	<p>comunicação para a importância da produção de conteúdos mediáticos sobre o tema da igualdade de género e não-discriminação.</p>	<p>comunicação para a igualdade de género e não-discriminação. 2 ações de sensibilização por ano. Atribuição do Prémio “Paridade: Mulheres e Homens na Comunicação Social”.</p>	<p>de género e não - discriminação, com recurso ao meio de comunicação privilegiado, que é a televisão</p>	<p>Instituições do ensino superior</p>	<p>estudantes de ciências da comunicação. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo. Número de edições do Prémio e de distinções atribuídas.</p>	<p>Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. A CIG desenvolveu contactos com a Associação Portuguesa de Imprensa com vista à celebração de um protocolo de colaboração.</p> <p>2015 – No âmbito de um protocolo estabelecido com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico (ESSE/ IPS) de Setúbal inscreveu-se a temática das representações de género nos media, nas unidades curriculares de Ética e Deontologia Profissional e Retórica e Argumentação frequentadas por 40 estudantes. A ESSE/IPS iniciou a preparação da 4ª Semana da Comunicação Social com uma conferência intitulada “Mulheres e Media” com a CIG como parceiro institucional. Foi atribuído o Prémio Paridade: Homens e Mulheres na Comunicação Social à jornalista Susana Bento Ramos, pela reportagem “Emma Watson”.</p> <p>2016 – A CIG iniciou a promoção de seminários formativos sob o tema “A informação tem Género?” em parceria com o CENJOR e diversas instituições de ensino superior que possuem cursos nas áreas de comunicação. Seminários formativos na Universidade do Minho, foi frequentado por 43 pessoas e por mais 7 jornalistas. A CIG associou-se à “4ª edição da Semana da Comunicação Social” da Escola Superior de Educação do</p>
--	--	---	--	--	---	--

						<p>Instituto Politécnico de Setúbal com a conferência “Mulheres e Media”, participaram 57 pessoas.</p> <p>2017-Com o apoio institucional do CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e do Centro de Psicologia da Universidade do Porto, a APEM organizou o seminário “Género, Interseccionalidade e Comunicação” no dia 26 de outubro de 2017, tendo reunido uma sala cheia de investigadoras/es e estudantes na Universidade Lusófona do Porto</p> <p>Início da preparação de um e-book, com base nas comunicações apresentadas no Colóquio Internacional sobre “Media e Violência Sexual – da Investigação à Comunicação”, promovido pela APEM e pelo CES, no dia 20 de junho de 2017,</p>
59	59) Monitorizar, de forma permanente e sistemática, os conteúdos mediáticos (jornalísticos e publicitários) identificando mensagens sexistas e estereotipadas.	<p>Avaliação dos conteúdos jornalísticos e publicitários segundo uma perspetiva de género.</p> <p>1 Relatório bienal</p>	<p>Criar mecanismos de sinalização de conteúdos jornalísticos e publicitários sexistas e estereotipados do ponto de vista do género.</p>	<p>PCM/CIG</p> <p>PCM/GMCS DGC</p> <p>ERC</p> <p>ONG</p>	<p>Número de relatórios produzidos.</p>	<p>2015 – 1 Relatório, produzido pela ERC, onde consta a informação obtida através de análise: 1) da informação diária televisiva em 2014; 2) da informação televisiva diária e não diária de um conjunto de canais televisivos; 3) das queixas que deram entrada na ERC no mesmo ano.</p> <p>A CIG contribuiu para a definição de indicadores, que servirão de base a um estudo sobre a mediatização da violência doméstica e de género na informação diária televisiva, da responsabilidade da ERC, cujos resultados enriquecerão o relatório seguinte.</p>

						<p>A CIG convidou a UMAR/ Observatório das Mulheres Assassinadas a colaborar com a ERC contribuindo para o debate e definição de indicadores.</p> <p>Em 2015 foram realizadas 13 ações de fiscalização da publicidade 2016- Em 2016 foram realizadas 13 ações de fiscalização da publicidade 2017- Razão de ser da atualização do Código da Publicidade: Entende-se introduzir no Código da Publicidade normas destinadas a proibir a publicidade sexista, considerando que a discriminação de género nos meios de comunicação e na publicidade ainda é frequente e facilita a reprodução dos estereótipos de género. A forma como as mulheres são muitas vezes retratadas no espaço público reduz o apreço que a sociedade tem por elas e promove a violência para com estas.</p>
60	60) Criar, em parceria com empresas de comunicação social, o conteúdo de um programa televisivo sobre igualdade de género e não-discriminação.	Estabelecimento da parceria Criação e divulgação do programa.	Criar mecanismos de sinalização de conteúdos jornalísticos e publicitários sexistas e estereotipados do ponto de vista do género; Promover a sensibilização do público em geral sobre as questões da igualdade de género e não - discriminação, com recurso ao meio de comunicação privilegiado, que é a televisão.	PCM/CIG MADR Estações de televisão Empresas produtoras de produtos televisivos. ONG	Produção do conteúdo do programa.	<p>2015 – A CIG tem contribuído com temas e conteúdos para a magazine “Sociedad Civil” com emissão diária de 2ª a 6ª feira na RTP2 e RTP Internacional.</p> <p>2 técnicas participam no Projeto Artways (UMAR), falando sobre igualdade de género e violência no namoro no programa “Queridas Manhas” da SIC.</p> <p>2016 – Medida executada em 2014 e 2015</p>
61	61) Celebrar protocolos com instituições de	Introduzir a temática da igualdade de género e não -	Capacitar os(as) profissionais de	PCM/CIG	Número de instituições de ensino superior aderentes.	2014 – Protocolo com a Escola Superior de Educação, do Instituto

<p>ensino superior que ministram cursos de ciências da comunicação e de jornalismo.</p>	<p>discriminação nos cursos de ciências da comunicação e de jornalismo.</p>	<p>comunicação, em particular jornalistas, para a introdução da dimensão de género nos conteúdos por si produzidos e ou editados.</p>	<p>Instituições de ensino superior</p>		<p>Politécnico de Setúbal, prevendo o desenvolvimento de intervenções relacionadas com a problemática do género e não-discriminação no curso de ciências da comunicação. Início dos procedimentos para a assinatura de um Protocolo com a Universidade da Beira Interior que visa a introdução da temática da igualdade de género e não-discriminação de ciências da comunicação.</p> <p>2015 – Protocolo entre a CIG e a Universidade da Beira Interior, prevendo o desenvolvimento de intervenções relacionadas com a problemática do género e não-discriminação no curso de Comunicação, Jornalismo e Marketing. Início dos procedimentos para a assinatura de um Protocolo entre a CIG e a Universidade do Minho que visa a introdução da temática da igualdade de género e não-discriminação nos cursos de licenciatura e mestrado em Ciências da Comunicação, bem como o desenvolvimento de várias intervenções relacionadas com a problemática da igualdade de género nos meios de comunicação social, dirigidas a docentes e discentes.</p> <p>2016 – A CIG criou protocolos com a Universidade da Beira Interior e com a Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa.</p> <p>2017-2 acções de formação promovidas pela CIG , dirigidas a estudantes do ensino superior sobre</p>
---	---	---	--	--	--

						Comunicação, media e questões de género”, Execução
AE7	Medida	Objetivos	Objetivo Estratégico	Entidades participantes	Indicadores	
62	62) Contribuir para a consolidação das políticas de igualdade da União Europeia e das adotadas noutras organizações internacionais.	Intervenção nas políticas de igualdade da União Europeia e de outras organizações internacionais.	Participar ativamente nos principais fora internacionais em matéria de igualdade de género.	MNE Todos os Ministérios	Número de participações em reuniões promovidas por organismos internacionais com incidência direta na área da igualdade entre mulheres e homens, por Ministério.	<p>2014 – A Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade interveio na Mesa Redonda Ministerial “Gender Equality: a way forward” na Conferência Ministerial da Igualdade em Roma.</p> <p>O MNE acompanhou de forma ativa o apuramento das políticas de igualdade. Participação da CIG em diferentes reuniões: 2 reuniões do Grupo de Alto nível para o mainstreaming de género, da Comissão Europeia; reunião da Rede e Semana das Pequenas e Médias Empresas da Comissão Europeia; 2 eventos promovidos pelo EIGE; Seminário de Boas Práticas de Empreendedorismo Feminino, promovido pela Comissão Europeia, no âmbito do programa Progress; Reuniões promovidas pela EQUINET, FRA e Comissão Europeia.</p> <p>O INE participou nas 4ª e 5ª reuniões do Grupo de trabalho sobre o Index para a Igualdade de Género, promovidas pelo EIGE, nas discussões online do EuroGender Network.</p> <p>No quadro das Nações Unidas: <u>Conselho de Direitos Humanos (CDH):</u> -MNE com a CIG participou num side event sobre Prevenção da Violência Sexual na República Democrática do Congo na 25ª Sessão, copatrocinou várias resoluções na 26ª Sessão.</p>

						<p>-Portugal coorganizou com os EUA, Senegal, Quénia, ACNUR e a UN Woman um evento sobre o “Lançamento da Campanha Internacional para acabar com a Discriminação de Género nas Leis da Nacionalidade”.</p> <p>-Copatrocinou várias resoluções na 27ª Sessão.</p> <p>-No âmbito das sessões do Exame Periódico Universal no CDH Portugal recomendou aos Estados que ainda não tivessem feito, a criação de Planos Nacionais de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, segundo a Resolução do Conselho de Segurança nº 1325. Recomendou aos Estados que não tivessem ratificado a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher e o respetivo Protocolo Opcional, que o fizessem com reservas.</p> <p><u>69ª Assembleia Geral</u></p> <p>-Na 3ª Comissão, Portugal apoiou todas as iniciativas em matéria de igualdade de género.</p> <p>-Na 1ª Comissão, Portugal copatrocinou uma Resolução, de iniciativa de Trindade e Tobago, sobre “Mulheres, desamamento, não proliferação e controlo de amamentação”</p> <p><u>Conselho de Segurança</u></p> <p>-Portugal fez uma Declaração, no âmbito de um debate aberto sobre “Mulheres, Paz e Segurança – violência sexual em conflito armado”</p>
--	--	--	--	--	--	---

						<ul style="list-style-type: none">- Respostas a pedidos de informação e questionários em coordenação com outras entidades nacionais- ECOSOC – 58ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW)- Mais de 6 mil representantes de Estados-Membros, das NU e das ONGs discutiram os desafios e conquistas na implementação dos oito objetivos de Desenvolvimento do Milénio antes do prazo de 2015.- Divulgação de iniciativas nacionais- Divulgação junto do Gabinete do ACDH da matriz de indicadores nacionais sobre Violência contra as Mulheres, que foi elaborada no âmbito da CNDH. <p>No quadro do Conselho da Europa:</p> <ul style="list-style-type: none">- Portugal fez-se representar no debate temático sobre “Violência contra as Mulheres”. <p>No quadro da OSCE:</p> <ul style="list-style-type: none">- Portugal participou em 2 sessões de trabalho da Reunião de Aplicação da Dimensão Humana da OSCE subordinadas aos temas Tolerância e não-discriminação e Violência contra mulheres e crianças.- Portugal participou na Conferência de Revisão da Igualdade de Género.- Portugal participou no Conselho Ministerial de Basileia. <p>No âmbito da NATO:</p> <ul style="list-style-type: none">- Portugal apoiou a aprovação de diversos documentos.- O Representante Especial do Secretário de Estado com o representante permanente da
--	--	--	--	--	--	---

						<p>República Checa e da Noruega para o tema Mulheres, Paz e Segurança apresentaram, junto da NATO, através de uma carta o lançamento do 3º fundo fiduciário de apoio à implementação da RCSNU 1325 nas Forças Armadas da Jordânia.</p> <ul style="list-style-type: none">- Foi frequentado por uma técnica o Curso “Uma abordagem Global Às Questões de Género nas Operações” em Amesterdão. <p>Outras:</p> <ul style="list-style-type: none">- Foram nomeadas 2 técnicas superiores como membros da Comissão Laboral do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América- Continua em curso desde 2013 a negociação de Memorando do Entendimento entre o Departamento de Defesa dos EUA e o Ministério da Defesa Nacional sobre o Intercâmbio de Oficiais de Ligação.- A DGPRM participou no Seminário “Perspetivas de Género nas Forças Armadas: Partilha das Melhores Práticas” em Madrid. <p>2015 – No quadro da União Europeia:</p> <ul style="list-style-type: none">-Acompanhamento e discussão da proposta de Diretiva relativa à melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres nos cargos de administração de empresas cotadas em bolsa e a outras medidas conexas.-Adoção das propostas de Conclusões relativas à promoção da igualdade de oportunidades de obtenção de
--	--	--	--	--	--	--

						<p>rendimentos entre homens e mulheres.</p> <p>-Portugal subscreveu uma carta que foi enviada à Comissão Europeia, por iniciativa da Presidência Letã, defendendo a autonomia de uma nova Estratégia para a igualdade entre Mulheres e Homens 2016 – 2020.</p> <p>-Portugal acompanhou o Grupo de peritos de Género da Comissão Europeia que definiu e preparou o novo Plano de Ação de Género 2016-2020</p> <p>-Portugal participou das posições da UE para a negociação da agenda 2030 nas questões de género.</p> <p>A CIG participou em:</p> <p>-Reunião de Alto Nível para Mainstreaming de Género; Reunião promovida pelo Centro de Recursos e Documentação do EIGE; Fórum sobre “O futuro da igualdade de género” promovido pela Comissão Europeia”; Reunião do Advisory Committee on Equal Opportunities for Woman and Men; Conferência “The Charter of Fundamental Rights of the EU”.</p> <p>No quadro das Nações Unidas:</p> <p>-A resposta nacional à Listo Issues, que o Comité CEDAW enviou a Portugal, no âmbito da defesa do 8º e 9º Relatórios de aplicação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres contou com contributos do MNE, MAI, MSESS, MJ, MEC, MS, MAM, CIG, ACM, INE, Provedor da Justiça e com a</p>
--	--	--	--	--	--	--

						<p>colaboração da Região Autónoma dos Açores.</p> <p>Conselho de Direitos Humanos (CDH):</p> <ul style="list-style-type: none">-Portugal apoiou todas as iniciativas relativas à promoção da igualdade de género e ao combate à violência contra as mulheres.-ECOSOC – 59ª sessão da Comissão do Estatuto da Mulher (CSW): Portugal participou nesta sessão na organização do side event “Violence against woman and their children: integrated responses to its prevention and elimination”; copatrocinou um evento de Alto Nível sobre “Igualdade de Género nas Leis da Nacionalidade”; na participação da SEAPI no side event “Homens e rapazes na violência contra as mulheres”; no envolvimento nas negociações da Declaração EU proferida na 59ª CSW.- 70ª Assembleia Geral (AGNU): Portugal contribuiu para a preparação dos Compromissos da UE para a Reunião de Líderes Globais sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres.- Na 3ª Comissão, Portugal apoiou a Resolução sobre violência contra mulheres migrantes; a Resolução sobre a Convenção contra a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e a Resolução sobre a melhoria da situação das mulheres nas áreas rurais.-Conselho de Segurança: No 15º aniversário da aprovação da RCSNU 1325, Portugal participou no Debate
--	--	--	--	--	--	---

						<p>do CSNU sobre Mulheres, Paz e Segurança.</p> <p>No quadro do Conselho da Europa:</p> <ul style="list-style-type: none">-Portugal promoveu a eleição de um membro português para o GREVIO.-A CIG participou nas 1ª e 2ª reuniões do Comité de Partes à Convenção de Istambul.-Portugal participou na 3ª reunião dos Pontos Focais Nacionais.-A CIG participou nas 3ª e 4ª reuniões do European Committee for Social Cohesion, Human Dignity and Equality (CDDECS). <p>No quadro da OSCE:</p> <ul style="list-style-type: none">-Portugal contribuiu para os trabalhos da Reunião de Aplicação da Dimensão Humana da OSCE-Portugal esteve presente no Conselho Ministerial de Belgrado, defendendo o projeto de Decisão Ministerial sobre “Adenda ao Plano de Ação da OSCE de 2004 para a Promoção da Igualdade de Género”. <p>No Quadro da OCDE:</p> <ul style="list-style-type: none">-Portugal participou na reunião anual da GENDERNET (CAD) <p>Outros:</p> <ul style="list-style-type: none">-A CIG participou no Seminário sobre Empreendedorismo Feminino;Participação no European Learning Forum on Tackling FGM; Apresentação de boas práticas nacionais em matéria do papel do Sistema Nacional de Saúde na prevenção e combate à violência doméstica e de género; Apresentação da situação nacional em matéria da implementação da Diretiva
--	--	--	--	--	--	--

						<p>2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no âmbito do “Seminar in the Victims’ Rights Directive” promovido pelo EIGE.</p> <p>2016 – A CIG participou em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A nível da UE: 2 reuniões do Grupo de Alto Nível para Mainstreaming de Género contemplando três Seminários de boas-práticas; no Comité Consultivo para a Igualdade entre mulheres e homens; EIGE: Management Board - 27ª Reunião do Conselho de Administração do EIGE e 2 reuniões técnicas; EQUINET: varias reuniões dos Grupos de Trabalho, Seminários e Assembleia Geral; Reunião UE Task-Force 1325. -Ao nível do Conselho da Europa: em 3 reuniões e atividades da Gender Equality Commission. Ao nível da ONU: na 60ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres; no exame CERD. Ao nível da OSCE: na Conferência “A case for inclusive peace and security: how to accelerate the implementation of UNSCR 1325?” Ao nível da Rede Europeia Governamental de Pontos Focais LGBTI: nas 16ª e 7ª Mesas Redondas. Ao nível dos EEAGrants: na reunião de “Programme Operators and Donor Programme Partners of the Gender Programmes EEA and Norway Grants”. Participação ao nível técnico no Grupo Questões Sociais e ao nível político, no
--	--	--	--	--	--	---

						<p>Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores.</p> <p>Portugal participou no Grupo de Peritos de Género da Comissão Europeia que definiu o novo Plano de Ação de Género 2016-2020.</p> <p>No âmbito do COHOM participou em discussões sobre matérias relacionadas com a agenda mulheres, paz e segurança; contribuiu para várias Conclusões do Conselho sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres.</p> <p>No quadro das Nações Unidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho de Direitos Humanos: Portugal esteve presente em duas sessões; Portugal copatrocinou 9 Resoluções (A/HRC/RES/32/4; A/HRC/RES/32/3; A/HRC/RES/32/7; A/HRC/RES/32/17; A/HRC/RES/32/19; A/HRC/RES/32/20; A/HRC/RES/32/21; A/HRC/RES/32/2; A/HRC/RES/33/18); Portugal subscreveu a Declaração Conjunta sobre o Dia Internacional da Mulher, bem como a Declaração Conjunta que o Canadá apresentou sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres e Raparigas Indígenas; Portugal esteve presente nas três sessões do Exame Periódico Universal. -ECOSOC – 60ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres 71ª Assembleia Geral (AGNU): Portugal esteve presente nos eventos que marcaram a semana de Alto-Nível da 71ª sessão da AGNU e na 3ª Comissão. -Conselho de Segurança: Portugal participou nos vários.
--	--	--	--	--	--	---

						<p>No quadro da OSCE:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Portugal apoiou a candidatura de uma Conselheira de Direitos Humanos e de Direitos Humanos e Segurança na Missão da OSCE no Kosovo; apoiou a candidatura de uma Conselheira de Ética para a Missão Especial de Monitorização na Ucrânia; Representação nacional na Reunião Anual de Implementação da Dimensão Humana da OSCE em Varsóvia; Portugal esteve representado, pela CIG, na Conferência de Alto Nível sobre Implementação da RCSNU 1325 em Berlim; Portugal esteve representado na Reunião de Peritos da OSCE sobre Compromissos de Direitos Humanos. <p>No quadro do Conselho da Europa:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Portugal apresentou uma representante para as Reuniões GT ad hoc sobre igualdade de género no sector audiovisual; -Defesa da ratificação da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul) <p>No quadro da OCDE:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Portugal participou na reunião anual da GENDERNET (CAD), no Fórum Ministerial da 4ª Conferência Global Woman Deliver, na IV Conferência Mundial sobre os Direitos das Pessoas LGBTI e esteve representado nas reuniões do Grupo Amigos do Congresso das Mulheres 2017- a CIG participou em 2 reuniões no ano de 2017 na atividades da
--	--	--	--	--	--	---

						<p>Comissão da Igualdade de Género (Gender Equality Commission) a nível do Conselho da Europa; GEC congratulou-se com a aprovação unanime da nova estratégia 2018-2023 que será apresentada em Copenhaga em Maio de 2018.</p> <p>Ministério dos Negócios Estrangeiros acompanhou de forma ativa, entre 2014 e 2017, o aprofundamento das políticas de igualdade ao nível da EU, das NU (cdh, ecosoc, assembleia geral,) conselho de segurança, cop 13) Conselho da Europa (osce) OMS, Ministério do Ambiente- Adesão da AdP SGPS e da EPAL ao Fórum Empresas para a Igualdade em dezembro. SGMAMB e a divulgação por Circular aos dirigentes da SG MAMB e aos organismos do MAMB da Lei n.º 133/2015, de 07 de setembro, que cria um mecanismo para proteção das trabalhadoras.</p> <p>MTSSS através da CITE participou em várias reuniões de nível internacional</p>
63	63) Dar a conhecer os compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, bem como as orientações produzidas pelos organismos internacionais em matéria de igualdade de género.	Divulgação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português relevantes em matéria de igualdade de género.	Disseminar, implementar e monitorizar as orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado, em matéria de igualdade de género.	MNE CIG CITE Todos os Ministérios na respetiva área de intervenção.	Número de documentos de compromisso divulgados.	2014 – O MNE assegura em permanência a divulgação dos compromissos assumidos através da Rede de Contactos do Conselho Nacional para os Direitos Humanos. A CIG divulga através da revista institucional “Notícias”, da webpage, página de Facebook e e-mail. Pelo MDN toda a documentação e doutrina são divulgadas pela rede “GENDER” do Exército e disponibilizada no portal para o género do Exército. Divulgação

						<p>diretiva da NATO “Bi-SC Diretiva 40-1 REV1”.</p> <p>2015 – Divulgação, através da Rede de Contactos da Comissão Nacional para os Direitos Humanos, dos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais e das orientações produzidas pelos organismos internacionais em matéria de igualdade de género.</p> <p>2016 – A CIG divulga os compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais e orientações das entidades internacionais em matéria de igualdade de género; Divulgação através da Rede de Contactos da Comissão Nacional para os Direitos Humanos; Participação na “Joint initiative for International Women’s day”; Participação do MNE na organização da Conferência “Woman in Diplomacy”.</p> <p>O Grupo AdP participou na semana da responsabilidade social. O EPAL aderiu ao UN Global Compact in Portugal through WER’s – Woman’s Empowerment Principles e ao Forum iGen</p>
64	64) Elaborar o II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança.	Elaboração do Plano de Ação	Disseminar, implementar e monitorizar as orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado, em matéria de igualdade de género;	PCM/CIG MNE PCM MDN MAI MJ ONG Outras entidades	Aprovação do plano.	2014 - Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2014 e publicada em DR a 26 de agosto de 2014. – O Plano foi adotado através da O MNE divulgou o Plano junto de todas as suas Embaixadas e Missões no Estrangeiro.

			Multiplicar as medidas de promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.			2015 – Publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2014, de 26 de agosto. 2016 – Medida executada em 2014
65	65) Estabelecer Protocolos bilaterais de cooperação e programas de intercâmbio profissional no âmbito das políticas de igualdade de género, com países terceiros.	Fortalecimento da cooperação em matéria de igualdade de género.	Participar ativamente nos principais fora internacionais em matéria de igualdade de género; Promover a transversalização da igualdade de género em todas as políticas de cooperação internacional; Multiplicar as medidas de promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas. Medidas	MNE CIG Ministérios que têm cooperação internacional ONG	Número de protocolos Número de programas de intercâmbio profissional	2014 - No seguimento do Protocolo de Cooperação Técnica assinado a 2 de janeiro de 2012 a CIG, a CITE e a SGPCM acolheram 2 técnicas de Timor-Leste de 12 de setembro e 9 de outubro de 2014 para a preparação de um currículo em igualdade de género e para a formação de Pessoal da Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade em Portugal. A DGPI organizou a III Edição do Curso de Legística tendo como destinatários 9 juristas moçambicanos. 2015 – A CIG organizou, em colaboração com a Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, a CITE e a Câmara Municipal do Seixal, um estágio profissional de 1 mês para 2 técnicas e 1 técnico da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socioeconómica da Mulher, do Governo de Timor Leste. 2016 – No âmbito do Protocolo de Cooperação assinado entre Portugal e Timor-Leste, a CIG acolheu 2 técnicas da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socioeconómica da Mulher de Timor-Leste. O GSG tem promovido ativamente a celebração de Acordos sobre Atividades Remuneradas de Membros da Família do Pessoal Diplomado e Consular entre Portugal e os países

						<p>onde tem missões diplomáticas e consulares.</p> <p>Os projetos de cooperação objeto de protocolo por parte do CICL contemplam um item relativo à igualdade de género e tem tradução na operacionalização do projeto.</p> <p>2017- O Ministério dos Negócios Estrangeiros reportou: i) Anualmente, durante a vigência do plano 2) Quanto aos projetos de cooperação objeto de protocolo por parte do MNE/CICL, estes contemplam um item relativo à igualdade do género. Esta perspetiva tem depois tradução na operacionalização do projeto.</p>
66	<p>66) Assegurar uma efetiva implementação das orientações constantes da Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género.</p>	<p>Avaliação da implementação das orientações.</p> <p>1 Reunião anual Relatórios bienais sobre a implementação da Estratégia.</p>	<p>Participar ativamente nos principais fora internacionais em matéria de igualdade de género; Disseminar, implementar e monitorizar as orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado, em matéria de igualdade de género.</p>	<p>MNE</p> <p>Ministérios envolvidos na execução dos Eixos constantes da Estratégia.</p>	<p>Número de Reuniões interministeriais para monitorização da Estratégia. Número de Relatórios.</p>	<p>2014 - 2 reuniões: uma sobre Saúde Sexual e Reprodutiva e outra sobre mutilação genital feminina</p> <p>O Camões – Instituto de Cooperação e de Língua, I.P. participou na Consulta Parlamentar sobre “As Agendas Inacabadas do Plano de Ação Cairo e dos ODM no quadro da Cooperação para o Desenvolvimento”.</p> <p>O Camões patrocinou a exposição FNUAP intitulada “Novas demais para Casar”.</p> <p>Aprovação de uma versão revista do Plano de Ação para a Promoção da Igualdade de Género da CPLP (2014-2016).</p> <p>2015 – Reunião de Coordenação Interministerial sobre a Estratégia Portuguesa para a Igualdade de Género no Desenvolvimento.</p>

						<p>2016 –Foram promovidas pela DGPJ duas sessões de formação em matéria de igualdade de género para pontos focais da cooperação da área da justiça.</p> <p>Realização de uma palestra a formandos/as do curso “Empowering Woman in the 21st Century” do ISCTE em parceria com a AIM Overseas. Contou com 22 participantes (19 M/ 3H).</p>
67	67) Consolidar a cooperação com os Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.	Aprofundamento das relações com os países da CPLP. 2 atividades por ano	Participar ativamente nos principais fora internacionais em matéria de igualdade de género; Promover a transversalização da igualdade de género em todas as políticas de cooperação internacional. Multiplicar as medidas de promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.	MNE PCM/CIG Ministérios que têm cooperação com a CPLP	Número de atividades realizadas.	<p>2014 – III Reunião de Ministras responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP.</p> <p>Encontro informal das ministras e ministros responsáveis pela igualdade de género e empoderamento da mulher da CPLP.</p> <p>O MNE promoveu a inserção de um parágrafo na “Declaração Final da Cimeira de Díli” a propósito da “Campanha sobre a Eliminação de Violência contra as Mulheres” lançada no espaço da CPLP.</p> <p>A CIG apresentou uma comunicação no IX Conselho Multisectorial de Género.</p> <p>A DGPJ organizou a III Edição do Curso de Legística, envolvendo 9 juristas moçambicanos.</p> <p>Os Ministérios da Justiça de Portugal e de Angola assinaram um Memorando de Cooperação.</p> <p>Vários peritos do Instituto dos Registos e do notariado deslocaram-se a S. Tomé e Príncipe para ministrarem ações de formação a conservadores, notários e funcionários dos registos santomenses.</p>

						<p>1 formação específica em crimes sexuais para investigadores criminais, ministrada em Timor-Leste por 2 peritos da PJ.</p> <p>O Exército desenvolveu, em parceria com a DGPDN e a DGPRM, uma apresentação destinada aos países da CTM sobre a necessidade de inserção de módulos de formação sobre o género, nas ações da CTM.</p> <p>2015 – Portugal assinou o Programa Estratégico de Cooperação com a Guiné-Bissau 2015-2020 com o objetivo de promover a igualdade de género.</p> <p>Foi cofinanciado com o Fundo das Nações Unidas para as Atividades da População (FNUAP) um projeto específico na Guiné Bissau.</p> <p>Encontro bilateral entre a SEAPI e a Ministra para o Género, Crianças e Assuntos Sociais de Moçambique.</p> <p>2016 – A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, acompanhada por uma técnica da CIG realizou algumas reuniões bilaterais com Países da CPLP.</p> <p>Assinatura do Programa Estratégico de Cooperação com S. Tomé e Príncipe 2016-2020; Negociação dos Programas Estratégicos de Cooperação com Cabo Verde e Moçambique (2017-2021); Colaboração com o FNUAP por via do apoio a alguns projetos específicos nos países membros da CPLP.</p> <p>Todos os programas de cooperação na área da justiça, submetidos em 2016 para aprovação técnica do Instituto</p>
--	--	--	--	--	--	---

						<p>Camões, integram a menção à dimensão de género.</p> <p>2017- O Ministério dos Negócios Estrangeiros informou que, A apresentação na 36ª sessão do CDH, em setembro de 2017, da primeira resolução da CPLP neste fórum de Direitos Humanos, sobre O Gozo dos Direitos Humanos por Todas as Mulheres e Raparigas e a Transversalização de uma Perspectiva de Género na Implementação da Agenda 2030. Esta iniciativa foi adotada por consenso.</p> <p>Declaração de 2018 como Ano livre de Violência contra as Mulheres na CPLP. Assinatura de um Memorando de Entendimento entre a CPLP e a ONU-Mulheres.</p>
68	68) Realizar a transversalização da dimensão da igualdade de género em todas as políticas sectoriais de cooperação para o desenvolvimento.	Integração da dimensão da igualdade de género nas políticas sectoriais de cooperação para o desenvolvimento.	Promover a transversalização da igualdade de género em todas as políticas de cooperação internacional.	MNE PCM/CIG Ministérios que têm cooperação internacional	Número de projetos que integram a dimensão da igualdade de género, por políticas sectoriais.	<p>2014 - A transversalidade da igualdade de género é assumida na preparação e execução dos Programas e projetos apoiados pelo Camões IP.</p> <p>Foram indigitadas para ações de CTM:</p> <p>Em Angola e Moçambique:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Força Aérea: 2 psicólogas; - 1 Técnica de Pessoal e Apoio Administrativo; - Formação de Formadores/as: 1 Tenente; - 1 Tenente em assessoria técnica temporária; - Marinha: 1 Técnica Superior naval de educação; - Formação de Formadores/as: 1 Tenente; - 1 Tenente em assessoria técnica temporária.

						<p>Em Timor-Leste:</p> <ul style="list-style-type: none">- Exército: 1 Alferes em assessoria técnica temporária. <p>O Centro de Formação de Operações de Paz em Angola ministrou o 9º Curso Elementar de Operações de Paz e o 10º Curso Avançado de Operações de Paz, abrangendo cerca de 250 militares angolanos.</p> <p>2015- 79 projetos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento que estão classificados com o Marcador Igualdade de Género.</p> <p>O MJ participou na XIV Conferência dos Ministros da Justiça dos PALOP.</p> <p>A Presidência portuguesa desenvolveu trabalhos nomeadamente na promoção e proteção dos direitos das crianças e para o tráfico de seres humanos.</p> <p>Implementação dos projetos de Cooperação Técnico-Militar (CTM).</p> <p>2016 – A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e alguns projetos de Educação para o Desenvolvimento têm em conta a perspetiva da igualdade de género.</p> <p>No contexto da CMJPLOP foi elaborado com a colaboração da representação nacional, um questionário sobre a propriedade da terra e questões conexas, com abordagem da titularidade da propriedade pelas mulheres, visando a elaboração de uma proposta de Estratégia e de um Plano de Ação concebidos para as necessidades e características dos</p>
--	--	--	--	--	--	---

						Estados-membros, a ser submetida à consideração dos Ministros da Justiça aquando da XV CMJCPLP.
69	69) Reforçar a promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.	Divulgação junto das comunidades portuguesas das políticas de igualdade de género prosseguidas por Portugal.	Promover a transversalização da igualdade de género em todas as políticas de cooperação internacional	MNE CIG ONG	Número de ações desenvolvidas junto das comunidades portuguesas.	<p>2014 – Encontro com a Comunidade Portuguesa em Elizabeth Nova Jersey, Estados Unidos da América em comemoração do Dia Internacional das Mulheres. Neste dia a Secretária de Estado visitou uma escola e as instalações de género e explicou as posições assumidas por Portugal na CSW.</p> <p>O MNE apoiou financeiramente três iniciativas da associação “Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade” das quais uma pré-apresentação de uma Publicação e dois Colóquios.</p> <p>- 5 militares do sexo feminino participaram em missões internacionais (4 em Angola e 1 em Moçambique).</p> <p>2015 – Visita à Comunidade de Hartford, no Connecticut (EUA) para a 59ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher.</p> <p>Curso Mundial de Formação de Dirigentes Associativos da Diáspora: Participação de mulheres dirigentes associativas nas duas edições de 2015, Portugal;</p> <p>“Mulher Migrante” – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade: Colóquios e Concertos sobre “Cultura, Cidadania e Género”, França e Luxemburgo;</p>

						<p>Associação Nacional Mulher Migrante Luso-Venezuelana: Encontros regionais sobre “Igualdade de Género”;</p> <p>Associação da Mulher Migrante Portuguesa na Argentina;</p> <p>Associação “Liga da Mulher Portuguesa na África do Sul”;</p> <p>2ª Encontro sobre “O papel da mulher portuguesa na Alemanha”. Neste âmbito foi lançada uma brochura “O papel da mulher portuguesa na Alemanha” sobre o encontro realizado em 2014.</p> <p>2016 – A Presidente da CIG participou, em Paris, num encontro com as Comunidades Portuguesas, visando reforçar as questões da igualdade de género e da prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres.</p> <p>Assinatura do Protocolo de Cooperação entre o ACM, a DGACCP e a Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade para implementação e execução do projeto “Igualdade nas Comunidades” 2017-No âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros destaca-se DECRETO-LEI N.º 124/2017, DE 27 DE SETEMBRO, publicação de novo diploma que regulamenta a atribuição de apoio financeiro pelo MNE/DGACCP às ações e projetos devidamente enquadrados no plano de atividades anual das associações e federações das comunidades portuguesas legalmente constituídas há mais de um ano, sem fins lucrativos ou partidários, cujo</p>
--	--	--	--	--	--	--

						<p>objeto vise o benefício sociocultural das referidas comunidades; bem como de outras pessoas coletivas nacionais ou estrangeiras, sem fins lucrativos ou partidários, constituídas há mais de um ano, que proponham a realização de atividades que resultem em benefício das comunidades portuguesas e se enquadrem nalgum dos objetivos e prioridades definidos no referido DL Parlamento dos Jovens», divulgação da iniciativa da Assembleia da República, em parceria com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – MEC, o MNE/DGACCP, o Instituto Português do Desporto e da Juventude e as Direções Regionais da Educação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.</p> <p>Associação Mulher Migrante na Venezuela que dinamiza o movimento associativo feminino português local com 14 instituições luso-venezuelanas que abrangem um total de 450 associados.</p>
70	70) Incluir a dimensão da igualdade de género nas relações com os países de residência e trabalho de nacionais.	Integração da perspetiva de género no relacionamento com países de residência e de trabalho de nacionais.	Disseminar, implementar e monitorizar as orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado, em matéria de igualdade de género; Multiplicar as medidas de promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.	MNE ONG.	Número de ações desenvolvidas.	<p>2014 - 3 iniciativas da associação “Mulher Migrante – Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade”</p> <p>2015 – As atividades descritas na medida 69 cumprem igualmente esta mesma medida.</p> <p>2016 – O MNE interveio em: 1 Conferência, 2 Colóquios e 1 Projeto.</p>

Anexo IX - Quantificação das intervenções VPNI

Área estratégica 1: Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local

Intervenções	Medidas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Planos														
	Sectoriais	11												
	Municipais								51					
	Relatórios	7												
Formação														
	Cursos		3											
	Acções		29	2							32	4		
Participantes			6383	121							470			
	Homens		5434	6							127			
	Mulheres		949	40							343			
Sensibilização														
	Acções							11				104		
	Participantes											9338		
	Municípios													
Orçamento /género					2									
Dados estatísticos														
Serviços fornecedores									Todos minist					
Relatórios						18								
Comunicação														
Estudo avaliação														
Conselheiros														
	Autarquias										76			
	Nºconselheiros										76			
Iniciativas e prémios														
	candidaturas												28	
	Prémios atribuídos												10	
Outras														159

Área estratégica 2: Promoção da Igualdade entre mulheres e homens nas políticas públicas

Medidas	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Intervenções												4	6				0			3					8		0
Educação																											
Materiais pedagógicos																											
Produção	3	2																									
Divulgação		6																									
Agrup escolares		105																									
Orientações temáticas																											
Nºorient.			7																								
Nº instituições																											
Cursos c/orientações				9																							
Nºinstrumentos /MEC					(1)																						
Formação de docentes		438	20	596																							
Acções		48		2																							
Agrupamentos		90		90																							
Estudos							0																				
Relatórios						0			0																		
Distinções								5																			
Actualizações /Blogue									134																		9
Saúde																											
Acções f/sensibilização																											
Numero acções												52															
Participantes												259															
Homens												60															
Mulheres												201															
Referenciais												2															
Programas nº													11														
Inf estatística																											
Nºrelatórios													0														
Juventude e Desporto																											
Formação																											
Acções																											347
Participantes																											122761
Homens																											61176
Mulheres																											57449
Voluntariado																											

Área estratégica 3: Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal

Intervenções	Medidas	41	42	43	44	45	46	47	48	49
Elaboração de instrumentos										
Inquérito		2								
Guias/ Guiões					1			1		1
Ações de formação/ sensibilização										
Nº de ações			6		2	+ de 227		+ de 50	+ de 57	
Participantes			65					1263	+ de 2809	
Homens			6			155		+ de 368	+ de 499	
Mulheres			51			72		+ de 759	+ de 1311	
Sessões de informação										
Nº de sessões						160				
Nº de participantes										
Homens										
Mulheres						25% do total de participantes				
Relatórios										
Relatórios anuais			1							
Relatórios de apuramento						1	1			
Projetos/ Programas										
Nº de Projetos/ Programas					5	1				
Nº de candidaturas aprovadas		1			436					
Nº de projetos apresentados					+ de 246					
Nº de projetos liderados por mulheres					+ de 246					
Definição de critérios				1						
Participação em Projetos					1					
Acompanhamento de projetos/ programas							2			
Investimento médio					3 216 026€					
Prémios										
Nº de prémios atribuídos										19
Divulgação										
Plataformas					2					
Comunicações/ apresentações públicas										
Seminários					1	Vários				
Nº de participantes					295					
Homens					115					
Mulheres					180					
Comunicações					1					
Colóquios						Vários				
Sessões de esclarecimento						Vários				

Relatório de Avaliação Externa

Sessões pública de apresentação de iniciativas				1					1
Promoção/ Participação em iniciativas									
Nº de iniciativas				1					5
Realização de cursos									
Nº de cursos				3					
Nº de participantes				150					
	Homens			8					
	Mulheres			42					
Consultoria									
Empresas envolvidas	44	87							
Nº de empresas com planos de igualdade	7	24							
Mulheres em conselhos de administração		23,1%							
Mulheres presidentes de conselhos de administração		9,4%							
Mulheres em órgãos de fiscalização		29,6%							
Mulheres presidentes de órgãos de fiscalização		24,7%							
Participação em Comissões								2	
Participação em grupos de trabalho									1
Parentalidade									
Nº de licenças gozadas								2964	
	Por Homens							2479	
	Por Mulheres							485	
Reuniões									
Reuniões com parceiros					1				
Reuniões de trabalho				8					
Outras								várias	1
Participação em Conselhos consultivos					Várias				
Protocolos/ Parcerias				4				34	
Atualização de documentos							1		
Parcerias									
Projetos internacionais				1					
Circulação de informação entre organizações					Várias				
Contributos dados com implicação em novos sistemas, reformulação e criação de documentos								2	

Área Estratégica 4: Orientação Sexual e Identidade de Género

Intervenções	Medidas	50	51	52	53	54
Elaboração de instrumentos						
Guias/ Guiões		1				
Respostas a inquéritos						2
Ações de formação/ sensibilização						
Nº de ações		+ de 5		19		
Nº de Participantes		+ de 80		+ de 284		
	Homens	+ de 35		+ de 87		
	Mulheres	+ de 45		+ de 114		
Cursos						
Nº de cursos				5		
Nº de participantes				89		
	Homens			64		
	Mulheres			14		
Campanhas						
Nº de campanhas		1	2			
Relatórios						
Nº de Relatórios						3
Projetos/ Programas						
Acompanhamento de projetos/ programas						3
Comunicações/ apresentações públicas						
Seminários		1		1		
Conferências		1				
	Nº de participantes	40				
Workshops					1	
Sessão pública de apresentação de iniciativas		1				
Participação em aulas		1				
	Nº de participantes	20				
Tertúlias						
Nº de tertúlias		1				
	Nº de participantes	40				
Debates						
Nº de debates		1				
	Nº de participantes	30				
Participação em iniciativas						
Nº de iniciativas		1		1		
Realização de cursos						
Nº de cursos		1				
Promoção/ Participação em iniciativas		4				

Participação em grupos de trabalho				2	
Acompanhamento/ Participação em trabalhos/ Projetos					1
Contributos dados com implicação em novos sistemas, reformulação e criação de documentos					5
Construção e divulgação de materiais	5				
Patrocínios/ Copatrocionios					
Resoluções	1				

Área Estratégica 5: Organizações Não-Governamentais

Medidas	55	56	57
Intervenções			
Criação de bases de dados			1
Ações de formação/ sensibilização			
Nº de ações		2	
Nº de participantes		169	
Homens		1	
Mulheres		18	
Cursos			
Cursos de formação frequentados	1		
Oficinas			
Nº de oficinas		2	
Nº de participantes		57	
Homens		24	
Mulheres		14+19	
Comunicações/ apresentações públicas			
Workshops			1
Nº de participantes		17	
Homens		3	
Mulheres		14	
Tertúlias			
Nº de tertúlias		3	
Promoção/ Participação em iniciativas	1		
Reuniões			
Nº de reuniões		várias	
Construção e divulgação de materiais			2
Financiamento			
A ONGME	272685,91€		
A ONG		105575,24€	

Área Estratégica 6: Comunicação Social

Intervenções	Medidas	58	59	60	61
Ações de formação/ sensibilização					
Nº de ações		1			
Relatórios					
Relatórios de apuramento			1		
Prêmios					
Nº de prêmios atribuídos		1			
Comunicações/ apresentações públicas					
Seminários		Vários			
Nº de participantes		50			
Conferências		2			
Participação em aulas		1			
Nº de participantes		40			
Intervenção em meios de comunicação social				2	
Protocolos/ Parcerias		1			3
Contributos dados com implicação em novos sistemas, reformulação e criação de documentos			2		

Área Estratégica 7: Cooperação

Intervenções	Medidas	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Elaboração de instrumentos										
Inquérito								1		
Respostas a inquéritos	Vários									
Ações de formação/ sensibilização										
Nº de ações						2	Várias	Várias		
Cursos										
Nº de cursos					1			1	1	1
Nº de participantes					9			250		
Cursos de formação frequentados	1									
Nº de Estágios					3					
Projetos/ Programas										
Nº de Projetos/ Programas							1			
Participação em Projetos										1
Acompanhamento de projetos/ programas	2									
Implementação de Projetos								1		
Encontros							1			
Divulgação										
Programas	1	6	1							
Iniciativas	Várias									
Comunicações/ apresentações públicas										
Seminários	+ de 7									
Conferências	4	1						1		1
Comunicação						1	2			
Nº de participantes						22				
Homens						3				
Mulheres						19				
Fóruns	3									
Colóquios									+ de 2	+ de 2
Sessão pública de apresentação de iniciativas	1									
Mesas Redondas	3									
Síde event	3									
Discussões/ Debates	4									
Exposições						1				
Encontros									+ de 2	+ de 2
Visitas									1	1
Concertos									Vários	Vários
Publicações									2	2
Missões internacionais									5	5

Relatório de Avaliação Externa

	Nº de participantes							5	5
Debates									
Nº de debates	1								
Promoção/ Participação em iniciativas									
Nº de iniciativas	3	2				1	1		3
	Nº de participantes					9			
Participação em Comissões	1								
Participações técnicas	1								
Participação em grupos de peritos	1								
Reuniões									
Reuniões anuais	3								
Reuniões de grupos de trabalho	+ de 3								
Outras	Várias			3	Várias				
Sessões de Comissões	2								
Participação em sessões de Conselhos	2								
Participações em Conselhos Ministeriais	2								
Participação em Conselhos de Segurança	Vários								
Participação em Assembleias Gerais	3								
Consultas Parlamentares						1			
Acordos/ Protocolos/ Parcerias			Vários					1	1
Parcerias									
Contributos dados com implicação em novos sistemas/ reformulação/ criação de documentos/ apoios	17		1			2	2		
Construção e divulgação de materiais		1							
Produção de Declarações	1								
Adoção de novas propostas	2		1		1				
Patrocínios/ Copatrocionios									
Resoluções	Várias								
Nacionais	1								
Financiamento									
A ONG									
Iniciativas								3	3
Nomeações de novos membros/ representantes	4								
Negociação/ assinatura de Memorandos	1					1			
Assinatura de Programas Estratégicos						2			
Novas adesões		2							
Publicação de Resoluções			1						
Acolhimento de técnicas estrangeiras									
Nº técnicas recebidas			4						
Colaborações						1			

Anexo X– Questionário V PNPCVDG

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género - V PNPCVDG (2014-2017)

1. Nome da entidade:

2. Natureza jurídica:

3. Caracterização da entidade:

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género - V PNPCVDG (2014-2017)

4. Classifique a pertinência das áreas estratégicas do V PNPCVDG (assinale a célula correspondente à escala de prioridade: 1- nada relevante; 2- pouco relevante; 3- relevante ; 4- muito relevante)

	1	2	3	4
Área Estratégica 1 — Prevenir, Sensibilizar e Educar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Área Estratégica 2 — Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Área Estratégica 3 Intervir junto de agressores(as)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Área Estratégica 4 — Formar e Qualificar Profissionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Área Estratégica 5 — Investigar e Monitorizar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género - V PNPCVDG (2014-2017)

5. Tendo em conta o conhecimento sobre violência doméstica em Portugal, classifique cada um dos objetivos estratégicos no quadro das áreas estratégicas em função da sua relevância na resposta a problemas que considere prioritários (assinale a célula correspondente à escala de prioridade: 1- nada relevante; 2- pouco relevante; 3-relevante : 4- muito relevante)

Área Estratégica 1 — Prevenir, Sensibilizar e Educar

	1	2	3	4
Prevenir a violência doméstica e de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre a violência doméstica e de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dinamizar o trabalho em rede, promovendo a descentralização territorial das ações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a eliminação de práticas tradicionais nocivas, em particular da mutilação genital feminina	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 2 — Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração

	1	2	3	4
Prevenir a revitimização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ampliar as medidas de proteção às vítimas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a capacitação e a autonomização das vítimas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 3 Intervir junto de agressores(as)

	1	2	3	4
Prevenir a reincidência em crimes de violência doméstica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prevenir a reincidência em crimes de violência sexual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover programas de intervenção junto de jovens Agressores(as)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 4 — Formar e Qualificar Profissionais

	1	2	3	4
Intensificar a formação de profissionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criar e implementar referenciais de formação orientados para a intervenção com públicos particularmente vulneráveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 5 — Investigar e Monitorizar

	1	2	3	4
Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento e informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover estudos que permitam integrar lacunas de	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

conhecimento existentes em matéria de violência doméstica e de género e atualizar informação essencial à determinação da intensidade do fenómeno

Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como de gestão da rede de apoio às vítimas ○ ○ ○ ○

[Retroceder](#) [Continuar](#)

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género - V PNPCVDG (2014-2017)

6. Durante o período de vigência do V PNPCVDG, considera que houve alteração significativa na situação de violência doméstica no nosso país

- Sim Não

[Retroceder](#) [Continuar](#)

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção e Combate à
Violência Doméstica e de Género - V PNPCVDG (2014-2017)

7. Atividades do V PNPCVDG da responsabilidade da sua entidade segundo a sua realização e número de pessoas envolvidas nas atividades concluídas

Áreas Estratégicas	Atividades previstas			Atividades concluídas e completamente executadas		Nº atividades concluídas e parcialmente executadas	Nº atividades em curso	Nº atividades não executadas	
	Nº atividades	Nº pessoas abrangidas		Nº atividades	Nº pessoas abrangidas				
		H	M		H				M
Área Estratégica 1 — Prevenir, Sensibilizar e Educar	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	
Área Estratégica 2 — Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	
Área Estratégica 3 Intervir junto de agressores(as)	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	
Área Estratégica 4 — Formar e Qualificar Profissionais	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	
Área Estratégica 5 — Investigar e Monitorizar	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género - V PNPCVDG (2014-2017)

8. Principais obstáculos à não execução ou à execução parcial (resposta múltipla):

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Financeiras | <input type="checkbox"/> Motivação dos beneficiários |
| <input type="checkbox"/> Técnicas | Dificuldades na implementação de medidas: |
| <input type="checkbox"/> Recursos humanos | <input type="checkbox"/> Ao nível da tomada de decisão |
| <input type="checkbox"/> Recursos materiais | <input type="checkbox"/> Em termos de relações institucionais |
| | <input type="checkbox"/> Outras |

9. Para a sua entidade, o combate à violência doméstica é uma atividade prioritária?

- Nada prioritária Pouco prioritária Prioritária Muito prioritária

10. Tipo de públicos alvo das ações realizadas:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Profissionais de Administração Pública Central | <input type="checkbox"/> Agressores |
| <input type="checkbox"/> Profissionais da Administração Pública Local | <input type="checkbox"/> Vítimas de violência doméstica masculinas |
| <input type="checkbox"/> Profissionais de outras entidades | <input type="checkbox"/> Vítimas de violência doméstica femininas |
| <input type="checkbox"/> Empresas | <input type="checkbox"/> Vítimas de violência doméstica crianças |
| <input type="checkbox"/> Jovens | <input type="checkbox"/> Vítimas de violência doméstica LGBT |
| <input type="checkbox"/> Imigrantes | <input type="checkbox"/> Vítimas de violência doméstica pessoas com deficiência |
| <input type="checkbox"/> Público em geral | <input type="checkbox"/> Outros |

11. Para a execução das atividades do V PNPCVDG recorreu-se a parcerias?

- Sim Não

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género - V PNPCVDG (2014-2017)

12. Tendo em conta as atividades desenvolvidas pela sua entidade/monitorizadas no âmbito do V PNPCVDG, em que objetivo estratégico prevê resultar maior impacto

Área Estratégica 1 — Prevenir, Sensibilizar e Educar

	Muito Impacte	Algum Impacte	Nenhum
Prevenir a violência doméstica e de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre a violência doméstica e de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dinamizar o trabalho em rede, promovendo a descentralização territorial das ações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a eliminação de práticas tradicionais nocivas, em particular da mutilação genital feminina	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 2 — Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração

	Muito Impacte	Algum Impacte	Nenhum
Prevenir a revitimização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ampliar as medidas de proteção às vítimas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a capacitação e a autonomização das vítimas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 3 Intervir junto de agressores(as)

	Muito Impacte	Algum Impacte	Nenhum
Prevenir a reincidência em crimes de violência doméstica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prevenir a reincidência em crimes de violência sexual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover programas de intervenção junto de jovens Agressores(as)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 4 — Formar e Qualificar Profissionais

	Muito Impacte	Algum Impacte	Nenhum
Intensificar a formação de profissionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criar e implementar referenciais de formação orientados para a intervenção com públicos particularmente vulneráveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 5 — Investigar e Monitorizar

	Muito Impacte	Algum Impacte	Nenhum
Recolher e tratar dados estatísticos que permitam	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

sistematizar o conhecimento e informação

Promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimento existentes em matéria de violência doméstica e de género e atualizar informação essencial à determinação da intensidade do fenómeno

Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como de gestão da rede de apoio às vítimas

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género - V PNPCVDG (2014-2017)

13. Tendo em conta a sua experiência e/ou da sua entidade na implementação do V PNPCVDG que recomendações gostaria de sugerir com vista à melhoria da problemática da luta contra a violência doméstica à melhoria da problemática da igualdade de género

Retroceder

Terminar

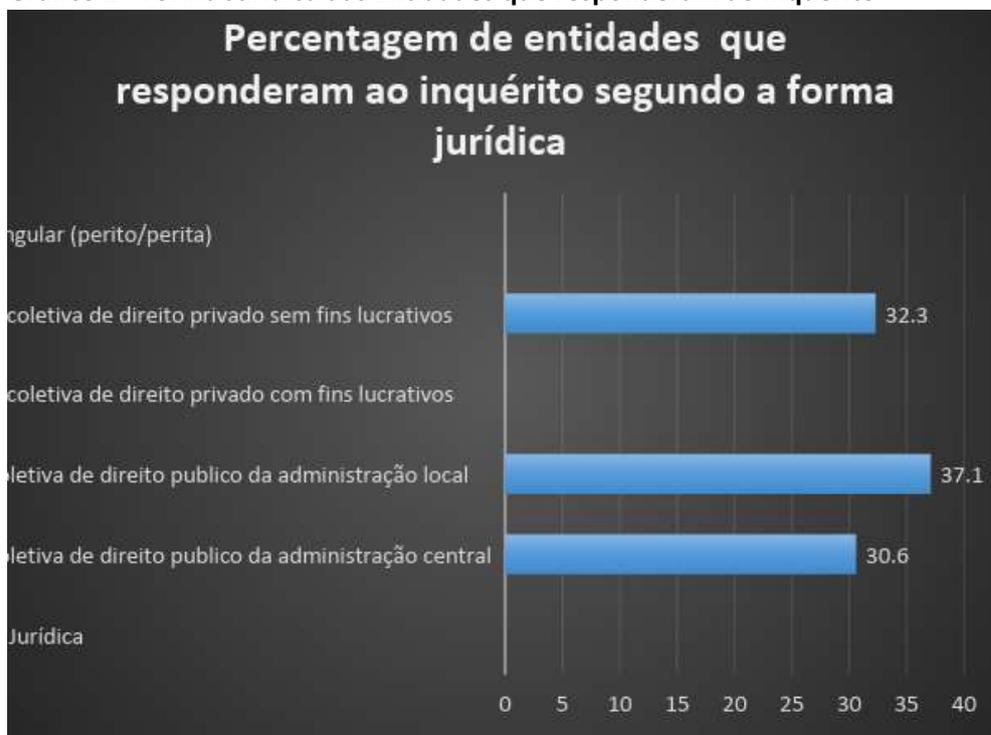
Anexo XI – Análise do inquérito ao V PNPCVDG

Os dados apresentados, referem-se todos às respostas ao inquérito efetuado pela UCP/CEPCEP, por via online e dirigidos ao universo conhecido de entidades com intervenção na problemática da Violência Doméstica e de Género. São os primeiros de um conjunto mais vasto de dados que serão apresentados no relatório final sobre a avaliação do V PNPCVDG. A sua leitura e eventuais conclusões deverão ter em atenção a análise e utilização de outras fontes apresentadas no capítulo da metodologia do trabalho de avaliação desenvolvido.

1. Característica das entidades que responderam ao inquérito

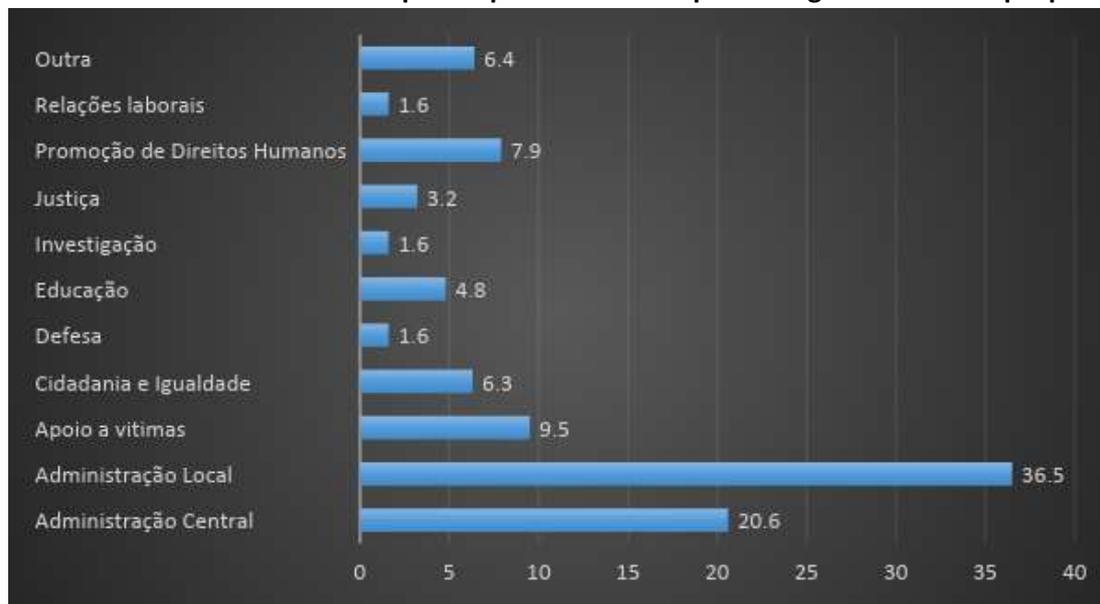
A taxa de resposta do inquérito enviado a um conjunto de entidades com responsabilidades na problemática d violência doméstica que foi de 10,4%. Destas entidades 37,1% eram pessoas coletivas de direito publico da administração local e 32,2% eram pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos o que reflete a boa resposta dada nomeadamente por parte das camaras municipais ou Organizações Não Governamentais (ONG)

Gráfico 1 - Forma Jurídica das Entidades que responderam ao Inquérito



Conforme se pode verificar pelo gráfico 2, para além da importância que os municípios assumem e de organismos da Administração Central é de salientar a participação nas respostas dadas ao inquérito por Organismos de apoio à Vitima (9,5% das respostas) e por entidades da área de promoção dos direitos humanos.

Gráfico 2 - Áreas das Entidades que Responderam ao Inquérito segundo a área a que pertencem



2. A intervenção das entidades no âmbito do V PNPCVDG

Conforme se pode ver pelo gráfico 3, 61% das entidades consideram não ter existido alterações significativas no domínio da Violência Domestica e Género (VDG) .

Este facto poderá estar relacionado também com a situação de que 42,3% das entidades não intervieram nas ações nem participaram na execução das medidas definidas no Plano. Tal, segundo essas entidades, foi fundamentalmente pela falta de recursos humanos (33,3%) e por motivos de natureza financeira (27,7%). Contudo a ausência de recursos materiais e técnicas também assumem valor significativo (11,1%).

Gráfico 3- Existência de alterações significativas VDG

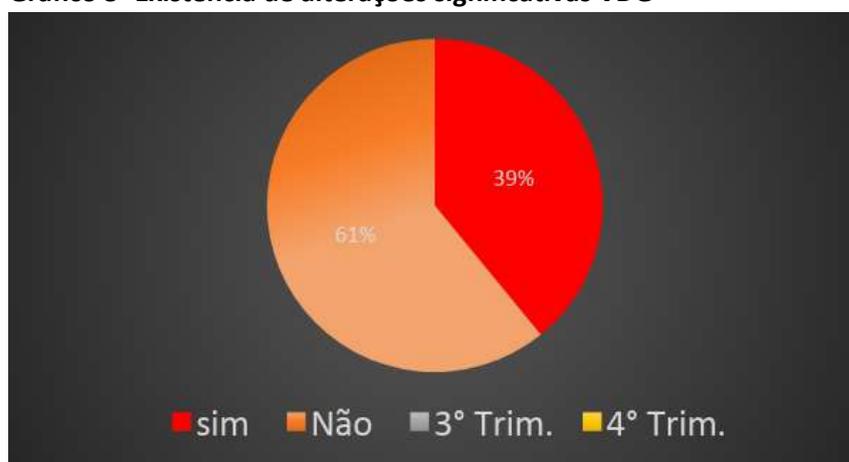


Gráfico 4 - Principais alterações verificadas no domínio da violência doméstica

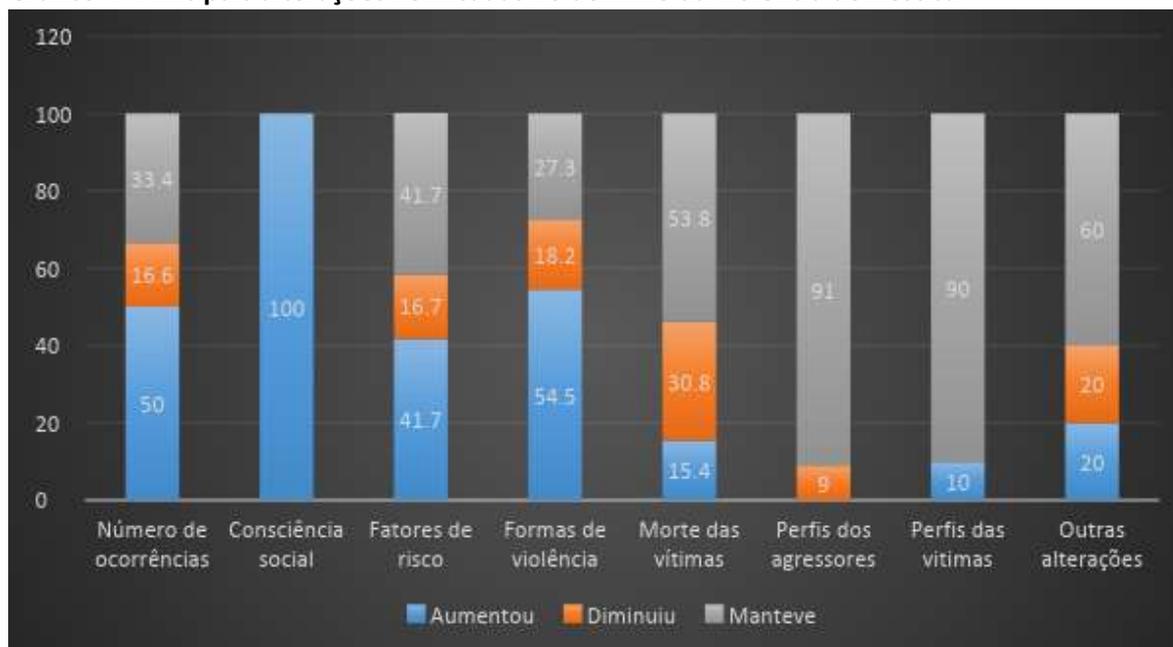


Tabela 1 - Número total de atividades no âmbito da violência doméstica

Áreas Estratégicas	Atividades previstas			Atividades concluídas e completamente executadas			Nº Atividades Concluídas parcialmente executadas	Nº Atividades em cursos	Nº Atividades não executadas
	Nº atividades	Nº pessoas abrangidas		Nº atividades	Nº pessoas abrangidas				
		H	M		H	M			
Area estratégica 1	61	301	373	122	435	583	21	3	2
Area Estratégica 2	7	0	247	4	1	13	2	3	4
Area Estratégica 3	2	9	0	0	0	0	1	1	0
Area Estratégica 4	23	74	234	2	0	0	1	3	1
Area Estratégica 5	1	1	5	0	0	0	1	0	0

Gráfico 5 - Principais Motivos para não realização de ações do V Plano VDG

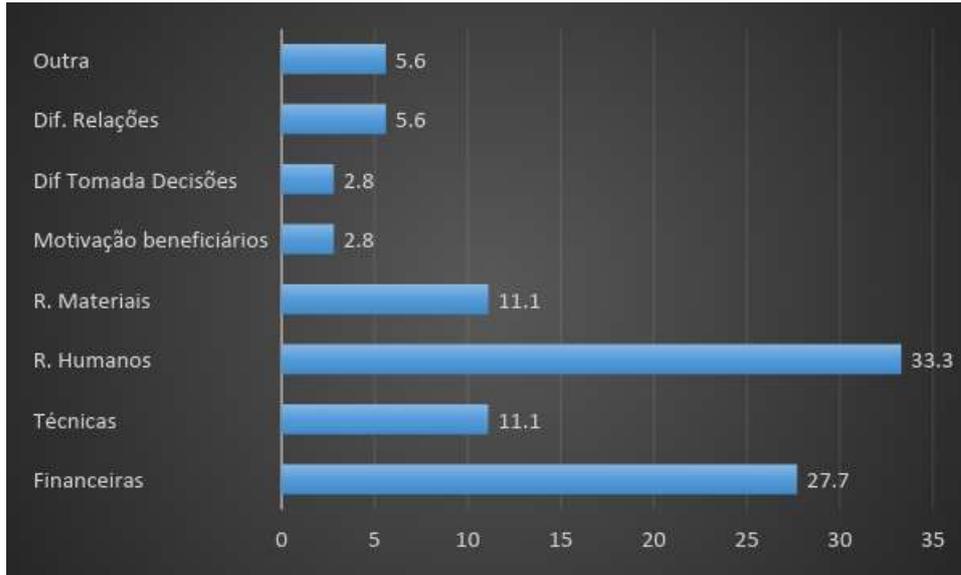


Gráfico 6 - Prioridade atribuída á violência doméstica por área da entidade

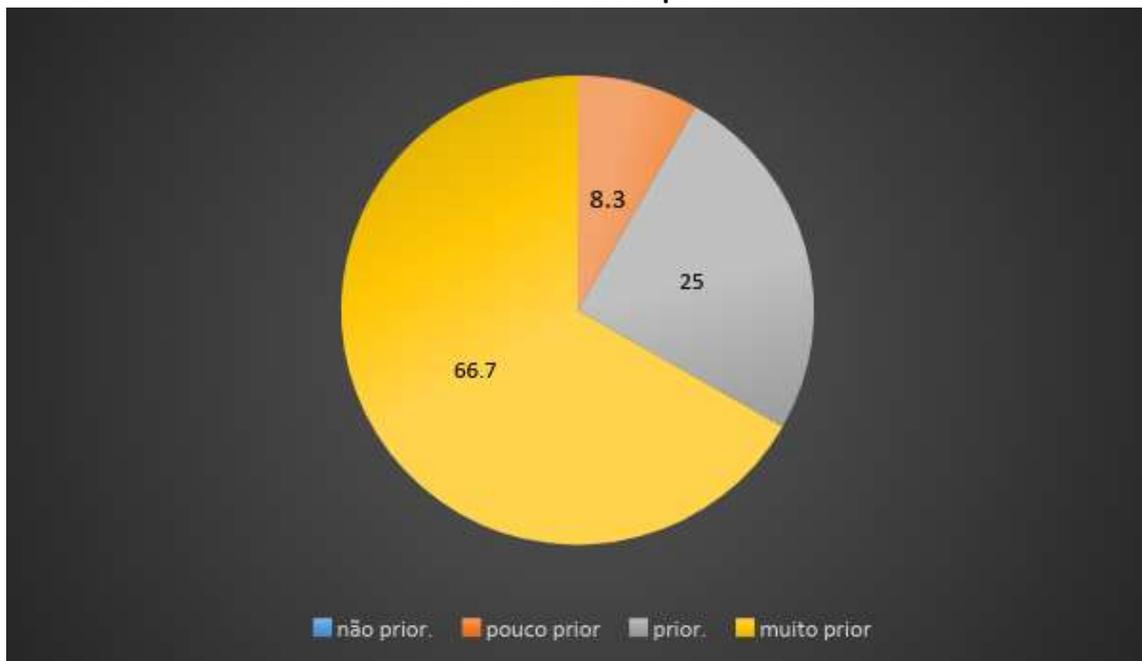


Gráfico 7 - Estrutura da Distribuição do Público alvo das ações realizadas

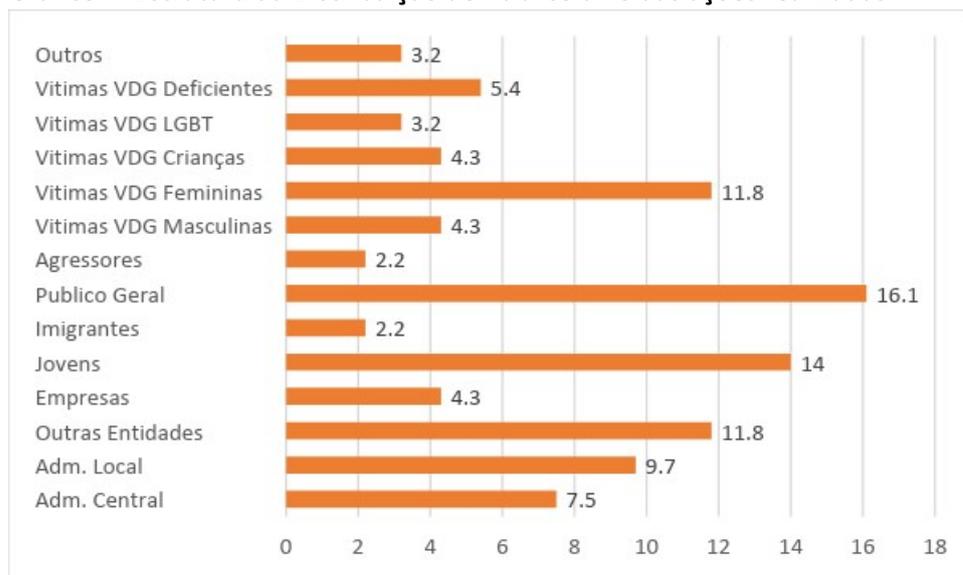
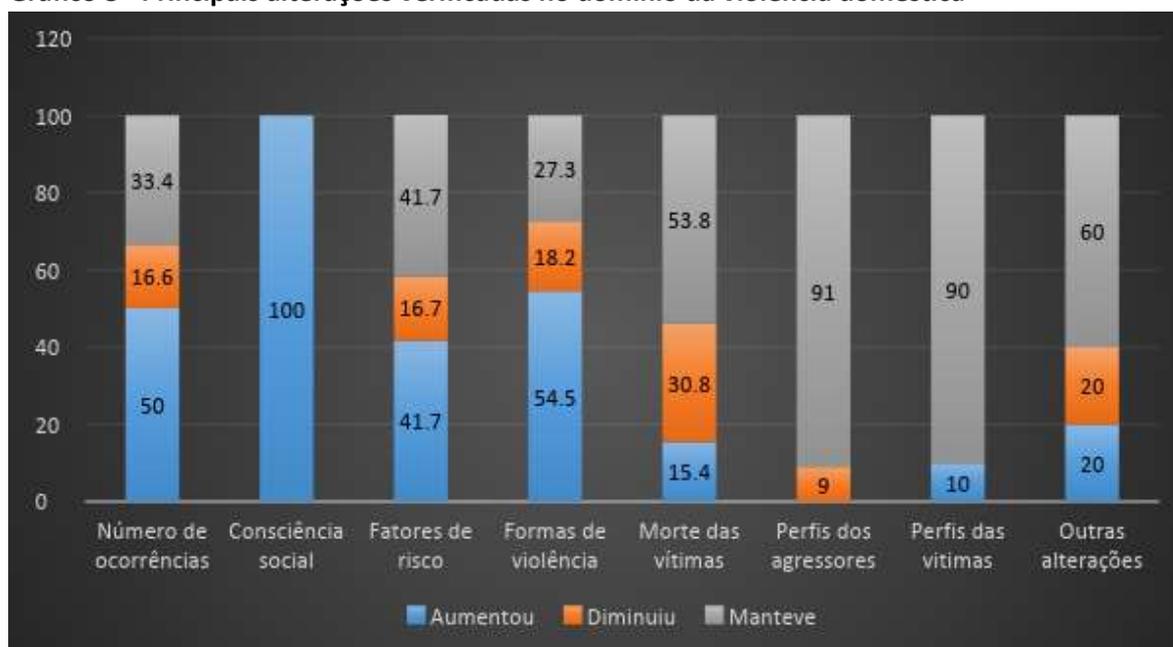


Gráfico 8 - Principais alterações verificadas no domínio da violência doméstica



3. Relevância dos objetivos estratégicos por área estratégica

Conforme definido no V PNPCVDG existiam 5 áreas estratégicas sendo definida para cada uma destas áreas objetivos estratégicos específicos. Assim e para uma conveniente leitura da análise dos gráficos seguintes, apresenta-se a matriz que cruza as áreas estratégicas com os objetivos estratégicos

Tabela 2

	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5
<p>AE1</p> <p>Prevenir</p> <p>Sensibilizar</p> <p>Educar</p>	Prevenir a violência doméstica e de género	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre violência doméstica e de género	3Dinamizar o trabalho em rede, promovendo a descentralização territorial das ações	Promovendo a eliminação de práticas tradicionais nocivas, em particular a mutilação genital feminina	
<p>AE 2</p> <p>Proteger as vítimas e promover a sua integração</p>	Prevenir a revitimização	Ampliar as medidas de proteção às vítimas	Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento das vítimas	Promover intervenções específicas junto das vítimas particularmente vulneráveis assim como a capacitação e a autonomização das vítimas	Promover a capacitação e a autonomização da vítimas
<p>AE3</p> <p>Intervir junto dos agressores(as)</p>	Prevenir a reincidência em crimes de violência doméstica	Prevenir a reincidência em crimes de violência sexual	Promover programas de intervenção junto de jovens agressores(aas)		
<p>AE4</p> <p>Formar e qualificar profissionais</p>	Intensificar a formação de profissionais	Criar e implementar referências de formação orientados para a intervenção em públicos particularmente vulneráveis			
<p>AE5</p> <p>Investigar e monitorizar</p>	Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento e informação	Promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimento existentes em matéria de violência doméstica e de género, e atualizar informação essencial á determinação da intensidade do fenómeno	Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como da gestão da rede de apoio às vítimas		

Gráfico 9 - Relevância das Áreas estratégicas segundo as Entidades



Relevância dos Objetivos estratégicos por áreas estratégicas

De acordo com os Gráficos 5 a 9, em geral em todas as áreas estratégicas os respetivos objetivos estratégicos são considerados como sendo importantes ou muito importantes e tendo muito impacto. São as Áreas Estratégicas 1 e 2 aquelas onde os objetivos estratégicos em geral são considerados com maior impacto. De entre estes sobressai os Objetivos estratégicos 3 e 4 na Área 2 assim como na Área 1 os Objetivos Estratégicos 2 e 4. De salientar que na Área 3 a percentagem de entidades que consideram os objetivos estratégicos com muito impacto assumem ainda algum significado o que já não acontece para as áreas 4 e 5 em que nunca mais de 60% das empresas considera qualquer objetivo estratégico com muito impacto.

Gráfico 10 - Relevância dos Objetivos Estratégicos da Área Estratégica 1

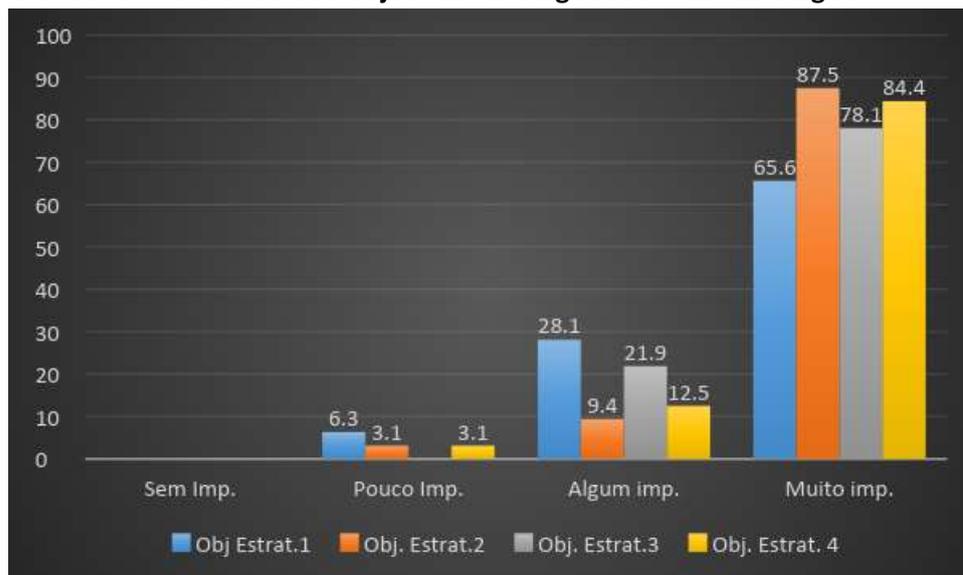


Gráfico 11 - Relevância dos objetivos Estratégicos da Área Estratégica 2

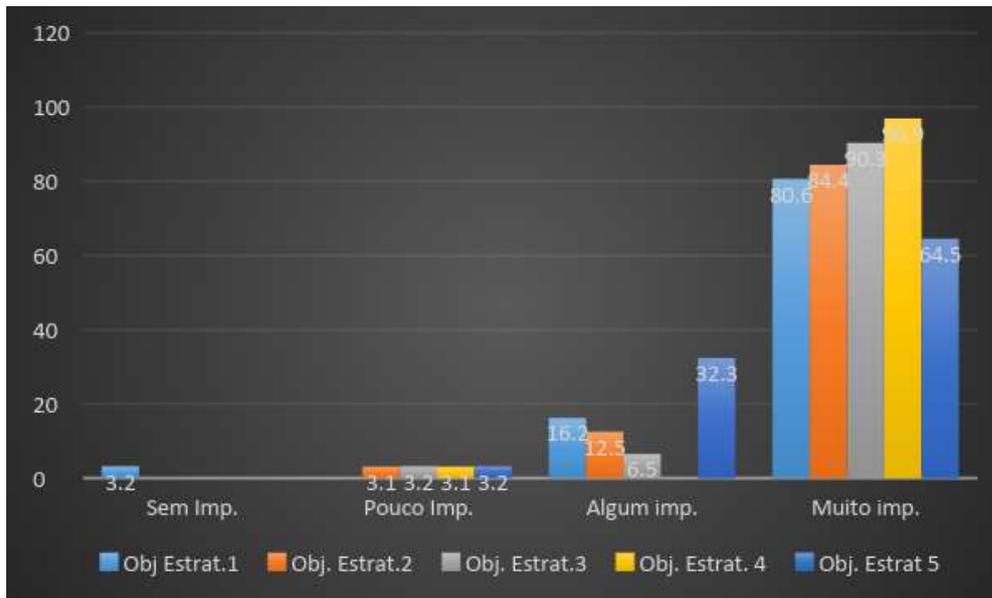


Gráfico 12 - Relevância dos objetivos Estratégicos da Área Estratégica 3

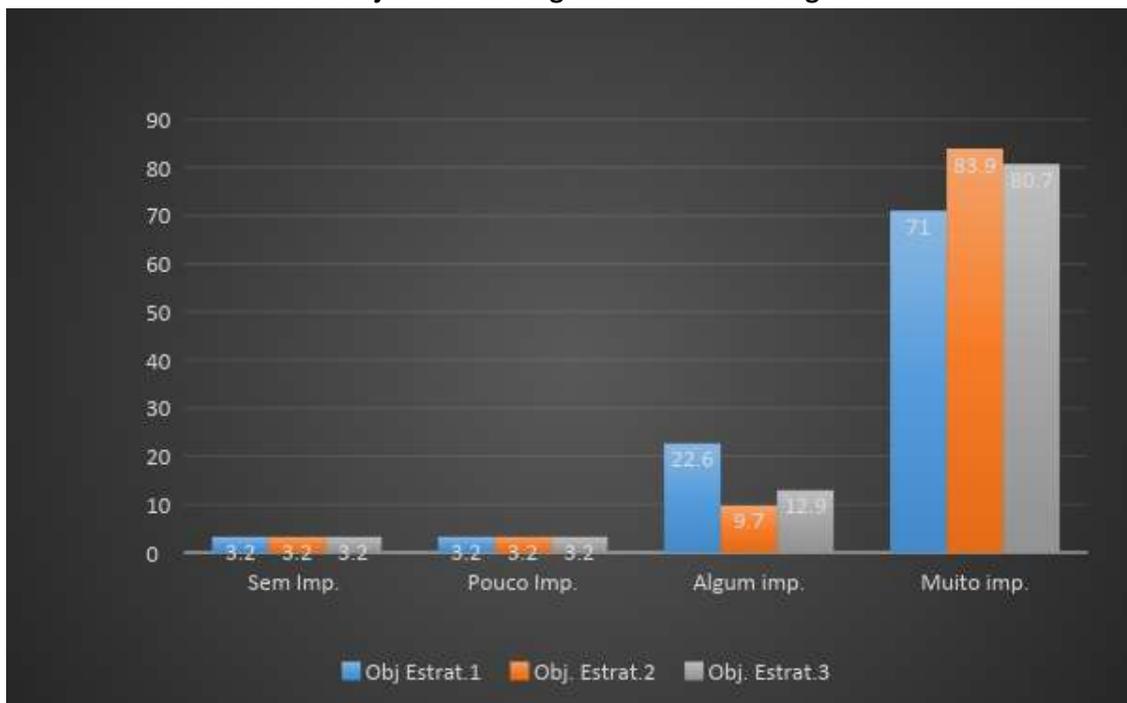


Gráfico 13 - Relevância dos objetivos Estratégicos da Área Estratégica 4

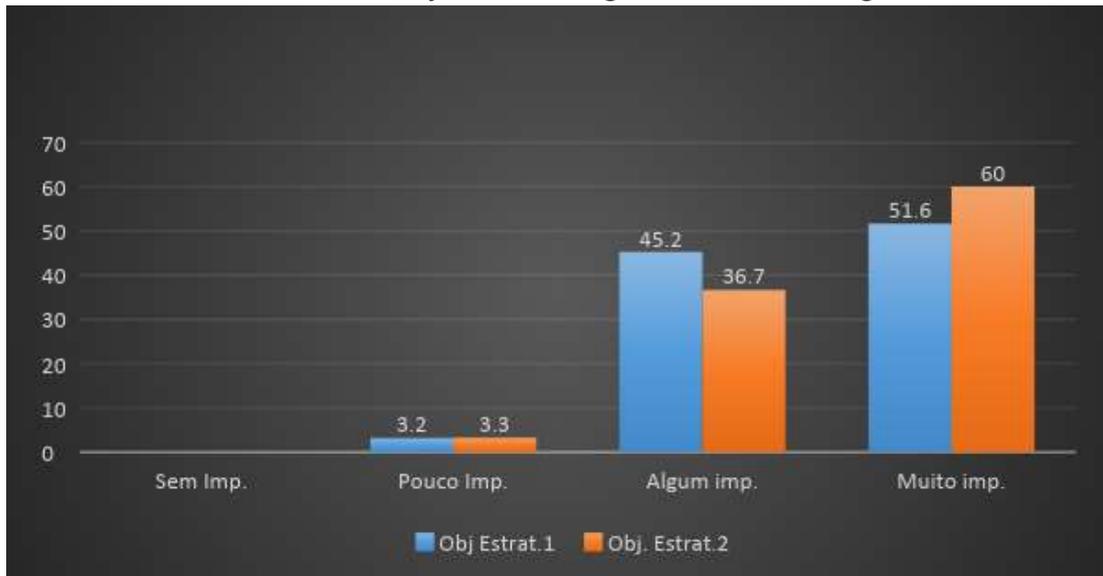


Gráfico 14 --Relevância dos objetivos Estratégicos da Área Estratégica 5

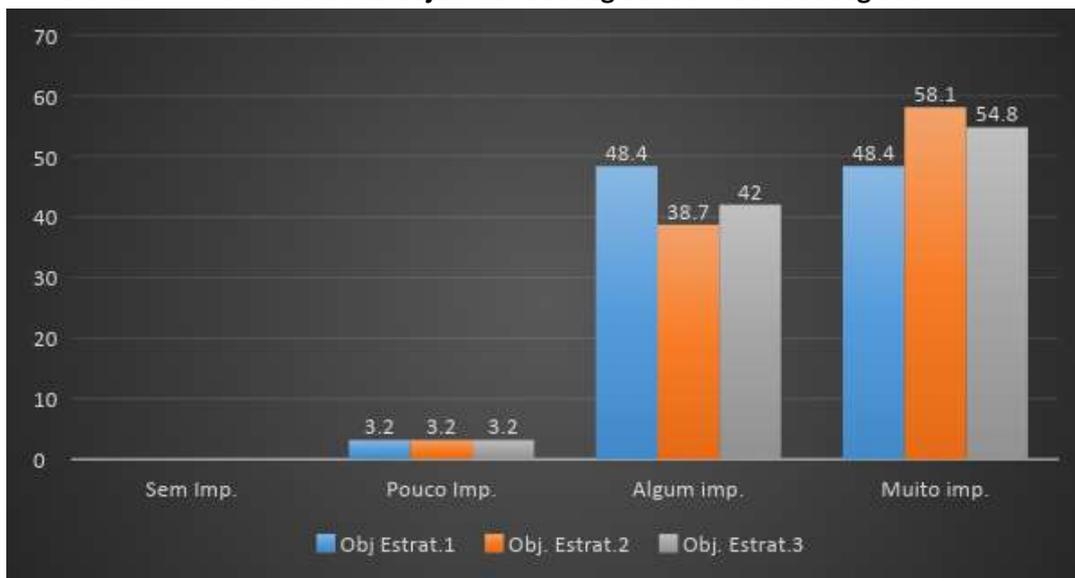


Tabela 3 - Previsão Nível de Impacto dos Objetivos Estratégicos segundo as Entidades

Objetivo Estratégico	Muito Impacte	Alguns Impacte.	Nenhum Impacte
Prevenir a VDG	0	42,8	57,2
Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre a VDG	0	58	42
Dinamizar o trabalho em rede, promovendo a descentralização territorial das áreas	0	66,7	33,3
Promover a eliminação de práticas tradicionais nocivas, em particular da MGF	0	42,9	57,1
Prevenir a revitimização	0	60	40
Ampliar as medidas de proteção às vítimas	0	73,3	36,7
Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas	0	38,5	61,5
Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis	0	66,6	33,4
Promover a capacitação e a autonomização das vítimas	0	66,6	33,4
Prevenir a reincidência em crimes de VDG	0	38,5	61,5
Prevenir a reincidência em crimes de violência sexual	0	30,8	69,2
Promover programas de intervenção junto de jovens Agressores(as)	0	77,7	32,3
Intensificar a formação de profissionais	0	56,3	43,7
Criar e implementar referenciais de formação orientados para públicos vulneráveis	0	53,8	46,2
Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento	0	41,2	58,8
Promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimento existentes em VDG	0	33,3	66,7
Criar instr. de monitorização estat. da VDG, bem como de gestão da rede AV	0	41,7	58,3

4. As Parcerias e as entidades que mais utilizam

Em geral as entidades que responderam ao inquérito fazem mais parcerias com a CIG e com as ONGs, seguindo-se as Entidades Locais e as Escolas. De facto 20%, das entidades fazem parcerias com a CIG e 20% com as ONG, 17% com entidades locais e 15% com escolas. Contudo conforme se pode ver pelo gráfico 11 são os organismos da administração local que fazem mais parcerias (cerca de 70% das parcerias efetuadas)

Gráfico 15 – As Entidades com quem foram feitas parcerias

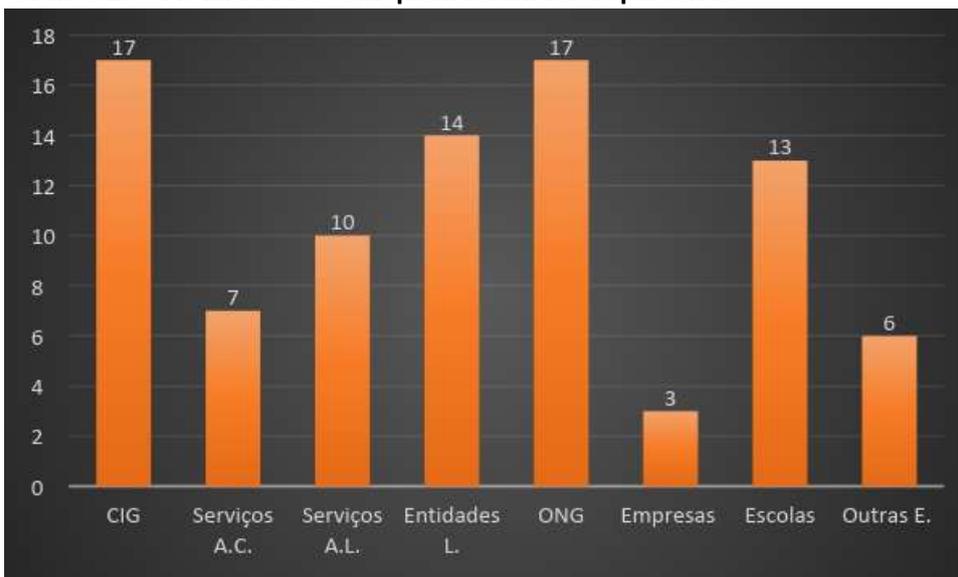
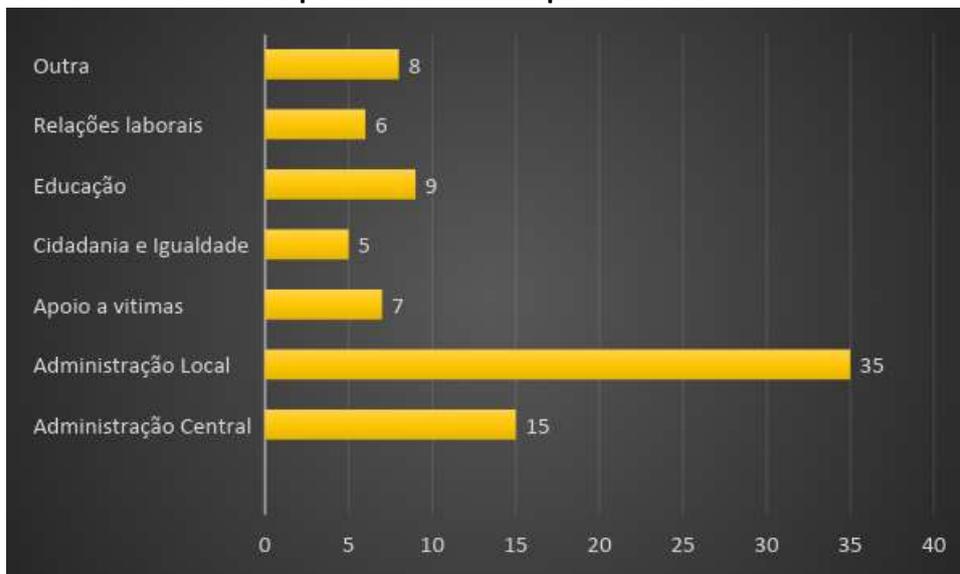


Gráfico 16 - Número de parcerias efetuadas por área da entidade



Anexo XII – Análise de Execução das Medida VPNPCVDG por Área Estratégica

AE1	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivo	Entidades participantes	Indicador	Execução
1	Realizar campanhas nacionais contra todas as formas de violência abrangidas pela Convenção de Istambul	Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género Dinamizar o trabalho em rede, promovendo a descentralização territorial das ações	Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género.	PCM; CIG; MAI; MJ; ME; MS; MEC; MSESS; ANP; ;ONGs; PGR Municipios	Número de campanhas realizadas. Tipo e número de meios envolvidos. Tipo e número de materiais produzidos. Número de relatórios dos estudos de impacto	Campanha com o mote «Comunidade ativa contra a violência» 41 ações de prevenção da violência contra as mulheres com a participação de 29 entidades e de 187 parceiros locais Nas regiões autónomas foram realizadas três ações nos Açores e uma na Madeira. Neste total de ações contabilizam-se cerca de 10000 participantes. Campanha de sensibilização contra a violência no namoro, sob o mote “Quem te ama, não te agride”. spot televisivo e da produção de um panfleto alusivo à temática UMAR promoveu uma compilação de textos, escritos por especialistas e sobre as diversas formas de violência de género contra as mulheres, incluindo as previstas na Convenção de Istambul UMAR campanha em relação ao assédio sexual Marcha para a eliminação de todas as formas de violência Campanha nacional “nunca é tarde” com 5000 dísticos informativos, 5000 cartazes , Spot tv e spot radio Jornadas nacionais contra a VD e 30 iniciativas em todo o território nacional Campanha UMAR assédio sexual e distribuição de postais
2	Realizar seminários/conferências sobre a temática da violência doméstica e de género incluindo o	Aumento do nível de sensibilização e conhecimento	Um seminário conferência	PCM; CIG; MAI; MJ; ME; MS;	Número de seminários/ conferências realizado	CIG-Seminário Nacional contra VD -80 profissionais ONGs- AMCV; AM Seculo XXI; APMJ e CIG; 3seminário ; UMAR , 2 seminários, 1 tertúlia

	assédio sexual ,e novas formas de violência inclusve o stalking e a violência praticada através das novas tecnologias	relativamente à violência doméstica e de género	anual promovido por organismos da Administração Pública.	MEC; MSESS; ANP; ;ONGs; PGR Universidades. ;		IV jornadas nacionais ; UMAR , 2 seminários , 4 seminários regionais em escolas; AMCV- 1 seminário A CIG coorganizou, com a DGRSP, um seminário subordinado ao tema "Violência Doméstica(200 pessoas) Centro de Estudos Judiciários, o Seminário "Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho UMAR – Ação na Semana Cultural da Universidade de Coimbra.
3	Intensificar o papel dos municípios na prevenção e combate à violência doméstica e de género, com enfoque no papel das redes locais e regionais.	Prevenir a violência domestica e de género Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género Dinamizar o trabalho em rede , promovendo a descentralização territorial das ações	Aumento do número de planos municipais que integram a dimensão da violência doméstica e de género. Ampliação da intervenção municipal.	PCM;CIG; MAI; MJ; ME; MS; MEC; MSESS; ANP; ;ONGs; PGR	Número de novos planos municipais que integram a dimensão da violência doméstica e de género	Em 2014 aprovação de 14 Planos municipais reuniões de trabalho de apoio técnico com 30 autarquias e outras entidades regionais ou municipais Em 2015 , 234 ações de formação regionais dirigidas a entidades regionais Em 2016 foram implementados 5 novos PMI (Famalicão, Horta, São Roque do Pico, Lagoa (Açores) e Vila do Porto) 24 workshops formativos para a implementação de PMI que integrem a dimensão da VD/VG envolvendo 41 municípios 4 protocolos envolvendo quatro ONG com experiência na área do atendimento com diversas entidades em 3 distritos
4	Realizar ações de sensibilização e de informação particularmente dirigidas à comunidade educativa sobre a violência doméstica e de género, abordando em especial os temas do bullying, da violência exercida através de novas tecnologias e da violência no namoro.	Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género Dinamizar o trabalho em rede,	Aumento do nível de conhecimento sobre a temática da violência doméstica e de género na comunidade educativa	MDN ;MAI ; MS ; ONG.;MEC	Número de ações realizadas. Número de alunos(as) abrangidos(as).	2014- GNR 828 ações abrangendo 29490 alunos sobre INTERNET segura PSP – 1899 ações sendo 1071 sobre bullying , 429 internet e outros sobre violência nas escolas MEC- 4 encontros regionais com 412 docentes MS programa de saúde mental e violência dirigida a mais de 500000 alunos ARS algarve , 23 ações sobre violência no namoro

		promovendo a descentralização territorial das ações				<p>GRAAI -combate á violência no namoro – 1 seminário ; Associação sobre mulheres 31 ações sobre VNamoro; ; CVP 84 ações; ; UMAR 8 ações sobre assédio</p> <p>2015- CIG 4 ações sobre VN; GNR 233 ações sobre violência abrangendo 9000 alunos; PSP 1886 ações; UMAR , 5 ações sobre bullying e VN, UMAR 75 ações AMCV- ações para 10 turmas</p> <p>2016- CIG- 3 ações sobre VN,2ações com Univ Minho.</p> <p>UMAR : ações de formação com a CML ; 125 ações de sensibilização em escolas com 2458 jovens Projeto UMAR sobre Prevenção em 72 escolas DGS ações abrangendo mais de 500000 alunos GNR ações de sensibilização com 43079 participantes PSP , 13 ações sobre IG e 762 dobre VN</p>
5	Elaborar e divulgar guiões e outros materiais informativos e pedagógicos dirigidos à comunidade educativa.	<p>Prevenir a violência domestica e de género</p> <p>Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género</p>	<p>Informação e orientação da comunidade educativa para a temática da violência doméstica e de género.</p>	MAI; MSN; ONG	<p>Número e tipo de materiais pedagógicos produzidos. Número de escolas envolvidas.</p> <p>Número de ações realizadas.</p> <p>Número de pessoas abrangidas.</p>	<p>2014- GNR atualizou os suportes às sessões de prevenção da violência; PSP elaborou folhetos MEC tem em preparação o Referencial de Educação para a IG ; MEC referencial sobre Educação para a Cidadania; GRAAL produziu 5 vídeos e 2 folhetos CVP sobre violência no namoro 1000 exemplares;</p> <p>2015 – CIG dois manuais dirigidos à comunidade educativa: que visam, essencialmente, definir linhas de orientação para a intervenção em contexto escolar, junto das crianças e jovens expostos à violência doméstica;</p> <p>2016 – CIG distribuição dos manuais produzidos em 2015; 12 sessões para docentes sobre saúde escolar GNR implementou a Operação “Dia Internacional da Não violência nas escolas” e levou a cabo 398 ações atingindo 19772 alunos/as A PSP desenvolveu as seguintes ações de sensibilização envolvendo 3366 estabelecimentos de ensino, num total de 1047610 alunos/as.</p>

6	Promover ações de prevenção das diversas manifestações de violência e de eliminação das situações de exclusão, em meio escolar.	Prevenir a violência doméstica e de género	Garantia da plena integração de ambos os sexos no quotidiano escolar através de ações de formação de pessoal docente e não docente.	MEC PCM/CIG,MAI , Escolas do ensino básico e secundário. ONG.	Número de ações realizadas. Número de estabelecimentos envolvidos. Número de pessoas abrangidas.	<p>2014 – GNR -1732açõesna operação regresso às aulas em segurança abrangendo 92000 alunos; PSP 1822ações; MEC formação sobre Educação, Género e Cidadania com 4 ações; CPV 10 ações envolvendo 128 profissionais; UMAR 240 sobre prevenção primaria da violência; APF, 25 ações sobre VN 2015- GNR - Operação “Regresso às Aulas 2015” foram realizadas, pela GNR, 2157 ações de sensibilização para a violência, no âmbito geral, e na promoção da sua eliminação no seu contexto intra e extraescolar, abrangeu 79579 alunos/as.</p> <p>Em 2015, foram realizadas várias ações no âmbito desta medida, nas quais participaram: 44.156 alunos/as nas sessões sobre violência, 49.315 alunos/as nas sessões sobre internet segura, 11.959 alunos/as nas sobre direitos humanos, 12.518 alunos/as nas sessões sobre cidadania e a não discriminação e 136 alunos/as nas sessões sobre o tráfico de seres humanos. No âmbito do Projeto Arthemis, a UMAR levou acabo 339 sessões formativas</p> <p>Em 2016. DGE realizou 12 sessões de formação para docente</p> <p>A oficina de formação “Educação, Género e Cidadania” foi cedida a 10 Centros de Formação de Associação de Escolas</p> <p>DGE divulgou o Projeto “CCC vai à Escola” junto de escolas públicas na área de Lisboa, sobre bullying e o cyberbullying.</p> <p>GNR dia da não violência nas escolas 398 ações atingindo 19772</p> <p>PSP 94 sobre a temática “Violência na Escola” 1237 sobre “Bullying”;</p> <p>Em termos globais, abrangeu 3366 estabelecimentos de ensino, num total de 1047610 alunos/as</p>
---	---	--	---	--	--	---

7	Dinamizar bolsas locais de animadores(as) juvenis, constituídas por voluntários(as), visando a prevenção na violência no namoro.	Prevenir a violência doméstica e de género	Realização de ações de sensibilização, preferencialmente em escolas. Acompanhamento do desenvolvimento de projetos promovidos, preferencialmente pelos(as) alunos(as). Disseminação do projeto «Eu e os outros», na sua dimensão da prevenção da violência nas relações de namoro.	PCM/IPDJ, I.P.; MS/SICAD PCM/CIG,MEC, Municípios, ONG.	Número de ações realizadas. Número de jovens voluntários(as) envolvidos(as). Número de alunos(as) abrangidos(as)	2014 MS -“Eu e os outros “ARS Centro e Alentejo, projeto de prevenção de violência no namoro – 28 participantes; projeto Namorar com Fairplay, 64 jovens para voluntários com formação ministrada pela UMAR que também deu apoio à rede de “jovens protagonistas “ em 2 escola; CPV promoveu atividades lúdicas pedagógicas dinamizadas por 43 jovens. Estas atividades abrangeram 2706 alunos 2015- Namorar com fair.paly é promovida por voluntários; ações de sensibilização do IPDJ com jovens voluntários sobre VN numero de escolas abrangidas 59; voluntários 49; jovens dirtos abrangidos 4602 , j indiretos 32133, ações de sensibilização 236 CIG -ação género e envelhecimento, -57 profissionais, GNR , 639 ações abrangendo 33841 pessoas idosas; UMAR ações de sensibilização sobre o envelhecer Encontros em Igualdade” foram realizadas, também pela UMAR associadas às questões de Género e Envelhecimento. Foram abrangidas, em 70 sessões, 1443 pessoas 2016 – IPDJ no “namorar com fairplay abrangeu 75 escola, 78 voluntários, , 7560 jd e 34330 ji havendo446 ações de sensibilização
8	Realizar ações de sensibilização contra a violência exercida sobre pessoas idosas.	Prevenir a violência doméstica e de género Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género	Aumento do nível de sensibilização e conhecimento sobre a violência doméstica exercida contra as pessoas idosas.	PCM/CIG; MSESS MAI, MS,MEC;ONG	Número de ações realizadas. Público abrangido	2014- A GNR realizou 2614 ações a 30883 idosos e a PSP 2289 ações de sensib a idoso 267279 pess 2015 -CIG -ação género e envelhecimento, -57 profissionais, GNR , 639 ações abrangendo 33841 pessoas idosas; UMAR ações de sensibilização sobre o envelhecer Encontros em Igualdade” foram realizadas, também pela UMAR associadas às questões de Género e Envelhecimento. Foram abrangidas, em 70 sessões, 1443 pessoas

						2016- A GNR desenvolveu a “Operação Idosos em Segurança”, tendo implementado: 552 ações em sala; 3131 ações porta a porta e sensibilizado 33715 cidadãos/ãs UMAR integra rede RADAR de apoio a idosos vítimas de VD e maus tratos
9	Realizar ações de sensibilização sobre violência doméstica e de género dirigidas a imigrantes e à comunidade cigana	Prevenir a violência doméstica e de género Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género Dinamizar o trabalho em rede, promovendo a descentralização territorial das ações	Realizar ações de sensibilização sobre violência doméstica e de género dirigidas a imigrantes e à comunidade cigana	PCM/ACIDI, I.P. PCM/CIG, Municípios, ONG	Número de ações realizadas. Número de pessoas abrangidas.	2014 – ACM 2 ações dirigidas aos mediadores e 2 ações para mediadores de comunidades imigrantes; A CIG -1 ação para mediadores ciganos integrada no projeto de mediadores municipais; UMAR 2 grupos de discussão sobre assédio de mulheres imigrantes 2015 – Ações da UMAR junto da população incluindo migrantes e ciganos assim como ação de sensibilização de 16 mulheres ciganas em Lisboa 2016- No âmbito do protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Lisboa e a UMAR 2 ações para grupos específicos – imigrantes e comunidade cigana sobre a discriminação e violência
10	Realizar ações de sensibilização sobre violência entre pessoas LGBT, no âmbito de relações de intimidade.	Prevenir a violência doméstica e de género Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género	Reforço da sensibilidade e do conhecimento sobre violência entre pessoas LGBT.	PCM/CIG MAI, ONG.	Número de ações realizadas. Número de pessoas abrangidas	2014 – CIG 2 ações de sens. sobre violência contra LGB às forças de segurança (30 prof) e prof SS (20prof) UMAR – tertúlia violência entre cais LGBT 2015 - CIG, em colaboração com a ILGA – Portugal, promoveu três ações de sensibilização F. Segurança e prof saúde, e serviços prisionais Total 66 prof denominadas “Discriminação e violência contra pessoas LGBT”, 2016- A GNR realizou 403 ações sobre a temática cidadania e não-discriminação e foram abrangidos/as 14909 alunos/as

						PSP, através do Programa Escola Segura abrangeu 3366 estabelecimentos de ensino, num total de 1047610 alunos/as Fora do ambiente escolar foram realizadas 875 ações de sensibilização/informação no âmbito da violência doméstica.
11	Promover e monitorizar ações de sensibilização e aconselhamento realizadas pelas forças de segurança, dirigidas às pessoas idosas enquanto potenciais vítimas de crime, nomeadamente no que se refere à prevenção de burlas e outros tipos de crime, com particular atenção à vulnerabilidade das mulheres, designadamente as residentes em meio rural	Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género	Reforço da proteção das pessoas mais vulneráveis, particularmente das mulheres idosas.	MAI/Secretaria - Geral do MAI/ GNR/PSP PCM/CIG	Número de ações de sensibilização realizadas. Número de pessoas abrangidas. Relatório de monitorização	2014 – Ações junto de 33963 idosos operação Idosos em Segurança 2015 – Idem 2014 abrangendo 39216 idosos; a PSP dinamizou 4808 ações de sensibilização, especificamente orientadas para a população idosa que incluíram, entre outras, questões relacionadas com a sua segurança. 2016 – GNR idem registando 43322 cidadãos/ãs
12	Elaborar e divulgar um guião de boas práticas para a prevenção e combate à violência doméstica e de género, destinado a empresas.	Prevenir a VD e de G	Disponibilização às empresas de um instrumento orientador relativo à forma de atuação perante casos de violência doméstica e de género	PCM/CIG ME/DGAE MSESS/CITE	Publicação do guião. Ações de divulgação. Número de empresas abrangidas pela divulgação do guião.	2014 – CIG e DGAE workshop para empresas e outras entidades empregadoras sobre reflexão de custos sociais e económicos sobre violencia -30 pessoas 2015 – CES da UC produziu Guião das Boas Praticas destinado às empresas 2016 –DGAE Conferencia com Painel sobre Os Custos da Violência Doméstica para a Entidade Empregadora: Apresentação do Guião de Boas Práticas para a Prevenção e Combate da Violência Doméstica e de Género destinado às Empresas»
13	Distinguir e divulgar boas práticas empresariais no combate à violência doméstica e de género, no âmbito do Prémio Igualdade é Qualidade.	Prevenir a VD e de G	Criação de menção específica para a distinção de boas práticas na área da violência doméstica e de género.	CM/CIG; MSESS/CITE ME/DGAE	Número de empresas distinguidas, bianualmente, com divulgação das boas prática	2014- 2015- candidataram-se 5 empresas do setor empresarial do Estado, 6 empresas do setor privado e 6 do setor da economia social. Não houve, no entanto, empresas

			Distinção, bienal, de empresas e outras entidades empregadoras no âmbito do Prémio Igualdade é Qualidade.			distinguidas nesta nova modalidade, por não atingirem a pontuação necessária. 2016- rececionadas 7 candidaturas
14	Atribuir o prémio nacional VIDA Arte — A Arte contra a Violência Doméstica aos melhores trabalhos artísticos sobre violência doméstica e de género, em áreas como literatura, teatro e cinema	Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género	Distinção, bienal, dos melhores trabalhos em cada uma das áreas artísticas consideradas	PCM/CIG PCM/GEPAC	Número de trabalhos submetidos a concurso. Número de trabalhos premiados em cada uma das áreas	2014- Só em 2015 2015- foram recebidas 9 candidaturas para as 4 áreas a concurso – 3 prémios atribuídos em cada uma das categorias do concurso 2016 `Só em 2017
15	Divulgar o Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD), em simultâneo com a divulgação de notícias sobre violência doméstica e de género na comunicação social.	Prevenir a VD e de G Aumento do nível de sensibilização e conhecimento relativamente à violência doméstica e de género	Aumento do conhecimento do serviço SIVVD. Sensibilização dos órgãos de comunicação social. Garantia de inserção e divulgação do SIVVD	PCM/CIG GMCS Meios de comunicação social.	Número de inserções na rádio, televisão e imprensa. Número de atendimentos realizados pelo SIVVD	2014 -Sem concretização efetiva 2015- Sem concretização efetiva 2016- Sem concretização efetiva
16	Incentivar a integração de conteúdos disciplinares sobre violência doméstica e de género nos curricula académicos dos ciclos de estudo de ciências sociais e humanas	Aumento do nível de sensibilização e <u>conhecimento</u> relativamente à violência doméstica e de género	Inclusão do tema da violência doméstica e de género nos sistemas educativos em ciclos de estudos	MEC Instituições de ensino superior	Número de ciclos de estudo que integram estes conteúdos	2014 – Protocolo com a F direito de UL para integrar num ciclo de estudos o tema VD/VG 2015- Sem desenvolvimento 2016- Não existe informação
17	Desenvolver nas unidades curriculares de cursos de formação pré -graduada e pós -graduada para estudantes universitários a área da violência doméstica e maus tratos.	Aumento do nível de sensibilização e <u>conhecimento</u> relativamente à violência doméstica e de género	Aumento do conhecimento especializado na temática violência doméstica e de género	MJ/INMLCF, I.P. MS/DGS PCM/CIG . Universidades .	Número de cursos de formação pré e pós-graduada.	2014 – INMLCF formação pré-graduada com 1 sessão relacionada com a temática ; na formação pós-graduada integrando alguns cursos a temática VD Instituto politécnico de Portalegre integrada em Mestrado 2015- Instituto Nacional de Medicina legal e Ciências Forenses - INMLCF, I.P., colaborou na formação pré-graduada em 13 unidades curriculares, que

						contemplaram, pelo menos, uma sessão relacionada com a temática 2016 – Não há informação
18	Implementar o III Programa de Ação para a Prevenção e a Eliminação da MGF e promover todas as medidas nele prevista	Promover a eliminação das práticas tradicionais nocivas em particular da mutilação genital feminina	Promoção de medidas específicas de combate à mutilação genital feminina.	PCM/CIG MAI; MJ; ME; MS; MEC; MSESS; ANP; ;ONGs; PGR	Relatórios anuais de execução	2014-2015-2016 Remete-se para o Relatório Intercalar de Execução do II Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017, relativo ao ano de 2014-2015-2016, que reporta a implementação do referido Programa

AE2	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivo	Entidades participantes	Indicador	Execução
19	Desenvolver ações tendentes a garantir/melhorar a articulação entre as intervenções do Ministério Público nas jurisdições criminal, de família e cível, nos casos de violência doméstica.	Prevenir a revitimização;	Prevenção da vitimização secundária. Melhoria da articulação entre as respostas das diferentes jurisdições.	PGR; PCM- CIG	Orientações genéricas dirigidas ao Ministério Público nas jurisdições criminal, de família e cível.	2014 - 1 Reunião com PGR: objetivo de criar (constituição, metodologia , segmentos temáticos da actividade a desenvolver) uma rede nacional para articulação entre as intervenções criminal, protetiva e tutelar educativa, para consensualização de linhas orientadoras de acção – falta tribunal família 2015- Levantamento informação PGR 2016 – sem informação NC
20	Implementar metodologias de avaliação e gestão de risco a serem utilizadas pela rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.	Prevenir a revitimização; Ampliar as medidas de proteção às vítimas; Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas; Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis; Promover a capacitação e a	Capacitação dos(as) profissionais da rede em metodologia de avaliação e gestão de risco. Harmonização de metodologias nas estruturas de apoio às vítimas (centros e núcleos de atendimento).	PCM/CIG MSESS/ISS, I.P. MAI MS/DGS Universidades ONG	Número de estruturas da rede que adotam metodologias de avaliação e gestão de risco estandardizadas.	2014 – reuniões para construção de uma ficha única de atendimento e registo, a ser utilizada por todas as estruturas que integram a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (preconizado no anterior plano) 2 Workshops – Lisboa e Porto -para equipas técnicas Casa Abrigo e da Rede Nacional de Núcleos de Atendimento à Vítima (com 67 profissionais)(medidas 23 e 54) – metodologia de avaliação de risco que deverá integrar a ficha única AMCV – disseminação do “Manual para Profissionais, de avaliação e Gestão do Risco em Rede junto de municípios (Montijo, Sintra, Loures, Lisboa) e na Rede Articulada e Especializada na Área da Violência Sexual “Novos Desafios no Combate à Violência Sexual) 2015- Constituição Grupo de Trabalho para criar referencial de formação e ficha de

		autonomização das vítimas.				encaminhamento de casos em matéria de avaliação e gestão de risco AMCV concebeu pacote de formação avançada em avaliação e gestão de risco – fizeram 2 acções de formação avançada 2016 – DGS -11 acções de formação para capacitar para 238 profissionais saúde – crianças e jovens em risco Cumprida parcialmente
21	Estabelecer protocolos de atuação para as situações que envolvam crianças e jovens vítimas de violência vicariante entre as respostas que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica e as entidades e respostas que integram o sistema nacional de proteção de crianças e jovens.	Ampliar as medidas de proteção às vítimas; Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas; Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis;	Celebração do protocolo entre as entidades envolvidas. Realização de ações de sensibilização/formação aos intervenientes no processo.	PCM/CIG MSESS/ISS, I.P./ CNPCJR (CPCJ) MAI (PSP, GNR, SEF) MJ MS (Cuidados de Saúde Primários) MEC (Escolas) IPSS ONG Municípios	Protocolo celebrado. Número de ações de sensibilização/formação realizadas.	Em 2014 cerca de 200 protocolos no âmbito do Modelo Integrado de Policiamento de proximidade da PSP 15 acções de formação “olhar comum sobre a criança” (CNPCJR), participaram: 119 militares GNR; 87 agentes da PSP; 14 inspetores da SEF AMCV – participação na Elaboração da “carta estratégica para as crianças em Lisboa”: Em todas as situações de VD que envolvam crianças estão definidos procedimentos (articulação com CPCJ, Escolas e Centros de Saúde) 2015- CIG e CPNCJR fizeram reuniões para criação de uma orientação técnica. Construção de referencial de formação de formadores único, na área de proteção de crianças em risco. 2 acções de formação – 31 formandos a forças de segurança, promovido pela CNPDPCJ 2016 – continuaram reuniões para protocolo de actuação 28 protocolos entre CPCJ e serviços de atendimento social da rede local. (CPCJ

						integram os vários protocolos territorialização no âmbito da VD) NC/parcialmente
22	Consolidar em todo o território nacional a implementação do sistema de proteção por teleassistência.	Prevenir a revitimização; Ampliar as medidas de proteção às vítimas; Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas; Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis;	Ampliação da oferta de equipamentos para implementação da medida, em função das necessidades identificadas anualmente. Formação dos intervenientes envolvidos na implementação da medida.	PCM/CIG MAI/Secretaria-Geral do MAI/FS. Tribunais CSM CVP ONG	Número de equipamentos disponíveis em cada um dos anos da vigência do Plano. Número de ações de informação/formação realizadas.	2014- Medidas de Protecção por teleassistência: 302 novos protocolos (220 PSP+82 GNR) e 6 que transitam de 2012, 46 de 2013 Sessão de informação para magistrados (14 participaram) do MP da região de Faro 2 Sessões de informação para militares da GNR – 51 profissionais participaram 2 Acções de formação de formadores da PSP (39 participaram) 2015 – 674 (2015) 5 acções informação/formação 92 total (magistrados, forças de segurança, cpcj, SS e rede nacional apoio a vítimas 2 acções formação operadores do centro de atendimento da CVP 2016 - 999 medidas (305 de anos anteriores) 12 acções de informação (comandos e GNR) – 306+78 participantes Acções de formação para magistrados Reformulação dos formulários de protecção por teleassistência
23	Definir requisitos mínimos de funcionamento das estruturas que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, supervisão e acompanhamento técnico da mesma.	Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas	Conceção e divulgação de um guia que inclua os requisitos mínimos a adotar pelas estruturas. Garantia de que as estruturas da rede nacional de apoio a vítimas preenchem os requisitos definidos.	PCM/CIG MSESS/ISS, I.P. MAI/Secretaria-Geral do MAI/FS. ONG	Elaboração do guia. Número de entidades que cumprem os requisitos mínimos. Relatório de avaliação.	2014- Medida 20 – Ficha única para procedimentos standard; divulgação do manual AMCV ISS procedeu à sistematização de procedimentos das várias estruturas – relatório? GT para definir requisitos mínimos 2016 – Elaboração do guia de requisitos mínimos no Âmbito da VD, é de cumprimento obrigatório e disponível online

						NC – parcialmente
24	Consolidar e alargar o acolhimento de emergência específico para situações de violência doméstica.	Ampliar as medidas de proteção às vítimas;	Garantia de cobertura distrital do acolhimento de emergência específico.	PCM/CIG MSESS/ISS, I.P. ONG	Número de vagas disponibilizadas por distrito. Número de vítimas acolhidas.	2014 –aumentou em 19 o nº de vagas de emergência (em 2013 existiam 111) – perfazendo o total de 130. Dos 18 distritos, 13 dispõem de vagas 941 pessoas foram acolhidas (521 mulheres e 420 crianças) 2016 – 1628 pessoas acolhidas nas vagas de emergências Redução de 130 para 118 das vagas disponíveis NC – parcialmente cumprida
25	Ampliar a rede de municípios solidários com as vítimas de violência doméstica.	Ampliar as medidas de proteção às vítimas; Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas; Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis; Promover a capacitação e a autonomização das vítimas.	Alargamento do número de municípios aderentes à rede de municípios solidários com as vítimas de violência doméstica. Sensibilização dos municípios para a revisão dos regulamentos relativos à atribuição de fogos sociais.	PCM/SEAPI PCM/SEAL ANMP/Municípios	Número de municípios aderentes ao protocolo. Número de fogos sociais atribuídos a vítimas de violência doméstica. Número de vítimas de violência doméstica abrangidas por medidas específicas de apoio ao arrendamento. Número de regulamentos revistos.	2014 – municípios aderentes 92 (2013 – eram 25) 2015 – municípios aderentes 126 2016 - municípios aderentes 129 Nº fogos atribuídos: 36 +65 Nº vítimas: sem dados +637+412 Parcialmente executado
26	Promover medidas de apoio ao arrendamento para as vítimas de violência doméstica.	Ampliar as medidas de proteção às vítimas;	Facilitar o acesso à habitação por parte das vítimas de violência doméstica.	MAOTE (IHRU) PCM/CIG	Número de vítimas abrangidas pelas medidas.	2014- 23 fogos foram solicitados (14 entregues) - Protocolo CIG IHRU

		Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas; Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis; Promover a capacitação e a autonomização das vítimas.				Lei 81/2014 – Lei do arrendamento apoiado para habitação - VD é considerada a par de outros como prioridade para disponibilidade 2015 – 41 fogos solicitados - 16 fogos entregues 2016 – solicitados 46 – 17 atribuídos
27	Reestruturar o SIVVD, nos termos previstos na Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica».	Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas;	Garantia de resposta a todo o tipo de violência previsto na Convenção.	PCM/CIG LINES	Número de vítimas abrangidas, por tipologia de violência.	2014 – Implementação de uma base de registo mais completa no atendimento telefónico e consequentemente mais dados e com mais fiabilidade para fins estatísticos Programa de formação contínua (competências técnicas e pessoais) à equipa técnica do atendimento telefónico, diversos temas/tipos de violência – 66 horas de formação Lisboa; 62 horas de formação Porto; 21 horas de supervisão técnica de casos 2015 – mantém o programa de formação contínua – 2 acções formação 2016 – já foi implementada NC
28	Garantir a existência de respostas a nível distrital com capacidade para intervir junto de vítimas	Promover intervenções específicas junto de vítimas	Criação de, pelo menos, uma resposta especializada por distrito com aptidão para intervir junto de vítimas particularmente vulneráveis	PCM/CIG/ACM, I.P. MSESS/ISS, I.P. MS/ARS, I.P Municípios ONG	Número de entidades com respostas para vítimas particularmente vulneráveis.	2014 – “Programa Significativo Azul” – PSP e Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Nacional - deficiência intelectual e multideficiência – 191 protocolos locais

	particularmente vulneráveis designadamente pessoas idosas e pessoas com deficiência.	particularmente vulneráveis;	designadamente pessoas idosas e pessoas com deficiência.			Participação da UMAR na RADAR 2015 – sem info 2016 – Sem dados NC
29	Consolidar e alargar o acesso à formação profissional e integração laboral por parte das vítimas de violência de género/violência doméstica.	Promover a capacitação e a autonomização das vítimas	Promoção da autonomização financeira das vítimas. Aumento do número de vítimas abrangidas por ofertas de formação profissional e de integração no mercado de trabalho.	MSESS/IEFP, I.P PCM/CIG ONG Associações empresariais Centros de formação profissional.	Número de vítimas integradas em ofertas de formação profissional e ou no mercado de trabalho.	2014 – 514 vítimas atendidas nos serviços e 295 integradas 2015 – Sem info 2016 – sem dados NC – parcialmente
30	Acompanhar a adequação do ordenamento Jurídico português no seu processo conformação com a «Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica».		Participação no processo de conformação. Elaboração de pareceres e recomendações.	PCM/CIG MAI MJ MS MSESS.	Número de recomendações produzidas.	2014 – Audição Publica – participou CIG 2015 – Código Penal alterado em conformidade com a Convenção de Istambul 2016 – Já foi implementada NC
31	Disponibilizar informação às vítimas de violência doméstica e de género sobre o acesso ao direito, nos serviços locais de Segurança Social.	Prevenir a revitimização; Promover a capacitação e a autonomização das vítimas	Construção e disseminação de folheto informativo sobre acesso ao direito.	MSESS/ISS, I.P. PCM/CIG Outros Ministérios	Número de folhetos produzidos e distribuídos.	2014-Levantamento de informação ISS para elaboração folheto 2015- Idem 2016 - Idem NC
32	Reforçar a informação sobre violência doméstica e de género junto das comunidades imigrantes,	Prevenir a revitimização; Promover a capacitação e a	Dotação dos espaços de comunicação do ACM, I.P., de materiais informativos destinados às comunidades imigrantes, em matéria de	PCM/ACM, I.P. PCM/CIG Municípios ONG	Número de materiais divulgados e distribuídos.	2014- Folheto população imigrante – Não à violência – 25400 tiragens Acção formação CIG – ACM – 14horas e 21 participantes AMCV distribui brochura

	nomeadamente sobre o acesso aos recursos existentes.	autonomização das vítimas Promover intervenções específicas junto de vítimas particularmente vulneráveis;	violência doméstica e de género.		Formação para técnicos que trabalham com a população imigrante (acrescenta-se este indicador?)	2015 – Divulgação ampla de uma ferramenta online 2016 – Continuam a ser disponibilizados diversos materiais
33	Desenvolver respostas dirigidas a vítimas de agressões sexuais, no âmbito da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida.	Prevenir a revitimização; Ampliar as medidas de proteção às vítimas; Consolidar e qualificar as estruturas da rede de acolhimento de vítimas;	Criação de protocolos de atuação para vítimas de agressões sexuais — rape crisis center.	MS/ARS PCM/CIG MAI MJ/INMLCF, I.P. ONG.	Número de vítimas atendidas.	2014 –protocolos de atuação gerais incluem matéria de agressões sexuais; Desenvolvimento de material a ser usado nas acções de formação DGS Lisboa – rede articulada e especializada em Lisboa na área de VS; Gabinete de Apoio técnico; Grupo de Ajuda Mútua e de Autorepresentantes; petição online de serviços especializados AMCV fez 77 atendimentos a vítimas de violência sexual (mulheres e crianças); participações em grupos de ajuda mútua e Grupo de autorepresentantes 2015 – mantém a utilização do manual sobre o qual é dada formação às EPVA Não há info sobre nº de vítimas atendidas 2016 - mantém a utilização do manual sobre o qual é dada formação às EPVA Protocolo com AMCV para a criação de um centro de crise para mulheres e raparigas vítimas de VS em Lisboa.
34	Consolidar e avaliar a metodologia de avaliação de risco de revitimização utilizada pelas forças de segurança nos casos de violência	Prevenir a revitimização;	Realização de uma avaliação de risco por cada ocorrência de violência doméstica. Avaliação, em parceria aca-	Secretaria-Geral do MAI/ GNR/PSP PGR Universidades	Homologação oficial da metodologia e cobertura territorial nacional. Relatório de avaliação e	2014 – Foi homologado um instrumento de avaliação de risco de âmbito nacional Acções de formação no âmbito instrumento: 10 acções de Formação de formadores 839

	doméstica.		démica com uma universidade, da experiência de avaliação de risco nas forças de segurança e validação definitiva ou eventual aperfeiçoamento da metodologia aplicada.		validação/aperfeiçoamento da metodologia.	<p>formações de formadores, 12765 participantes (GNR 396 e PSP 453)</p> <p>2015 – Utilização e aplicação da ficha pelas forças de segurança; recolha de dados pelo MP...</p> <p>Elaborado um relatório de avaliação/aperfeiçoamento da metodologia</p> <p>Acções de formação: 10 (sobre ficha e sobre o manual de policiamento) com 337 formandos</p> <p>PSP fez em média 2 avaliações de risco por ocorrência</p> <p>2016 – MAI fez monitorização da implementação da metodologia</p>
35	Aprofundar as abordagens proativas no policiamento dos casos de violência doméstica.	Promover a eliminação das práticas tradicionais nocivas em particular da mutilação genital feminina	<p>Normativo interno com um acervo de recomendações estratégicas/operacionais (Manual de Policiamento da violência doméstica).</p> <p>Criação de indicadores de desempenho policial no âmbito da violência doméstica.</p>	Secretaria-Geral do MAI/ GNR/PSP.	<p>Produção de recomendações.</p> <p>Relatório de avaliação.</p> <p>Criação de indicadores</p>	<p>2014 – Disseminação do Manual de Policiamento da violência doméstica + instrumento de apoio à utilização do manual</p> <p>2015 – GNR produziu relatório de com proposta de indicadores de desempenho policial</p> <p>PSP – monitorizou indicadores de desempenho policial</p> <p>2016 – SIGMAI e Forças de segurança criação de programa especial de policiamento VD, com indicadores de monitorização</p>

AE3	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivo	Entidades participantes	Indicador	Execução
36	Consolidar o Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD) desenvolvido em meio comunitário.	1)Prevenção da reincidência em crimes de violência doméstica 3) Promover programas de intervenção junto de jovens agressores(as)	Prevenção da reincidência em crimes de violência doméstica	MJ/DGRSP PCM/CIG MS/DGS	Número de agressores inseridos no programa.	2014 – PAVD participação de 652 agressores; Programa CONTIGO aplicado na RAA e Cascais 2015- foram 919 os arguidos que frequentaram este programa (desde o início do mesmo, foram integrados 1571) 2016 - frequentaram o PAVD um total de 1144 arguidos/condenados; A 31 de dezembro encontravam-se em frequência do programa 761 indivíduos
37	Adaptar e implementar o PAVD para aplicação em meio prisional.	1)Prevenção da reincidência em crimes de violência doméstica. 3)Promover programas de intervenção junto de jovens agressores(as)	Prevenção da reincidência em crimes de violência doméstica. Adaptação de um modelo de intervenção de PAVD para aplicação em meio prisional.	MJ/DGRSP PCM/CIG . MS/DGS	Aprovação do PAVD adaptado para o meio prisional. Número de reclusos inseridos no programa. Número de estabelecimentos prisionais que aplicam o programa	2014- Apresentado Programa junto da DGRSP proposta plano para desenvolvimento PAVD em meio prisional 2015- foi apresentada uma proposta de plano de desenvolvimento de programa PAVD 2016 – Programa desenvolvido, mas não implementado
38	Consolidar em todo o território nacional a implementação do sistema de vigilância eletrónica a agressores(as) de violência doméstica.	1)Prevenção da reincidência em crimes de violência doméstica	Prevenção da reincidência em crimes de violência doméstica	MJ/DGRSP PCM/CIG	Número de agressores(as) abrangidos(as).	2014- aplicadas 313 novas medidas de proibição de contactos com vigilância eletrónica num total de 523 casos. Findaram 235 medidas e estavam em execução no fim do ano 288

						<p>2015- Em execução 474 penas ou medidas de proibição de contacto fiscalizadas por Vigilância Eletrónica; iniciadas 587 penas ou medidas de proibição de contactos, com recurso a VE.</p> <p>2016 - decretadas 553 medidas judiciais de proibição de contactos com recurso a vigilância eletrónica, sendo 428 em contexto de medida de coação</p>
39	<p>Desenvolver e aplicar programas dirigidos à prevenção da violência sexual.</p>	<p>2) Prevenir a reincidência em crimes de violência sexual</p> <p>3) Promover programas de intervenção junto de jovens agressores(as)</p>	<p>Prevenção da reincidência em crimes de violência sexual.</p> <p>Consolidação do programa para agressores(as) sexuais em meio prisional.</p> <p>Desenvolvimento de um modelo de intervenção de Programa para agressores(as) sexuais, em meio comunitário</p>	<p>MJ/DGRSP</p> <p>PCM/CIG; MS/DGS . . .</p> <p>Parceiros universitários</p> <p>ONG..</p>	<p>Número de condenados que integram o Programa.</p> <p>Aprovação do programa para agressores(as) sexuais, para aplicação em meio comunitário</p>	<p>2014- O programa para agressores sexuais em meio prisional integrou 43 reclusos</p> <p>2015- apresentada uma proposta de plano de desenvolvimento de programa dirigido a agressores sexuais; encontravam-se 20 reclusos a frequentar o programa em meio prisional.</p> <p>2016 - O projeto – “Prevenção da violência sexual nas relações de intimidade”</p> <p>- foi desenhado e apresentado pela CIG em parceria o ISS,IP, a DGS, o INMLCF, a DGE e a DGEstE, e a SGMAI e foi aprovado pela Comissão Europeia em dezembro;</p> <p>No que diz respeito ao programa para agressores/as sexuais, em contexto prisional, foram constituídos um total de 5 grupos de intervenção, tendo integrado 69 reclusos.</p>
40	<p>Consolidar o processo de avaliação de problemáticas específicas em jovens com processo tutelar educativo: agressores(as) sexuais,</p>	<p>3) Promover programas de intervenção junto de jovens agressores(as)</p>	<p>Aprofundamento do conhecimento de problemáticas violentas específicas.</p>	<p>MJ/DGRSP</p> <p>PCM/CIG</p> <p>MS/DGS</p>	<p>Número de protocolos de avaliação.</p> <p>Número de jovens com processos tutelares educativos abrangidos pelos protocolos de avaliação</p>	<p>2014-Proposta da DGRSP para aplicação experimental do módulo “Comportamento Violento” num centro educativo</p>

	comportamento violento e ou de violência doméstica.		Protocolos de avaliação para cada uma das problemáticas específicas.	Universidades		<p>2015- Programa ART com 6 aplicações em 2 CE;</p> <p>3 sessões de divulgação desta metodologia</p> <p>2016- A DGRSP aplicou 14 protocolos de avaliação de jovens agressores sexuais, no âmbito de processos tutelares educativos</p>
41	Desenvolver programas de intervenção para jovens agressores(as).	3) Promover programas de intervenção junto de jovens agressores(as)	Promoção de ações de sensibilização promoção da saúde mental junto de jovens agressores(as).	MJ/DGRSP PCM/CIG ONG	<p>Programas implementados. Número de escolas envolvidas. Número de ações realizadas.</p> <p>Número de jovens abrangidos.</p>	<p>2014- UMAR- centro Educativo Santo António -7 jovens , 1 sessão; Estudo sobre fatores de risco e de proteção sobre a delinquência juvenil</p> <p>MEC- Projeto “Programa de apoio da Educação para a saúde” recebeu 496 projetos sendo financiados 300</p> <p>MS – 3 ações de formação sobre intervenção psico e socio terapêutica para menores- 75 profissionais de saúde</p> <p>2015 - UMAR, em colaboração com a DGRSP implementou projeto com 21 sessões</p> <p>2016 - foi aplicado, pela DGRSP, e no âmbito de processos tutelares educativos, um programa dirigido ao comportamento violento nos Centros Educativos da Bela Vista e de Santo António . O programa foi realizado em 10 sessões, num total de 27 jovens</p> <p>Foram desenvolvidas 6 ações de sensibilização, dirigidas a jovens internados em Centro Educativo (CE) em cumprimento de medidas tutelares educativas</p>

AE4	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivo	Entidades participantes	Indicador	Execução
42	<p>Ampliar as ações de formação junto de profissionais que intervêm, direta ou indiretamente, na área da violência doméstica e de género:</p> <p>a) Profissionais de saúde;</p> <p>b) Profissionais das equipas técnicas da Segurança Social;</p> <p>c) Profissionais de educação;</p> <p>d) Profissionais da rede nacional de apoio a vítimas;</p> <p>e) Profissionais dos centros de emprego;</p> <p>f) Profissionais que trabalham na área do acolhimento e integração de imigrantes;</p> <p>g) Profissionais de comunicação social;</p> <p>h) Profissionais que trabalham em equipamentos de apoio a pessoas idosas</p>	Intensificar a formação de profissionais	<p>Disponibilização aos/às profissionais das diversas áreas de formação específica em violência de género/violência doméstica.</p> <p>Criação de referencial e manual de apoio à formação, orientado para a intervenção junto de vítimas particularmente vulneráveis, designadamente pessoas idosas e pessoas com deficiência.</p> <p>Capacitação dos(as) profissionais para intervir junto de vítimas particularmente vulneráveis, designadamente pessoas idosas e pessoas com deficiência.</p>	<p>PCM/CIG</p> <p>MS</p> <p>MEC</p> <p>MSESS</p> <p>MJ/INMLCF, I.P</p> <p>ONG.</p>	<p>Número de ações de formação realizadas.</p> <p>Número de profissionais que participa em ações de formação</p>	<p>2014- MEC “Oficina de Formação sobre Educação Género e Cidadania” iniciaram 4 turmas secundário</p> <p>ARS Norte – 4 ações formação inicial das equipas prevenção de violência em adultos</p> <p>ARS Centro – com GNR e PSP ação de formação sobre avaliação de risco</p> <p>ARS Lisboa e VT – 2 ações para 60 prof de saúde sobre intervenção da saúde na prevenção e diagnóstico de violência</p> <p>ARS Alentejo – 12 ações envolvendo 134 profissionais</p> <p>INMLCF -participação conferência; ação de formação, dirigida PSP, Ação de formação no Centro Hospitalar de Coimbra; participação curso da ARS Lisboa; Participação seminário, e num debate, participação 7ª CIAVE e 3ª NIAVE</p> <p>AMCV – 2 ação de formação em e-learning,,2 ação de form sobre VS num total de 110 formandos</p> <p>CVP – duas ações de formação; UMAR formação a docentes Faculdade Ps, Form em VD/VG e formação UP para docentes</p> <p>2015</p> <p>CIG levou a cabo 7 ações de formação sobre violência doméstica e</p>

					<p>violência de género, dirigidas a profissionais das áreas da saúde, serviço social, justiça e das CPCJ, abrangendo cerca de 150 profissionais</p> <p>O INMLCF, I.P. realizou 25 ações de formação a nível nacional dirigida a profissionais de saúde,</p> <p>abrangendo cerca de 1000 pessoas. 4 ações de formação inicial na ARS Alentejo, 2 ações de formação inicial na ARS Algarve e 2 ações de formação inicial na ARS Norte, que abrangeram, no total, 192 profissionais. O ACES Algarve II - Barlavento organizou, ainda, as I Jornadas sobre “Género e Violência ao longo do ciclo de vida”, 100 prof</p> <p>UMAR assegurou uma ação de formação para docentes, A UMAR promoveu, também, em janeiro e fevereiro de 2015, duas ações de formação sobre violência sexual, abrangendo cerca de três dezenas de profissionais</p> <p>2016 –</p> <p>A CIG levou a cabo 13 ações de formação abrangendo cerca de 220 profissionais</p> <p>CIG e o ACM Ação de sensibilização técnicos/jovens do Programa Escolhas (PE 16</p> <p>Participantes ;Ação de sensibilização 19 participantes, ação sensibilização 10 mediadores</p> <p>CML e UMAR 1ação, ação de formação 18 prof; APMJ - Jornadas nacionais, DGS, foram realizadas 11 ações de formação nas 5 ARS que abrangeram</p> <p>cerca de 238 profissionais A DGPI (em colaboração com a CIG) promoveu duas sessões de formação total 30 part; A AMCV, 2 ações de formação</p>
--	--	--	--	--	--

43	Reforçar a qualificação dos(as) magistrados(as) em matéria de violência doméstica e de género.	Intensificar a formação de profissionais Criar e implementar referenciais de formação	Disponibilização aos(às) magistrados(as) de formação específica em violência doméstica e de género. Produção de materiais pedagógicos	MJ/CEJ PGR CSM PCM/CIG	Número de ações de formação realizadas. Número de magistrados(as) envolvidos(as) nas ações. Número de materiais formativos produzidos.	2014 – O CEJ 2 ações de formação para 294 magistrados(as) 2015 - No âmbito da formação contínua de magistrados/as, o CEJ realizou ações de formação com a participação de 374 magistrados/as. 2016 - O CEJ editou, em colaboração com a CIG, o Manual «Violência Doméstica»; O CEJ promoveu ações de formação CEJ iniciou a elaboração de um e-book sobre violência doméstica
44	Qualificar o dispositivo operacional da PSP e da GNR	Intensificar a formação de profissionais	Conceção e aprovação de um plano de formação para a GNR e para a PSP. Formação «em cascata» que abranja todas as esquadras e postos	MAI Secretaria -Geral do MAI/ GNR, PSP	Planos de formação para o quadriénio 2014 - 2017. Número de ações de formação realizadas	2014 – 10 ações de formação de formadores para 225 prof da GNR e PSP Replicação pelas FS de 839 ações formando 12765 elementos; GNR 2 ação de form 77 elem ; PSP 2ações para 39 formandos 2015-GNR 10 ações f – 189 elem ;PSP 8 ações de f 8277 form; GNR 14 cursos 428 elementos 2016-GNR -1 4 ações f -78; A PSP realizou um Curso MIPP abrangendo 541 elementos Em parceria com o ACM ação de formação envolveu 36 elementos da PSP SGMAI realizou 3 ações de formação 83 formandos/as das Forças de Segurança
45	Qualificar os(as) profissionais em modelos de intervenção junto de agressores(as)	Intensificar a formação de profissionais	Criação de referenciais de formação. Criação de manual de apoio de apoio à formação. Realização de ações de formação	PCM/CIG MJ MS Universidades	Número de ações realizadas Número de profissionais	2014 –DGRSP – 10 ações – para prof no total de 169 2015 –DGRSP concretizou 14 ações de formação sobre intervenção com agressores, dirigidas a Técnicos/as de Reinserção Social, abrangendo um total de 232 formandos/as

				ONG	abrangidos(as) pelas ações de formação.	2016 – DGRSP 3 programas para agressores VD
46	Alargar a formação que habilite para a função de Técnico(a) de Apoio à Vítima a todo o território nacional	Intensificar a formação de profissionais	Capacitação dos(as) técnicos(as) de apoio à vítima	PCM/CIG Outros Ministérios Universidades, ONG.	Número de ações de formação realizadas. Número de profissionais habilitados (as)	2014-CIG formação para públicos estratégicos 8 ações para a hab TAV – 89 prof; AMCV- 3ações f - profissionais 31 prof 2015 - 3 ações ministradas pela UMAR abrangeram 45 profissionais;; AMCV 5 ações abrangendo 75 profissionais 2 ações ministradas pela Tribexpert abrangendo 30 profissionais. No total, foram formados/as 150 Técnicos/as de Apoio à Vítima 2016-CIG e o Governo Regional dos Açores, ação de formação para técnicos/as rangendo um total de 25 profissionais A AMCV, em sistema de b-learnig para 17 profissionais cidade de Lisboa
47	Qualificar os(as) profissionais para a intervenção especializada junto de crianças sujeitas a vitimação vicariante, nas várias respostas que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica e nas respostas para crianças e jovens em risco.	Intensificar a formação de profissionais Criar e implementar referenciais de formação	Produção de um Guião de Atuação para profissionais sobre diagnóstico, encaminhamento e intervenção especializada em vitimação vicariante. Capacitação de profissionais para a intervenção junto de crianças vítimas de violência vicariante.	PCM/CIG MS/DGS/ASCJR MSESS/CNPCJR Municípios ONG	Publicação do Guião. Número de ações de formação realizadas. Número de técnicos(as) que frequentaram as ações.	2014 – M Saúde, 9 ações abrangendo 200prof CNPCJR – manual de formação; UMAR 1 formação para docentes 2015- 2 formações iniciais na ARS Lisboa e Vale do Tejo e na ARS Norte, para cerca de 35 profissionais ; 2 formações avançadas na ARS Norte para cerca de 54 formandos/as. 2016- A AMCV, em colaboração com a CNPDPCJ, promoveu 3 ações dirigidas a profissionais das CPCJ, abrangendo 38 elementos:

48	Sensibilizar/formar os(as) profissionais para intervenção junto de pessoas LGBT.	Intensificar a formação de profissionais	Reforço do conhecimento e da qualificação dos(as) profissionais da rede pública para as especificidades de intervenção junto de pessoas LGBT. Realização de ações de formação.	PCM/CIG MAI . MS ONG.	Número de ações realizadas. Número de profissionais abrangidos(as) pelas ações de formação.	2014- CIES, IUL- Manual de apoio à formação 2015- A CIG, em colaboração com o CIS-IUL, promoveu, entre maio e junho, 4 ações de formação sobre violência doméstica entre pessoas do mesmo sexo abrangendo 104 profissionais 2016- Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas realizado pela GNR foi efetuada a sensibilização junto de 78 elementos A PSP realizou um Curso MIPP abrangendo 235 elementos

AE5	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivo	Entidades participantes	Indicador	Execução
49	Promover estudos específicos sobre a temática da violência doméstica e de género, em estreita articulação com universidades e centros de investigação.	<p>Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento e informação;</p> <p>Promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimentos existentes em matéria de VDVG e atualizar informação essencial à determinação da intensidade do fenómeno</p>	<p>Realização de 4 estudos.</p> <p>Realização de um inquérito nacional à vitimação.</p> <p>Realização de um estudo avaliativo sobre o grau de satisfação das(os) utentes da rede nacional de apoio a vítimas.</p> <p>Realização de um estudo nacional sobre a prevalência da violência contra mulheres e homens.</p> <p>Realização de um estudo sobre as decisões judiciais em crimes de homicídio conjugal.</p>	<p>PCM/CIG</p> <p>Todos os membros do grupo de trabalho.</p> <p>INE, I.P.</p> <p>Universidades</p> <p>Centros de investigação</p>	Número e tipo de estudos realizados.	<p>2014 – 1 Estudo sobre decisões judiciais em crimes de homicídio conjugal (concluído em 2015)</p> <p>1 Estudo avaliativo das decisões judiciais em matéria de violência doméstica (concluído 2015)</p> <p>2015 – Estudo avaliativo do grau de satisfação dos utentes da rede</p> <p>2016 – Relatório de diagnóstico e caracterização do assédio sexual e moral no local de trabalho em Portugal</p> <p>Parcialmente cumprido</p>
50	Compilar e disseminar uma seleção de materiais produzidos no âmbito dos projetos apoiados pelos fundos estruturais, na área da violência doméstica e de género.	<p>Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento e informação;</p> <p>Promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimento existentes em matéria de violência doméstica e de género e atualizar informação essencial à determinação da intensidade do fenómeno;</p> <p>Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como de gestão da rede de apoio às vítimas</p>	Disponibilização de um repositório online.	PCM/CIG ONG	Número e tipo de materiais disponíveis no repositório.	<p>2014- 123 registos bibliográficos de materiais produzidos</p> <p>2015 – 179 registos bibliográficos</p> <p>2016 – 200 registos bibliográficos</p> <p>Parcialmente cumprida por desatualização</p>
51	Aperfeiçoar a base de dados relativa às comunicações de decisões de atribuição do estatuto de vítima e de decisões finais em processos por	Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento e informação;	Criação de uma base única comum à PCM/CIG e à Secretaria-Geral do MAI.	PCM/CIG MAI/Secretaria-geral PGR	Número de relatórios. Estudo avaliativo.	<p>2014- Relatório anual de monitorização da ex-DGAI relativo a 2013</p> <p>2015 – idem</p>

	prática do crime de violência doméstica.	Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como de gestão da rede de apoio às vítimas	Produção de relatórios periódicos sobre as comunicações recebidas. Estudo avaliativo das comunicações recebidas.	CSM	Divulgação pública estudo.	2016 – SGMAI – iniciou desenvolvimento de ferramenta informática relativa às comunicações provenientes do MP e tribunais NC
52	Aferir da satisfação das vítimas de violência doméstica com o atendimento em esquadra/posto das forças de segurança.	Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento e informação; Promover estudos que permitam integrar lacunas de conhecimento existentes em matéria de violência doméstica e de género e atualizar informação essencial à determinação da intensidade do fenómeno; Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como de gestão da rede de apoio às vítimas	Realização de dois inquéritos durante a vigência do Plano.	MAI/SG PSP GNR	Número de inquéritos de satisfação às vítimas de violência doméstica.	2014 – Sem info 2015 – Sem info 2016 – Sem info (a ser cumprido em 2017) NC – inquérito de 2015 às vítimas não foi realizado
53	Adotar um instrumento de registo nos CNAI e CLAII, para recolha de informação do número de casos de violência doméstica, registados nas comunidades imigrantes.	Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como de gestão da rede de apoio às vítimas	Criação de um instrumento de registo de casos de violência doméstica. Informação sobre a incidência da violência doméstica nas comunidades imigrantes.	PCM/ACM Municípios ONG	Número de casos registados. 1 relatório anual.	2014- Instrumento criado 2015 – nº casos registados 4, com avaliação e acção a tomar (formação) 2016 – Mantém um instrumento, há apenas 1 caso Parcialmente cumprida – resposta fraca à medida e não cumpre todos indicadores
54	Aplicar e monitorizar a utilização da ficha única de registo por parte das estruturas de atendimento a vítimas de violência doméstica.	Recolher e tratar dados estatísticos que permitam sistematizar o conhecimento e informação; Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como de gestão da rede de apoio às vítimas	Efetivação e generalização da aplicação da ficha única de registo. Monitorização de dados estatísticos relativos à violência doméstica decorrentes da ficha única. Relatórios de avaliação.	PCM/CIG MSESS/ISS, I.P. MS ONG IPSS	Número de entidades utilizadoras da ficha única. Número de relatórios de avaliação.	2014- NC 2015 – Concluíram ficha única de registo 2016 – Candidatura a financiamento para construção da plataforma de que depende a utilização da ficha NC

55	Criar uma plataforma informática nacional de gestão da rede de apoio a vítimas de violência doméstica.	Criar instrumentos de monitorização estatística da violência doméstica e de género, bem como de gestão da rede de apoio às vítimas	Utilização de instrumento de registo único de atendimento/acompanhamento por parte das entidades que integram a rede nacional de estruturas de apoio às vítimas de violência doméstica. Acompanhamento e monitorização da atividade das casas de abrigo. Gestão de vagas online das casas de abrigo. Integração de todas as entidades da rede nacional na plataforma.	PCM/CIG MSESS/ISS, I.P. MS ONG IPSS	Número de entidades aderentes à utilização da plataforma informática.	2014 – NC 2015 – saúde criou um caderno de encargos para uma plataforma própria de registo e recolha de dados em saúde (incluindo VD) 2016 – Candidatura a financiamento para construção da plataforma de que depende a utilização da ficha
----	--	--	--	---	---	---

Anexo XIII – Quantificação das intervenções VPNPCVDG

Área Estratégica 1: Prevenir, Sensibilizar, Educar

Medidas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Intervenções																		
Campanhas	5																	
Ações	44			8382	3764		1512	9296	10	4704	4900							
Entidades	29				3764	3366												
Participantes	10000			581569	1067382	1047612	116615	362168	?	1049159	77987	30						
Jovens voluntários							213											
Seminários, conferências workshops, outros		15	24							7		2						
Participantes*		1050	41							60		?						
Formação			234	4	12	16												
Entidades																		
Participantes				412		220												
Manuais e Guiões					3							1						
Dísticos e cartazes	10000				1000													
Videos, folhetos, documentos					7													
Spots TV e Radio	2															0		
Inserções TV, Radio e Imprensa	112																	
Iniciativas e prémios	30												0	3				
Planos Municipais			19															
Conselheiros																		
Protocolos			4															
Relatórios																1		
Cursos de formação com unidades curriculares VDG																		2

Área Estratégica 2: Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração

Medidas	19	20	21	22	23											
Intervenções																
Reunião para rede nacional criminal, protetiva e tutelar educativa																
Número	1															
Elaboração de ficha única a ser utilizada pela RNAVV																
Número		1														
Formação/Workshops para profissionais																
Número		2+2+11	15+2	5+7+12												
Participantes		67+x+238	220+31	104+(92+x)+384												
Disseminação do “Manual para Profissionais, de avaliação e Gestão do Risco em Rede																
Número		1														
Participantes		4+RAEAVS														
Protocolos PSP																
Número			200													
Protocolos CPCJ																
Nº			28													
Elaboração da “carta estratégica para as crianças em Lisboa”																
Participantes				14												
Novos Protocolos Teleassistência (PSP/GNR)																
Número				302+674+694												

Antigos protocolos teleassistência que transitam																
Número			52													
Elaboração de guia				1												
Medidas					24	25	26	27	28	29	30	32	33	34	35	
Intervenções																
Aumento do nº de vagas de emergência																
Número				19												
Nº de vítimas acolhidas em vagas de emergência																
Número				941+1628												
Aumento do nº municípios aderentes à RNMSVD																
Número						67+34+3										
Fogos atribuídos																
Número						36+65	14+16+17									
Vítimas abrangidas Habitação social																
Número						56										
Protocolo CIG IHRU							1									
Formação contínua atendimento SIVVD								2								
Nº Horas								149								
Protocolos locais									191							
Nº																
Vítimas integradas no mercado laboral																
Nº										295						
Audição pública																
Nº											1					
Folhetos e brochuras												2				
Nº tiragens												25400				
Acção Formação																

Área Estratégica 3 – Intervir junto dos Agressores(as)

Intervenções	Medidas	36	37	38	39	40	41
Programas, Planos		2	1		4	2	4
Projetos inseridos em programas							300
Projetos implementados							2
Sessões							22
Ações							6
Agressores envolvidos				1110			
Frequência Agressores, Arguidos/Condenados		2715			132		
Ações de Formação							3
Profissionais envolvidos							75
Protocolos de avaliação						14	
Centros educativos envolvidos						2	
Número de aplicações						6	
Medidas de proibição				866			

Área Estratégica 4 – Formar e qualificar profissionais

Intervenções	Medidas	42	43	44	45	46	47	48
Ações de Formação								
	Número	77	4	1101	24	24	17	17
	Participantes*	2070	668	22738	401	312	327	327
Programas								
	Número				3			
Conferencias, seminários, debates,etc								
	Número	4						
	Participantes*	238						
Manuais								
	Número		1				1	1
Referenciais								
	Número					1		
E_Book								
	Número		1					
<ul style="list-style-type: none"> • Valores não totais por ausência de informação em algumas intervenções 								

Área Estratégica 5

Intervenções	Medidas	49	50	51	53
Estudos					
	Nº	2+1			
Materiais disponíveis respoitório online					
	Nº		123+56		
Relatório					
	Nº			2	
Registo de casos de VD comunidades imigrantes					
	Nº				4+1

Anexo XIV – Questionário III PAPEMGF

Questionário Referente ao Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina - III PAPEMGF (2014-2017)

1. Nome da entidade:

2. Natureza jurídica:

3. Caracterização da entidade:

Questionário Referente ao Programa de Ação para a Prevenção e
Eliminação da Mutilação Genital Feminina - III PAPEMGF (2014-
2017)

5. Durante o período de vigência do III PAPEMGF, considera que houve alteração significativa na
situação de mutilação genital feminina em Portugal?

- Sim Não

Questionário Referente ao Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina - III PAPEMGF (2014-2017)

6. Atividades do III PAPEMGF da responsabilidade da sua entidade segundo a sua realização e numero de pessoas envolvidas nas atividades concluídas

Áreas Estratégicas	Atividades previstas			Atividades concluídas e completamente executadas			Nº atividades concluídas e parcialmente executadas	Nº atividades em curso	Nº atividades não executadas
	Nº atividades	Nº pessoas abrangidas		Nº atividades	Nº pessoas abrangidas				
		H	M		H	M			
Área Estratégica 1 — Prevenir	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Área Estratégica 2 — Integrar	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Área Estratégica 3 — Formar	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Área Estratégica 4 — Conhecer	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Área Estratégica 5 — Cooperação	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>

Questionário Referente ao Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina - III PAPEMGF (2014-2017)

7. Principais obstáculos à não execução ou à execução parcial:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Financeiras | <input type="checkbox"/> Motivação dos beneficiários |
| <input type="checkbox"/> Técnicas | Dificuldades na implementação de medidas: |
| <input type="checkbox"/> Recursos humanos | <input type="checkbox"/> Ao nível da tomada de decisão |
| <input type="checkbox"/> Recursos materiais | <input type="checkbox"/> Em termos de relações institucionais |
| | <input type="checkbox"/> Outras |

8. Para a sua entidade, o combate da MGF é uma atividade prioritária?

- Nada prioritária Pouco prioritária Prioritária Muito prioritária

9. Indique os principais públicos alvo das atividades desenvolvidas pela sua entidade:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Profissionais de Administração Pública Central | <input type="checkbox"/> Vítimas de MGF mulheres |
| <input type="checkbox"/> Profissionais da Administração Pública Local | <input type="checkbox"/> Vítimas de MGF raparigas |
| <input type="checkbox"/> Profissionais de outras entidades | <input type="checkbox"/> Vítimas de MGF crianças |
| <input type="checkbox"/> Membros de ONG | <input type="checkbox"/> Outros |
| <input type="checkbox"/> Imigrantes | |

10. Para a execução das atividades do III PAPEMGF recorreu a parcerias?

- Sim Não

Questionário Referente ao Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina - III PAPEMGF (2014-2017)

11. Tendo em conta as atividades desenvolvidas pela sua entidade/monitorizadas no âmbito do III PAPEMGV, em que medidas das respetivas áreas estratégicas prevê resultar maior impacto.

Área Estratégica 1 — Prevenir

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
1) Promover ações de sensibilização junto de profissionais que trabalham nas comunidades em risco, integrando a problemática da MGF nos seguintes temas: cidadania e igualdade de género, saúde sexual e reprodutiva, violência de género e boas práticas na eliminação da MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2) Organizar estratégias comunitárias de combate à MGF através da criação de redes de ação em territórios de risco, constituídas por interlocutores locais privilegiados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3) Incentivar e apoiar as organizações não-governamentais, designadamente associações de imigrantes no desenvolvimento de atividades que contribuam para a prevenção e a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4) Elaborar e disseminar materiais informativos e formativos sobre a MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5) Fomentar a inclusão do tema da MGF nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e igualdade de género.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6) Promover o desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de projetos sobre a MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7) Fomentar a inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas, designadamente a MGF, nos currículos académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e criminais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8) Divulgar informação sobre a problemática da MGF enquanto violação dos direitos humanos de mulheres e meninas, nos meios de comunicação social.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9) Monitorizar e atualizar a implementação das orientações técnicas na área da saúde.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 2 — Integrar

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
10) Produzir uma circular, dirigida às CPCJ, com orientações técnicas sobre a forma como os (as) técnicos(as) devem atuar para prevenir a prática de MGF nos territórios onde esta problemática está referenciada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11) Enriquecimento do módulo «saúde, imigração e diversidade» da Bolsa de formadores(as) do ACIDI, I.P., com informação sobre a MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12) Criação de uma bolsa de formadores sobre MGF e ou capacitação de formadores(as) acreditados da área da igualdade de género para trabalhar também o tema da	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

MGF.

13) Realizar e participar em seminários sobre a MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14) Introduzir o tema da MGF em comunicações proferidas em eventos nacionais e internacionais no âmbito das atribuições e competências de todas as entidades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15) Estabelecer contactos com líderes religiosos e interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes, com vista à prevenção e eliminação da MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
16) Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres imigrantes, particularmente as oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17) Intervir em situações de MGF, através das linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18) Monitorizar a Estrutura de Referência para Casos de MGF e a Plataforma de Dados em Saúde (PDS).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19) Apoiar a Rede de Estudantes da CPLP, temporariamente residentes em Portugal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20) Atribuir bianualmente o Prémio MGF — Mudar aGora o Futuro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 3 — Formar

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
21) Realizar ações de formação para profissionais de saúde.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22) Criação de um grupo mul- tidisciplinar para replicação da formação, na sequência das ações desenvolvidas junto de profissionais de saúde.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23) Realizar ações de formação para profissionais de mediação sociocultural, técnicos(as) do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e técnicos(as) dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24) Realizar ações de formação para agentes de cooperação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 4 — Conhecer

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
25) Realizar ações de formação para docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores(as) da área temática da educação para a saúde.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26) Realizar ações de formação para pessoal não docente de todos os níveis de ensino.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27) Realizar ações de formação para magistrados(as).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28) Realizar ações de formação para órgãos de polícia criminal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29) Realizar ações de formação para profissionais de	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

comunicação social.

30) Realizar ações de formação para as equipas das linhas telefónicas de apoio nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
31) Realizar ações de formação para elementos das CPCJ.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32) Acompanhar a realização e garantir a divulgação do estudo de prevalência sobre MGF em Portugal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33) Sinalizar o número de casos de MGF em meninas, identificados no âmbito da atividade da CNPCJR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34) Monitorização de número de casos de MGF em meninas, raparigas e mulheres.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35) Manter atualizada a informação online e hiperligações sobre MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36) Recolher e fornecer informação atualizada sobre áreas geográficas onde se justifique reforçar campanhas de prevenção social sobre a MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 5 — Cooperação

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
37) Contribuir para integração das questões da MGF junto de organizações nacionais, europeias e internacionais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38) Promover a inclusão, em acordos de cooperação bilaterais e multilaterais, de mecanismos que promovam e privilegiem a entrada de meninas no sistema de ensino, numa perspetiva de continuidade, até completarem o ensino obrigatório.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39) Divulgar a informação relativa ao estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40) Apoiar os decisores técnicos e políticos na preparação de documentos que versem a temática da MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
41) Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação que incluam as temáticas dos direitos humanos, direitos das crianças, saúde materno-infantil, direitos sexuais e reprodutivos e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, tendo em vista o abandono de todas as práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
42) Implementar um projeto de cooperação com a Guiné-Bissau para combate à MGF.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

[Retroceder](#) [Continuar](#)

Questionário Referente ao Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina - III PAPEMGF (2014-2017)

12. Tendo em conta a sua experiência e/ou da sua entidade na implementação do III PAPEMGF que recomendações gostaria de sugerir com vista à melhoria da problemática da luta a mutilação genital feminina

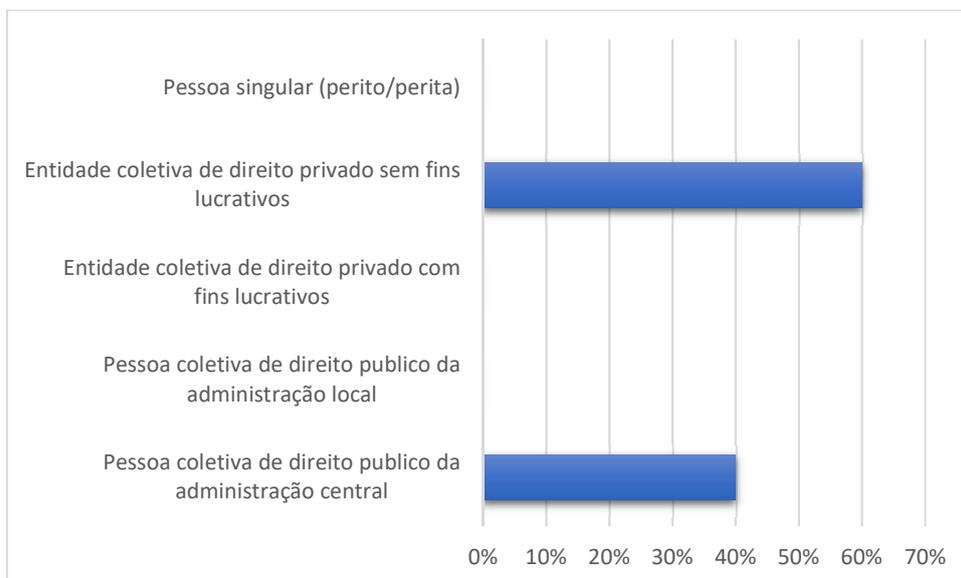
Anexo XV –Análise inquérito III PAPEMGF

Os dados apresentados são relativos às respostas ao inquérito efetuado pela UCP/CEPCEP, via *online*³³, e dirigidos ao universo conhecido de entidades com intervenção na problemática da Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina (MGF).

Análise dos questionários aplicados

A taxa de resposta ao inquérito enviado às entidades com intervenção na problemática da eliminação da MGF foi de 18,1%, das quais 60% eram entidades coletivas de direito privado sem fins lucrativos e 40% eram pessoas coletivas de direito público da administração central, o que reflete uma boa taxa de resposta de ONG e da Administração Central.

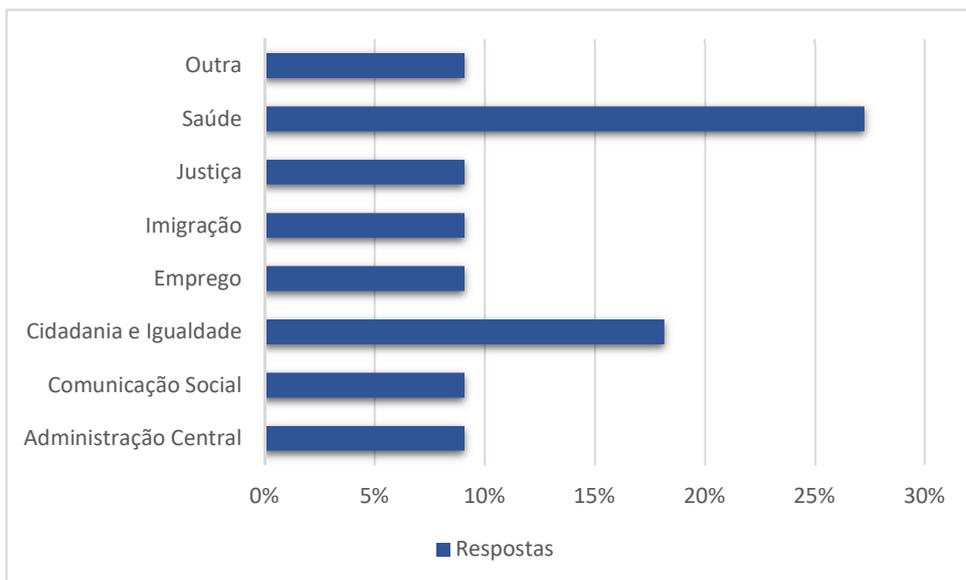
Gráfico1 - Percentagem de entidades que responderam ao inquérito segundo a forma jurídica



Conforme se pode verificar pelo gráfico, para além da importância de organismos da Administração Central é de salientar a participação nas respostas dadas ao inquérito por organismos nas áreas da saúde e da Cidadania e Igualdade.

³³ Ver anexo Questionário “III Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina”

Gráfico 2-Percentagem de Entidades que responderam ao inquérito segundo a área a que pertencem



Conforme se pode ver pelo gráfico seguinte, a maioria (71%) das entidades considera ter existido alterações significativas no domínio da MGF, as quais consideram inequivocamente que há um aumento da consciência social.

Gráfico 3- Existência de alterações significativas MGF

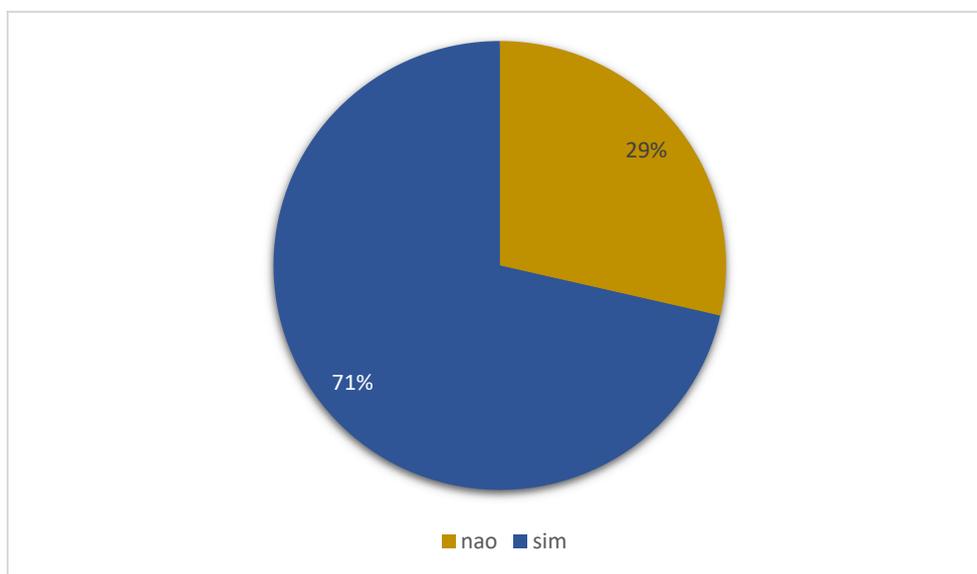
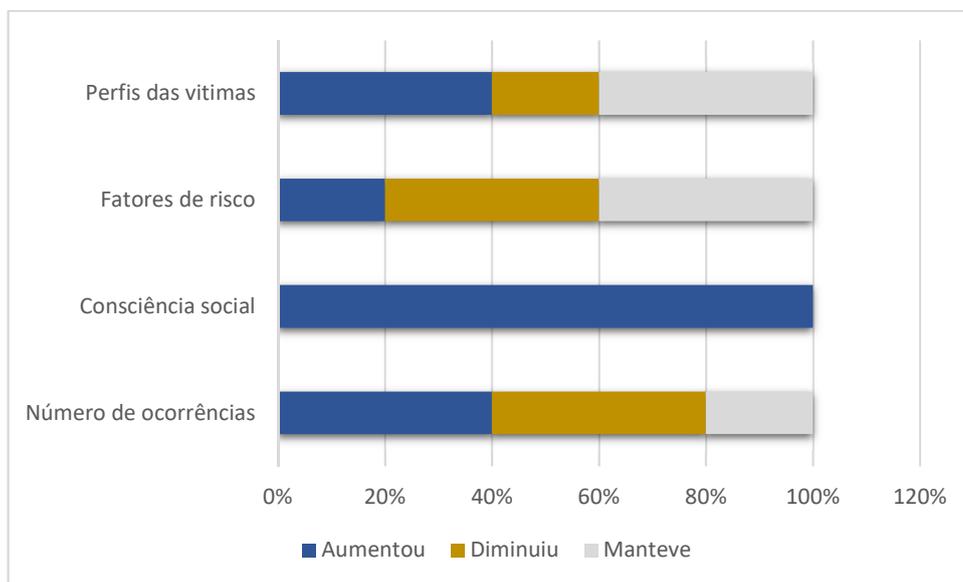


Gráfico 4- Áreas em que as entidades consideraram que a realidade MGF se tinha alterado



Das entidades que não realizaram ações, as razões apontadas foram sobretudo ao nível da ausência de recursos humanos e recursos financeiros. Por outro lado, das ações realizadas a maioria foram destinadas às vítimas mulheres adultas e à administração local, sobretudo na área da saúde, conforme se verifica no gráfico 26. Do ponto de vista das parcerias que se estabelecem entre entidades, destacamos mais uma vez a área da saúde com o maior número de parcerias com a CIG e ONG. No gráfico a seguir apresentado todas as entidades consideraram que o número de atividades previstas foi igual ao número de atividades que se realizaram, sendo que não consideraram nenhuma atividade como “não executada”. Neste sentido, as entidades que identificaram um número, embora reduzido, de atividades como parcialmente realizadas, relacionam-se possivelmente com as que identificaram no gráfico 5 motivos de constrangimento (financeiros e de recursos humanos) para a sua não realização.

Gráfico 5- Motivos que as entidades identificam para a não realização de ações

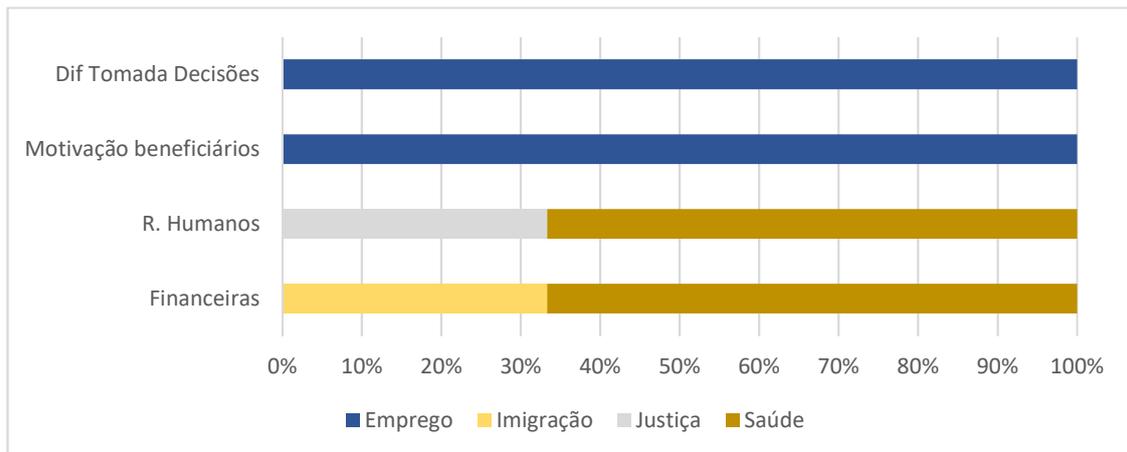


Gráfico 6- Público-alvo das ações realizadas segundo a área da entidade

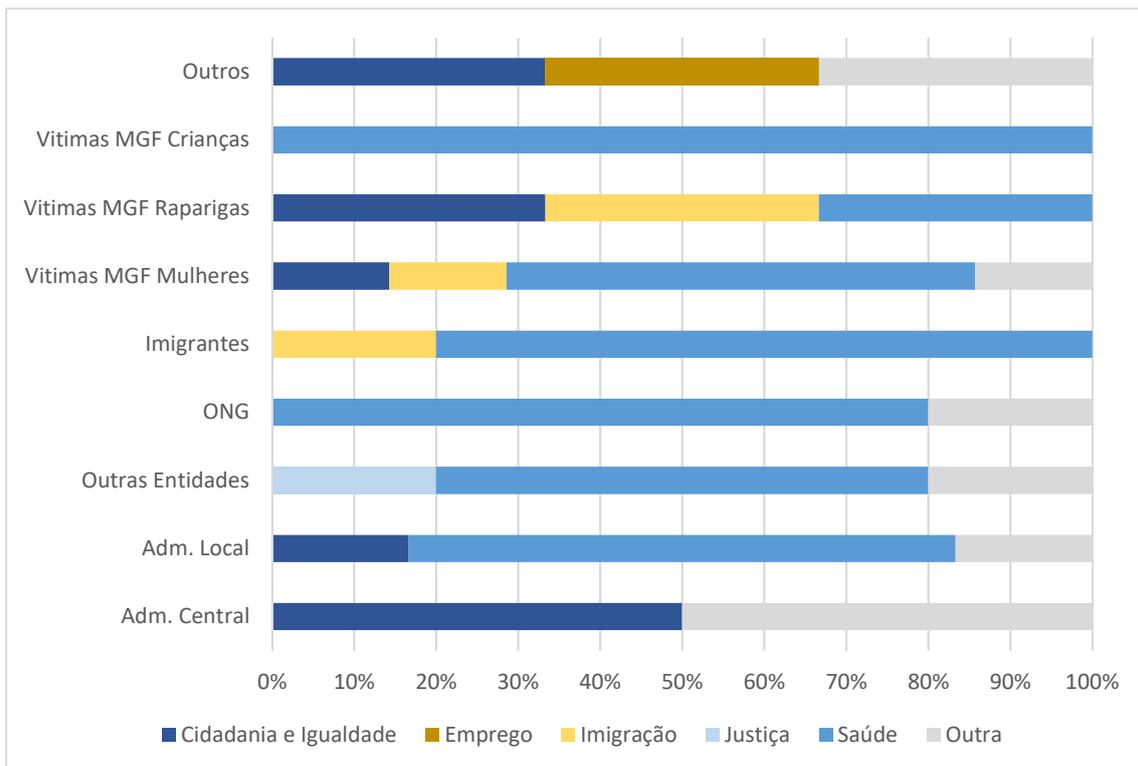


Gráfico 7- Número de parcerias realizadas

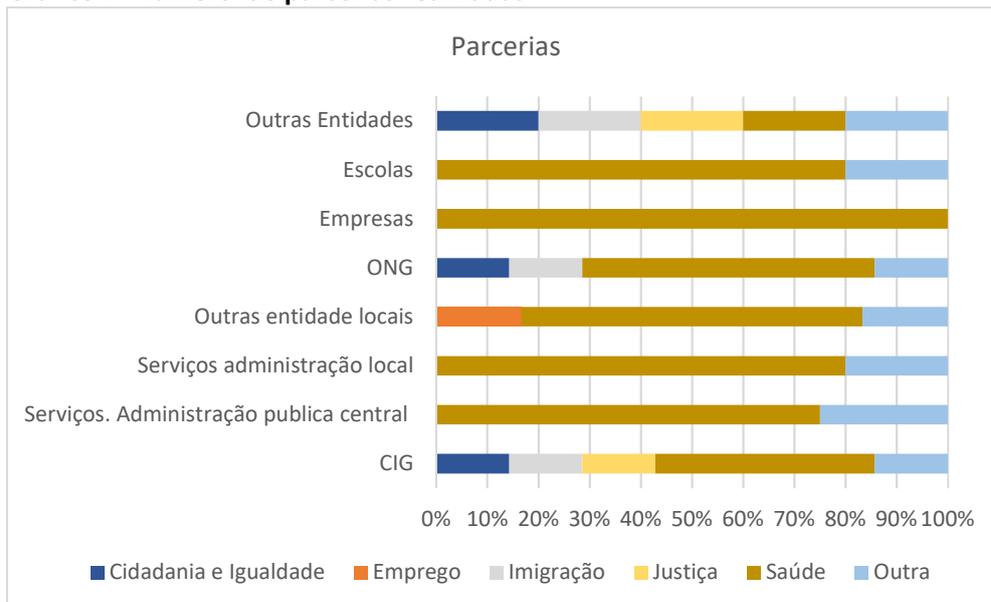
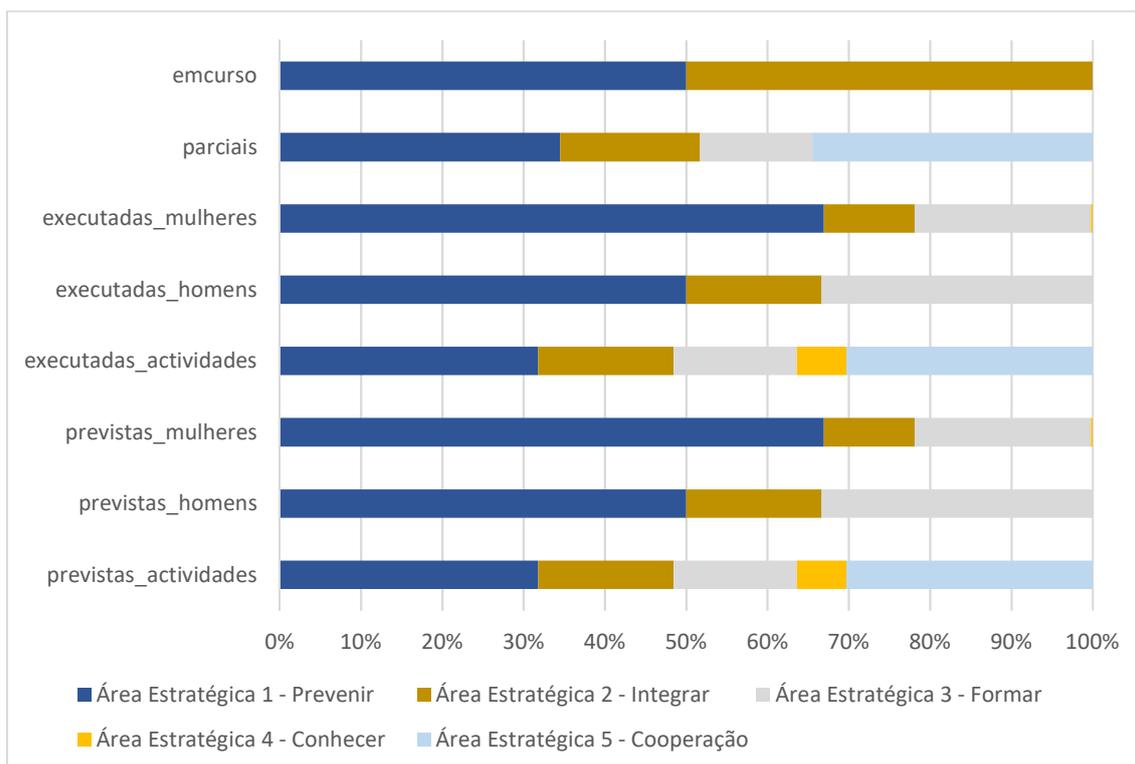


Gráfico 8 – Número de atividades no âmbito da MGF



Os gráficos que a seguir se apresentam refletem o impacto que as entidades consideram que as medidas das respetivas áreas estratégicas tiveram. Em todas as áreas estratégicas, nenhuma entidade considerou que as medidas tivessem tido muito impacto, as medidas que mais frequentemente se consideram com algum impacto são a medida 2 (área estratégica 1 - Prevenir) e a medida 41 (área estratégica 5 - Cooperação). As medidas que mais frequentemente

se consideraram com nenhum impacto foram a medida 31 (área estratégica 2 - Integrar) e a medida 35 (área estratégica 3 - formar).

frequentemente se consideraram com nenhum impacto foram a medida 31 (área estratégica 2 - Integrar) e a medida 35 (área estratégica 3 - formar).

Gráfico 9- Impacte das medidas da área estratégica 1

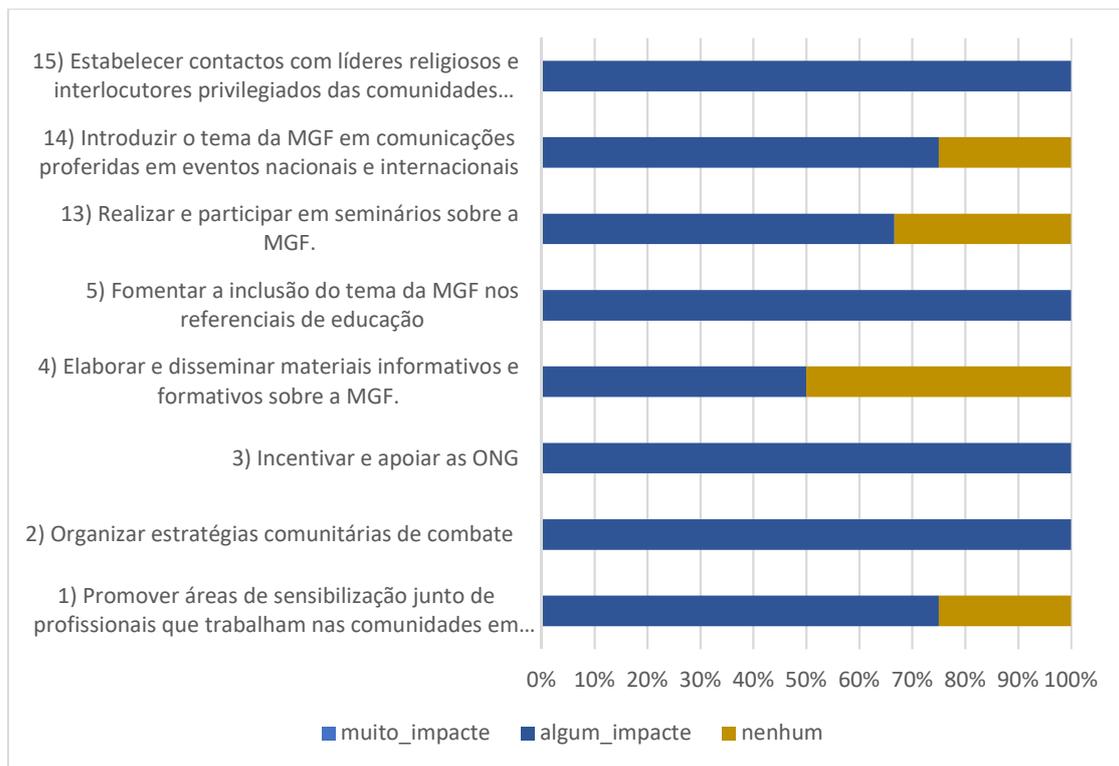


Gráfico 10- Impacte das medidas da área estratégica 2

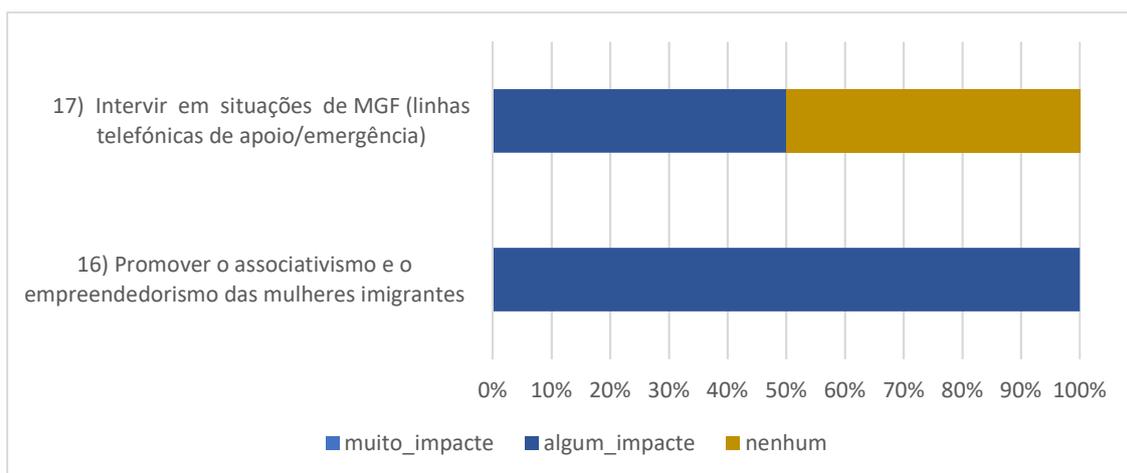


Gráfico 11- Impacte das medidas da área estratégica 3

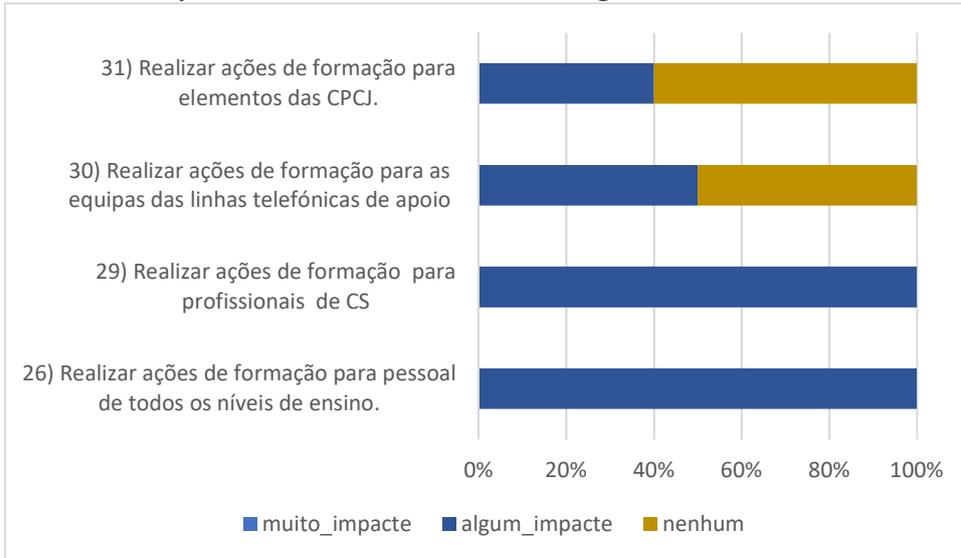


Gráfico12 – Impacte das medidas Área estratégica 4

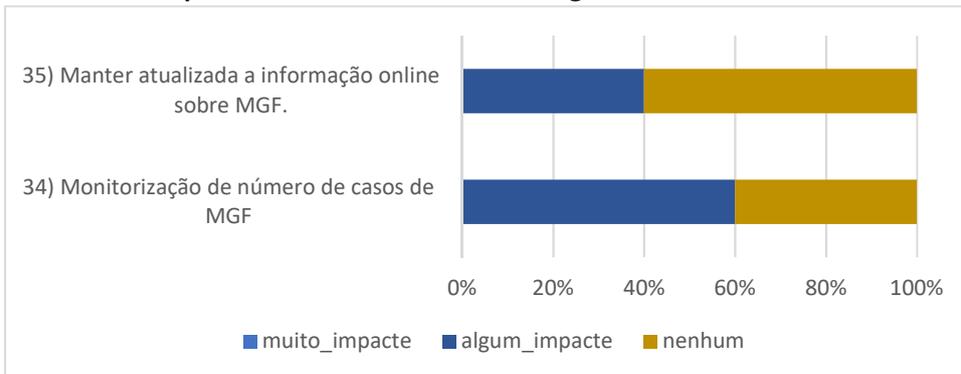
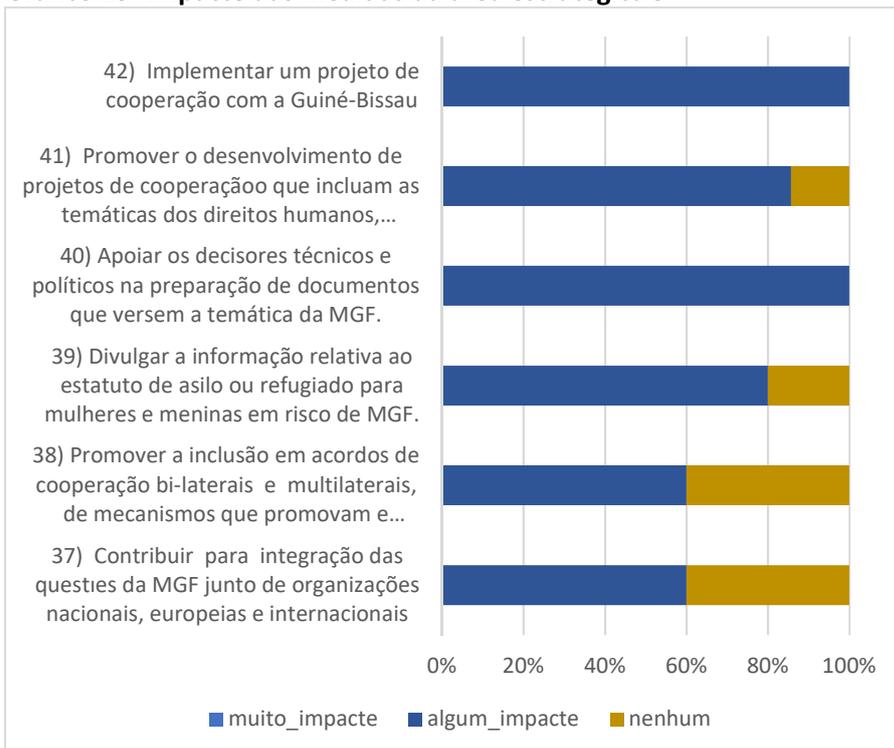


Gráfico 13- Impacte das medidas da área estratégica 5



Anexo XVI – Análise de execução das medidas III PAPEMGF por Área Estratégica

AE1	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivo	Entidades participantes	Indicador	Execução
1	Promover ações de sensibilização junto de profissionais que trabalham nas comunidades em risco, integrando a problemática da MGF nos seguintes temas: cidadania e igualdade de género, saúde sexual e reprodutiva, violência de género e boas práticas na eliminação da MGF		Aquisição de Conhecimentos sobre esta temática, para uma intervenção mais adequada.	PCM/CIG/ACIDI, I.P. MS/DGS MEC/DGE Ministério da Administração Interna (MAI), Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI, I.P.), Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões, I.P.), Comissão Nacional da Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), Direção -Geral da Educação, Direção -Geral da Saúde (DGS), Direção -Geral de Política de Justiça (DGPJ), Escola da Polícia Judiciária (EPJ), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), CPLP, Organização Internacional para as Migrações (OIM), Associação para o Planeamento da Família (APF) e a (UMAR), e três associações de imigrantes representativas de comunidades de nacionais de Estados onde se pratica a	Número de debates. Identificação dos grupos- -alvo. Número de participantes. Número de ações.	2014 A UMAR organizou um evento sobre o dia da mulher guineense Secretaria de Estado da igualdade e CIG , sessão evocativa do dia de tolerância zero com conferencia e duas intervenções f de caracter formativo Camões IP e ONGD P&D sessão evocativa UMAR – duas ações de sensibilização sobre MGF com 17 pessoas UMAR – evento escola da Baixa da Banheira -103 pessoas; Associação Balodiren sessão de sensibilização CIG-ação de carater formativo destinada a 21 técnicos do MISIP; dois seminários com a participação de 70 pessoas CIP e CNPCJR duas ações de formação e sensibilização – 36 pessoas. UMAR ação de sensibilização; Ação de sensibilização MGF; Associação Balodiren -workshop , 25 pessoas; APF flash mob com 50 pessoas 2015 UMAR realizou um conjunto de reuniões (17)de trabalho sobre a temática da MGF;A Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e a CIG sessão evocativa do Dia Internacional da Tolerância Zero -120 pessoas; A UMAR, bem como a APF e o Movimento Musqueba sessão evocativa 30 mulheres e 10 homens; CIG realizou uma ação de formação num total de 25 pessoas ; A Balodiren workshop sobre Mutulação Genital Feminina No

				MGF, a indicar conjuntamente pela CIG e pelo ACIDI, I.P		total, a UMAR registou a participação de 59 pessoas; A AJPA intervenção integrada na Amadora; Encontro Amadora com 31 participantes; Escola S Saúde s. sensibilização com 30 pessoas e outra sessão com 25 prof. Encontro com 25 pess UMAR múltiplas sessões de trabalho/debatesse 19 ações de sensibilização; Ass Balordien ação de sensibilização 2016- UMAR realizou uma ação de formação-19 pess; I Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF ; UMAR realizou uma sessão de sensibilização 17 pess; UMAR promoveu ação de informação sobre MGF-147 discentes e 18 docentes; UMAR ação de informação – 91 disc e 9 docentes; folhetos informativos ; UMAR sess Informaç-26 dis e 4 doc; campanha aeroportuária folhetos e cartazes; sessões sensib na CML -8 pess
2	Organizar estratégias comunitárias de combate à MGF através da criação de redes de ação em territórios de risco, constituídas por interlocutores locais privilegiados.		Reforço das parcerias entre as escolas, Apoio comunitário. Eventual sinalização de situações de MGF já realizada ou iminente entre as meninas, raparigas e mulheres.	MS/DGS MEC/DGE Todos os membros do grupo de trabalho. Municípios . Escolas . Equipamentos de saúde IPPS. ONG. Associações de imigrantes	Número e tipo de iniciativas desenvolvidas. Número de parcerias com as diferentes entidades.	2014- Iniciativa promovida pela UMAR -Odivelas; APF ação de formação para jovens líderes- 30 jovens; UMAR criou um grupo de trabalho; Evento Comunitário APF e UMAR para trabalho concertado entre ONG- 200 pessoas; APF flash mob – 50 pessoas 2015 – APF reportou um conjunto de atividades trabalho concertado e em rede entre várias entidades; APF apresentou e disseminou o vídeo/campanha Flash Mob; uma ação de sensibilização sobre MGF direcionada a jovens e a pessoas de comunidades afetadas – 20 pessoas; APF promoveu um curso de formação para mediadores/as das comunidades em risco (9 mediadores/as); DGS realizou ação de formação sobre Saúde Sexual e Reprodutiva – 10 pessoas; Movimento Musqueba ação de formação intitulada "Intervenção comunitária -

						<p>Direitos Humanos e da Mulher e Mutilação Genital Feminina; encontro de trabalho intitulado “Uma Abordagem à Mutilação Genital Feminina”, realizado no dia 23 de abril, na Biblioteca Municipal da Amadora -31 participantes; AJPAS, em parceria com a P&D Factor-20 reuniões; Encontro com 35 pessoas; UMAR ações de sensibilização e de formação sobre o tema da MGF com as CPCJ 2016 –</p> <p>UMAR - I Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF; Encontro/convívio; APF projeto formar um grupo de 12 ativistas das comunidades afetadas pela MGF; AJPAS formação 12 jovens; MUSQUEBA mesa redonda -12 participantes, formou 12 mediadores</p>
3	<p>Incentivar e apoiar as organizações não - governamentais, designadamente associações de imigrantes no desenvolvimento de atividades que contribuam para a prevenção e a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF</p>		<p>Envolvimento das organizações representativas das comunidades onde a MGF se pratica. Incremento do número de projetos na comunidade sobre MGF.</p>	<p>PCM/CIG Envolvimento das organizações representativas das comunidades onde a MGF se pratica. Incremento do número de projetos na comunidade sobre MGF</p>	<p>Número de associações apoiadas. Número de projetos desenvolvidos.</p>	<p>2014- APF promoveu duas reuniões com ONG; abertura candidaturas a premio; foram distinguidas 3 associações; Programa de apoio ao associativismo imigrante 2014, apoio a BALODIREN</p> <p>2015- Projeto “Jovens com(n) Tradição”, promovido pelo Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa, - Projeto “Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina”, promovido pelo Movimento Musqueba, tendo como contexto de intervenção Damaia/ Amadora; Projeto “Avo(zes) contra a MGF”, promovido pela AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária Desenvolvimento Social e de Saúde; contrato de parceria e de apoio entre a Associação Balodiren e a União das Freguesias do Cacém e São Marcos; a UMAR realizou reuniões com CLAI 6 mulheres e 1 homem UMAR promoveu ainda reuniões com representantes de ONG/associações de imigrantes dos concelhos de Almada e Moita,</p>

						<p>O GTO LX, no âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição” reuniu O projeto da UMAR tem como um dos seus objetivos a realização de atividades de sensibilização/prevenção de práticas tradicionais nocivas UMAR procurou envolver no projeto múltiplas associações de intervenção comunitária 2016-</p> <p>O projeto “Change Plus” promovido pela APF UMAR e a DGS colaboraram na qualidade de entidades formadoras no programa formativo; 3 projetos distinguidos na 2ª edição do Prémio “Contra a MGF</p>
4	Elaborar e disseminar materiais informativos e formativos sobre a MGF.		Produção e divulgação de materiais sobre a MGF a distribuir a entidades envolvidas nos objetivos deste Programa	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho.	Número e tipo de exemplares produzidos. Número de exemplares distribuídos. Número de entidades que o disponibilizam online	<p>2014 –</p> <p>CIG distribuição de folhetos sobre MGF CIG tradução de um manual sobre MGF UMAR procedeu á distribuição de folhetos; emissão de 3 ; videos com produção de 1000 DVD; ISI produção de materiais; DGS disseminou materiais em ações devformação</p> <p>2015-</p> <p>A UMAR, a APF e o Movimento Musqueba distribuíram 300 comunicados; CIG manteve a distribuição dos folhetos “Diga Não à Excisão”; Musqueba disseminou materiais informativos e formativos; Musqueba disseminou materiais informativos e formativos; O GTO X distribuiu folhetos; Manual de Procedimentos para Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, elaborado pela CNPCJR e disseminado por todas as CPCJ</p> <p>2016-</p> <p>DGS elaborou o relatório intitulado “Mutilação Genital Feminina. A APF produziu uma brochura intitulada “Responder à Mutilação Genital Feminina – Um guia para profissionais”. APF procedeu à revisão e atualização do curso elearning www.uefgm.eu, A UMAR produziu ainda</p>

						<p>materiais específicos do projeto “lá-lá” como sejam pastas, canetas, cadernos e roll up’s “STOP, excisão!; O Manual de Procedimentos para as CPCJ “Colaborar Ativamente na Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina”(2 mil exemplares); O Movimento Musqueba, lançou uma campanha; Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa produziram trabalhos/materiais como pinturas sociais, desenhos e um mural sobre a MGF</p>
5	<p>Fomentar a inclusão do tema da MGF nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e igualdade de género</p>		<p>Disponibilização de informação sobre a temática nas várias áreas previstas.</p>	<p>MNE/Camões, I.P. MS/DGS MEC/DGE Todos os membros do grupo de trabalho.</p>	<p>Número de referenciais produzido</p>	<p>2014- O Camões ICL divulgou folheto; DGE referencial de educação em fase final; DGS fez a revisão do tema MGF 2015- DGE procedeu à análise dos dados recolhidos através da aplicação do inquérito PAPES - Programa de Apoio a Projetos de Educação para a Saúde (PAPES); DGS publicou o Programa Nacional para a Vigilância da Gravidez de Baixo Risco, no qual consta o rastreio de grávidas com MGF; 2016- DGS elaborou conteúdos sobre MGF na perspetiva da saúde, a incluir no módulo “Imigração e Saúde”;</p>
6	<p>Promover o desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de projetos sobre a MGF.</p>		<p>Conhecimento sobre a MGF nas escolas, a nível nacional</p>	<p>MEC/DGE PCM/CIG</p>	<p>Número de projetos produzidos.</p>	<p>2014 – UMAR apoiou em escola secundaria a realização de vários trabalhos sobre MGF; UMAR participou numa aula de cadeira de mestrado em impressão de cartazes e serigrafia 2015 A UMAR realizou ações de sensibilização sobre MGF no Agrupamento de Escolas Francisco Simões (Almada): Nestas ações, participaram 37 discentes Foram desenvolvidos contactos com outras escolas no sentido de se poderem desenvolver trabalhos com discentes (a partir do 9º ano),</p>

						<p>com o apoio da CIG, um conjunto de livros e materiais sobre igualdade de género, violência de género, direitos humanos/direitos das mulheres; o GTO LX, no âmbito do projeto “Jovens com(n) Tradição”, participou no encontro “Escola dos Afetos, região de Setúbal”, participação de cerca de 300 docentes</p> <p>2016 –</p> <p>UMAR - realizou múltiplas ações de informação e sensibilização sobre Violência de Género - Mutilação Genital Feminina, Participaram no total das ações realizadas 289 discentes, 23 docentes e 2 psicólogas educacionais. UMAR, com o apoio da CIG, disponibilizou um conjunto de manuais e materiais. Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa realizou um conjunto de sessões quinzenais</p>
7	<p>Fomentar a inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas, designadamente a MGF, nos currículos académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e Criminais</p>		<p>Desenvolvimento do conhecimento do tema na comunidade académica. Celebração de protocolos com instituições de ensino superior.</p>	<p>PCM/CIG</p> <p>Instituições de ensino superior.</p>	<p>Número de instituições de ensino superior que incluem esta temática nos seus currículos académicos.</p> <p>Número de protocolos celebrados.</p>	<p>2014-</p> <p>Protocolo da CIG com Instituto politécnico de Setúbal 2º curso pos graduação sobre MGF</p> <p>Protocolo CIG e Escola superior de Enfermagem;</p> <p>Atividades preparatórias para dois cursos pós-graduação para 60 profissionais da saúde; CIG e F Direito Lisboa desenvolver atividades curriculares</p> <p>2015-</p> <p>protocolo entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, realizou-se o 2º curso de pós-graduação especializada em Mutilação Genital Feminina,</p> <p>Na sequência de protocolo assinado entre a CIG, DGS, APF e a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, teve lugar a 1ª edição do mesmo curso. No total frequentaram estes cursos 64 profissionais de saúde, médicos/as e enfermeiros/as</p> <p>2016-</p>

						ACM dinamizou uma aula sobre Práticas Nefastas sob o título “Mutilação Genital Feminina e casamentos infantis/precoces e combinados”, a 2 turmas (cerca de 50 participantes) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
8	Divulgar informação sobre a problemática da MGF enquanto violação dos direitos humanos de mulheres e meninas ,nos meios de comunicação social.		Aumento do número de intervenções sobre MGF produzidas pela comunicação social.	PCM/CIG/ACIDI, I.P. Meios de comunicação social. Jornalistas e profissionais de comunicação em geral.	Número de trabalhos produzidos. Número de programas realizados. Número de profissionais envolvidos(as), desagregado por sexo.	2016 Presidente da CIG concedeu umaentrevista ao programa televisivo “Etnias”, transmitido na SIC e SIC Internacional, subordinado exclusivamente ao tema da MGF. A presidente da CIG foi ainda convidada para o programa televisivo “Bem-vindos”, da RTP África.
9	Monitorizar e atualizar a implementação das orientações técnicas na área da saúde.		Produção de um relatório bienal.	MS/DGS DGS	Número de relatórios produzidos e divulgados.	2014- 2015- DGS procedeu à revisão e atualização do questionário sobre MGF destinado a profissionais de saúde, o qual se encontra a ser aplicado. 2016- A Orientação Técnica da DGS sobre MGF. prevê a aplicação de um questionário aos profissionais de saúde sobre o conhecimento da problemática e das próprias orientações na área da saúde. DGS procedeu ao envio e receção do questionário sobre MGF destinado a profissionais de saúde.
10	Produzir uma circular, dirigida às CPCJ, com orientações técnicas sobre a forma como os (as) técnicos(as) devem atuar para prevenir a prática de MGF nos territórios onde esta problemática		Distribuição de circulares a todas as CPCJ.	CNPCJR CPCJ	Número de CPCJ abrangidas. Número de ações de sensibilização e outras atividades preventivas desenvolvidos pelos	2014- Circular “Colaborar ativamente na prevenção e eliminação de MGF assume a forma de manual de procedimentos distribuídos às 308 CPCJ ; o gabinete de Comunicação do ISS está elaborando uma brochura do mesmo 2015

	está referenciada.				técnicos(as) das CPCJ.	Circular “Colaborar ativamente na prevenção e eliminação de MGF assume a forma de manual de procedimentos; UMAR desenvolveu 6 ações de sensibilização dirigidas especificamente a 6 CPCJ, 2016 Produzir uma circular, dirigida às CPCJ, com orientações técnicas sobre a forma como os/as técnicos/as devem atuar para prevenir a prática de MGF
11	Enriquecimento do módulo «saúde, imigração e diversidade» da Bolsa de formadores(as) do ACIDI, I.P., com informação sobre a MGF.		Enriquecimento do módulo	PCM/ACIDI, I.P. PCM/CIG .	Alterações introduzidas	2014- Integração de um conjunto de conteúdos pela DGS nos módulos saúde, imigração e diversidade” 2015- 2016-
12	Criação de uma bolsa de formadores sobre MGF e ou capacitação de formadores(as) acreditados da área da igualdade de género para trabalhar também o tema da MGF		Criação e disponibilização de uma bolsa de formadores(as) sobre MGF.	PCM/ACIDI, I.P. PCM/CIG	Número de formadores(as), Desagregado por sexo.	2014- 2015- 2016- Produzir uma circular, dirigida às CPCJ, com orientações técnicas sobre a forma como os/as técnicos/as devem atuar para prevenir a prática de MGF
13	Realizar e participar em seminários sobre a MGF.		Divulgação da temática e apresentação e partilha de boas práticas	Todos os membros do grupo de trabalho	Número de seminários realizados ou participados. Número de comunicações apresentadas.	2014- Apresentação estudo “As praticas vaginais na província de Tete em Moçambique CIG, DGS, Alta c para a Imigração participaram em seminário sobre MGF; Evento da UMAR; encontro promovido pela UMAR; participação em seminário pela AJPAS; APF evento comunitário; ICG participação com apresentação de comunicação em seminário internacional; DGS participou em encontro; UMAR participou em encontro sobre a Convenção de Istambul e numa conferencia internacional; UMAR particip em seminário da CEJ; SEAPI e CIG promoção seminário 2015-

						<p>CIG e EPJ Forum em Londres; SEAPI e CIG evento no hospital SFX; UMAR ação concelhia; CIG e a UMAR evento MGF; CIG seminário da RIVS; mesa-redonda promovida pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género; CIG promoveu um Seminário de apresentação do Estudo «Mutilação Genital Feminina: Prevalências, Dinâmicas Socioculturais e Recomendações para a sua Eliminação»; UMAR reunião plenária Conselho local do Seixal; DGS participou na conferência “MGF - Tolerância Zero” 2016-</p> <p>I Encontro Regional para a Intervenção Integrada pelo Fim da MGF; das Nações Unidas, em Nova Iorque, a 60ª sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres (CSW); UMAR sessão de encerramento do projeto “MGF, Não!”, promovido pela OGA; CIG Seminário em Londres; CIG participou num Seminário; Camões-ICL organizou seminário; Associação Balodiren promoveu um workshop; Camões - ICL iniciativa em Bissau; CIG, o Camões - ICL, a DGS e o CSM sessão publica de apresentação; CIG reunião ODH; em Genebra; CIG comité consultivo em Bruxelas</p>
14	Introduzir o tema da MGF em comunicações proferidas em eventos nacionais e internacionais no âmbito das atribuições e competências de todas as entidades		Divulgação e partilha de boas práticas.	Todos os membros do grupo de trabalho	Número de intervenções sobre MGF.	<p>2014-</p> <p>CIG reunião em Atenas, Grupo de Alto Nível; SEAPI UN-CSW; DGS – European society; encontro projeto ISI- UMAR; CIG “Girl Summit”; UMAR e EPJ- Mesa Redonda;</p> <p>2015- UMAR, ação “Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos e Direitos Humanos”, promovida pela Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis no Concelho de Odivelas; A DGS introduziu a temática da MGF no VI Congresso Nacional de Sexologia Clínica; CIG colaborou no Seminário promovido pela RIVS; Camões ICL reportou Conselho Directivo do Fundo - Global de Luta contra a SIDA, Malária e Tuberculose (ONU)-</p>

						<p>Bruxelas, Genebra; CIG e a UMAR participaram em Encontro promovido pela Câmara Municipal do Seixal; Camões ICL contribuiu para a implementação do Plano de Ação de Género da UE para 2016-2020 (Gender Action Plan II) – Bruxelas.</p> <p>2016 – Camões ICL - reunião de peritos EU, Bruxelas; reunião informa, Londres, 14ª Reunião Gendernet CAD/OCDE, Paris; DGS fez uma apresentação do tema da MGF Congresso “Women’s health 2016, com a participação de cerca de 50 médicos/as hospitalares e dos cuidados de saúde primários australianos; DGS apresentou uma comunicação Universidade Lusófona</p>
15	<p>Estabelecer contactos com líderes religiosos e interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes, com vista à prevenção e eliminação da MGF.</p>		<p>Sensibilização e mobilização dos líderes religiosos e dos interlocutores privilegiados. Identificação e adoção de boas práticas de intervenção nas comunidades onde a MGF está referenciada.</p>	<p>PCM/CIG/ACIDI, I.P ONG Representantes das comunidades</p>	<p>Número de contactos estabelecidos. Boas práticas identificadas.</p>	<p>2014- UMAR contactos com mulheres praticantes Monte da Caparica e de 2 associações; CIG e ACM workshop ; Assoc Balodiren tertulia, Imã mesquita Lisboa seminário na F Direito; 2015- Musqueba promoveu uma ação de formação, intitulada "Intervenção comunitária - Direitos Humanos e da Mulher e MGF; UMAR reunião com e mulheres interlocutoras privilegiadas; sessão dinamizada pela UMAR; encontro entre a presidente do CNAPN e líder religioso Malan Djassi com membros da comunidade muçulmana no Vale da Amoreira; UMAR estabeleceu com 3 interlocutoras privilegiadas das comunidades imigrantes/praticantes com vista à prevenção/eliminação da MGF; CIG reuniu com a consultora de projetos em MGF na Guiné-Bissau 2016- Musqueba promoveu uma tertúlia com 5 membros destacados da comunidade, no Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica; UMAR,</p>

						no âmbito do projeto “lá-lá”, realizou um jDjumbai/convívio; ACM 8 reuniões com líderes religiosos
--	--	--	--	--	--	--

AE2	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivo	Entidades participantes	Indicador	Execução
16	Promover o associativismo e o empreendedorismo das mulheres imigrantes, particularmente as oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF	Capacitação das mulheres imigrantes pertencentes às comunidades em risco Reforço das medidas de apoio e integração, dirigidas a meninas, raparigas e mulheres que foram submetidas ou estão em risco de MGF	Aumento do número de mulheres apoiadas	PCM/ACIDI, I.P Associações representativas de imigrantes e ou que trabalhem com imigrantes. Mulheres imigrantes. .	Número de mulheres apoiadas.	2014- Introduziu-se a MGF no programa de apoio ao associativismo imigrante; Contribuição de programas do ACM com participação de mulheres da Guiné-Bissau 2015 – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI), promovido pelo ACM, foram apoiadas 13 mulheres; UMAR realizou uma reunião com o IEF, projeto IÁ-IÁ com identificar mulheres imigrantes inscritas com o desempregadas, e mobilizá-las para um curso de empreendedorismo 2016- Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI) foram apoiadas 6 mulheres
17	Intervir em situações de MGF, através das linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência	Reforço das medidas de apoio e integração, dirigidas a meninas, raparigas e mulheres que foram submetidas ou estão em risco de MG	Resposta a todas situações, através de apoio psicossocial ou encaminhamento para outros recursos disponíveis.	PCM/CIG/ACIDI, I.P. MS/DGS MSESS ONG	Número de mulheres apoiadas	2014,2015,2016 APF reportou atividades a esta medida; GIC promoveu ação de formação para técnicos da linha de atendimento linhas de apoio/emergência funcionam em permanência e encontram-se preparadas para intervir em situações de MGF, Os/as novos/as técnicos/as que asseguram o Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica da CIG frequentaram uma ação de formação

18	Monitorizar a Estrutura de Referenciação para Casos de MGF e a Plataforma de Dados em Saúde (PDS).	Reforço das medidas de apoio e integração , dirigidas a meninas , raparigas e mulheres que foram submetidas ou estão em risco de MG	Produção de relatórios bienais.	PCM/ACIDI, I.P. MS/DGS	Número de relatórios produzidos. Número de casos identificados.	2014-2015- DGS procedeu regularmente ao levantamento de dados da PDS e produziu um relatório com os dados apurados; Foram registados 99 casos de mutilação genital feminina 2016- DGS publicou a informação/relatório “Mutilação Genital Feminina. Análise dos casos registados em 2014 e 2015”, na sua página web.
19	Apoiar a Rede de Estudantes da CPLP, temporariamente residentes em Portugal.	Capacitação das mulheres imigrantes pertencentes às comunidades em risco Reforço das medidas de apoio e integração, dirigidas a meninas , raparigas e mulheres que foram submetidas ou estão em risco de MG	Aumento do número de estudantes que participam nas ações desenvolvidas pela rede.	PCM/CIG MEC/DGE	Número de estudantes envolvidos. Número de atividades desenvolvidas.	2014- CIG reuniu com AEGBL em termos do protocolo estabelecido 2015 – atividades do protocolo 2016- entregues à AEGBL folhetos “Diga Não à Excisão”, AEGBL integrou o grupo de trabalho responsável pela organização do II Encontro Regional sobre MGF
20	Atribuir bienalmente o Prémio MGF — Mudar agora o Futuro.	Reforço das medidas de apoio e integração, dirigidas a meninas , raparigas e mulheres que foram submetidas ou estão em risco de MG	Distinção de projetos de intervenção na comunidade sobre MGF.	PCM/CIG/ACIDI, I.P. MS/DGS PCM/ACIDI, I.P	Número de associações distinguidas.	2014 Candidataram-se 6 associações a prémios tendo sido atribuídos 3 prémios 2015 – na sequencia de prémios atribuídos iniciaram-se três projetos 2016 Foi aberto, pela CIG, concurso para candidaturas ao prémio MGF “Mudar aGora o futuro” -foram distinguidos 3 projetos

AE3	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivo	Entidades participantes	Indicador	Execução
21	Realizar ações de formação para profissionais de saúde	Formação dos diversos intervenientes que, de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	Aquisição de Conhecimentos sobre MGF por parte dos(as) profissionais de saúde	PCM/ACIDI, I.P MS/DGS	Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo, categoria profissional e área geográfica de intervenção	<p>2014- DHS introduziu o tema em 12 ações de formação sobre o Programa Nacional de Saúde infantil e juvenil e apresentação do PDS (total de 12 ações);DGS participou ação de formação para 40 prof de saúde na Amadora; celebrados protocolos entre CIG ,DGS e APF com 2 Escolas superiores para cursos pós-graduação; APF divulgou curso e-learning</p> <p>2015- dois cursos de PósGraduação sobre MGF . CIG, DGS, APF, UMAR e EPJ participaram em ambos os cursos No total, frequentaram estes cursos 64 profissionais de saúde, médicos/as e enfermeiros/as, ACES da Arrábida promoveu várias ações de formação participação de 18 pessoas pertencentes a CPCJ,Ação formação com a presença de 15 pessoas pertencentes às USF e UCSP, ação de formação, com 13 participantes da UCC; APF procedeu à divulgação do curso e-learning www.uefgm.eu; DGS e a EPJ participaram na dinamização de um módulo sobre MGF promovido pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses- 50 participantes; APF realizou uma ação de formação- 11 pessoas ; projeto UEFGM-12 participantes; APF realizou um seminário intitulado “Direitos sexuais dos jovens”, no qual participaram 70 pessoas.</p> <p>UMAR realizou reuniões com vários profissionais de saúde- 10 profissionais, UMAR promoveu ainda múltiplas ações de sensibilização; ação UCSP Alhos Vedros (Moita), estiveram presentes 10 mulheres profissionais de saúde; ação para técnicos/as do NLI Grândola-17 mulheres; ação de Formação Mutilação Genital Feminina/Corte dos Genitais Femininos:- 58 pessoas</p> <p>2016- Ação da DGS – 30 pessoas; a DGS assegurou uma aula sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, destinada a alunos do mestrado de Psicologia da Saúde do ISPA -21 pessoas; UMAR colaborou numa ação de formação, dinamizada pela Unidade Coordenadora Funcional do ACES – 52 pessoas, EPJ ação destinada a Médicos Forenses- 82 prof saúde; APF procedeu à reformulação da plataforma/curso e-learning UEFGM</p>

22	Criação de um grupo multidisciplinar para replicação da formação, na sequência das ações desenvolvidas junto de profissionais de saúde.	Formação dos diversos intervenientes que, de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	Garantia da Multidisciplinaridade do grupo de trabalho constituído.	MS/DGS MNE/Camões, I.P	Número de áreas representadas no grupo de trabalho multidisciplinar	2014- DGS reportou reunião com a presença dos formandos do ESEL para constituir o grupo multidisciplinar 2015- DGS constituiu o referido grupo multidisciplinar, o qual veio a ser reforçado por profissionais de saúde, entretanto certificados por aqueles últimos curso 2016 –
23	Realizar ações de formação para profissionais de mediação sociocultural, técnicos(as) do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e Técnicos(as) dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes.	Formação dos diversos intervenientes que, de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	Aquisição de Conhecimentos sobre MGF por parte dos(as) profissionais envolvidos(as)	PCM/CIG MS/DGS MEC/DGE	Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo e área geográfica de intervenção.	2014- Ação de carácter formativo para técnicos do projeto MISP, 21 pessoas; 2015- CIG e a CNPCJR realizaram uma ação de formação sobre MGF técnicos/as do SEF e dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes - 41 pessoas 2016- APF promoveu uma formação 12 agentes das comunidades praticantes em Portugal; APF procedeu à reformulação da plataforma/curso e-learning UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF : APF participou, em Bruxelas, numa ação de formação organizada pela Associação Europeia End FGM sobre Asylum FGM,
24	Realizar ações de formação para agentes de cooperação.	Formação dos diversos intervenientes que, de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	Aquisição de conhecimentos sobre MGF por parte dos agentes da cooperação.	MS/DGS. MNE/Camões, I.P.	Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo, categoria profissional e área geográfica da intervenção	2014- 2015- Camões ICL promoveu formação sobre MGF junto de 11 mulheres e 3 homens docentes (agentes de cooperação) colocados/as na Guiné-Bissau 2016- DGPJ duas sessões formativas total 30 participantes;
25	Realizar ações de formação para docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores(as) da área temática da educação para a saúde.	Formação dos diversos intervenientes que, de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	Aquisição de Conhecimentos sobre MGF por parte dos docentes referidos.	PCM/CIG MS/DGS MEC/DGE	Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo, categoria profissional e área geográfica de intervenção.	2014- Evento da UMAR na escola Baixa da Banheira; - 103 pessoas; 2015- UMAR realizou reuniões com as seguintes escolas: Escola Secundária do Monte de Caparica (Almada); Escola Secundária com 3º ciclo de Francisco Simões (Almada); Escola Secundária Ruy Luís Gomes (Almada); AlmadaForma - Centro de Formação de Escolas do Concelho de Almada, Escola EBI/JI Chegadinho; Centro de Formação de Escolas do Barreiro e Moita; Escola Básica 2,3 do Vale da Amoreira; Agrupamento de Escolas João de Barros

						(Seixal). Foram abrangidos/as, por estas reuniões, 14 docentes; AJPAS dinamizou uma sessão de (in)formação,- 19 participantes; Ação de formação ACES Lisboa Central e o Centro de Formação de Professores António Sérgio. Participaram 27 docentes; UMAR 14 professoras e 2 educadoras de infância; formação no seixal -12 docentes – AfFormação- 34 pessoas 2016- DGE – Ações de formação para professores; UMAR ação de formação- Seixal 14 docentes; UMAR ação de formação – almada – 21 pessoas, Seixal 14 docentes; ACES Lisboa Central e o Centro de Formação de Professores António Sérgio- 30 prof Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa - 4 docentes da Escola Secundária da Baixa da Banheira
26	Realizar ações de formação para pessoal não docente de todos os níveis de ensino.	Formação dos diversos intervenientes que, de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	Aquisição de conhecimentos sobre MGF por parte dos(as) profissionais abrangidos.	MEC PCM/CIG MS/DGS. ONG.	Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo, categoria profissional e área geográfica de intervenção.	2014- UMAR – evento escola Baixa da banheira; 2015 Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa contou com a participação regular de funcionários/as da Escola Secundária da Baixa da Banheira em todas as atividades do projeto (incluindo as formativas), em particular das auxiliares de ação educativa, 2016- UMAR formação Escolas concelho Almada -23 pessoas; Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa contou com a participação regular de funcionários/as da Escola Secundária da Baixa da Banheira
27	Realizar ações de formação para magistrados(as)	Formação dos diversos intervenientes que, de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	Aquisição de conhecimentos sobre MGF por parte das magistraturas.	MJ/CEJ CSM MS/DGS	Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo e área geográfica de intervenção	2014 Centro de Estudos Judiciários ação de formação 2015- , a PGR, em parceria com o CEJ e o CSM, incluiu no plano de formação contínua de magistrados/as uma ação formativa, 2016- PGR e o CSM, em parceria com o Centro de Estudos Judiciários e o Conselho Superior do Ministério Público, eve como destinatários juizes/as e magistrados/as do Ministério Público 86 profissionais
28	Realizar ações de formação para órgãos de polícia criminal.	Formação dos diversos intervenientes que,	Aquisição de conhecimentos sobre MGF por parte	PCM/CIG MAI/SEF/PSP/GNR ..	Número de ações de formação para órgãos de	2014- 2015-

		de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	dos(as) profissionais dos órgãos de polícia criminal		polícia criminal. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo, categoria profissional e área geográfica de intervenção.	UMAR realizou, no primeiro semestre, algumas ações de formação dirigidas aos OPC dos concelhos de Almada, Moita, Seixal, Barreiro e Setúbal -54 pessoas AJPAS, no âmbito do projeto AmaDirHum, promoveu, na Esquadra da Reboleira, uma sessão de formação sobre MGF – 20 pessoas; UMAR prosseguiu a dinamização de ações de formação a OPC do distrito de Setúbal, desta feita para militares da GNR de Alcochete e Almada – 52 pessoas 2016- Unidade Anti-Tráfico de Pessoas do SEF ministrou formação a 45 Inspetores Estagiários APF procedeu à reformulação da plataforma/curso e-learning UEFGM dos módulos desta plataforma é exclusivamente dirigido à formação de polícias
29	Realizar ações de formação para profissionais de comunicação social.	Formação dos diversos intervenientes que, de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	Aquisição de conhecimentos sobre MGF por parte dos(as) profissionais de comunicação social.	PCM/CIG MS/DGS ONG	Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo e categoria profissional.	2014 2015- 2016- CIG realizou, em parceria com o Cenjor, uma ação de formação dirigida a estudantes e profissionais de comunicação social 50 participantes. -
30	Realizar ações de formação para as equipas das linhas telefónicas de apoio nos domínios da saúde, da imigração, da sexualidade e do combate à violência.	Formação dos diversos intervenientes que, de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	Reforço do conhecimento sobre MGF por parte dos membros das equipas que asseguram as linhas telefónicas de apoio. 1 ação de formação por ano	PCM/CIG/ACIDI, I.P. MS/DGS MSESS/ISS, I.P ONG. .	Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo	2014- CIG ação de formação a técnicos da linha verde – Serviço de informação às Vitimas de violência domestica e da linha SOS racismo 2015 – ação de formação intitulada “Mutilação Genital Feminina” promovida pela CIG e CPCJR - Estiveram presentes 41 pessoas 2016- ACM promoveu uma ação de formação sobre Mutilação Genital Feminina no ACM, na qual participaram 9 mulheres, que colaboram na linha SOS Imigrante.
31	Realizar ações de formação para elementos das CPCJ.	Formação dos diversos intervenientes que, de alguma forma têm contacto com a realidade MGF	Aquisição de competências por parte dos elementos que compõem as CPCJ. Realização de 4 ações de formação específicas sobre a MGF.	PCM/CIG MSESS/CNPCJR Todos os membros do grupo de trabalho	Número de ações de formação realizadas. Número de pessoas abrangidas, desagregado por sexo e área geográfica de intervenção.	2014- CIG e CNPCJR 2 ações – 36 pessoas com 3 associações Guineenses; UMAR 1 ação de sensibilização 2015- UMAR - elementos das CPCJ, sublinhe-se a presença de 23 destes técnicos da CPCJ Almada , Ação para membros da RIVDAL - Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica no Alentejo 16; pessoas; UMAR formou 047 elementos da CPCJ, para Lisboa e santarem 41 pessoas 2016- formação intitulada “Mutilação Genital

						Feminina/Corte dos Genitais Femininos: da Compreensão à Intervenção”, promovida pela UMAR para a CPCJ Seixal – 16 pessoas; Comissários/as da CPCJ Almada. A ação foi promovida pela UMAR, e nela participaram 12 pessoas; A CIG e a CNPCJR realizaram uma ação de formação sobre MGF em Sintra Estiveram presentes 14 pessoas representantes de CPCJ e 9 pessoas pertencentes a associações locais de intervenção comunitária, totalizando 23 pessoas; CIG e a CNPCJR replicaram esta mesma ação em Faro,- 12 participantes
--	--	--	--	--	--	---

AE4	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivo	Entidades participantes	Indicador	Execução
32	Acompanhar a realização e garantir a divulgação do estudo de prevalência sobre MGF em Portugal.	Conhecimento da prevalência do fenómeno	Aprofundamento do conhecimento sobre MGF em Portugal através da divulgação do estudo.	MEC/FCT, I.P Centros de investigação e instituições do ensino superior.	Apresentação de relatório da atividade desenvolvida.	2014 estudo da CESNOVA no âmbito do protocolo com a CIG e a FCT DGS participou reunião internacional sobre crianças em risco 2015- CIG promoveu o evento de apresentação do Estudo «Mutilação Genital Feminina: Prevalências, Dinâmicas Socioculturais e Recomendações para a sua Eliminação», A UMAR foi parceira de estudo coordenado pelo CESNOVA/FCSH-UNL. 2016- CIG divulgação do estudo
33	Sinalizar o número de casos de MGF em meninas, identificados no âmbito da atividade da CNPCJR.	Conhecimento da prevalência do fenómeno	Identificação de casos de MGF em meninas pelas CPCJ	MSESS/CNPCJR Instituto de Informática	Criação da subcategoria MGF dentro da categoria maus tratos físicos na aplicação informática da CNPCJR.	2014- 2015- Na plataforma informática utilizada pelas CPCJ, já está criada a subcategoria "Mutilação Genital Feminina", dentro da categoria "maus-tratos", a qual está acessível às Comissões 2016-

34	Monitorização de número de casos de MGF em meninas, raparigas e mulheres.	Conhecimento da prevalência do fenómeno	Produção de um relatório bienal.	PCM/ACIDI, I.P. MAI MS/DGS MSESS/CNPCJR Todos os membros do grupo de trabalho. MAI/ SEF, PSP, GNR . . . MS/ACSS, I.P./ARS, I.P.	Número de casos de MGF sinalizados pelos diferentes serviços, desagregado por idades.	2014- Disponíveis dados na plataforma de dados da saúde -40 casos 2015- DGS levantamentos de dados da PDS; O ACM disponibilizou ainda os dados recolhidos e que indicam não ter havido qualquer ocorrência no período em apreço. 2016 DGS procedeu regularmente ao levantamento de dados da Plataforma de Dados de Saúde – 80 casos
35	Manter atualizada a informação online e hiperligações sobre MGF.	Conhecimento da prevalência do fenómeno	Atualização periódica da informação disponível.	Todos os membros do grupo de trabalho.	Número de entidades que disponibilizam informação online e hiperligações	2014-APF divulga dados CNPCJR divulga dados sobre MGF; UMAR tem atualizado dados; Camões ICL recolhe disponibiliza dados; 2015; 2016- CIG atualizou permanentemente o seu website, com informação relativa à temática da MGF. Foi atualizada a informação nas páginas www.dgs.pt e www.saudereprodutiva.dgs.pt da DGS.
36	Recolher e fornecer informação atualizada sobre áreas geográficas onde se justifique reforçar campanhas de prevenção social sobre a MGF	Conhecimento da prevalência do fenómeno	Obtenção de dados atualizados.	MAI Secretaria - Geral do MAI/ SEF.	Dados sobre a distribuição da população oriunda de países onde existem práticas tradicionais de MGF	2014 ;; 2015:2016 O MAI disponibiliza dados sobre população estrangeira em Portugal

AE5	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivo	Entidades participantes	Indicador	Execução
37	Contribuir para integração das questões da MGF junto de organizações nacionais, europeias e internacionais	Trabalho de cooperação com os países onde MGF se pratica	Promoção do debate sobre MGF a nível internacional	Todos os membros do grupo de trabalho.	Número de intervenções junto de organizações.	SEAPI 58sessão ONU – Comissão do Estatuto da Mulher; Camões contributos para ONU; APF solicitou à delegação portuguesa no encontro de alto Europa -africa; UMAR reuniu com deputados Moçambique; patrocínio de resoluções na sessão CDH -NU 2015-a CIG e a EPJ participaram no European Learning Forum on Tackling FGM- Londres participação da CIG no evento “Girl Summit 2014 com comunicação; APF apresentou e disseminou o vídeo Flash Mob com campanha “Ver, ouvir e falar” junto ao mural, alusivo; secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade introduziu a problemática da Mutilação Genital Feminina, na intervenção que fez na 59ª sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres nas Nações Unidas, A DGS abordou a temática numa reunião de peritos para o desenvolvimento de uma nova estratégia europeia em Saúde Sexual e Reprodutiva – OMS Europa, Fundação Champalimaud, em Lisboa, uma mesa-redonda promovida pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género; DGS participou numa reunião de peritos para o desenvolvimento de uma nova estratégia europeia em Saúde Sexual e Reprodutiva – OMS Europa. 2016- Reunião da CPLP, com declaração sobre MGF
38	Promover a inclusão, em acordos de cooperação bilaterais e multilaterais, de mecanismos que promovam e privilegiem a entrada de meninas no sistema de ensino, numa perspetiva de continuidade, até completarem o ensino obrigatório		Promoção do acesso das meninas ao sistema de ensino.	MNE/Camões, I.P. Todos os membros do grupo de trabalho.	Número de documentos assinados.	2014,2015 Programa estratégicos de cooperação com Guiné -Bissau e Timor Leste 2016- Camões – ICL, no âmbito do Programa Estratégico de Cooperação Portugal – Guiné-Bissau durante o ano de 2016, diversas iniciativas com o apoio da Embaixada de Portugal tendo em vista a prevenção e eliminação da MGF

39	Divulgar a informação relativa ao estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.		Aumento do conhecimento sobre o estatuto de asilo ou refugiado para mulheres e meninas em risco de MGF.	PCM/CIG MAI/SEF Todos os membros do grupo de trabalho.	Número de materiais informativos produzidos e divulgados.	2014 – Tradução de manual relativas ao estatuto de asilo ou refugiado para meninas em risco de MGF 2015 ações de sensibilização/formação realizadas pela UMAR endo-se distribuído materiais em suporte papel e digital sobre o estatuto asilo/refugiado; A APF procedeu à divulgação do curso e-learning www.uefgm.eu 2016- A plataforma/curso e-learning UEFGM – Unidos para Acabar com a MGF: Plataforma Europeia de Conhecimento para Profissionais que lidam com a Mutilação Genital Feminina, a ser reformulada pela APF
40	Apoiar os decisores técnicos e políticos na preparação de documentos que versem a temática da MGF.		Reforço do conhecimento das entidades que participam em reuniões nacionais e internacionais sobre MGF.	MNE/Camões, I.P. Todos os membros do grupo de trabalho.	Número de documentos elaborados	2014;2015;2016 Camões - ICL apoiou na elaboração dos documentos preparatórios das reuniões internacionais; UMAR promoveu a integração da temática da MGF nos planos municipais de combate à violência doméstica e de género; Camões ICL apoio a intervenções do Governo
41	Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação que incluam as temáticas dos direitos humanos, direitos das crianças, saúde materno -infantil, direitos sexuais e reprodutivos e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA,tendo em vista o abandono de todas as práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF		Contribuição para o abandono das práticas tradicionais nocivas, designadamente a MG	MNE/Camões, I.P. Todos os membros do grupo de trabalho. ONG. .	Número de projetos de cooperação que integram a temática da MGF.	2014- Camões ICL financiamento projeto Guiné-Bissau com formação e 12 animadores e 40 jornalistas; realização de um seminário 2015 Camões ICL apoio a projeto Guiné-Bissau para Prevenção dos Casamentos Precoces e\ou Forçados 2016 Camões - ICL, está em curso o cofinanciamento de projetos desenvolvidos pelo FNUAP em Moçambique

42	Implementar um projeto de cooperação com a Guiné--Bissau para combate à MGF.		Contribuição para a eliminação da prática da MGF na Guiné -Bissau.	MNE/Camões, I.P. ONGD	Indicadores constantes do(s) documento(s) de projeto	2014-2015-2016
----	--	--	--	-----------------------	--	----------------

Anexo XVII – Quantificação das intervenções do III PAPEMGF

Área Estratégica 1 – Prevenir

Intervenções	Medidas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Ações de Formação																
	Número	5	6													
	Participantes*	88	73													
	Formadores												???			
Ações de sensibilização, contactos																
	Número	29					3									14
	Participantes	412					372									
Conferencias, seminários, debates, workshop																
	Número	3												26	14	
	Comunicações Internacionais													12	14	
	Participantes	134														
Eventos, Encontros																
	Número	6	6													
	Participantes	159	43													
Reuniões																
	Número	21		4												
Apoio a associações																
	Número			14												
Parcerias																
	Número		28													
Vídeos																
	Número	3														
	DVD		1		3											
					1000											
Atividades, Iniciativas																
	Número		2													
Projetos																
	Número		11	10			3									
Manuais,																
	Número				4											
	exemplares				2000		varios									

Folhetos, comunicados, roll' up													
Número				4									
Exemplares				2700+		varios							
Referenciais, conteúdos, relatórios circulares													
Número				5				2	3	1			
Entidades envolvidas								1	308	1			
Ensino superior													
Entidades							5						
Ptotocolos							6						
Comunicação social													
Intervenções								2					
Numero de entidades da Comunicação social								2					
Boas Praticas													
Número													0

Área Estratégica 2– Integrar

Medidas	16	17	18	19	20
Intervenções					
Ações de Formação					
Número		3			
Participantes*		???			
Programas e Projetos					
Número	3				
Mulheres apoiadas	19				
Estatísticas					
Relatórios			2		
Prémio MGF					
Candidaturas					6
Prémios atribuídos					3

Área Estratégica 3– Formar

Medidas	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
Intervenções											
Ações de Formação											
Número	28		4	3	9	1	4	8	1	3	10
Participantes Total*	471		76	44	172	23	86	171	50	50	193
Participantes Mulheres*	450		?	36		21	?				
Cursos pós-graduação											
Número	2										
Participantes											
Plataforma e-learning											
Número	1		1					1			
Formação PDS											
Número	12										
Participantes	?										
Protocolos											
Número	2										
Seminários , eventos, reuniões					12	2					1
Número	1				136	?					
Participantes	70										
Grupos multidisciplinares											
Número		2									
Áreas representadas		1									

*Em geral o número de mulheres participantes não é apresentado. Quando o é representam entre 90% e 100% do total de participantes . A desagregação por categoria profissional existe aleatoriamente e a área geográfica não segue qualquer estrutura oficial. - Valores estimados

Área Estratégica 4– Conhecer

Medidas	32	33	34	35	36
Intervenções					
Estudos					
Número	1				
Eventos					
Número	1				
Participantes					
Estatísticas -Dados					
Número de entidades que divulgam dados			3	4	1
Numero de casos MGF identificados			120		
Plataforma informática disponibilizada					
Número		1		2	

Área Estratégica 5– Cooperar

	Medidas	37	38	39	40	41	42
Intervenções							
Intervenções junto de organizações							
	Participação em reuniões	10					
	Documentos elaborados				????		
Eventos							
	Número						
	Participantes						
Documentos de cooperação assinados							
	Número		2				
Materiais Produzidos							
	Manuais			1			
	Outros documentos			1?			
Ações de sensibilização							
	Número			?????			
Plataforma informática disponibilizada							
	Númer			1			
Projetos de Cooperação							
	Número					3	

Anexo XVIII – Questionário PNPCTSH

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção de Tráfico de Seres Humanos - III PNPCTSH (2014-2017)

1. Nome da entidade:

2. Natureza jurídica:

3. Caracterização da entidade:

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção
de Tráfico de Seres Humanos - III PNPCTSH (2014-2017)

4. Área Estratégica em que houve atuação da entidade (admitir executar em mais de uma área)

Nothing selected

5. Medida que executou:

Nothing selected

6. Atividades desenvolvidas e respetivo número

	Número
Ação de sensibilização	0
Ação de informação	0
Estudos	0
Formação	0
Elaboração de conteúdos formativos	0
Produção e divulgação estatística	0
Fiscalização	0

Retroceder Continuar

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção
de Tráfico de Seres Humanos - III PNPCTSH (2014-2017)

7. Beneficiários das atividades -número e sexo

Tipo de beneficiário	Número de beneficiários	
	Homens	Mulheres
Magistrados	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Agentes de forças de segurança	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Técnicos da área social e de saúde	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Inspetores das condições de trabalho	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Conselheiros para a igualdade de género	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Profissionais da comunicação social	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Vítimas	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
Outros	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>

8. Materiais Produzidos (indique o numero para cada um dos produtos)

Relatórios	<input type="text" value="0"/>
Materiais de formação	<input type="text" value="0"/>
Publicações	<input type="text" value="0"/>
Ferramentas informáticas	<input type="text" value="0"/>
Cartazes e folhetos	<input type="text" value="0"/>
Módulos formativos	<input type="text" value="0"/>
Protocolos assinados	<input type="text" value="0"/>

9. Para a execução das atividades do V PNPCTSH recorreu-se a parcerias?

Sim Não

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção
de Tráfico de Seres Humanos - III PNPCTSH (2014-2017)

10. Tendo em conta o conhecimento sobre a problemática de tráfico de seres humanos em Portugal, classifique os resultados alcançados em cada um dos objetivos estratégicos relativos a cada área estratégica, em função da sua relevância na resposta a problemas que considere prioritários (assinale a célula correspondente à escala de prioridade: 1- nada relevante; 2- pouco relevante; 3- relevante ; 4- muito relevante)

Área estratégica 1 – Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar

	1	2	3	4
Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Investir numa maior especialização no campo académico, que aprofunde o conhecimento das diversas formas de tráfico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 2 – Educar, Formar e Qualificar

	1	2	3	4
Desenvolver ações ao nível educativo, junto de crianças, adolescentes e jovens adultos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área estratégica 3 – Proteger, Intervir e Capacitar

	1	2	3	4
Reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover uma maior capacitação das vítimas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aprofundar os mecanismos de integração no sentido de prevenir eventuais situações de revitimização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 4 – Investigar Criminalmente

	1	2	3	4
Desenvolver mecanismos que promovam uma melhor articulação entre os diversos órgãos de polícia criminal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área Estratégica 5 – Cooperar

	1	2	3	4
Reforçar formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate ao tráfico de seres humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção
de Tráfico de Seres Humanos - III PNPCTSH (2014-2017)

11. Tendo em conta as atividades desenvolvidas pela sua entidade/monitorizadas no âmbito do III PNPCTSH, em que medidas das respetivas áreas estratégicas prevê resultar maior impacto.

Área estratégica 1 – Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
14) Criar, nos serviços de saúde, um sistema de recolha de informação, tratamento estatístico e de monitorização sobre tráfico de seres humanos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Área estratégica 3 – Proteger, Intervir e Capacitar

	Muito impacte	Algum impacte	Nenhum
42) Implementar protocolos de atendimento estandardizados para vítimas de violência, incluindo tráfico de seres humanos – rastreio, diagnóstico, encaminhamento e intervenção – em toda a rede hospitalar e cuidados de saúde primários.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

[Retroceder](#) [Continuar](#)

Questionário Referente ao Plano Nacional de Prevenção
de Tráfico de Seres Humanos - III PNPCTSH (2014-2017)

12. O III PNPCTSH foi executado de acordo com o definido e os objetivos a alcançar?

Sim Não

13. Tendo em conta a sua experiência e/ou da sua entidade na implementação do III PNPCTSH que recomendações gostaria de sugerir com vista à melhoria da problemática do tráfico de seres humanos

Anexo XIX – Análise do inquérito PNPCTSH

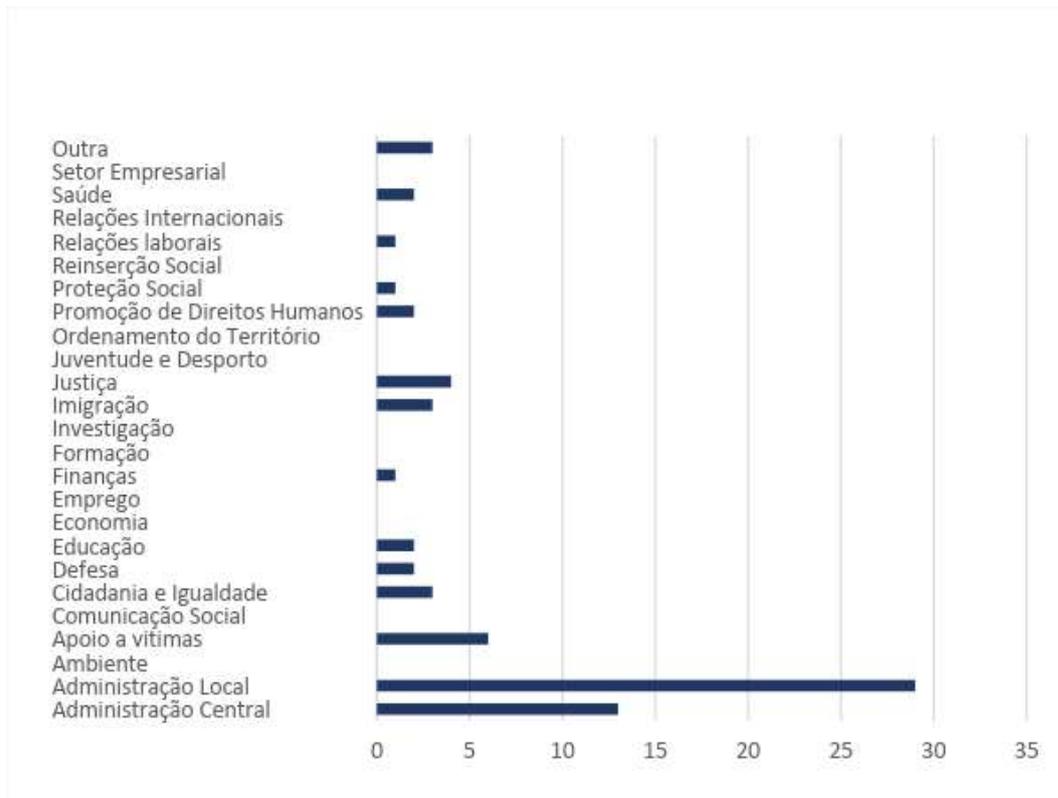
Tendo em conta o questionário enviado às entidades envolvidas no tema Tráfico de Seres Humanos, o inquérito aplicado no passado mês de abril obteve uma taxa de resposta global de 19,4%. No entanto, os resultados apresentados de seguida consideram também dados introduzidos por entidades que não completaram o preenchimento do instrumento.

Gráfico 1 - Nº de respostas das entidades organizadas por natureza jurídica



No que respeita à natureza jurídica das entidades respondentes, 49 enviaram respostas completas e 48 não completaram as suas respostas. De forma global, o total de entidades consideradas ascende a 72. São de destacar as entidades da Administração Local, representando cerca de 40% das respostas analisadas, seguidas pelas entidades da Administração Central com 33% e as entidades particulares de solidariedade social com 27%.

Gráfico 2- Número de respostas por área de intervenção

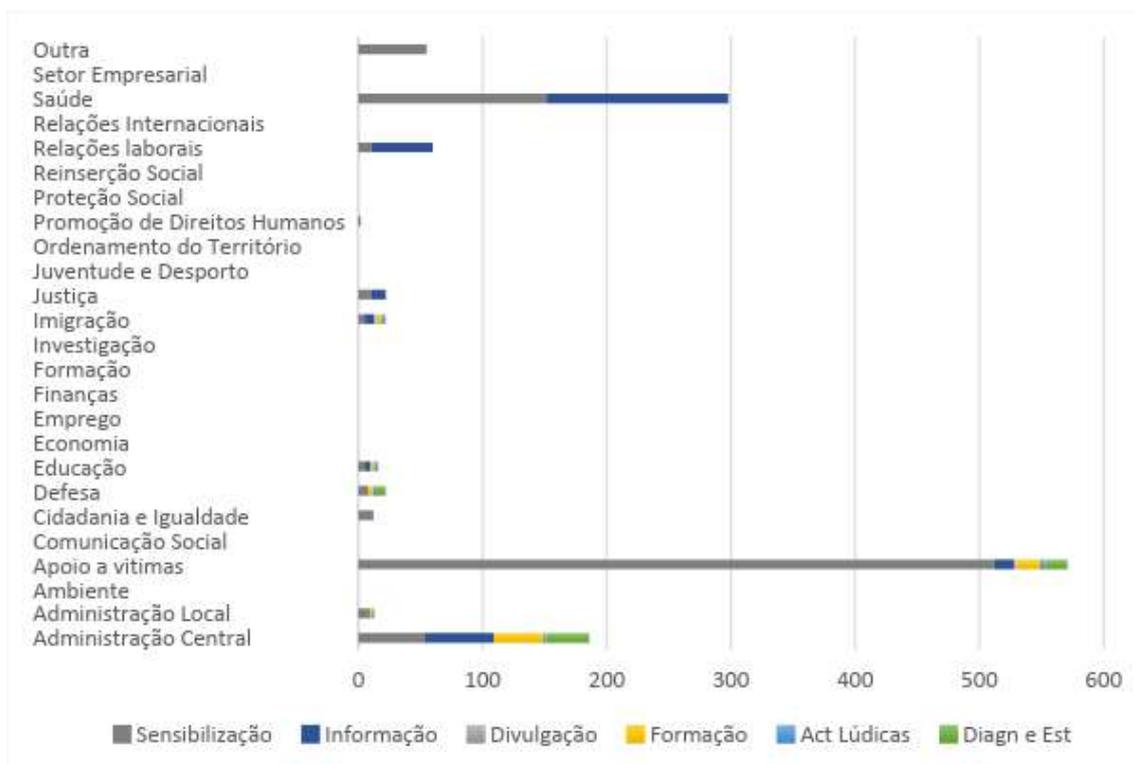


De acordo com as respostas ao inquérito, os seminários constituíam a grande aposta das ações realizadas, correspondendo a 94% do total das ações concretizadas. Já as ações de sensibilização corresponderam a 4% do total das ações realizadas, enquanto as ações de informação representam 1% das atividades desenvolvidas.

Quanto às entidades que realizaram estas ações de TSH, são de destacar as entidades da Administração Central que representam 77% do total, tendo sido responsáveis pela organização 76% do total de seminários realizados.

O gráfico seguinte exclui os seminários enquanto ações desenvolvidas de forma a simplificar a visualização das outras ações.

Gráfico 3 - Tipo e nº de ações realizadas

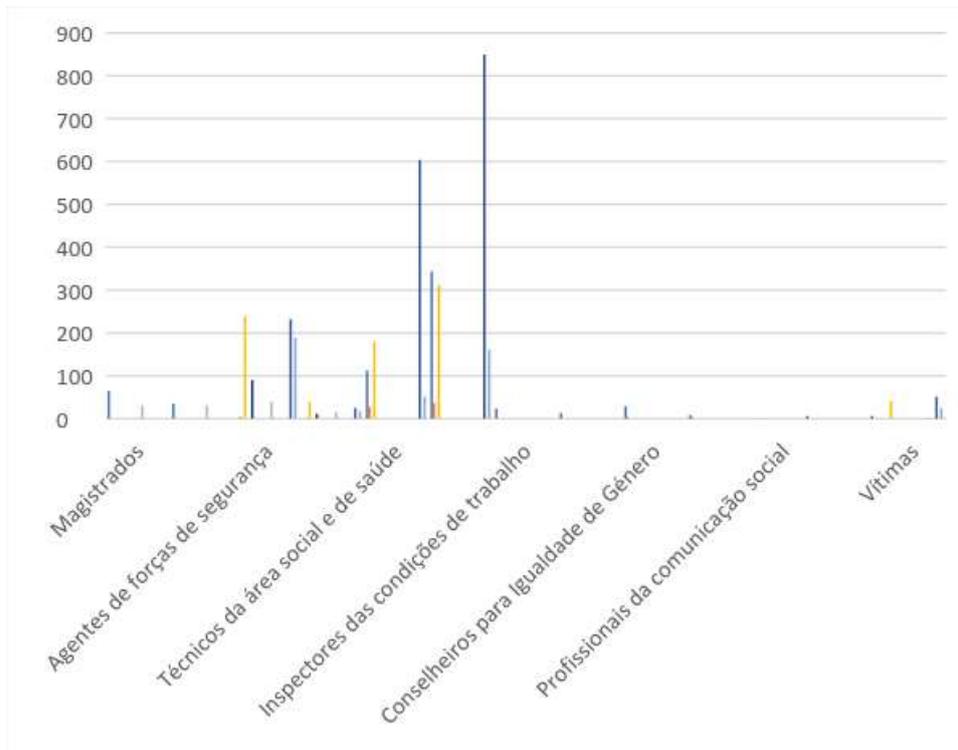


Excluindo os seminários, as ações de sensibilização assumem um papel importante, nomeadamente no apoio às vítimas. Na área da Saúde, é de registar que 1,3% do total das ações correspondem a ações de sensibilização e a ações de informação.

De acordo com as respostas obtidas nenhuma ação foi desenvolvida nas empresas, economia ou emprego sobre esta temática. Os dados recolhidos revelam ainda que doze entidades da Administração Central e Local não realizaram ações previstas por variados motivos, nomeadamente por motivos de ordem financeira, pela falta de recursos humanos e materiais e por razões técnicas.

Quanto à questão relativa ao “Público alvo das ações realizadas segundo a área da entidade” destacam-se, fundamentalmente, a existência de beneficiários das ações de apoio às vítimas, correspondendo a 4% dos beneficiários. O sector da Saúde é o que apresenta um número de beneficiários mais elevado (48% dos beneficiários). Por sua vez, foram fundamentalmente os técnicos da área social e de saúde que beneficiaram ações de TSH (14%).

Gráfico 4 - Percentagem de beneficiários das ações



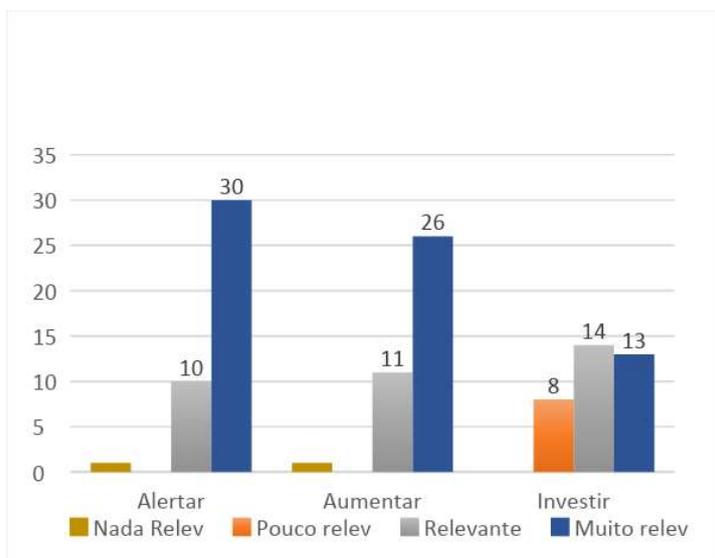
O Gráfico acima não inclui a categoria outros beneficiários (correspondendo a 48% do total, dos quais, cerca de 29% são entidades de apoio às vítimas). De notar que 0,8% magistrados beneficiaram de ações deste Plano para além dos agentes que usufruíram de um número significativo ações desenvolvidas pelas entidades executantes das medidas. Relativamente aos Inspetores das Condições de Trabalho foram 0,2% do total os que se viram envolvidos nas diferentes ações.

Da Comunicação Social, regista-se a participação de beneficiários, quase todos de ações levadas a cabo pelo sector da Saúde, podendo-se concluir que a maioria das entidades executantes tiveram pouco êxito na formação, sensibilização, divulgação junto da Comunicação Social.

No que concerne à relevância dos objetivos estratégicos por áreas estratégicas salientam-se os seguintes aspetos:

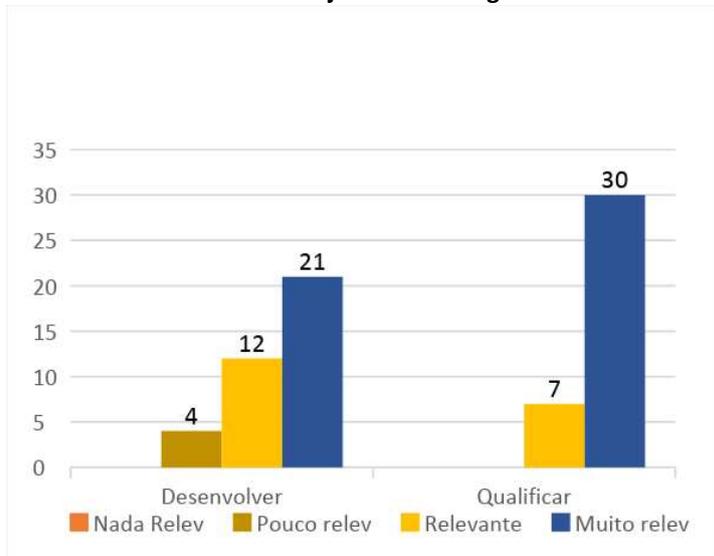
Na área estratégica 1 (Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar), as respostas ao questionário indicam como relevantes a maioria dos objetivos, tal como se constata pelo Gráfico 46. Em primeiro lugar em termos de relevância, encontra-se Objetivo estratégico “Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis”, seguido do objetivo “Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos”.

Gráfico 5- Relevância dos objetivos estratégicos da área estratégica 1



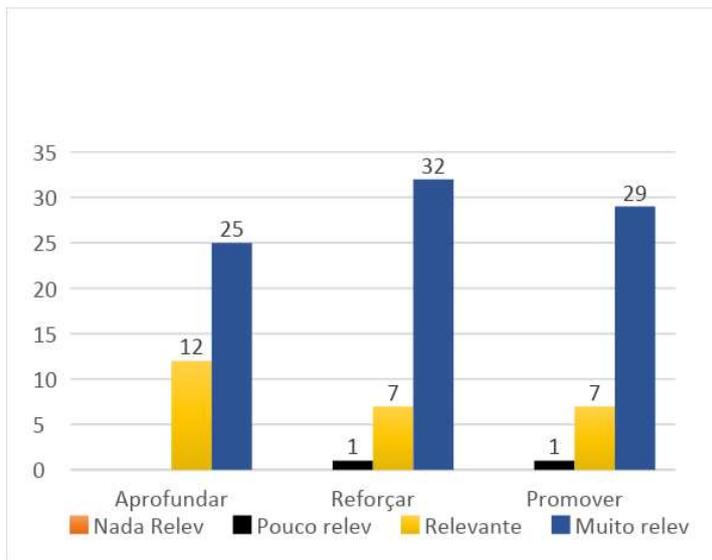
No que respeita à área estratégica 2 (Educar, Formar e Qualificar), ambos os objetivos estratégicos são considerados como muito relevantes, nomeadamente, “Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos” e, seguido pelo objetivo “Desenvolver ações ao nível educativo, junto de crianças, adolescentes e jovens adultos”.

Gráfico 6 - Relevância dos objetivos estratégicos da área estratégica 2



Relativamente à área estratégica 3 (Proteger, Intervir e Capacitar), destaca-se o objetivo “Reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas” bem como “Promover uma maior capacitação das vítimas”.

Gráfico 7- Relevância dos objetivos estratégicos da área estratégica 3

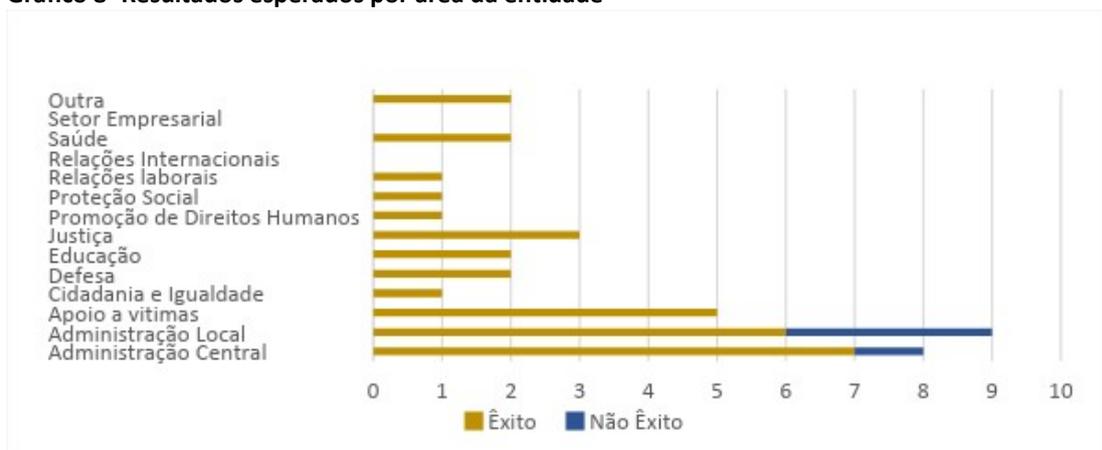


O único objetivo estratégico definido para a área estratégica 4 (Investigar Criminalmente) “Desenvolver mecanismos que promovam uma melhor articulação entre os diversos Órgãos de polícia criminal” é considerado muito relevante e relevante para a maioria dos respondentes com 22 e 13 respostas respetivamente.

Com um objetivo estratégico apenas encontramos a área estratégica 5 (Cooperação), sendo “Reforçar formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate ao tráfico de seres humanos” reconhecido como muito relevante e relevante para 27 e 12 respondentes respetivamente.

No que se refere ao êxito/ sucesso dos resultados esperados por entidades executantes pode-se concluir que estamos perante um resultado positivo como ilustra o gráfico seguinte:

Gráfico 8- Resultados esperados por área da entidade



São de enfatizar os casos de insucessos no caso da Administração Local, representando 3 em 9 casos.

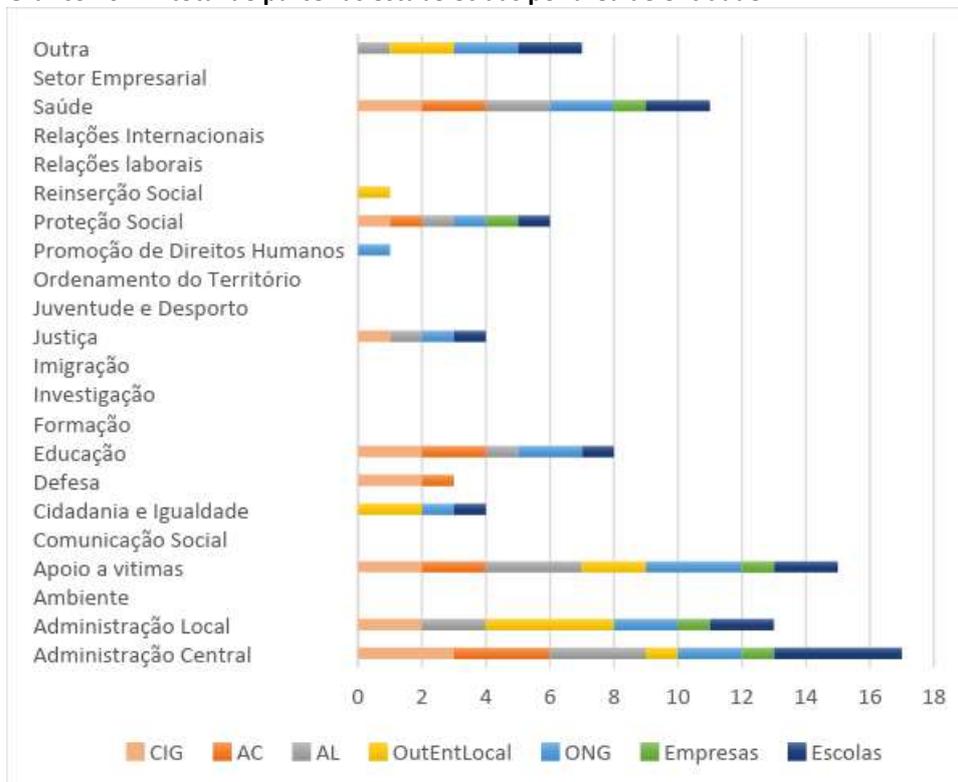
Quanto às parcerias levadas a cabo com cada uma das entidades destacam-se a CIG, as escolas, as ONG bem como os serviços da administração local como se encontra espelhado no gráfico 9.

Gráfico 9- Nº de parcerias realizadas com cada entidade



No gráfico 10 observa-se a participação de empresas nas ações do plano. As ONG desenvolvem elevado número de parcerias, bem como a CIG e os serviços da Administração Local. De notar a ausência de parcerias com entidades externas, o que parece paradoxal.

Gráfico 10- Nº total de parcerias estabelecidas por área de entidade



A tabela que se segue traduz o número de ações desenvolvida por cada entidade como resposta a medidas nas diferentes áreas estratégicas, sendo merecedoras de destaque a

presença permanente da Administração Central e da Justiça na execução de ações em todas as áreas estratégicas.

Tabela 1- Nº de ações desenvolvidas por cada entidade de acordo com as áreas estratégicas

Entidade	Área Estratégica				
	1	2	3	4	5
Administração Central	9	7	6	3	6
Administração Local	7	0	0	0	3
Apoio a vítimas	4	3	5	0	1
Cidadania e Igualdade	3	0	0	0	0
Defesa	0	2	0	0	0
Educação	0	2	0	0	0
Imigração	1	1	0	0	0
Justiça	1	2	1	1	1
Promoção de Direitos Humanos	1	0	0	0	0
Proteção Social	0	0	1	0	0
Relações laborais	0	0	1	0	0
Relações Internacionais					
Saúde	2	2	2	0	0
Setor Empresarial					
Outra	1	0	1	0	1

Anexo XX– Análise de Execução das Medidas PNPCTSH por Área Estratégica

AE1	Medida	Objetivo Estratégico	Objetivos	Entidades participantes	Indicadores	Execução
1	1) Promover campanhas de sensibilização e prevenção contra o tráfico de seres humanos.	Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis; Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Promoção da sensibilização e do conhecimento sobre TSH.	PCM/CIG MAI/GNR/PSP/SEF MAM MEC OTSH RAPVT ONG	Número de campanhas realizadas.	2014 - 4 campanhas. O maior investimento publicitário foi feito na TV. 107 inserções do spot televisivo. Foram expostos 10 Mupis 203 Faces divulgadas na rede de autocarros. 85 inserções do spot de rádio. 1126 inserções da campanha na rede de Multibanco. Estudo online para pessoas do mesmo sexo, entre os 18 e os 65 anos para avaliar o impacto da campanha. A amostra foi de 500 entrevistas. 3 Campanhas online 2 Campanha de sensibilização 150 panfletos impressos e em formato digital via mailing list para divulgação de um folheto informativo para campanha de sensibilização. 1 Campanha de rua Lançamento do vídeo Criação de uma página Facebook Distribuição nacional de uma brochura.

						<p>270 cartazes distribuídos. 2015 – 11 Campanhas de sensibilização. 1 Encontro de sensibilização e prevenção. Apoio a relatos de vítimas na rádio. Preparação e distribuição de folhetos acompanhados por um diálogo individualizado. 1 Caminhada solidária, abrangendo 125 pessoas (36H e 89M). Produção de materiais de sensibilização. Divulgação das campanhas em meios de comunicação e redes sociais. Criação de 2 spots publicitários. 2016 – 1 Campanha de sensibilização difundida pela rádio (788 spots publicitários durante 2 semanas), imprensa escrita (10 anúncios em jornais regionais) e mupins (150), canais generalistas e tv cabo (20 spots publicitários durante 1 semana) e em centros comerciais. 16 Campanhas de sensibilização. Várias produções de materiais formativos e informativos.</p>
--	--	--	--	--	--	--

						Divulgação de 1 Campanha através de uma rede social 2017 - ---
2	2) Promover ações de sensibilização com vista a alertar para as características das diferentes formas de tráfico de seres humanos.	Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis; Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Promoção do conhecimento sobre as diferentes formas do TSH.	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho. RAPVT ONG Outras organizações	Número de ações efetuadas. Número de destinatários(as) diretos(as).	2014 - 1 Conferência. Assistiram 50 alunas e 23 alunos. 1 Seminário. Contou com a presença de 53 pessoas (40 M e 13 H). Realização de vários trabalhos sobre TSH no âmbito do Projeto ISI. 1000 exemplares produzidos do livro/DVD final do projeto ISI. 2 Encontros. 42 ações de sensibilização envolvendo 2047 destinatários diretos. 3 ações para 195 alunos/as do ensino básico e secundário. 35ações de sensibilizações para 1271 jovens do ensino secundário. 29 ações de sensibilização para 2782 destinatários diretos. 33 ações de sensibilização abrangendo 1651 participantes. 45 ações de sensibilização envolvendo 1449 destinatários diretos. 4 sessões públicas de informação e sensibilização com a participação de 207 destinatários/as diretos/as.

					<p>1 Seminário. 1Ciclo de cinema. 4 ações de sensibilização abrangendo 85 pessoas. 2 ações de sensibilização envolvendo 41 participantes. 1 Campanha de sensibilização. 24 ações de sensibilização. 40000 exemplares de um artigo. Exibição e difusão de um filme. Produção e difusão roll-up, convites, cartazes, flyers. 2015 – 1 Seminário. 1 Mesa redonda 1 Participação num Programa de TV 1 Participação num Painel de discussão. 2 Palestra, tendo sida assistida por cerca de 400 pessoas. 9 Ações de sensibilização Divulgação de brochuras e de um cartão de contacto a 160 profissionais. 171Ações de sensibilização envolvendo 4686 participantes (1961H e 1478M). 2 Comunicações. 2016 – + de 243 Sessões de sensibilização, abrangendo + de 8159 participantes (+ de 2957 M e + de 2706H).</p>
--	--	--	--	--	--

						<p>1 Conferência. 1 Ação de formação, envolvendo 53 participantes. 2 Debate 1 Exposição. 2 Oficinas. 2017 – 1 Projeto 13 ações de informação e sensibilização, abrangendo 931 jovens 3 workshop, envolvendo 53 participantes 1 oficina com 16 jovens 1 Sessão pública de apresentação de 1 projeto 30 ações de sensibilização, envolvendo 985 participantes Criação de um périplo por 6 município da região centro 2 Tertúlias</p>
3	<p>3) Dinamizar ações de sensibilização dirigidas a profissionais da comunicação social dando visibilidade à temática do tráfico de seres humanos.</p>	<p>Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis; Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.</p>	<p>Promoção de maior consciencialização ética face ao fenómeno do TSH.</p>	<p>PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho. RAPVT ONG Outras organizações</p>	<p>Número de ações efetuadas.</p>	<p>2014 - 1 Ação de sensibilização. Divulgação de 1 filme através da sua distribuição em DVD. 2015 – 1 Encontro 2016 – 2 Ações de sensibilização. 2017 - ---</p>

4	4) Reforçar as ações de fiscalização (incluindo ações conjuntas) com carácter preventivo, com especial enfoque em locais passíveis de exploração de pessoas vítimas de tráfico de seres humanos.	Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis; Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Prevenção de exploração de pessoas vítimas de TSH em atividades como: explorações agrícolas, instalações industriais, estabelecimentos hoteleiros e locais de diversão noturna, entre outros.	MAI/SEF/GNR/PSP MSESS/ACT	Número de ações de fiscalização. Número de sinalizações neste âmbito.	2014 - 7218 ações de fiscalização. Envio de 3000 cartões de sinalização. Envio de 140 materiais da campanha nacional (brochuras e posters). 2015 – 882 Ações de fiscalização. Várias ações de prevenção. Acompanhamento de uma operação de fiscalização. 2016 – Várias ações de fiscalização. 2017 – 4539 ações de fiscalização Identificação das condições de trabalho de 256 trabalhadores (170H e 86M) 1 ação inspetiva em explorações agrícolas de grande dimensão
5	5) Produzir e difundir material informativo, em colaboração com as comunidades imigrantes, em diferentes línguas, para prevenir as diversas formas de tráfico.	Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis; Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Produção anual de material informativo em diversas línguas.	PCM/CIG/ACIDI, I.P. MAI/SEF MAM MS/DGS/ARS MSESS/ISS, I.P. RAPVT ONG	Número de materiais produzidos. Número de exemplares distribuídos.	2014 - Distribuição de material informativo pelos parceiros. Distribuição de cartazes. Distribuição de folhetos. Disponibilização de materiais informativos em suporte digital. Campanhas. Ações de formação. Construção de materiais didáticos. Construção de materiais informativos.

						<p>Disponibilização online de um instrumento de divulgação de informações ligadas ao apoio às vítimas de crime.</p> <p>2 canais de comunicação para comunidades nas redes sociais.</p> <p>2015 – Produção e distribuição de cartazes, posters e folhetos informativos.</p> <p>2016 – Divulgação dos materiais da Campanha “Exploradas e tratadas como lixo – Mude a história e dê-lhes uma infância”</p> <p>2017 - ---</p>
6	<p>6) Dar continuidade ao envolvimento das autarquias na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, através dos planos municipais para a igualdade.</p>	<p>Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis</p>	<p>Inserção da temática do TSH nos planos municipais para a igualdade.</p>	<p>PCM/CIG ANMP Municípios</p>	<p>Número de planos municipais que incluem a temática do TSH. Número de pessoas envolvidas em ações de formação/sensibilização</p>	<p>2014 - 7 Workshops. No âmbito do Projeto “Mãos (re)Forçadas: Contra o Tráfico de Seres Humanos e a Exploração Laboral” cinco Autarquias estiveram envolvidas na prevenção e combate ao TSH.</p> <p>2015 – 11 Workshops. 2016 – 3 Workshops. 1 Debate. Participação em várias reuniões. Participação em sessões de Plenário do CLAS.</p> <p>2017 – 1 workshop Contributos para a redação do Plano Municipal para a Cidadania e Promoção da</p>

						Dignidade Humana 2015/2017
7	7) Sensibilizar os operadores turísticos para a problemática do turismo para fins sexuais.	Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis; Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Aumento da consciencialização da relação entre o turismo sexual e o TSH.	PCM/CIG ME/SET	Número de ações realizadas.	2014 – Sem execução 2015 – 1 Reunião com um parceiro. Preparação de conteúdos para uma ação de sensibilização. 2016 – Não executada. 2017 – Não executada.
8	8) Promover workshops de divulgação de boas práticas de responsabilidade social das empresas/organizações, em particular na área da prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.	Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis; Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Sensibilização das empresas e das agências de recrutamento de trabalhadores(as) para a necessidade de prevenir o TSH. Um workshop anual.	ME/DGAE ME/DGAE – Organização do workshop. Associação de ética empresarial/ Grace/Plataforma de ONGD – sinalização de boas práticas.	Número de workshops realizados.	2014 – 1 Workshop, envolvendo 22 pessoas (4 H, 18 M). Reunião de parceiros do Projeto Briseida. 2015 – 3 Workshops. Apresentação de um Manual desenvolvido no âmbito do Projeto: “Combate ao Trabalho Forçado – um manual para empregadores e empresas”. 2016 – 2 Workshop. 2017 - 1 Conferência 1 Laboratório
9	9) Consolidar a implementação da Aplicação Dinâmica para o conhecimento sobre tráfico de seres humanos	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Credenciação de todas as entidades fornecedoras de dados (signatárias do Memorando de Entendimento com o OTSH).	MAI/OTSH MAI/DGIE Entidades Signatárias do Memorando de Entendimento com o OTSH	Número de entidades signatárias do Memorando de Entendimento com o OTSH incorporadas na base.	2014 - Elaboração de 1 documento metodológico. Promoção da credenciação de todas as entidade fornecedoras de dados.

		<p>Utilização da base/inserção de registos pelas entidades.</p>			<p>7 Ações de formação inicial/contínua dos(as) utilizadores(as) da Aplicação Dinâmica. 2015 – Início dos procedimentos do contrato de manutenção evolutiva da nova base de dados. Consolidação da base de dados. Redação dos relatórios finais do projeto “MoSy”. Realização de testes de auditoria de segurança. Consolidação e estabilização da estrutura dos dados a recolher no âmbito da credenciação de entidades e dos seus utilizadores no BackOffice da base. 2 Reuniões 2016 – Preparação e submissão dos documentos do pedido de parecer prévio à AMA. Realização do Caderno de Encargos. Realização de contrato. 5 Reuniões de trabalho. Proposta de estrutura de dados internas e de fontes externas para a temática TSH. 2017 – 3 ações de formação.</p>
--	--	---	--	--	---

10	10) Produzir relatórios estatísticos anuais sobre tráfico de seres humanos.	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Monitorização regular dos dados e produção de relatórios estatísticos.	MAI/OTSH Entidades Signatárias do Memorando de Entendimento com o OTSH	3 Relatórios trimestrais e 1 Relatório Anual.	<p>2014 - 4 Reuniões com órgãos de política criminal. 1 Relatório anual sobre TSH. 9 Relatórios trimestrais produzidos por 3 entidades. Elaboração das estatísticas com informações sobre várias problemáticas.</p> <p>2015 – 4 Relatórios anuais. 2 Relatórios trimestrais. 4 Reuniões. Contributo estatístico para cumprimento das obrigações nacionais de resposta à implementação de determinadas Convenções. 1 Relatório do CAP APF. Monitorização mensal das vítimas de TSH.</p> <p>2016 – Contribuição do OTSH para o Relatório Anual de Segurança Interna 2015. 2 Relatórios anuais. Divulgação do relatório anual junto dos parceiros. 18 Relatórios trimestrais. Contributos estatísticos do OTSH para Trafficking in Person Report 2015 e para a 2ª Ronda de Avaliação da implementação da Convenção do Conselho da Europa contra o TSH.</p>
----	---	---	--	---	---	---

						<p>Elaboração do Boletim “Tráfico de Pessoas: Estatísticas da Justiça 2008-2015.</p> <p>Recolha de informação estatística pela APAV sobre as situações de tráfico identificadas na sua Rede Nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, sendo referenciadas ao OTSH.</p> <p>2017 - 4 Infográficos</p> <p>Recolha e cedência dados estatísticos</p> <p>1 Relatório anual</p> <p>Vários relatórios trimestrais</p>
11	<p>11) Implementar a Plataforma Europeia de recolha de dados estatísticos (PAN-EU MoSy).</p>	<p>Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.</p>	<p>Implementação e incorporação de uma plataforma comum para a partilha de dados/informação a nível europeu.</p>	<p>MAI/OTSH/DGIE</p> <p>MJ/DGPJ</p> <p>Entidades Signatárias do Memorando de Entendimento com o OTSH.</p>	<p>Número de novos protocolos, de recolha de dados para as entidades signatárias, implementados. Número de ações de formação das entidades signatárias. Data de entrada em produção do novo workflow.</p>	<p>2014 – Não executada.</p> <p>2015 – 14 Atividades desenvolvidas no âmbito do projeto europeu “Towards a Pan-European Monitoring System of Trafficking in Human Beings”.</p> <p>3 Ações de formação.</p> <p>Elaboração de um manual formativo.</p> <p>Vários encontros.</p> <p>Apresentação da base de dados MoSy.</p> <p>Realização de contactos com representantes de outros países.</p> <p>2 Reuniões</p> <p>2 Apresentações do projeto europeu “Towards a Pan-European Monitoring System of Trafficking in Human Beings”.</p>

						2016 – Teste à base de dados. Partilha de documentação e/ou Manual do Projeto no âmbito do ICMPD. 2017 - ---
12	12) Atualizar regularmente a participação portuguesa no Portal Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Divulgação do ponto de situação nacional a nível estatístico. Tipo de dados disponibilizados.	MAI/OTSH PCM/CIG	4 atualizações.	2014 - Redação da ficha nacional com súmula estatística entre 2008-2013. 2015 – 2 Atualizações da ficha nacional. 2015 – 2 “Country Fiches”. 2017 - 2 “Country Fiches”.
13	13) Inscrever no Portal da Igualdade e no Portal Internet Segura informações diversas sobre o tráfico de seres humanos.	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Divulgação de informação sobre o TSH em Portugal.	PCM/CIG MAI	Número de acessos/visitas ao Portal.	2014 – Atualização de informações sobre o TSH no que respeita a legislação e campanhas. 2015 - Atualização de informações sobre o TSH no que respeita a legislação e campanhas. 2016 – Atualização de informações sobre o TSH no que respeita a legislação e campanhas. 2017 - Atualização de informações sobre o TSH no que respeita a legislação e campanhas.
14	14) Criar, nos serviços de saúde, um sistema de recolha de informação, tratamento estatístico e de monitorização sobre tráfico de seres humanos.	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Consolidação do processo de recolha de dados de TSH nos serviços de saúde.	MS MS/DGS/ARS	Realização de relatório anual de monitorização das atividades dinamizadas pelas Equipas de Prevenção da Violência nos Adultos (EPVA-ASGVCV). Avaliação continuada da Ação de Saúde sobre Género,	2014 – Início do trabalho de recolhas sistematizada de dados na área da saúde. 2015 – Preparação do caderno de encargos. 2016 – Preparação de uma plataforma de registo e recolha de dados integrada

					Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV).	nos sistemas de informação clínica. Construção e reformulação de fichas de recolha estatística 2017 - Preparação do caderno de encargos.
15	15) Organizar uma conferência internacional sobre os novos desafios que se colocam, relacionados com o tráfico de seres humanos, no âmbito da UE.	Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis; Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Promoção e reforço do conhecimento sobre as diferentes realidades do TSH existentes em Portugal.	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho. RAPVT ONG Outras organizações	Realização da conferência	2014 – Não executada. 2015 – 1 Seminário. 2017 - Medida executada 2017 - ---
16	16) Realizar um estudo sobre as novas formas de tráfico de seres humanos decorrentes da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, nomeadamente para fins de exploração sexual, exploração do trabalho, mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas.	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos. Investir numa maior especialização no campo académico, que aprofunde o conhecimento das diversas formas de tráfico.	Aumento do conhecimento das novas formas de TSH.	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho. Outras organizações.	Publicação do estudo	2014 – Não executada. 2015 – Foi tomada a decisão de incluir a realização de dois estudos previstos nas medidas 16 e 17 com um contrato financeiro no valor de 3 milhões de euros. 2016 – Medida parcialmente executada, encontrando-se em fase de planeamento. Elaboração de um Caderno de Encargos. 2017 – Medida apresentada e aceite, tendo sido

						elaborada uma proposta de cronograma, de atividades e estimativa de orçamento, no entanto não foi aprovada a sua candidatura, pelo que não foi possível a sua concretização por falta de financiamento.
17	17) Realizar um estudo sobre o recrutamento na Internet e através das redes sociais	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos. Investir numa maior especialização no campo académico, que aprofunde o conhecimento das diversas formas de tráfico.	Aprofundamento do conhecimento sobre novas formas de TSH.	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho. Outras organizações.	Publicação do estudo	2014 – Não executada. 2015 - Foi tomada a decisão de incluir a realização de dois estudos previstos nas medidas 16 e 17 com um contrato financeiro no valor de 3 milhões de euros. 2016 – Medida parcialmente executada, encontrando-se em fase de planeamento. Elaboração de um Caderno de Encargos. 2017 – Medida apresentada e aceite, no entanto não foi possível a sua concretização por falta de financiamento.
18	18) Garantir o funcionamento e atualização contínua do sítio de internet do OTSH sobre a problemática do tráfico de seres humanos.	Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Atualização semanal do site (versão portuguesa e versão inglesa). Articulação com o site da Secretaria-Geral do MAI na divulgação de matérias conjuntas ou relacionadas.	MAI/OTSH MAI/Secretaria-Geral do MAI/DGIE	Divulgação de materiais (como relatórios) e de notícias sobre iniciativas realizadas com vista à divulgação de informação sobre TSH.	2014 – Desenvolvimento de um novo site. Promoção da disseminação de materiais e notícias sobre iniciativas. Foram disseminadas 90 publicações no site do OTSH e 370 no Facebook do OTSH. 2015 – Desenvolvimento de um site com o objetivo de

					divulgar teses e artigos científicos sobre o TSH em língua portuguesa. 2016 – Medida executada quanto à atualização semanal do site e divulgação de matérias partilhadas ou relacionadas com o OTSH e o MAI. O “Centro de Documentação online sobre TSH” encontra-se executada parcialmente. 2017 - Atualização regular do site Partilha de informações através de redes sociais	
19	19) Implementar uma unidade vocacionada para a sinalização de vítimas na fase de pré-investigação criminal.	Alertar para a problemática do tráfico de seres humanos, direcionando essa intervenção, quer para a população em geral, quer para grupos específicos e mais vulneráveis; • Aumentar o nível de sensibilização e conhecimento sobre o tráfico de seres humanos.	Melhoria da sinalização das vítimas na fase pré-investigação criminal.	MAI/SEF	Número de vítimas sinalizadas.	2014 – Reuniões com outras entidades. Sinalização de 50 vítimas. Disponibilização, no site do SER, de um campo informativo da UATP. O projeto “Anti-Human Trafficking Unit – A victims centred response to human trafficking” foi candidato ao Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade. 2015 – Criação da Unidade Anti Tráfico de Pessoas (UATP). Recolha de dados. Análise e sinalização de vítimas de TSH.

						<p>Centralização e compilação de dados e informação sobre TSH.</p> <p>Cooperação técnica entre unidades orgânicas do SEF.</p> <p>Cooperação com diferentes entidades.</p> <p>Várias campanhas de sensibilização.</p> <p>Formação interna na área do TSH.</p> <p>Formação externa na área do TSH.</p> <p>Estabelecimento de parcerias.</p> <p>Criação de protocolos com diferentes entidades.</p> <p>Integração de dois inspetores na UATP.</p> <p>Colaboração com outros países no que respeita a formações, palestras, seminários, conferências e grupos de trabalho sobre TSH.</p> <p>2016 – Integração de 3 inspetores em permanência na UATP.</p> <p>2017 – Sinalização de vítimas</p>
AE2						
20	20) Incentivar a elaboração de projetos sobre as diferentes formas de tráfico de seres humanos.	Desenvolver ações ao nível educativo, junto de crianças, adolescentes e jovens adultos.	Inclusão do tema do TSH nos sistemas educativos em todos os níveis de ensino.	MEC PCM/CIG Escolas do ensino básico e secundário.	Número de escolas que aderem à introdução deste tema na área de projetos. Número de projetos desenvolvidos.	2014 – Divulgação do III PNPCTSH junto dos estabelecimentos de educação e ensino: - Elaboração de um documento informativo;

						<ul style="list-style-type: none">- Disponibilização de informação no site da DGE;- 4 Oficinas de formação para docentes, envolvendo 80 formandos;- Produção de 1 folheto sobre TSH;- Início da produção de um documento sobre boas práticas de educação e cidadania;- 3 Projetos escolares;- Dinamização do projeto escolar “Saber dizer sim, saber dizer não” em parceria com a Escola Secundária de Barcelinhos;- 1 Peça de teatro;- Apoio ao desenvolvimento de 2 projetos escolares;- 1 Oficina de escrita criativa;- 2 Publicações do fanzine;- 1 Oficina de artes visuais;- 1 Exposição artística. <p>2015 – Divulgação do III PNPCTSH junto dos estabelecimentos de educação e ensino:</p> <ul style="list-style-type: none">- Disponibilização de informação no site da DGE;- Folheto informativo produzido pela DGE;- 1 Oficina de formação. <p>Produção do documento “Termos de Referência para Projetos sobre Diferentes Formas de TSH”.</p>
--	--	--	--	--	--	---

						<p>Apoio a um grupo de alunos na preparação de uma sessão intitulada “Direito à liberdade e à segurança/ o tráfico humano”. 2016 – 16 Projetos. 2017 - ---</p>
21	<p>21) Incentivar a integração de conteúdos disciplinares sobre tráfico de seres humanos nos currícula académicos dos ciclos de estudo de ciências sociais e humanas.</p>	<p>Desenvolver ações ao nível educativo, junto de crianças, adolescentes e jovens adultos.</p>	<p>Inclusão do tema do TSH nos sistemas educativos em ciclos de estudos.</p>	<p>MEC/SEES Instituições de ensino superior.</p>	<p>Número de ciclos de estudo que integram estes conteúdos.</p>	<p>2014 – Sensibilização de Instituições de Ensino Superior para a integração de conteúdos disciplinares sobre o TSH nos currícula académicos dos ciclos de estudo. Promoção de um levantamento do que tem sido feito nas IES. 3 Ações dirigidas a estudantes universitários/as, envolvendo 96 destinatários/as diretos/as. 6 Ações de sensibilização, envolvendo 160 jovens do Ensino Superior. 1 Seminário. 2015 – Não executada. 2016 – Desenvolvimento de conteúdos disciplinares de sensibilização e/ou informação em alguns currícula académicos. Publicação do “Kit Pedagógico Tráfico de Seres Humanos e Exploração Laboral – Estratégias de (In)Formação, Prevenção e Combate em Contexto</p>

						Escola". Foi feita uma tiragem de 500 exemplares. 2017 - ---
22	22) Desenvolver ações de formação de magistrados(as).	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos	Reforço da formação em TSH dos(as) magistrados(as).	PCM/CIG MJ/CEJ PGR CSM	Mínimo de uma ação de formação anual. Número de ações de formação. Número de magistrados(as) abrangidos(as).	2014 – Não executada. 2015 – 1 Ação de formação contínua. 1 Colóquio. 2016 – 2 Ação de formação, envolvendo + de 179 participantes. Preocupação em abordar a temática do TSH no plano de formação inicial de magistrados/as para tribunais judiciais e para tribunais administrativo e fiscais. 2017- 1 Ação de formação, envolvendo 190 formandos/as
23	23) Desenvolver módulos formativos para magistrados(as), a disponibilizar online, utilizando as técnicas de formação à distância.	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos	Criação de ferramentas de conhecimento que permitam um acesso mais facilitado a recursos formativos na área do TSH.	MJ/CEJ CSM	Número de módulos criados. Número de acessos ao material formativo.	2014 – 6 Ações de formação. 10 Palestras. 2 Cursos de formação de formadores MIPP, envolvendo 39 formandos/as. Participação em diversas conferências/ seminários/ jornadas. Diversas reuniões de trabalho. 2 Ações de formação (+ de 280 formandos) 2015 – Disponibilização online da formação contínua mencionada na medida 22.

						<p>2016 – Disponibilização online da formação continua mencionada na medida 22.</p> <p>2017 - Disponibilização online da formação continua mencionada na medida 22.</p>
24	<p>24) Promover a formação inicial e contínua uniforme de todas as forças e serviços de segurança sobre prevenção, investigação e sobre metodologias de atendimento a vítimas do crime de tráfico de pessoas.</p>	<p>Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos</p>	<p>Inclusão de um módulo específico sobre a investigação do crime de tráfico de pessoas em todos os cursos de formação inicial de todas as categorias.</p>	<p>MDN MAI/SEF GNR/PSP MJ/PJ</p>	<p>Número de formações realizadas. Realização de cursos de formação contínua sobre a investigação do crime de tráfico de pessoas, a um mínimo de 30 funcionários(as) todos os anos.</p>	<p>2014 - 1 Ação de formação, envolvendo 85 inspetores/as.</p> <p>Desenvolvimento do manual “Identificação de Vítimas de TSH para fins de Exploração Laboral: Estratégias para Profissionais”.</p> <p>2015 – 7 Palestra.</p> <p>1 Comunicação.</p> <p>1 Encontro temático.</p> <p>O SEF, a GNR e a PSP mantêm nos seus currículos formativos dos diversos cursos um módulo sobre TSH.</p> <p>Passou a integrar no Programa do VI Curso de Ingresso na Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF um módulo dedicado ao TSH.</p> <p>Ações de formação interna no SEF.</p> <p>Proposto e aprovado um calendário para a realização de ações formativas para inspetores/as do SEF.</p> <p>11 Ações de formação.</p>

						<p>1 Curso de formação. Existência de um perito no Grupo de Trabalho sobre TSH da C.E.P.O.L. para uniformização da informação a ministrar às forças e serviços de segurança de todos os Estados Membros.</p> <p>2016 – Um módulo sobre TSH nos curricula formativos nos diversos cursos do SEF, GNR, PSP.</p> <p>19 Ações de formação, envolvendo um total de 1994 participantes (+ de 89M e + de 522H).</p> <p>1 Formação contínua para 107 pessoas.</p> <p>Várias palestras com 219 participantes.</p> <p>2017 – 1 Ação de formação, envolvendo 545 formandos/as</p> <p>21 Palestras, contando com 292 participantes</p> <p>Vários cursos</p>
25	25) Promover a formação específica dos(as) inspetores(as) responsáveis do controlo fronteiriço.	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos	Melhoria da sinalização de casos de TSH nas fronteiras.	MAI/SEF	Número de ações de formação/número de pessoas abrangidas.	<p>2014 - 1 curso de formação.</p> <p>2015 – 5 Ações de formação.</p> <p>2016 – 1 Curso de formação de formadores/as.</p> <p>1 Ação de formação a 107 inspetores/as.</p> <p>2017 – Várias ações de formação, envolvendo 60 formandos/as</p>

						Distribuição de 200 cartões de sinalização
26	26) Promover a formação inicial e ou contínua dos(as) inspetores(as) das condições de trabalho sobre o tráfico para fins de exploração sexual e laboral.	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos	Reforço da formação em TSH dos(as) inspetores(as).	PCM/CIG MSESS/ACT	Uma ação de formação inicial e uma contínua. 2 ações de formação por ano.	2014 - 1 ação de formação, envolvendo 85 inspetores/as. Elaboração do manual "Identificação de Vítimas de TSH para fins de Exploração Laboral: Estratégias para Profissionais". 2015 – 1 Ação de formação. Elaboração de um manual formativo utilizado em ações de formação a distância. 2016 - --- 2017 - ---
27	27) Promover a formação inicial e ou contínua de técnicos(as) que contactam com a realidade do tráfico de seres humanos, nomeadamente nas áreas sociais e na saúde.	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos	Formação do projeto «Bolsa de formadores do ACIDI, I.P.» Equipa ACIDI, I.P.	PCM/CIG/ACIDI, I.P. MS/DGS MSESS/IEFP, I.P.	Número de pessoas formadas. Número de pessoas formadas. Número de técnicos(as) locais do Programa Escolhas em Lisboa, Porto e Faro formados(as). Número de pessoas formadas Número de ações de formação/ número de pessoas abrangidas	2014 - 7 ações de formação, envolvendo 83 profissionais. 4 ações de formação inicial, abrangendo 93 profissionais. Formação contínua sobre TSH. 6 ações de formação inicial e contínua. 2015 – Criação das EPVA. 8 Ações de formação inicial para os profissionais EPVA, envolvendo 192 pessoas. 1 Ação de formação específica em TSH, abrangendo 15 profissionais de saúde. 2016 – 16 Ações de formação, envolvendo mais de 238 profissionais.

						Distribuição de materiais informativos e do manual do Sistema de Referência Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanas. 2017 – 11Ações de formação envolvendo + de 121 profissionais. 2 Encontros com 417 participantes. 1 Curso de formação que contou com 15 pessoas.
28	28) Promover a formação de técnicos(as) de organizações da sociedade civil com intervenção junto de vítimas de tráfico de seres humanos.	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos	Aumento do conhecimento das diferentes entidades da sociedade civil relativamente ao TSH.	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho. ONG Outras organizações	Número de formações desenvolvidas Número de entidades/participantes.	2014 - 9 Ações de formação. 1 Ação de sensibilização. 2015 – 1 Ação de formação/sensibilização. 2 Ações de formação, envolvendo 63 participantes. 2 Ações de prevenção, envolvendo 33 técnicos/ as. 1 Workshop, tendo participado 20 pessoas. 2016 – 1 Encontro científico. 1 Ação de formação 2 Workshops. 2017 - ---
29	29) Promover a formação em tráfico de seres humanos das(os) conselheiras(os) locais para a igualdade, dos(as) trabalhadores(as) da administração local e outros(as) agentes locais.	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos	Reforço do conhecimento em TSH no domínio municipal.	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho. ANMP Municípios. Outras organizações. . .	Número de formações Número de pessoas abrangidas	2014 - 2 Ações de formação, abrangendo 60 participantes. 2015 – Integração da temática do TSH nas ações de formação dirigida a Conselheiros/as Autárquicos/as.

						11 Workshops envolvendo 233 pessoas (76H e 157M). 2016 – Introdução da temática do TSH nas ações para as/os Conselheiras/os Autárquicos/as. 3 Workshops para 48 participantes. 2017 – 1 Ação de formação
30	30) Promover a formação dos (as) utilizadores (as) da Aplicação Dinâmica para o Conhecimento sobre tráfico de seres humanos.	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos	Incorporação da Aplicação Dinâmica pelos Stakeholders.	MAI/OTSH Entidades signatárias do Memorando de Entendimento com o OTSH.	7 ações de formação	2014 - 7 Ações de formação, envolvendo 58 formandos. 2015 - 14 Atividades desenvolvidas no âmbito do projeto europeu “Towards a Pan-European Monitoring System of Trafficking in Human Beings”. 3 Ações de formação. Elaboração de um manual formativo. Vários encontros. Apresentação da base de dados MoSy. Realização de contactos com representantes de outros países. 2 Reuniões 2 Apresentações do projeto europeu “Towards a Pan-European Monitoring System of Trafficking in Human Beings”. 2016 - ---- 2017 - ----
31	31) Realizar seminários formativos dirigidos a profissionais e organizações, com vista à reflexão e	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na	Melhoria do conhecimento do trabalho em rede no âmbito do combate ao TSH.	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho. RAPVT	Número de seminários efetuados. Números de participante	2014 - 5 Ações de formação, envolvendo 66 profissionais (18H e 48 M).

	discussão das melhores práticas no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos.	prevenção e combate ao tráfico de seres humanos		Outras organizações		<p>1 Seminário.</p> <p>2 Workshops, integrando 164 participantes.</p> <p>2015 – 2 Seminários.</p> <p>1 Ação de formação contínua.</p> <p>1 Conferência.</p> <p>2016 – 3 Conferência, tendo participado + de 50 pessoas.</p> <p>1 Simpósio que abrangeu 15 estudantes do ensino superior.</p> <p>1 Encontro científico.</p> <p>1 Seminário.</p> <p>2 Comunicação.</p> <p>2017 – 2 Seminários que contou com + de 180 participantes</p>
32	32) Criar, fomentar e acompanhar redes de boas práticas de responsabilidade social das empresas, de forma a que se promova uma cultura de melhores práticas entre diferentes empresas/organizações.	Qualificar e capacitar profissionais que intervenham na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos	Redes temáticas de responsabilidade social (combate ao TSH; modelos de gestão que acompanham as normas de responsabilidade social).	ME/DGAE IAPMEI, I.P. DGAE/IAPMEI, I.P. — Organização de redes de boas práticas Associação de ética empresarial/Grace/Plataforma de ONGD — Sinalização de boas práticas.	Constituição de 2 redes temáticas.	<p>2014 - Reuniões de trabalho.</p> <p>2015 – Participação num Grupo de Trabalho. Participação num Subgrupo. Elaboração de uma brochura.</p> <p>2 Workshop.</p> <p>2016 – Participação na elaboração do Folheto eletrónico “Códigos de Ética e de Conduta: vantagens e benefícios para a organização”.</p> <p>2017 - ---</p>
AE3						

33	33) Incentivar projetos na área da proteção e da assistência a vítimas de tráfico de seres humanos que promovam a sua integração.	Aprofundar os mecanismos de integração no sentido de prevenir eventuais situações de revitimização.	Promoção de programas de assistência e proteção a vítimas de TSH.	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho; RAPVT Outras organizações	Número de projetos desenvolvidos. Número de vítimas assistidas, desagregado por sexo.	2014 – 7 Projetos de formação. 13 Ações de formação, envolvendo 176 formandos (107 H e 69 M). Financiamento de 4 EME. Criação de um CAP. 1 Formação 1 Projeto Obtenção de fundos no âmbito do Programa “Cidadania Ativa – EEE Grants”. Promoção e disseminação do Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade 2014. 1 Conferência. 1 Intervenção de rua. Intervenção, divulgação dos apoios existentes e sensibilização a mulheres prostitutas e vítimas de tráfico para fins de exploração sexual através do envio se SMS para os contactos telefónico disponibilizados num jornal diário. Produção e entrega de cartões a mulheres exploradas sexualmente. 2015 - --- 2016 – Vários projetos. 2017 - ---
34	34) Apoiar equipas locais multidisciplinares que prestem assistência especializada às vítimas	Reforçar as medidas de proteção e de	Reforçar o trabalho conjunto na intervenção em situações de TSH.	PCM/CIG RAPVT Todos os membros do grupo de trabalho. Outras organizações	Número de equipas existentes. Número de intervenções realizadas. Elaboração de	2014 – Trabalho desenvolvido em colaboração.

<p>das várias formas de tráfico de seres humanos.</p>	<p>intervenção junto das vítimas.</p>			<p>relatórios anuais por parte das equipas.</p>	<p>4 Equipas Regionais Especializadas de Apoio a Vítimas de TSH em funcionamento. Assistência dadas a 62 sinalizações de Vítimas de TSH (30H e 32M) 2 Operações policiais. 5 Processos de apoio. Participação na operação “Portugal Total” Participação em diversas iniciativas de formação contínua. Envio de 3250 e cartões de sinalização. 2015 – Foram remetidos Cartões de sinalização a vítimas de TSH. Articulação entre entidades para o acolhimento de vítimas de TSH. Aconselhamento e apoio na definição de estratégias na deteção e sinalizações de potenciais vítimas de TSH ou de situações que impliquem a prática do crime de TSH. Intervenção de 4 Equipas Regionais Multidisciplinares Especializadas da APF em processos de sinalização/ identificação de possíveis vítimas de TSH e no acompanhamento de diferentes apoios na</p>
---	---------------------------------------	--	--	---	---

						<p>assistência a vítimas e/ou retorno. Várias atividades de sensibilização. 2016 – Criação de uma nova EME. As 5 EME da APF intervieram com a atividade de assistência especializada a presumíveis vítimas de TSH. 5 Linhas de Atendimento 24 horas de apoio técnico. Envio de materiais de apoio à ação/ atividades das equipas. Sinalização de possíveis situações de TSH. 2017 – Foram enviados 800 cartões de sinalização para a EME Lisboa</p>
35	<p>35) Assegurar e acompanhar o funcionamento dos Centros de Acolhimento e Proteção (CAP) que apoiem vítimas de tráfico.</p>	<p>Reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas.</p>	<p>Garantia de financiamento das estruturas de apoio a vítimas de TSH. Reforço da capacidade de acolhimento dos CAP.</p>	<p>PCM/CIG MSESS/ISS, I.P. MAI MJ ONG</p>	<p>Número de vítimas apoiadas, desagregado por sexo. Número de vítimas acolhidas, desagregado por sexo.</p>	<p>2014 – Acolhimento de 25 vítimas (13H e 12M). Apoio técnico dado a 50 vítimas (26 M e 24H) sinalizadas. Apoio a 7 vítimas mulheres. Articulação de apoios de segurança e proteção das mulheres vítimas de TSH. 2015 – Acolhimento de 39 vítimas (12 H e 27M). 2016 – Continuação do acordo de cooperação com o CAP Norte. Funcionamento dos CAP que acolheram 45 mulheres.</p>

						2017 – Foram acolhidas 25 vítimas
36	36) Adotar requisitos especiais e de exceção para a qualificação profissional de vítimas de tráfico de seres humanos.	Reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas.	Implementação de medidas de ação positiva dirigidas às pessoas vítimas de TSH, designadamente: Atendimento prioritário nos centros de emprego e formação profissional do IEFP, I.P., após sinalização e contacto por parte das entidades que apoiam as vítimas. Encaminhamento e integração prioritários em ações de formação.	MSESS/IEFP, I.P.	Número de vítimas atendidas, encaminhadas e integradas em ações de formação profissional, desagregado por sexo	2014 – Não executada. 2015 – Não executada. 2016 – Identificação de 9 situações para atendimento nos centros de emprego e formação profissional na área de intervenção da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Sinalização dos candidatos/as inscritos/as no Serviço de Emprego de Picoas que foram atendidos/as pelo Serviço de Emprego do Seixal. 9 Vítimas foram atendidas com prioridade, resultando no seu encaminhamento e integração. 2017 - ---
37	37) Garantir o acesso prioritário das vítimas de tráfico ao apoio ao retorno voluntário.	Reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas.	Assistência às vítimas que pretendam regressar ao país de origem.	MAI/SEF OIM	Número de vítimas apoiadas, desagregado por sexo.	2014 – 2 Reuniões de trabalho. 1 Reunião com parceiros. Apoio ao retorno assistido a várias vítimas. 2015 – A SEAPI atribuiu 15000€ à APAF para o apoio ao retorno de vítimas de TSH aos seus países de origem dentro da EU. Várias reuniões com parceiros. Implementação do projeto CARE. Acompanhamento de 8 vítimas de TSH à Roménia.

						2016 – Apoio a processos de retorno assistido relativamente a vítimas referenciadas. Retorno voluntário de duas vítimas. 2017 - ---
38	38) Criar um Manual de Boas Práticas para utilização por parte das organizações governamentais e não-governamentais que prestem apoio a vítimas de tráfico.	Reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas; Aprofundar os mecanismos de integração no sentido de prevenir eventuais situações de revitimização.	Adoção de um mecanismo que defina uma atuação comum para OG e ONG no apoio a vítimas de TSH.	CIG Todos os membros do grupo de trabalho. RAPVT.	Número de reuniões com vista à criação do manual. Criação e publicação do Manual de Boas Práticas.	2014 - Identificação, tradução e adaptação de ferramentas. Foram feitas 2 tiragens no total de 5750 exemplares. Sistema de Referência Nacional de Vítimas de TSH. 2015 – Produção e distribuição de dois manuais no âmbito do projeto Briseida (APAV). 2016 – Preparação em curso de um Guia de Recursos Institucionais para o TSH da Região Centro. 2017 - ---
39	39) Implementar uma notificação em diversas línguas com informação sobre o período de reflexão para distribuição às vítimas sinalizadas.	Reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas; Aprofundar os mecanismos de integração no sentido de prevenir eventuais situações de revitimização.	Informação às vítimas sobre os seus direitos. Criação de folheto informativo para as vítimas sobre o período de reflexão, sensibilizando os agentes envolvidos no processo de prevenção de TSH da importância da passagem de informação. Distribuição do folheto pelos órgãos competentes no processo de apoio e prevenção de TSH.	MAI/SEF PCM/CIG RAPVT ONG	Número de entidades envolvidas. Número de vítimas sinalizadas e notificadas, desagregado por sexo.	2014 – Criação de uma notificação sobre o período de reflexão em inglês e francês. 2015 - Elaboração e difusão pelo SEF de uma Nota Técnica sobre o Tráfico de Pessoas e sobre o uso do modelo de notificação para as vítimas. Foram notificadas 32 vítimas. 2016 – Medida executada em 2014.

						2017 - ---
40	40) Elaborar materiais informativos dirigidos às vítimas de tráfico relativos aos seus direitos e em particular sobre os procedimentos a adotar para aceder à indemnização devida a vítimas de crimes violentos.	Promover uma maior capacitação das vítimas	Disponibilização às vítimas de TSH de informação necessária ao conhecimento dos seus direitos.	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho. RAPVT.	Criação do folheto. Número de folhetos distribuídos. Número de entidades envolvidas na sua divulgação.	2014 - Produção de uma brochura. Foi feita uma tiragem de 3250 exemplares. 2015 - --- 2016 – Medida executada em 2014. 2017 – Produção de panfletos
41	41) Desenvolver protocolos de atuação destinados à prevenção, deteção e proteção das crianças vítimas de tráfico.	Reforçar as medidas de proteção e de intervenção junto das vítimas.	Envolvimento de entidades que atuem diretamente com crianças, na prevenção, deteção e proteção em situações de tráfico.	PCM/CIG Todos os membros do grupo de trabalho. CNPCJR RAPVT ONG	Número de protocolos assinados. Número de crianças apoiadas, desagregado por sexo.	2014 - Revisão e atualização do modelo de sinalização, identificação e integração de vítimas de TSH. 2015 – Revisão e atualização do modelo de sinalização de menores. Criação e divulgação de um Manual de Formação para técnicos. 2016 - Atualização do modelo de sinalização, identificação e integração de menores. Criação e divulgação de um Manual de Formação para técnicos/as com enfoque numa atuação mais centrada e orientada no âmbito de prevenção do TSH. Alguns protocolos. 2017 - ---
42	42) Implementar protocolos de atendimento standardizados para vítimas de violência, incluindo tráfico de seres humanos – rastreio,	Promover uma maior capacitação das vítimas.	Consolidação das práticas de intervenção dirigidas às vítimas através de uma maior especialização no seu	MS MS/DGS/ARS	Criação de um Manual de Boas Práticas para o atendimento de situações de violência (incluindo o TSH) nos serviços de saúde,	2014 - Elaboração e divulgação o Manual de Boas Práticas “Violência Interpessoal – Abordagens,

	diagnóstico, encaminhamento e intervenção – em toda a rede hospitalar e cuidados de saúde primários.		atendimento, nomeadamente através das EPVA e dos NACJR e NHACJR.		integrado no âmbito da ASGVCV. Especificação do encaminhamento das crianças vítimas de tráfico nos protocolos da ASCJR.	Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde”. Celebração de protocolos. 2015 – Várias ações de formação. 2016 – Medida executada em 2014. Criação de protocolos. Criação de fluxogramas. Criação de um manual “Violência Interpessoal – Abordagens, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde”. 2017 - ---
AE4						
43	43) Reforçar a coordenação entre as estruturas nacionais de combate ao tráfico de seres humanos e partilha de informações.	Desenvolver mecanismos que promovam uma melhor articulação entre os diversos órgãos de polícia criminal.	Troca de conhecimentos e informações.	MAI/SEF Outros Ministérios	Realização de reuniões semestrais	2014 – Solicitação de um impulso interno concretizador de uma melhor articulação e cooperação mútua entre OPC. 2 reuniões entre Órgãos de Polícia Criminal. Troca ativa de informação entre entidades. 1 Conferência. 1 Simpósio. 2015 – Várias reuniões entre entidades nacionais de combate ao TSH. 1 Sessão de apresentação dos resultados do projeto “Catch and Sustain”. Contribuição para a redação do Plano Municipal para a Cidadania e Promoção da

						Dignidade Humana 2015/2017. Participação no Acordo de Parceria da Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Proteção a Vítimas de TSH. Colaboração com o CESIS no projeto transnacional RESILAND. 1 Seminário. 2016 – Várias reuniões de coordenação e de troca de informação operacional. 2017 - ---
44	44) Criar um manual de boas práticas para a investigação criminal do tráfico de pessoas.	Desenvolver mecanismos que promovam uma melhor articulação entre os diversos órgãos de polícia criminal.	Envolvimento dos diferentes órgãos de investigação criminal na definição de boas práticas relativamente à investigação criminal do TSH.	MAI MJ PGR	Número de reuniões com vista à criação do manual. Publicação do manual.	2014 – Adaptação e publicação de uma ferramenta de combate ao TSH. 2015 – Reunião com parceiros. Existência de um perito no Grupo de Trabalho sobre TSH da C.E.P.O.L. para uniformização da informação a ministrar às forças e serviços de segurança de todos os Estados Membros. 2016 – Várias reuniões de trabalho. Medida ainda em desenvolvimento. 2017 - ---
45	45) Incentivar a articulação e cooperação mútua entre órgãos de polícia criminal no exercício das suas atribuições em matéria de tráfico de seres humanos.	Desenvolver mecanismos que promovam uma melhor articulação entre os diversos	Fortalecimento do trabalho conjunto entre os diferentes órgãos de polícia criminal.	MAI MJ PGR	Número de situações identificadas para trabalho conjunto pelos órgãos de polícia criminal. Número de propostas	2014 – Contactos de cooperação e planeamento e troca de informação entre vários órgãos de polícia criminal.

		órgãos de polícia criminal.			de partilha de investigação feitas ao Ministério Público.	<p>Solicitação de um impulso interno concretizador de uma melhor articulação e cooperação mútua entre OPC.</p> <p>1 Conferência.</p> <p>1 Simpósio.</p> <p>2015 – Promoção de contactos entre entidades de forma a garantir a constante troca de informação.</p> <p>Reuniões de trabalho no âmbito do projeto EMPACT.</p> <p>Existência de um perito no Grupo de Trabalho sobre TSH da C.E.P.O.L. para uniformização da informação a ministrar às forças e serviços de segurança de todos os Estados Membros.</p> <p>2016 – Contactos de cooperação e planeamento com os diversos órgãos de polícia criminal.</p> <p>Emissão da Diretiva nº 2/2015, da Procuradoria-Geral da República para a execução da lei de polícia criminal para o biénio 2015-2017, publicada no Diário da República, 2ª série, nº247, de 18 de dezembro.</p> <p>2017 - ---</p>
46	46) Desenvolver mecanismos tendentes à melhoria da	Desenvolver mecanismos que promovam uma	Reforço da cooperação internacional sobre TSH na área policial	MAI MJ	Relatório de reporte	2014 - Troca de informação e realização de reuniões de trabalho.

<p>cooperação internacional na vertente policial.</p>	<p>melhor articulação entre os diversos órgãos de polícia criminal.</p>				<p>2 Reuniões operacionais. 1 Conferência. 1 Simpósio. 2015 – Várias reuniões de trabalho Várias reuniões de coordenação sobre investigações em curso. 1 Projeto Participação ativa do SEF na Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade. Colaboração na elaboração de Manuais de TSH. Atualização do Manual de Perfis de Risco sobre o TSH. 1 Reunião anual de peritos. 2 Conferência, tenho participado + de 30 pessoas. Práticas colaborativas entre entidades. Existência de um perito no Grupo de Trabalho sobre TSH da C.E.P.O.L. para uniformização da informação a ministrar às forças e serviços de segurança de todos os Estados Membros. 2016 – Articulação e cooperação com as entidades dos Estados Membros da EU. Troca de informação entre com as entidades dos Estados Membros da EU.</p>
---	---	--	--	--	--

						<p>Promoção e realização de reuniões de trabalho com as entidades dos Estados Membros da EU. Reuniões de coordenação sobre investigações em curso com as entidades dos Estados Membros da EU. 1 Projeto. 1 Representante no Grupo de Trabalho sobre TSH da CEPOL. Cooperação em algumas ações. 2017 – Várias operações de fiscalização Participação de Portugal em 4 JAD – “Joint Action Day” Participação em algumas ações 1 Projeto Várias reuniões Contributos em matéria de Exploração Laboral. 1 Congresso 1 Programa de intercâmbio 1 elemento da UATP no Grupo de Peritos em Tráfico de Seres Humanos da Interpol</p>
47	47) Tornar obrigatória a comunicação ao OTSH das decisões judiciais relativas a processos-crime por tráfico de pessoas.	Desenvolver mecanismos que promovam uma melhor articulação entre os diversos órgãos de polícia criminal.	Aprofundamento do conhecimento sobre os resultados das investigações e dos processos judiciais correspondentes.	MAI/OTSH MJ	Alterar o Decreto-Lei 229/2008, de 27 de novembro. Número de decisões judiciais reportadas. Incluir os dados nos relatórios anuais produzidos pelo OTSH.	<p>2014 – Reuniões de trabalho 2015 – 2 Reuniões de trabalho 1 segundo draft do Anteprojeto de alteração ao DL nº229/2008 de 27 de novembro.</p>

						<p>2016 – Medida executada parcialmente.</p> <p>Conclusão da proposta do Anteprojeto de alteração do DL nº229/2008, de 27 de novembro, que foi enviada à tutela.</p> <p>Início da recolha de dados sobre decisões judiciais.</p> <p>2017 – Várias reuniões de trabalho</p> <p>Draft das propostas de alteração do Decreto-lei 229/2008, de 27 de novembro.</p>
AES						
48	<p>48) Organizar encontros de reflexão e de troca de boas práticas entre os diversos agentes nacionais e internacionais no âmbito da prevenção e investigação criminal sobre tráfico de seres humanos.</p>	<p>Reforçar formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate ao tráfico de seres humanos.</p>	<p>Melhoria da interação entre as entidades nacionais e internacionais.</p>	<p>MAI/SEF</p> <p>Todos os membros do grupo de trabalho. Organizações internacionais.</p>	<p>Número de encontros realizados</p>	<p>2014 - 1 Mesa-redonda. 3 Conferências. 2 Workshops, envolvendo 164 participantes. 1 Simpósio. 2015 – 1 Encontro. Existência de um perito no Grupo de Trabalho sobre TSH da C.E.P.O.L. para uniformização da informação a ministrar às forças e serviços de segurança de todos os Estados Membros. 1 Curso. 1 Conferência. 1 Workshop. 2016 – 3 Visitas de delegações estrangeiras. Várias reuniões de trabalho. 1 Encontro de troca de boas práticas entre</p>

					magistrados/as portugueses e norte-americanos/as Existência de 1 perito no Grupo de Trabalho sobre TSH da CEPOL. 5 Conferência. 2 Seminário. 1 Sessão especial. 1 Reunião na Procuradoria-Geral da República com o representante regional da UNODC no México. 2017 – Várias reuniões Várias reuniões com parceiros. Várias trocas de informação entre organismos. Vários Seminários e Conferências.
49	49) Desenvolver projetos com vista a promover a cooperação nacional e internacional na vertente de prevenção, proteção e apoio a vítimas de tráfico de seres humanos.	Reforçar formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate ao tráfico de seres humanos.	Melhoria da prevenção, proteção e apoio às vítimas.	PCM/CIG MAI/SEF Todos os membros do grupo de trabalho. RAPVT. Organizações internacionais.	Número de projetos formulados 2014 - Projeto CARE. Apoio com materiais formativos a 2 ações de formação. Apoio na mediação com 2 formandos nacionais convidados numa ação de formação. Candidatura ao fundo especial da CPLP. Celebração de 2 protocolos. Continuação do Projeto Brisida. 2 Reuniões da EU Civil Platform on THB. Participação na plataforma digital.

						<p>Participação num projeto transnacional. 2015 – Parcerias em 9 projetos. 1 Ação de formação. 1 Semana de trabalho junto do Ministério do Interior do Perú. 1 Seminário. 1 Workshop. 2016 – 2 Projetos. Candidatura de 1 Projeto ao financiamento pelo Fundo de Segurança Interna. Várias ações de formação. 2017 – 1 Projeto</p>
50	<p>50) Participar ativamente na prioridade da UE para o combate ao tráfico de seres humanos.</p>	<p>Reforçar formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate ao tráfico de seres humanos.</p>	<p>Cumprimento dos planos de ação delineados.</p>	<p>MAI/SEF MJ/PJ MNE MAI/GNR,PS</p>	<p>Número de reuniões internacionais participadas.</p>	<p>2014 – 2 Reuniões de Grupos de trabalho. 2 Conferência. 3 Reuniões com parceiros. Adesão ao Projeto ETUTU. 2 Reuniões de Projetos. Nomeação de 1 perito do Grupo de Trabalho sobre TSH da C.E.P.O.L. 2 Reuniões de coordenação e cooperação. 1 Simpósio. 2015 – Várias reuniões de trabalho Resposta a pedidos de atualização e partilha de informações. 1 Projeto. 1Subprojeto. Várias reuniões de projeto. Vários encontros. 1 Conferência.</p>

					<p>2016 – Reuniões do Grupo Informal de Relatores Nacionais e Mecanismos Equivalentes/ Gabinetes da Coordenadora Europeia Anti Tráfico/ Comissão Europeia.</p> <p>Respostas a solicitações de outros Relatores representados no Grupo.</p> <p>2 Conferência.</p> <p>Contributos de dados e informações para o Relatório de Política de Imigração e Asilo e para os 14º e 15º Boletins da REM.</p> <p>Contributo para o Relatório de 2017 da Fundamental Rights Agency (FRA).</p> <p>Várias reuniões do projeto.</p> <p>1 Projeto.</p> <p>1 Subprojeto.</p> <p>3 Reuniões do subprojecto.</p> <p>Participação na reunião do EMPACT-TSH.</p> <p>3 Participações em operações europeias.</p> <p>1 Workshop.</p> <p>Participação em todos os diálogos políticos com países terceiros, bem como em acordos com esses países.</p> <p>1 Encontro internacional.</p> <p>Participação na 8ª reunião da Plataforma da Sociedade Civil da União Europeia</p>
--	--	--	--	--	---

					Contra o Tráfico de Seres Humanos 2017 – 1 Reunião de peritos Atividade decorrente de 1 projeto Várias reuniões de projeto Várias reuniões da Plataforma da Sociedade Civil da União Europeia Contra o Tráfico de Seres Humanos Participação num subprojecto Campanhas de sensibilização Participação em diálogos políticos	
51	51) Reforçar os mecanismos de referência nacionais e transnacionais na área do tráfico de seres humanos junto dos países da CPLP.	Reforçar formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate ao tráfico de seres humanos.	Melhoria e harmonização dos mecanismos de atuação ao nível da prevenção, proteção e apoio com países da CPLP.	PCM/CIG Secretariado executivo da CPLP Todos os membros do grupo de trabalho.	Número de participações na elaboração de planos nacionais na área do TSH. Número de ações de formação realizadas.	2014 - Apoio com materiais formativos a 2 ações de formação. Apoio na mediação com 2 formandos nacionais convidados numa ação de formação. Candidatura ao fundo especial da CPLP. 2 Reuniões da EU Civil. 1 Conferência. 2015 – 1 Candidatura ao Fundo Especial da CPLP. 1 Ação de formação 1 Curso 1 Conferência. Aprovação dos relatórios intercalares apresentados pelas Comissões de Trabalho constituídas,

						<p>nomeadamente da Comissão relativa ao TSH.</p> <p>2016 – Continuação da participação na monitorização do Plano de Ação de Lisboa adotado no XII Conselho Extraordinário de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.</p> <p>1 Ação de formação em Timor-Leste.</p> <p>1 Curso de Formação Inicial para Magistrados/as de Cabo Verde.</p> <p>2017 – Várias ações de formação</p> <p>1 Manual Participação e monitorização do Plano de Ação de Lisboa adotado no XII Conselho Extraordinário de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa</p> <p>1 Conferência</p> <p>1 Reunião de trabalho</p>
52	<p>52) Definir pontos de contacto para as questões do tráfico de seres humanos nas embaixadas e/ou postos consulares portugueses a fim de facilitar os processos de apoio a vítimas nacionais.</p>	<p>Reforçar formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate ao tráfico de seres humanos.</p>	<p>Promoção do acesso fácil e rápido à Emergência Consular nos países onde esse serviço está disponível.</p>	MNE	<p>Número de vítimas nacionais referenciadas e apoiadas, desagregado por sexo.</p>	<p>2014 – Distribuição de brochuras e folhetos de Campanha contra o TSH. Foi feita uma tiragem de 50000 exemplares.</p> <p>2015 – Disponibilização permanentemente do número de emergência da Divisão de Emergência Consular nos países onde se</p>

						<p>encontra disponível este serviço.</p> <p>1 Ação de sensibilização. Foram incluídos módulos sobre TSH nos cursos de formação de transição para postos e novos adidos de Embaixada.</p> <p>2016 – Distribuição, por mala diplomática, aos postos mais relevantes em função da matéria, do material multilingue produzido pela CIG.</p> <p>A matéria do TSH tem sido contemplada no curso de formação para diplomatas que partem para posto. Produção de materiais/ brochuras/folhetos sobre “Trabalhar no Estrangeiro – informe-se antes de partir”.</p> <p>2017 – 1 Ação de formação</p>
53	<p>53) Conceber projeto de reforço de práticas de responsabilidade social, em particular nas áreas da prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, no contexto dos serviços do ME e empresas portuguesas que operam fora do território nacional.</p>	<p>Reforçar formas de cooperação entre as diversas instâncias nacionais e internacionais no combate ao tráfico de seres humanos.</p>	<p>Elaboração de projeto de disseminação da gestão pela responsabilidade social nos serviços do ME e empresas portuguesas que operam fora do território nacional.</p>	<p>ME/DGAE/ AICEP, E.P.E</p>	<p>Apresentação de projeto. Número de serviços e empresas envolvidas no projeto.</p>	<p>2014 – 1 Workshop, envolvendo 22 pessoas (4H e 18M).</p> <p>2015 – Divulgação da brochura elaborada no âmbito da Rede RSO PT “Defenda a Sua Organização do Tráfico de Seres Humanos”.</p> <p>2016 – Promoção de uma vasta divulgação da brochura elaborada no âmbito da Rede RSO PT “Defenda a sua Organização</p>

						do Tráfico de Seres Humanos” 2017 – Produção de uma brochura
--	--	--	--	--	--	---

Anexo XXI – Quantificação das intervenções PNPCTSH

Área estratégica 1 - Prevenir, Sensibilizar, Conhecer e Investigar

Medidas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	
Intervenções																				
Elaboração de instrumentos																				
Documentos metodológicos									1											
Credenciação de entidades formadoras									Todas											
Criação de uma plataforma de registo e recolha de dados														1						
Recolha de dados										Vários		Vários		Vários						
Organização de dados estatísticos										Várias	Várias									
Ficha nacional estatística																				
Redação													1							
Atualização													2							
“Country Fiches”													4							
Construção e reformulação																				
Ações de formação/ sensibilização																				
Nº de ações		+ de 461	3		Várias				7		3									
Participantes		2268																		
Homens		+ de 2902																		
Mulheres		+ de 4435																		
Fiscalização																				
Ações de fiscalização			8100	+ de 4539																
Identificação das condições de trabalho				256																
Homens				170																
Mulheres				86																
Acompanhamento de operações de fiscalização				1																
Ações inspetivas				1																
Ações de prevenção			Várias																	
Campanhas																				
Nº de campanhas		+ de 39	1		Várias															
Spots televisivos (nº de inserções)		915																		
Nº de spots		2																		

Relatório de Avaliação Externa

Mupis (nº de exposições)	160																		
Em centros comerciais	20																		
Faces divulgadas	203																		
Spot de rádio (nº de inserções)	85																		
Anúncios em jornais	10																		
Nº de inserções na rede Multibanco	1126																		
Folhetos (nº de tiragem)	+ de 150				Vários														
Flyers		Vários																	
Cartazes (nº de tiragem)	270	Vários		Vários															
Convites		Vários																	
Artigos (nº de exemplares)		40000																	
Diálogo	Vários																		
Caminhadas solidárias	1																		
Nº de participantes	125																		
Homens	36																		
Mulheres	89																		
Produção de materiais de sensibilização	Vários																		
Vídeo	1																		
Criação de páginas/ canais em redes sociais/ sites	1			2															1
Atualização das publicações em páginas/ canais em redes sociais e sites																			Várias
Distribuição de brochuras/ cartões/ material informativo	Vários	Vários	3140		Vários														
Posters			140	Vários															
Cartazes					Vários														
Apoio a relatos de vítimas na rádio	1																		
Livros / DVD		1	1																
Produção/ divulgação de Manuais						1					1								
Produção/ divulgação de Boletins										1									
Nº de exemplares		1000																	
Filme		1																	
Roll-up		1																	
Exposições		1																	
Oficinas		3																	
Périplo		1																	
Tertúlias		2																	

Relatório de Avaliação Externa

Comunicações		2																	
Palestras		2																	
Nº de participantes		400																	
Debates		2				1													
Sessões pública de apresentação de iniciativas		1																	
Sessões de Plenário						Várias													
Encontros	1										Vários								
Ciclo de cinema		1																	
Participação em programas de TV		1																	
Participação em painéis de discussão		1																	
Encontro			1								Vários								
Workshops		3				22		5											
Nº de participantes		53						22											
Homens								4											
Mulheres								18											
Laboratório								1											
Base de dados																			
Contrato de manutenção								1											
Consolidação								1											
Testes de auditoria de segurança								Vários		1									
Definição da estrutura dos dados a recolher								1											
Apresentação										1									
Pedido de pareceres								2											
Caderno de encargos								1				2		1	1				
Contactos com outros países											Vários								
Contratos								1											
Reuniões																			
Reuniões com parceiros							1	1		4									Várias
Reuniões de trabalho										5									
Outras						Várias			2	4	6								
Envolvimento de autarquias na prevenção																			
Nº de autarquias						5													
Atualização de documentos												4							
Parcerias																			

Relatório de Avaliação Externa

Projetos internacionais																			
Circulação de informação entre organizações											Vários	Vários							
Contributos dados com implicação em novos sistemas, reformulação e criação de documentos						1					3								
Processo de monitorização das vítimas											Vários								
Sinalização de vítimas																			
Nº de vítimas																			+ de 50

Área estratégica 2 - Educar, Formar e Qualificar

Medidas	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
Intervenções													
Elaboração de instrumentos													
Recolha de dados		Vários											
Organização de dados estatísticos													
Ações de formação/ sensibilização													
Nº de ações					1		11			1			
Participantes					85		+ de 121						
Proposta e aprovação de calendário					1								
Campanhas													
Distribuição de brochuras/ cartões/ material informativo					200			Vários					
Produção/ divulgação de Manuais					1		2						
Publicações	2	1											
Nº de exemplares		500											
Exposições	1												
Oficinas	7												
Nº de participantes	+ de 80												
Peças de teatro	1												
Ações de formação/ sensibilização													
Nº de ações		Várias	4	8	32	+ de 6	2	+ de 42	16	2	10	6	
Nº de participantes		+ de 256	+ de 369	+ de 280	+ de 2646	+ de 167	+ de 85	+ de 538	+ de 96	60	+ de 58	+ de 66	
Homens					+ de 522							+ de 18	
Mulheres					+ de 89							+ de 48	
Disponibilização de materiais informativos em suporte digital	2			3									
Construção de materiais didáticos e informativos	6												1
Projetos/ Programas													
Nº de Projetos/ Programas	20										1		
Acompanhamento de projetos/ programas	3												
Nº de trabalhos desenvolvidos no âmbito de projetos											14		

Área estratégica 3 - Proteger, Intervir e Capacitar

Medidas	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42
Intervenções										
Elaboração de instrumentos										
Guias/ Guiões						1				
Identificação, tradução e adaptação de ferramentas						Várias				
Nº de tiragens						5750				
Criação de notificações										
Elaboração e difusão de Notas Técnicas							1			
Ações de formação/ sensibilização										
Nº de ações	14	Várias								
Participantes	+ de 176									
Homens	+ de 107									
Mulheres	+ de 69									
Campanhas										
Produção de materiais de sensibilização								Vários		
Distribuição de brochuras/ cartões/ material informativo	Vários	+ de 3250								
Produção/ divulgação de Manuais						2			2	1
Criação de fluxogramas										Vários
Divulgação e sensibilização através de SMS	Várias									
Ações de formação/ sensibilização										
Nº de ações										Várias
Construção de materiais didáticos e informativos								1		
Nº de tiragem								3250		
Projetos/ Programas										
Nº de Projetos/ Programas	Vários				1					
Prémios										
Promoção e disseminação	1									
Comunicações/ apresentações públicas										
Conferências	1									
Intervenção de rua	1									

Desenvolvimento de trabalho colaborativo		1							
Reuniões									
Reuniões com parceiros				Várias					
Reuniões de trabalho				2					
Protocolos/ Parcerias							Vários	Vários	
Atualização de documentos									
Parcerias									
Projetos internacionais									
Circulação de informação entre organizações		Vários							
Sinalização de vítimas									
Nº de vítimas		Várias							
Nº de assistências		62							
Homens		30							
Mulheres		32							
Sistema de referênciação				1					
Revisão e atualização do modelo de sinalização							3		
Operações policiais		2							
Processos de apoio		5							
Financiamentos									
EME	4	5							
Obtidos	1								
Equipas especializadas em funcionamento		4							
Criação de CAP	1								
Apoio à vítima									
Aconselhamento e apoio às vítimas		Vários							
Nº de vítimas			57						
Homens			+ de 24						
Mulheres			+ de 26						
Linhas de atendimento telefónico		5							
Apoio ao retorno assistido					Vários				
Apoio financeiro ao retorno de vítimas de TSH					15000€				
Acompanhamento de vítimas					8				
Acolhimento									
Nº de vítimas			89						
Homens			+ de 36						

Mulheres			+ de 53							
Acordos de cooperação			1							
Centro de Emprego/ Formação profissional										
Identificação de situações para atendimento				9						
Sinalização de candidatos/as				Vários						
Atendimentos prioritários com encaminhamento e integração				9						

Área estratégica 4 - Investigar Criminalmente

Medidas	43	44	45	46	47
Intervenções					
Adaptação e publicação de ferramentas de combate		1			
Recolha de dados					1
Fiscalização					
Ações de fiscalização				Várias	
Produção/ divulgação de Boletins				1	
Cooperação em ações				Várias	
Projetos/ Programas					
Nº de Projetos/ Programas				3	
Participação em Projetos				1	
Comunicações/ apresentações públicas					
Seminários	1				
Mulheres					
Conferências	1		1	2	
Nº de participantes				30	
Congressos				1	
Simpósios	1		1	1	
Sessões pública de apresentação de iniciativas	1				
Outras				+ de 4	
Contactos com outros países/ parceiros			Vários		
Reuniões					
Reuniões com parceiros	2	1			
Reuniões de trabalho	Várias	Várias	Várias	Várias	Várias
Reuniões operacionais				2	
Reuniões de coordenação de projetos				Várias	
Reuniões anuais				1	
Programas de intercâmbio				1	
Circulação de informação entre organizações	Várias			Várias	
Contributos dados com implicação em novos sistemas, reformulação e criação de documentos	1			Vários	1

Integração de peritos em Grupos de Trabalho			1	1	
Pedidos de impulsos internos	1		1		
Emissão de Diretivas			1		

Área estratégica 5 - Cooperar

Medidas	48	49	50	51	52	53
Intervenções						
Elaboração de instrumentos						
Inquérito						
Guias/ Guiões						
Documentos metodológicos						
Identificação, tradução e adaptação de ferramentas						
Nº de tiragens						
Adaptação e publicação de ferramentas de combate						
Credenciação de entidades formadoras						
Criação de uma plataforma de registo e recolha de dados						
Criação de notificações						
Elaboração e difusão de Notas Técnicas						
Recolha de dados						
Organização de dados estatísticos						
Ficha nacional estatística						
Redação						
Atualização						
“Country Fiches”						
Construção e reformulação						
Ações de formação/ sensibilização						
Nº de ações		1				
Participantes						
Homens						
Mulheres						
Proposta e aprovação de calendário						
Fiscalização						

Ações de fiscalização						
Acompanhamento de operações de fiscalização						
Ações de prevenção						
Campanhas						
Nº de campanhas						
Spots televisivos (nº de inserções)						
Nº de spots						
Mupis (nº de exposições)						
Em centros comerciais						
Faces divulgadas						
Spot de rádio (nº de inserções)						
Anúncios em jornais						
Nº de inserções na rede Multibanco						
Folhetos (nº de tiragem)						
Flyers						
Cartazes (nº de tiragem)						
Convites						
Artigos (nº de exemplares)						
Diálogo						
Caminhadas solidárias						
Nº de participantes						
Homens						
Mulheres						
Produção de materiais de sensibilização						
Vídeo						
Criação de páginas/ canais em redes sociais/ sites						
Atualização das publicações em páginas/ canais em redes sociais e sites						
Distribuição de brochuras/ cartões/ material informativo					Vários	
Nº de tiragens					+ de 50000	
Posters						
Cartazes						
Apoio a relatos de vítimas na rádio						

Disponibilização do número de emergência				Vários	
Livros / DVD					
Produção/ divulgação de Manuais					
Produção/ divulgação de Boletins					
Produção/ divulgação de brochuras					1
Criação de fluxogramas					
Nº de exemplares					
Publicações					
Nº de exemplares					
Filme					
Roll-up					
Exposições					
Oficinas					
Nº de participantes					
Peças de teatro					
Divulgação e sensibilização através de SMS					
Ações de formação/ sensibilização					
Nº de ações	Várias		2	1	
Nº de participantes					
Homens					
Mulheres					
Disponibilização de materiais informativos em suporte digital	1				
Construção de materiais didáticos e informativos	1		2		
Cooperação em ações					
Nº de tiragem					
Apoio em processos de mediação	2		2		
Divulgação de iniciativas					
Publicações em sites					
Publicações em redes sociais					
Sessões de informação					
Nº de sessões					
Nº de participantes					
Homens					
Mulheres					
Estudos					
Nº de estudos					

Amostra						
Previsão no nº de estudos						
Previsão de custos						
Relatórios						
Relatórios anuais						
Relatórios trimestrais						
Relatórios de apuramento						
Relatórios de projetos						
Outros relatórios						
Projetos/ Programas						
Nº de Projetos/ Programas		3	3			
Nº de candidaturas aprovadas						
Nº de projetos apresentados						
Nº de projetos liderados por mulheres						
Definição de critérios						
Participação em Projetos						
Participação em subprojetos			1			
Acompanhamento de projetos/ programas						
Investimento médio						
Nº de trabalhos desenvolvidos no âmbito de projetos						
Prêmios						
Nº de prêmios atribuídos						
Promoção e disseminação						
Comunicações/ apresentações públicas						
Seminários		1				
Nº de participantes						
Homens						
Mulheres						
Conferências	9		5	2		
Nº de participantes						
Homens						
Mulheres						
Mesas-redondas	1					
Nº de participantes						
Homens						
Mulheres						
Jornadas						

Comunicações						
Simpósios	1		1			
Nº de participantes						
Palestras						
Nº de participantes						
Debates						
Colóquios						
Sessões de esclarecimento						
Sessões pública de apresentação de iniciativas	1					
Sessões de Plenário						
Encontros	2					
Ciclo de cinema						
Participação em programas de TV						
Participação em painéis de discussão						
Encontro			Vários			
Workshops	3	1	1			1
Nº de participantes	+ de 164					22
Homens						4
Mulheres						18
Intervenção de rua						
Currículo						
Sensibilização para a integração de conteúdos disciplinares no Ensino Superior						
Desenvolvimento de conteúdos disciplinares						
Integração de conteúdos disciplinares				Vários		
Cursos com conteúdos sobre TSH						
Base de dados						
Contrato de manutenção						
Consolidação						
Testes de auditoria de segurança						
Definição da estrutura dos dados a recolher						
Apresentação						
Pedido de pareceres						
Caderno de encargos						

Contactos com outros países/ parceiros						
Contratos						
Desenvolvimento de trabalho colaborativo						
Visitas a delegações estrangeiras	3	1				
Promoção/ Participação em iniciativas						
Nº de iniciativas						
Realização de cursos						
Nº de cursos	1			2		
Nº de participantes						
Homens						
Mulheres						
Consultoria						
Empresas envolvidas						
Nº de empresas com planos de igualdade						
Mulheres em conselhos de administração						
Mulheres presidentes de conselhos de administração						
Mulheres em órgãos de fiscalização						
Mulheres presidentes de órgãos de fiscalização						
Participação em Comissões						
Participação em operações europeias			3			
Participação em grupos de trabalho						
Reuniões						
Reuniões com parceiros			3			
Reuniões de trabalho	Várias		Várias			
Reuniões operacionais						
Reuniões de projetos			Várias			
Reuniões anuais						
Outras	1	2	Várias	2		
Envolvimento de autarquias na prevenção						
Nº de autarquias						

Participação em Conselhos consultivos						
Participação em Grupos de Trabalho						
Participação num Subgrupo de Trabalho						
Protocolos/ Parcerias		2				
Atualização de documentos			Várias			
Parcerias						
Projetos internacionais		9				
Circulação de informação entre organizações			Várias			
Contributos dados com implicação em novos sistemas, reformulação e criação de documentos			Vários	1		
Processo de monitorização das vítimas						
Sinalização de vítimas						
Nº de vítimas						
Nº de assistências						
Homens						
Mulheres						
Sistema de referênciação						
Revisão e atualização do modelo de sinalização						
Integração de peritos em Grupos de Trabalho	1		1			
Operações policiais						
Processos de apoio						
Criação das EPVA						
Financiamentos						
EME						
Obtidos						
Candidaturas		2		1		
Equipas especializadas em funcionamento						
Criação de CAP						
Apoio à vítima						
Aconselhamento e apoio às vítimas						
Nº de vítimas						

Homens						
Mulheres						
Linhas de atendimento telefónico						
Apoio ao retorno assistido						
Apoio financeiro ao retorno de vítimas de TSH						
Acompanhamento de vítimas						
Acolhimento						
Nº de vítimas						
Homens						
Mulheres						
Acordos de cooperação						
Centro de Emprego/ Formação profissional						
Identificação de situações para atendimento						
Sinalização de candidatos/as						
Atendimentos prioritários com encaminhamento e integração						
Pedidos de impulsos internos						
Emissão de Diretivas						

